REVISTA

VIA SPIRITUS

Bibliotecas Monásticas

N.º31’2024

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Revista
VIA SPIRITUS

Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso

DIRECTOR | Isabel Morujão (FLUP - CITCEM); Zulmira Santos (FLUP - CITCEM)

CONSELHO DE REDAÇÃO | Isabel MORUJÃO (FLUP/CITCEM);
José Adriano de Freitas CARVALHO (FLUP/CITCEM);
Luís FARDILHA (FLUP/CITCEM); Pedro Vilas Boas TAVARES (FLUP/CITCEM);
Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

COMISSÃO CIENTÍFICA | Felice ACCROCA (Pontificia Università Gregoriana, Roma);
Stefano ANDRETTA (Università Roma Tre); José Adriano Freitas de CARVALHO (Faculdade de Letras, Universidade do Porto); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología, Universidad de Salamanca); Bernard DOMPNIER (Université Blaise Pascal, Clermont-Ferrand);
Maria de Lurdes C. FERNANDES (Faculdade de Letras, Universidade do Porto);
Maria Lucília G. PIRES (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa);
Maria Idalina Resina RODRIGUES (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa);
Roberto RUSCONI (Università Roma Tre); Gabriella ZARRI (Università degli Studi di Firenze)

SECRETARIADO | Paula Almeida Mendes (FLUP/CITCEM)
Maria João Oliveira e Silva (FLUP/CITCEM)

EDIÇÃO | CITCEM - Centro de Investigação Transdiciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica, s/n | 4150 -564 Porto (Portugal)
email: citcem@letras.up.pt

n.º 31 | ano 2024
Periodicidade: Anual
ISSN: 0873-1233

Design: Helena Lobo © 2024
Os números desta revista são monográficos.
Esta publicação está sujeita a peer-review.

Versão digital: http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1146&sum=sim
Revista indexada em : DOAJ, Latindex, Fonte Académica.
Esta publicação respeita os critérios da política de livre acesso à informação.
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

SUMÁRIO | CONTENTS

Dossier temático: «Bibliotecas monásticas»

Nota Prévia 5

Manuel Francisco Ramos
Biblioteca monástica de São Miguel de Refojos e cultura teológica em latim 9

Vera Rodrigues
A livraria filosófica do mosteiro de Refojos de Basto 35

Rosa María Sánchez Sánchez
Os livros de música nos inventários do mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto 99

Paula Almeida Mendes
Livros de devoção a Santa Bárbara: uma ausência nas livrarias dos mosteiros de São Salvador de Vairão e de Refojos de Basto 109

Olívia Pestana
Apontamentos para a organização temática dos acervos das bibliotecas monásticas 125

II - VARIA 145

Rita Marnoto
A produção poética do reinado de D. João V e as relações com a Santa Sé 147

José Eloy Hortal Muñoz
La espiritualidade en los Sitios Reales de los diversos reinos de la Monarquía Hispánica durante el siglo XVII: capillas, palacios, conventos y monasterios reales 173

Tânia Maria Pinto de Santana
Morte e salvação da alma nos testamentos dos portugueses da vila de Cachoeira (Bahia, século XVIII): notas de investigação 203

RECENSÕES 221

CRÓNICA 2024 239

NORMAS EDITORIAIS 241

https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31pre \ VS 31 (2024), p. 5 - 8

NOTA PRÉVIA

AS BIBLIOTECAS: PERCURSOS DA MEMÓRIA E DOS SABERES

https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31pre

Ao Professor Doutor José Adriano de Freitas Carvalho

«O estudo das antigas bibliotecas – e, antes de mais, para não perdermos de vista a finalidade primeira de um e de outras: o mundo da leitura, que, necessariamente, é também o dos leitores – tem vivido entre nós, como, aliás, um pouco por toda a parte, do debruçar-se sobre conjuntos de livros reunidos por gente conhecida pelas suas competências académicas – teológicas, canonísticas, filosóficas… – ou pela sua posição de relevo social e/ou institucional – grandes senhores (o marquês de Minas, por exemplo), grandes senhores que, por vezes, foram igualmente grandes eclesiásticos (D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga…, D. João de Mendonça, bispo da Guarda…, D. Francisco de Lemos, bispo-conde e reitor da Universidade de Coimbra, D. Fr. Francisco de S. Luís, cardeal Saraiva […]. De um modo geral, as pequenas ou pequeníssimas bibliotecas, civis ou eclesiásticas, não têm merecido a atenção de que, estamos em crer, são dignas, quer pelo que podem denotar – e quase sempre denotam – do empenho posto em conseguir reunir livros e esses – e não outros – livros, quer pela rede de leitura que podem indiciar ou até indiciam…»[1].

«La historia de las bibliotecas, objeto de numerosos trabajos, nos parece hoy en día que se ha vuelto inactual. En la era de Internet y de los nuevos medios de comunicación, qué podemos tener en común con esos lugares cuya imagen permanece siempre más o menos polvorienta y apartada: las bibliotecas?»[2]

Com estas palavras, José Adriano de Freitas Carvalho, na sua «Introdução» a *Da memória dos livros às bibliotecas da memória. Inventário da Livraria de Santo António de Caminha* (1998), e Frédéric Barbier, em *Historia de las Bibliotecas. De Alejandría a las bibliotecas virtuales*, equacionam a pertinência do estudo das bibliotecas, no sentido de destacar um património bibliográfico que, desde a

[1] CARVALHO, José Adriano de Freitas - «Introdução» a *Da memória dos livros às bibliotecas da memória. Inventário da Livraria de Santo António de Caminha*. Porto: CIUHE, 1998, pp. I-II.

[2] BARBIER, Frédéric – *Historia de las Bibliotecas. De Alejandría a las bibliotecas virtuales* (trad. Paula Safatle). Buenos Aires: Ampersand, 2015, p. 15.

Antiguidade, contribuiu para a difusão do conhecimento e para a construção da memória do passado. Mas, em uma época em que, como realçou Frédéric Barbier, se assiste às consequências da «terceira revolução» no domínio da «grafosfera», que tanto tem contribuído para a maciça difusão de formatos digitais, valerá a pena continuar a fazer a história do livro e a história das bibliotecas[3]?

Os resultados do projeto «Letras no Claustro: Bibliotecas Monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX»[4], que este número da *Via Spiritus*, como sempre, monográfico, apresenta, mostra, se acaso fosse necessário, o lugar central das livrarias monásticas na construção da memória e dos saberes. Herança bibliográfica e patrimonial reconstituída através do rastreamento de livros, catálogos e inventários, ferramentas relevantes na aquisição de conhecimento e compreensão dos perfis destes acervos. No domínio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o estudo de bibliotecas monásticas tem vindo também a merecer uma significativa atenção, nomeadamente no que diz respeito à aplicação dos sistemas de organização do conhecimento visando reconstituição de fundos e a construção de bibliotecas virtuais tarefa que constituiu, justamente, um dos objetivos principais deste projeto de investigação.

No entanto, o estudo polarizado em torno do livro e da leitura em territórios amplos e num extenso período de tempo, a exploração e consideração de evoluções das práticas e modalidades de leitura[5], gostos e «tendências» de natureza literária e cultural, tendo como pano de fundo a produção e impressão livreira, continuam a constituir campos de investigação «em aberto» e, nesse sentido, ainda a aprofundar. Verdadeiramente ainda vão faltando, para o caso português, estudos que centrem a sua atenção na questão das ausências de obras que, à época, eram consideradas «clássicas» e fundamentais[6]. Deste modo, tendo em conta a sua desigual pertinência, foram estas as vertentes que mereceram também uma expressiva atenção no quadro do projeto «Letras no Claustro».

Os trabalhos pioneiros coordenados por José Adriano de Freitas Carvalho, nos anos 90 – *Nobres leteras... Fermosos volumes...: inventários de bibliotecas dos franciscanos observantes em Portugal no século XV: os traços de união das reformas peninsulares* (1995)[7], *Da memória dos livros às bibliotecas da memória. Inventário da*

[3] BARBIER, Frédéric - *Historia de las Bibliotecas. De Alejandría a las bibliotecas virtuales.* Ob. cit., p. 15.

[4] Projecto exploratório, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência EXPL/LLT-OUT/0720/2021.

[5] CAVALLO, Gugllelmo, CI-IARTIER, Roger (ed.) - *Histoire de la Lecture dans le monde occidental*. Paris: Editions du Seuil, 1997.

[6] INFANTES, Vítor – «Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas». *Bulletin Hispanique*, 99/1 (1997), pp. 287-292.

[7] Porto: CIUHE.

Livraria de Santo António de Caminha (1998)[8] e *Da memória dos livros às bibliotecas da memória. Inventário da Livraria de Santo António de Ponte de Lima* (2002)[9] –, assim como os importantes estudos de Maria de Lurdes Correia Fernandes - *A biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor de* Agiológio Lusitano. *Cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno* (2000)[10] e *Cultura escrita, património documental e espiritualidade monástica feminina (séculos XV-XIX) : a "livraria" do Mosteiro de Santa Maria de Arouca, O. Cister* (2023)[11] – inspiraram uma equipa de investigadores a desenvolver o projeto «Letras no Claustro», visando conhecer e reconstituir as coleções bibliográficas pertencentes a duas casas religiosas: o mosteiro masculino de S. Miguel de Refojos de Basto e o mosteiro feminino do Salvador de Vairão, ambos beneditinos.

Partindo da transcrição e análise de inventários, catálogos e outra documentação, a investigação desenvolvida propôs-se fazer o estudo de manuscritos e impressos pertencentes a seis campos científico-literários: Teologia e Espiritualidade; História; Literatura; Filosofia e Enciclopédias; Direito (canónico e civil); Ciência, de molde a determinar em que medida os mosteiros masculinos e femininos foram centros de difusão de um saber que obedecia a paradigmas de conhecimento diferente em função do género.

Deste modo, o projeto construi-se como um observatório para o estudo de duas livrarias de mosteiros ativos no Norte de Portugal durante vários séculos, privilegiando o desenvolvimento de uma metodologia para o estudo interligado da documentação sobre livros, dos próprios livros, dos usos do livro em múltiplas funções. No caso particular do conjunto de artigos a seguir apresentados, o tema agregador permitiu a reflexão particular sobre várias dimensões relacionadas com a leitura e a circulação do livro em sede monástica.

O artigo de Manuel Ramos, intitulado «Biblioteca monástica de São Miguel de Refojos e cultura teológica em latim», destaca a muito significativa, mas «normal», presença de obras de vária tipologia, em latim, na livraria de Refojos de Basto.

Vera Rodrigues, em «A livraria filosófica do mosteiro de Refojos de Basto», realça a riqueza e «modernidade» da biblioteca desta casa beneditina, enfatizando a significativa presença da Bíblia e dos clássicos, assim como de obras de teologia moral, de filosofia natural e de filosofia do direito.

Por sua vez, Rosa María Sánchez analisa, no seu artigo «Os livros de música nos inventários do mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto», a

[8] Porto: CIUHE.

[9] Porto: CIUHE.

[10] Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[11] Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

importância das obras desta natureza no espaço monástico beneditino. Paula Almeida Mendes, no artigo «Livros de devoção a Santa Bárbara: uma ausência nas livrarias dos mosteiros de São Salvador de Vairão e de Refojos de Basto», procura compreender as razões que poderão justificar a sua ausência nas livrarias daquelas casas religiosas. Por sua vez, Olívia Pestana, em «Apontamentos para a organização temática dos acervos das bibliotecas monásticas», explora o desenvolvimento de práticas de aplicação dos actuais sistemas de organização do conhecimento, no que diz respeito à reconstituição de acervos de bibliotecas monásticas, com vista à criação de pontos de acesso por assunto nos catálogos impressos ou em bases de dados. Neste sentido, este projecto financiado pela FCT, permitiu uma reflexão, talvez ainda inicial, sobre os fundos em causa, e promoveu a formação de jovens investigadores que colaboraram na transcrição do catálogo, visando estimular estudos deste cariz que facultem um conhecimento mais profundo do acervo patrimonial português. Por outro lado, a utilização de recursos informáticos para reconstituir as colecções das bibliotecas expandirá seguramente os limites desta publicação, permitindo aos investigadores interessados nesta área do saber o acesso rápido a um conjunto de informaçãoes relevante. Resultados ainda modestos? Talvez. Espera-se contudo que estes trabalhos estimulem a investigação nas áreas da história do livro e da leitura...

«Letras no Claustro: Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX», como projeto exploratório, espelha, em grande medida, o reflexo do lastro da organização de centros, equipas e redes de investigação que, no caso português, muito devem ao contributo de José Adriano de Freitas Carvalho.

Paula Almeida Mendes
CITCEM-Universidade do Porto

BIBLIOTECA MONÁSTICA DE SÃO MIGUEL DE REFOJOS E CULTURA TEOLÓGICA EM LATIM

MANUEL FRANCISCO RAMOS
INSTITUTO DE FILOSOFIA & CITCEM
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
mramos@letras.up.pt
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31a1

RESUMO: Com este artigo é nosso propósito abordar a livraria/biblioteca monástica latina de São Miguel de Refojos e avaliar, no que ao livro em latim diz respeito, a extensão do seu inventário, especialidade e ordenação. Concluiremos que ela reflete não só a livraria típica de um mosteiro beneditino masculino (já que a livraria feminina era muito diferente), mas que também é uma biblioteca de especialidade teológica em sentido amplo e das disciplinas ancilares da Teologia: Filosofia, Direito Canónico, História Eclesiástica e Clássicos da Literatura, contendo abundante material didático; é também uma livraria materialmente rica, equilibrada e pós-Trento, em que se acha um quadro compósito da tradição hispânica e românica, mas à qual não falta muita bibliografia de outras geografias. Sem dúvida que corresponde aos anseios dos seus usuários no que à formação, leituras e interesses diz respeito. Na continuação, teceremos considerações breves acerca da biblioteca latina da botica, especializada e em lugar à parte, em que o latim representa mais de 50% do espólio conhecido.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca monástica; biblioteca monástica masculina; livraria de São Miguel de Refojos; cultura teológica em latim.

ABSTRACT: The purpose of this article is to examine the Latin monastic library of São Miguel de Refojos and assess the scope of its Latin book inventory, its specialization, and organization. We will conclude that it not only reflects the typical library of a male Benedictine monastery (as the library for women was quite different), but it is also a post-Trent library of theological speciality, in a broad sense, along with auxiliary disciplines such as Philosophy, Canon Law, Ecclesiastical History and Classical Literature, containing abundant didactic material; it is also a rich, balanced, post-Trent library, offering a composite view of Hispanic and Romanesque traditions, yet with an extensive Latin bibliography from the German geographical area. It undoubtedly meets the aspirations of its users in terms of education, reading, interests, and their needs for study and personal development. Following this, we will briefly examine the apothecary's Latin library, which is more

specialized and housed separately, where Latin books make up more than 50% of the known collection.

KEYWORDS: Monastic library; male monastic library; library of São Miguel de Refojos; theological culture in Latin.

1. Introdução

Quase nada se sabe da livraria medieval do Mosteiro de São Miguel de Refojos, em Cabeceiras de Basto, e do tempo do livro manuscrito, que por certo existiu, talvez devido à decadência monástica beneditina dos séculos XIV e XV; também não há registo de incunábulos ou isso é raro; o que se conhece é essencialmente do séc. XVI em diante, sobretudo dos séculos XVII e XVIII, portanto, uma livraria[1] pós-Trento e do «livro antigo», designação que compreende o livro de 1501 a 1800. Ainda que o inventário da biblioteca do Mosteiro de Refojos – um dos cerca de 577 que foram realizados depois da *exclaustração*[2] –, datado de 7 de abril de 1834, tenha sido realizado de forma lacunar, facto que tem dificultado a identificação de algumas obras e a identificação completa de muitíssimas, ainda assim ele fornece-nos uma ideia aproximada do que teria sido essa biblioteca monástica à data da *exclaustração*, ou seja, da extinção das ordens religiosas em 1834 e do confisco dos seus bens móveis e imóveis[3]. Nas três listagens do *Inventário* da Livraria, a forma mais simples de catálogo[4], Ana Líbano

[1] Na documentação da Congregação, é frequentemente designada por «livraria» com o mesmo sentido que biblioteca, palavra que qualifica sobretudo a biblioteca medieval, produtora de manuscritos no seu *scriptorium*.

[2] Cfr. CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. In *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: Inventário da Livraria de Santo António de Caminha.* Porto: FLUP – Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998, p. I-XXVIII.

[3] Ver MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *A livraria monástica de Refojos de Basto III. Novas leituras, outros olhares*. In Pedro Vilas Boas Tavares *et al.* – *Atas do V Seminário Internacional «Ora et labora – Refojos de Basto: Leituras, textos e autores beneditinos»*. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2022, p. 209-224: IAN / TT – *Inventário da extinção do Convento de São Miguel do Couto de Refojos de Basto, de Braga*, Caixa 2247 (e não «2447»), Proc. n.º 336: Livraria, fólios 25-52, acrescido dos fólios 56-57 (onde constam os 30 títulos da Botica correspondendo a 45 exemplares). MONTEIRO – *A livraria monástica de Refojos de Basto III*…, p. 209, nota 3, identificou mais duas listagens («mais algumas obras localizadas em baús escondidos pela população»): nos fólios 127-129, inventariadas a 5 de julho de 1834, conforme regista o «Auto de continuação»; e ainda outras referências nos fólios 284-289, logo após a descrição de objetos pertencentes ao Cartório e antecedendo os títulos do mesmo, num total de mais 104 títulos, correspondendo a 172 exemplares.
Ver igualmente MONTEIRO – *A livraria monástica de Refojos de Basto III*…, p. 208-222, o Anexo que contém foto da livraria, fls 25 a 52.
Ver também: documentação disponível *on-line*: PT/TTMF-DGFP/E/001/00336
Ver ainda: Arquivo Distrital de Braga – ADB – *Congregação de São Bento de Portugal (CSB)* – Pastas n.º 132 e 133. Sobre o fundo de São Miguel de Refojos de Basto no Arquivo Distrital de Braga, ver SOUSA, Bernardo Vasconcelos *et al.* (Dir.) – *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 73, 163-164.

[4] O inventário é a forma mais simples de catálogo, por conter apenas: nome do autor + título (ou *incipit*) + volume de obras, ou nem tanto.

MONTEIRO contabilizou cerca de (atendendo às limitações do inventário) 968 títulos, correspondentes a 2304 exemplares[5]. Acresce o inventário da Livraria da Botica, com os seus 30 títulos (correspondentes a 45 exemplares), 16 dos quais são em latim[6], de que falaremos.

No entanto, o espólio seria bastante maior do que o registado no seu inventário de 1834 pelo facto de os monges terem levado, no momento da *exclaustração*, os seus bens, incluindo livros próprios e eventualmente da biblioteca; e, adivinhando-se o confisco, alguns bens do mosteiro, incluindo livros (um baú de livros e de documentos do cartório, além de alfaias litúrgicas e paramentos), foram postos a salvo em casas particulares[7]. Daí que seja a descrição incerta e por defeito de uma biblioteca monástica.

Mas a destruição de livros e de documentação, motivada por incêndios, por invernos rigorosos ou pela incúria dos homens, ainda foi mais gravosa, como atesta o incêndio no Cartório do Mosteiro, em 1445, e a ocorrência de um segundo incêndio atestado pelos Estados de Refojos para o Capítulo Geral[8], que terá ocorrido entre de 1662-1665[9]; além da destruição por invernos rigorosos: «O rigor da estação, em um dos invernos passados nos arruinou de todo 90 volumes ensopados em chuva no Convento da Costa, sem falar nos que, por igual motivo, se devem ter arruinado na Livraria de Refojos de Basto»[10]; além dos roubos já depois da *exclaustração*: «A sua famosa e valiosíssima biblioteca foi mandada para Braga em 1838. Além dos livros roubados durante os quatro anos em que esteve ao abandono, após a supressão das ordens religiosas, foi o resto tão mal acondicionado que muitas se perderam pelo caminho»[11].

---

[5] MONTEIRO – *A livraria monástica de Refojos de Basto III*…, p. 209.

[6] Cfr. GIURGEVICH, Luana – *Bibliotecas de boticas beneditinas: Refojos de Basto e São Bento da Saúde de Lisboa no trajeto de livro científico da rede de bibliotecas monásticas*. In Pedro Vilas Boas Tavares *et al. – Atas do V Seminário Internacional «Ora et labora – Refojos de Basto: Leituras, textos e autores beneditinos».* Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2022, p. 225-260.

[7] Cfr. GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique – *Clavis bibliothecarum. Catálogos e inventários de Livrarias de Instituições Religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, p. XXIV.

[8] Estados: eram os relatórios produzidos para o Capítulo Geral da Congregação Beneditina de Tibães, sede da Ordem.

[9] Cfr. DIAS, J. Geraldo Coelho – *O Mosteiro de São Miguel de Refojos. Joia do Barroco em Terras de Basto*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 2009, p. 65; MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *Património literário de Refojos de Basto I: contributos (séc. XVI-XIX)*. In Pedro Vilas Boas Tavares *et al. – Atas do II Seminário Internacional «Ora et labora – Refojos de Basto: Religião, Letras e Armas: da Europa renascentista para Basto».* Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2017, p. 195.

[10] MONTEIRO – *Património literário de Refojos de Basto I*…, p. 197.

[11] Cfr. MONTEIRO – *Património literário de Refojos de Basto I*…, p. 197.

2. A Livraria e os seus usuários. A biblioteca necessária

O fundo documental de uma livraria/biblioteca é construído paulatinamente ao longo dos tempos de acordo com o interesse da instituição, o gosto de leituras dos seus usuários ao nível do ócio, da pastoral e das necessidades de formação teológica por parte de pregadores, de mestres e de estudantes de Estudos Menores (noviços e coristas) e de Estudos Maiores (Filosofia e Teologia). Tudo isso determina a *política* de aquisição bibliográfica por parte dos Abades, dos Bibliotecários, dos Abades Gerais da Ordem e de empréstimos entre mosteiros da Congregação[12]. As livrarias/bibliotecas também são representativas do conhecimento intelectual dos utilizadores ou da comunidade monástica, do seu domínio linguístico: latim, espanhol, português, francês e italiano, sendo o acervo documental a memória cultural da comunidade.

No caso concreto, influíram indelevelmente no rico espólio bibliográfico da biblioteca do Mosteiro de São Miguel de Refojos, incluindo o fundo latino, enriquecido ao longo de séculos, mas em que abundam as aquisições do séc. XVIII, um século culturalmente florescente, diferentes razões.

Em primeiro lugar, este mosteiro era considerado uma das «casas grandes» (ou «casas maiores» ou «casas principais») da Congregação, pelo número avultado de monges e de bens, facto que, sem dúvida, deve ter contribuído para o enriquecimento do acervo documental pela maior verba que recebia para as aquisições bibliográficas da Livraria; mas sobretudo depois de a Congregação ter decidido incrementar a aquisição bibliográfica dos mosteiros e dotar todos de uma livraria. De facto, em Capítulo privado realizado em S. Bento da Saúde, em Lisboa, em novembro de 1589, determinou-se:

> *que cada ano desse o padre Geral cada ano (sic) dez cruzados de cada casa grande e cinco das pequenas. As grandes: Tibães, Lisboa, Coimbra, Santo Tirso, Pombeiro, Refojos, Rendufe, Travanca, Paço de Sousa, Pendurada, Bustelo. As pequenas são: Ganfei, São Romão do Neiva, Palme, Carvoeiro, Arnóia. Deste dinheiro se comprará cada ano uma livraria para cada casa. E logo comece pelo Colégio o primeiro ano e daí por ordem e assento das casas, declarando que Tibães e Lisboa já têm livraria... e esteja pública e seja comum, mas de tal maneira que esteja fechada e haja muitas chaves que se dêem aos pregadores e quem mais quiser ir à livraria*[13].

[12] A Congregação dos Monges Negros de São Bento dos reinos de Portuga foi criada pelo Papa Pio V, em 1567, tendo ficado Tibães por cabeça.

[13] OLIVEIRA – *A relação do Mosteiro de Refojos de Basto*…, p. 42-43.

No triénio de 1644-1647 «fizeram-se na livraria as estantes novas», sinal de que o espólio de Refojos tinha crescido e de que era preciso pôr ordem no acervo[14].

Em segundo lugar, São Miguel de Refojos foi lugar de formação, no piso inferior, com porta para o pátio interior, não sempre, mas em certos períodos temporais, o que implicou as respetivas aquisições bibliográficas para a biblioteca a partir das suas muitas rendas[15].

De facto, teve Noviciado, uma palavra polissémica, que tanto significa a *casa* (i. e., colégio) onde os novos candidatos à vida religiosa recebiam a sua formação, como o *tempo* de formação de um aspirante a monge com a duração de um a dois anos. No Capítulo Geral de 1570, Refojos foi considerado um dos três aptos para ter Noviciado, o que implicou a existência de ensino (Colégio de Latinidade, «onde se lê gramática», ou seja, onde se ensina latim) para os novos candidatos (ou postulantes) à vida religiosa, dedicado ao ensino da leitura, da escrita e do latim, sendo necessárias as respetivas aquisições bibliográficas: gramáticas, dicionários, léxicos, florilégios e antologias, clássicos da literatura, historiadores... Quando aprovados, os candidatos ingressavam o Coristado.

Teve Colégio de Humanidades: estudo de dois a três anos depois do noviciado (ou profissão) e que constituía o Coristado. Os coristas da congregação aprendiam sobretudo Latim e Artes: Latim e autores clássicos, Grego, Hebraico, Retórica, História Universal e Antiguidade profana, História Sagrada e História da Igreja; só seriam admitidos às ordens sacras se soubessem latim suficientemente. Quando aprovados, passavam para os Estudos Maiores: Filosofia e Teologia[16].

Teve Colégio de Filosofia em diferentes períodos, em que se aprendia, durante três anos, depois do Coristado, as disciplinas de História Literária, História da Filosofia, Lógica, Ontologia, Ética, Geometria, Cálculo, Física, História Natural e Pneumatologia. Aí foram professores Fr. António de São João Baptista, eleito Passante, e Fr. António do Desterro Malheiro, depois bispo de Angola e do Rio de Janeiro[17]. Também aí estudaram Fr. João dos Prazeres (†1709), que viria a ser cronista-mor da Congregação, e Fr. Manuel da Piedade (†1701), um famoso monge músico[18].

[14] OLIVEIRA – *A relação do Mosteiro de Refojos de Basto*…, p. 43.

[15] O Couto de Refojos, de que o Abade era Senhor e Donatário, possuía muitas e vastas quintas e algumas igrejas anexas que se estendiam de Basto a Trás-os-Montes.

[16] Cfr. DIAS, J. Geraldo Coelho – *Glossário Monástico-Beneditino. Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos*. Porto. «IHM – UP», 2005, p. 193-207.

[17] Cfr. DIAS – *O Mosteiro de São Miguel de Refojos*…, p. 78-79.

[18] Cfr. DIAS – *O Mosteiro de São Miguel de Refojos*…, p. 78.

Chegou a lecionar-se Teologia por curto espaço de tempo. A peste de 1599 em Coimbra, que assolou duramente todo o reino, obrigou a que o curso de Teologia (um curso de quatro anos) fosse transferido temporariamente para Refojos de Basto; e naturalmente que isso foi acompanhado do transporte de livros deste curso, que compreendia as disciplinas: Antigo Testamento e Novo Testamento, Teologia Exegética, História Eclesiástica, Teologia, Teologia Moral, Teologia Dogmática – Teorética e Prática, Concílios, Direito Canónico e Decretos apostólicos… Ora, é precisamente neste conjunto de disciplinas que se inclui a maior parte da bibliografia em latim da Livraria.

Por último, como a Ordem Beneditina dava grande importância à pregação (uma das funções principais de um monge), ao conhecimento, estudo e leitura, quer em grupo ou comunitária (pelo *leitor*), quer individual ou pessoal; e como todo o monge deveria exercitar uma atividade de cariz intelectual (ou então um ofício), o zelo para com as bibliotecas beneditinas era grande, quer no incremento de livros, quer na sua ordenação e asseio.

Por conseguinte, influíram no crescimento do acerbo bibliográfico do Mosteiro de Refojos, ao longo dos séculos, incluindo o fundo latino, o facto de ele ter sido uma das «casas grandes» da Ordem Beneditina; a existência de Colégio de Humanidades e de Estudos Maiores: de Filosofia e até de Teologia ao longo dos séculos, mesmo que por breve espaço de tempo; e pelo facto de a principal função de um monge ser a pregação e, por conseguinte, o estudo nesta área; além de os monges serem incitados a exercitar uma atividade de cariz intelectual e precisarem de se documentar. Tal fundo documental tanto podia ser fruto da compra, da doação e da troca com outros mosteiros, pois era frequente a circulação do livro entre mosteiros da Congregação.

3. A Livraria em números

É de presumir que a livraria/biblioteca de São Miguel de Refojos seria mais ou menos a biblioteca típica das «casas grandes» beneditinas. As línguas comuns são o latim (que é dominante), o português, o castelhano e, mais raramente, o francês e o italiano. Há casos de livros bilingues; também há alguns livros em vulgar que são traduções, sobretudo a partir do latim, pois a prática da tradução era comum e tinha uma grande tradição medieval.

De facto, destaca-se, para além do latim, a presença de numerosa bibliografia em português, que é reveladora da dinâmica intelectual dos nossos estudiosos (mosteiros, colégios e universidade), quer por serem criadores, quer tradutores. A presença de numerosa bibliografia em espanhol (aqui cabe a tradição hispânica desta livraria) explica-se pelo labor intelectual do país vizinho, pela facilidade

da língua (num tempo de bilinguismo ibérico) e pela facilidade de aquisição. Nota-se também a forte presença de bibliografia em francês, não só pelo labor intelectual da França, mas porque o francês se vinha a assumir como língua de cultura e língua franca na Europa Ocidental nas relações internacionais; e ainda por Portugal ter sido terra de acolhimento, após a Revolução Francesa, de muitos clérigos franceses. Vale a pena acrescentar que já na Idade Média havia uma forte corrente nacional de importação de códices de além-Pirenéus, vindos de Avinhão (Liturgia) e de Paris (Teologia e comentários).

Em termos de números, no que à representação das línguas diz respeito, obtivemos nós as seguintes percentagens, num universo de 864 títulos, tal como consta no catálogo elaborado por membros da equipa do projecto exploratório «Letras no Claustro: Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX»[19]. Nele se destaca o latim, seguido do português:

Latim	357 títulos	41,32%
Português	318	36,80%
Espanhol	124	14,35%
Francês	46	5,32%
Italiano	05	0,57%
Indeterminado	14	1,62%

Quanto às áreas do saber, Ana Líbano Monteiro[20], sob o título de «Livraria Monástica de Refojos em números. Percentagem dos núcleos à data da extinção (1834)», num universo igualmente de 864 títulos, estabeleceu as seguintes percentagens, tendo em conta a totalidade das línguas:

Teologia	60%
Ciências e Artes	14%
Literatura	12%
História	10%
Jurisprudência	3%
Poligrafia	1%

[19] EXPL/LLT-OUT/0720/2021.

[20] MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *A Livraria monástica de Refojos de Basto II*. In Pedro Vilas Boas Tavares *et al. – Atas do III Seminário Internacional «Ora et labora – Refojos de Basto: Espacialidades, Materialidades, Espiritualidades»*. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2018, Anexo 1, p. 163.

Quanto à livraria latina, verificamos (sem dispormos de estatísticas), que as percentagens são mais ou menos as mesmas, destacando-se largamente a Teologia e as suas disciplinas ancilares: Filosofia, Direito Canónico, História Eclesiástica e Clássicos da Literatura. Em termos de línguas, destaca-se o latim, mas o português e o espanhol (bastante menos o francês) estão muito bem representados, quer pelas obras terem sido escritas nestas línguas, quer porque tenham sido traduzidas.

4. Biblioteca masculina *versus* biblioteca feminina

De facto, o latim é peculiar de uma biblioteca masculina, como o castelhano e o português o eram de uma biblioteca feminina, como a do Mosteiro de Vairão, cujo inventário é igualmente conhecido, com 103 obras, 41 das quais são de direção espiritual[21]; e se na masculina é abundante a bibliografia latina das fontes bíblicas, exegéticas, patrísticas, jurídicas e de todo o livro teológico ou filosófico a que o autor quisesse dar uma projeção europeia, assim numa biblioteca feminina predomina a literatura de espiritualidade em castelhano e português – ascese, mística, hagiografia, Ordem de São Bento e outros livros que promovessem a espiritualidade, pois era intuito das monjas aperfeiçoar a sua vivência espiritual, aprofundar a vida em contemplação e em santidade, experienciar as práticas místicas e conhecer os preceitos da Ordem Beneditina.

Este tipo de bibliografia (ascese, mística, hagiografia, Ordem de São Bento) também se acha, sem grandes alterações, na parte final do inventário do Mosteiro de Refojos, pelo que, neste ponto, as duas livrarias se aproximam. Ou seja, onde a biblioteca de Refojos termina, a de Vairão começa e desenvolve-se; e pelo facto de este fundo espiritual ser semelhante, deduzimos que os livros seriam comprados por atacado e depois distribuídos de acordo com a necessidade e o interesse dos mosteiros – se masculino ou se feminino, se casa de formação ou não, se casa maior ou menor.

De facto, no que diz respeito ao acervo documental da biblioteca do Mosteiro de São Salvador de Vairão, uma comunidade monástica feminina da Ordem de São Bento (depois dos meados do séc. XII, pois antes era uma comunidade dúplice), verificamos que o latim não fazia parte dos hábitos de leitura e da formação das monjas, pois a comunidade, não se sentindo confortável com o latim, recorre a bibliografia em espanhol ou em português, ou a traduções a partir do latim. Há apenas um livro em latim: trata-se de um livro de Liturgia,

[21] Em contraposição à biblioteca, que é modesta, sabe-se que o mosteiro é detentor de um arquivo rico em documentos notariais. Encontra-se no Arquivo Nacional da TT e nele se acha o mais antigo documento escrito em proto-português (galaico-português): a *Notícia de Torto* (1214).

um *Proprium missarum de sanctis ordinis S[ancti] P[atris] Benedicti (Próprio das missas dos santos da Ordem)*, ou seja, um complemento ao *Missal Romano*, com as missas dos Santos da Ordem Beneditina (quiçá Coimbra, 1718), o qual nem sequer é de uso das monjas, mas sim dos sacerdotes que aí celebravam. De igual forma, esta comunidade parece ter pouco contacto com a *Bíblia*, pela razão de a sua redação ser em latim, pressupondo nós que o contacto com o texto sagrado seria feito através de fontes indiretas.

5. Essencialmente uma biblioteca teológica (em latim)

Em termos gerais, examinando o inventário possível da livraria de São Miguel de Refojos, importa dizer que é essencialmente uma biblioteca de especialidade teológica pós-Trento, aberta às diretrizes do Concílio, com abundante material didático, que reflete a penetração do Humanismo[22] e sobretudo do Iluminismo (eclesiástico). Servia os interesses e as necessidades dos usuários do Mosteiro, respondendo a muitos anseios, profissionais ou não, de mestres, pregadores (especialmente), cronistas, boticários e estudantes: quer ao estudo e preparação dos monges nas tarefas pastorais (a pastoral diocesana nas igrejas e paróquias de que Refojos era padroeiro ou lhe estavam anexas), nomeadamente a pregação; quer ao estudo e preparação dos noviços e dos mestres de Humanidades e de Estudos Maiores: de Filosofia e quiçá de Teologia; quer às leituras em comunidade (a cargo de um *leitor*): na igreja e no coro (cerimónias religiosas e Liturgia das Horas ou Ofício Divino, com um noturno: as Matinas, e seis diurnos – *Prima*, Tércia, *Sexta*, Noa, Vésperas e Completas); no refeitório ou à mesa[23]; quer ainda às leituras individuais ou pessoais na cela e no claustro (a "lectio divina": a leitura meditada e aprofundada da Bíblia, dos Padres e de obras que promovessem a leitura espiritual), havendo um incremento das leituras aos domingos, sextas e no tempo quaresmal.

Tratando-se de uma comunidade beneditina (num tempo em que os Jesuítas eram culturalmente dominantes), é esperado um incremento dos autores beneditinos nacionais e estrangeiros, pois haveria gosto, interesse na divulgação e facilidade na aquisição deste tipo de obras; e tratando-se de um mosteiro em Terras de Basto, haveria maior facilidade na aquisição bibliográfica de alguns impressores e livreiros locais[24].

Ainda que as línguas vulgares (português, espanhol, francês e até italiano)

[22] O destaque do latim surge ainda por influência da Europa renascentista, em que houve o incremento do estudo desta língua.

[23] Durante a refeição lê-se em latim, sobretudo a Bíblia, homilias, sermões e as Legendas dos Santos.

[24] Vd. MONTEIRO – *Património literário de Refojos de Basto I*…, p. 197 e ss.

estejam bem representadas em muitas áreas, como na sermonaria (já que a pregação ao povo era feita em vulgar, tal como havia consignado o Concílio de Tour no longínquo ano de 813) e na literatura religiosa e de espiritualidade, o latim é dominante noutras áreas: na Sagrada Escritura, na Exegese Bíblica (comentários à *Bíblia* ou a livros individuais seus), na obra dos Padres, dos Doutores da Igreja e dos Teólogos de renome, no Direito Canónico, na legislação eclesiástica e nas fontes literárias clássicas; e ainda na Liturgia e na livraria da botica, em que o latim perfaz mais de 50%; e em qualquer outra área teológico-filosófico, sempre que o autor pretendesse difundir a sua obra no exterior… De facto, o latim era a língua da cultura e do livro de difusão europeia; era a língua do ensino e havia a obrigação de o saber falar e escrever em ambiente escolar; era a língua das fontes primárias teológicas, filosóficas e jurídicas, as quais, quando comentadas, também o eram em latim; era a língua da Liturgia, mas não da pregação; era a língua da comunicação viva e língua franca nas relações internacionais entre eclesiásticos; e a língua das relações com a Santa Sé… Por isso é esperado um rico acerbo bibliográfico numa biblioteca masculina, que servia os propósitos da preparação teológica, da pregação e da formação escolar em alguns períodos temporais.

Próximo da livraria, como que formando ambos uma unidade, estava o cartório do mosteiro. Nele se guardavam os Livros de Tombo e os diferentes documentos antigos, como cartas de couto, emprazamentos, doações, compras, trocas e quitações… que atestavam a legitimidade dos bens do Couto e a quantificação das suas rendas; assim como todo o tipo de correspondência (especialmente com a casa mãe de Tibães e com o Corte pontifícia – bulas e breves), «indispensável a um convento que adquiria propriedades, que possuía rendas, privilégios e doações; pelo que devia estar, tanto quanto a Livraria, bem organizado e asseado pelo monge arquivista responsável»[25].

6. Ordenação do espólio bibliográfico

Em termos de ordenação, é de prever que o espólio bibliográfico estivesse corretamente arrumado (ou talvez não) em estantes, as quais continham no topo letras de A a Z, organizado por classes e subclasses; e dotado de um bom *Index*. Todavia, a descrição do inventário surge algo desordenada, podendo por vezes uma tipologia surgir dentro de outra, como a Liturgia surge dentro do Direito

[25] Cfr. CUNHA, Maria Cristina; SILVA, Maria João Oliveira e – *A cultura beneditina do cartório: princípios, objetivos e condições materiais de funcionalidade*. In Pedro Vilas Boas Tavares *et al.* – *Atas do V Seminário Internacional «Ora et labora – Refojos de Basto: leituras, textos e autores beneditinos»*. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2022, p. 53-74.

Canónico e legislação eclesiástica; e parte da Exegese Bíblica surge dentro da Historiografia. De facto, o inventário apressado não teve a preocupação de fornecer a ordenação da biblioteca, que muito apreciaríamos, mas simplesmente de fornecer em síntese o teor do livro. Por conseguinte, o inventário não revela com exatidão o estado de organização da livraria em 1834.

Ainda assim, há tendência, mas nem sempre é respeitada, para uma ordenação temática (e não por autores), não tendo nada a ver com as letras do alfabeto no topo das estantes, que seriam meramente decorativas ou estéticas; e quando um autor tem mais do que uma obra dentro do mesmo tema ou próximo, geralmente surgem seguidos no inventário, mas nem sempre isso é respeitado. Esta ordenação algo desorganizada pode significar que os redatores do inventário percorreram estante a estante, começando numa ponta e terminando na outra, ou seja, começando pela parte referente às *Bíblias* e Exegese e terminando na parte relativa à Historiografia, mas sem serem rigorosos com a ordenação vertical do acervo. Pelo facto de o inventário ter dois tipos de caligrafia, deduzimos que foram dois os funcionários envolvidos, ditando um e escrevendo o outro; depois trocaram de funções. Dessa forma, encontramos explicação para os muitos erros de redação, pois tudo teria sido feito de forma célere e longe das boas regras arquivísticas.

Em termos gerais, verificamos a seguinte ordenação bibliográfica em classes e subclasses: Bíblias e (vasta) secção de Exegese Bíblica (a qual continua na parte final); Padres da Igreja, Doutores da Igreja e Teólogos de renome; inúmera bibliografia sobre «casus conscientiae», dedicados à Teologia Moral e Casos (ou casuística, a qual continua na parte final), mas também Teologia Dogmática e Escolástica; Teologia Polémica ou de controvérsia; Sermonária, em que predominam as línguas vulgares; Concílios, Bulários, Direito Eclesiástico e Direito Canónico; Liturgia; História Eclesiástica, Regra de São Bento e Ordem Beneditina (em que dominam as línguas vulgares); muita bibliografia didática de apoio ao Colégio de Humanidades e de Estudos Maiores: alguma que é repetida (Cursos de teologia, Exegese Bíblica e Teologia Moral), outra que é escolar e é nova: Historiografia e Literatura Clássica, Filosofia, Retórica, Dicionários e Gramáticas (Hebraico, Grego e Latim); e, por último, a Ascética, a Mística, a Espiritualidade e a Escatologia – bibliografia que é muito semelhante à da Livraria feminina de Vairão. Quase nada se acha sobre Liturgia[26], que era realizada em latim[27].

[26] Saltérios, Sacramentários, Evangelários, Leccionários, Antifonários, Oficiais (Ofício dos Defuntos, Livros do Ofício)…

[27] Consta o *Rationale Divinorum Officiorum* (1 t.), do famoso Guillaume Durand (†1296), canonista e liturgista medieval francês, acerca do culto divino; o *Thesaurus Sacrorum Rituum* (2 t.), do barnabita Bartolomeu Gavanto

Vejamos agora em pormenor as diferentes classes e subclasses.

6.1. Sagrada Escritura e Teologia Exegética

A *Bíblia*, composta por 73 livros, é o livro mais estimado, mais influente e fonte primária essencial[28], podendo surgir completa ou só em parte (como os Salmos: *Psalmi Davidis Vulgata Editione*, que eram importante para as leituras da comunidade e para a aprendizagem do latim), a qual era objeto de estudo, de oração, de reflexão ou meditação. O Mosteiro de Refojos dispõe de uma coleção delas, sobretudo do séc. XVI, em latim. Destaca-se a *Vulgata Sixto-Clementina* ou *Vulgata Clementina,* adotada como texto canónico depois do Concílio de Trento: *Biblia Sacra Vulgatae Editionis*. Podia surgir apenas com o texto simples ou com o texto comentado, como a *Biblia sacra cum glosis, interlineari et ordinaria,* em 6 t., com dois tipos de glosas, podendo esta ser a de Nicolau de Lira (†1349); e até um exemplar que é uma edição dos mais antigos textos, o qual foi recentemente emendado (*castigata*): *Biblia sacra ad vetustissima exemplaria nunc recens castigata*. Não surge texto em grego, mas sim em hebraico: *Biblia Hebraica*. Raramente surge traduzida ou sob a forma bilingue, mas isso acontece por duas vezes: *La Sainte Bible en Latin et en François*, que é uma ed. de texto completo e comentado; e a *Bíblia traduzida em português*, que deve ser muito tardia e é de difícil identificação[29]. Não surgem traduzidos em português ou espanhol livros isolados da *Bíblia*.

Complementar ao texto sagrado, surge a abundante bibliografia de Teologia Exegética em latim, não raro em vários tomos ou volumes[30], que é uma especialidade da livraria de Refojos, dada a importância da exegese ou comentário para a formação e pastoral dos monges, para o uso dos pregadores do mosteiro e para a formação escolar. Têm a função de explicar o sentido bíblico, quer dos livros do AT, quer do NT; ou então os seus vários sentidos: o sentido literal ou histórico e o sentido espiritual – alegórico, moral e anagógico; ou ainda a proximidade ou concordância com outros passos bíblicos; ou ainda o que as grandes autoridades, como os Padres, disseram acerca de um passo ou como o comentaram. Este tipo de bibliografia, em que os Jesuítas dominam e outros professores das Faculdades de Teologia, possui no título as palavras

(†1638), liturgista italiano; e o *Rituale Romanum Pauli V* (1 t.) impresso em Lisboa.

[28] Cfr. MARTINS, Mário – A *Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa: Instituto Cultura Portuguesa (Biblioteca Breve), 1979.

[29] Em Portugal, a primeira tradução nacional completa da *Bíblia* é muito tardia 1681 (igreja protestante; cfr. «Os 'mil erros' da *Bíblia* de Almeida»); as traduções católicas nacionais são mais tardias – a partir do final do XVIII.

[30] Distinguimos entre volume e tomo: nos volumes, cada volume tem a sua paginação própria; nos tomos, a numeração das páginas é contínua.

Commentarius, Commentarii, Commentaria, Commentariorum, Adnotationes, Explicatio, Notationes, Interpretatio, Postilla seu Expositio, Enarrationes[31]. Pode abarcar toda a *Bíblia*, um só livro ou apenas um capítulo. Por exemplo, sob a designação simples de *Commentarius*, surge um comentário em 15 t. a toda a *Bíblia*, do famoso exegeta jesuíta Cornélio de Lápide (†1637), que viria a influenciar os futuros pregadores e exegetas. Porém, o mais comum é haver comentários a livros individuais da *Bíblia*, os mais importantes, como os *Quatro Evangelhos*, que se distinguem, havendo o comentário e a concordância de texto com os restantes Evangelhos: *Commentariorum in Concordiam et Historiam Quatuor Evangelistarum*; *Commentaria in Quatuor Evangelistas*; ou um só evangelista: *Expositio in Sacrosanctum Jesu Christi Evangelium Secundum Matthaeum*; *In Sacrosanctum (…) Evangelium Secundum Lucam…*; ou um só capítulo de grande dramatismo: *Annotationum in Caput Decimum Tertium (…) Evangelii Secundum Joanem*; os *Salmos* e os *Provérbios*, dado o grande uso, quer pela leitura, quer por eles se aprender latim: *Commentariorum in Librum Psalmorum*; *Expositio in Proverbia Salomonis;* ou só os quatro primeiros salmos: *Commentarii in Quatuor Priores Davidis Psalmos*; ou um só salmo importante: salmo 100 – *In Psalmum Centesimum Davidis Commentarii et Adnotationes;* ou salmo 50 – *Explicatio Psalmi Quinquagesimi, Misere Mei Deus*; ou salmos de um autor antigo desconhecido:: *Commentaria in Psalmos Davidicos, prisci cujusdam auctoris incogniti*; a *Carta de Paulo aos Filipenses*: *In Epistolam B. Pauli ad Philippenses Commentarii et Adnotationes*; o *Livro dos Reis*: *Commentariorum ac Discursum Moralis in Regum Libros*; os *Génesis*: *Commentariorum atque Observationum Moralium in Genesim*; o *Eclesiástico*: *Commentarii in Ecclesiasticum*; ou só o Decálogo do Êxodo: *Explicatio Decalogi*… e muitos outros.

Vale a pena acrescentar que os autores nacionais estão bem representados, em que se destacam: o comentário ao *Cântico dos Cânticos*, do exegeta dominicano Luís Sotomaior (†1610), da Univ. de Coimbra: *Cantici Canticorum Salomonis Interpretatio*; ou o comentário de João da Silveira (O.C.) ao *Apocalipse*: *Commentariorum in Apocalypsim*; ou o comentário do bispo de Coimbra, Fr. João Soares (†1572), a dois evangelistas: *Commentaria in Marcum & Lucam Evangelistas*.

Ligado ao género comentário, também encontramos as *Disputationes* teológico-filosóficas: o método escolástico da disputa universitária ou debate para descoberta da verdade, de grande tradição universitária, que podia ocorrer em aula ou entre mestres. Este tipo de bibliografia, próxima do comentário,

[31] Para lá dos comentários à *Bíblia* ou a um ou mais dos seus livros, também temos o comentário aos grandes textos teológicos, como São Tomás ou Pedro Lombardo, como a seguir se dirá.

podia abarcar diferentes temas, tanto teológicos como filosóficos. P. ex., passos selecionados da Escritura: *Selectarum Disputationum in Sacram Scripturam*; e *Disputationes Theologicae* (1 t.), de autor incerto; a teologia de Santo Anselmo: *S. Anselmi… Theologia Commentariis et Disputationibus, tum Dogmaticis tum Scholasticis, Illustrata* (2 t.); a *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino (vários): *Commentatiorum ac Disputationum in Primam Partem Summae Theologiae Sancti Thomae Aquinatis*; ou um determinado tema teológico: a felicidade da alma e do corpo: *Disputationes de Animae et Corporis Beatitudine*; o matrimónio: *Disputationum de Sancto Matrimonii Sacramento*…; ou as *Disputationes* filosóficas acerca de Aristóteles: Lógica, Metafísica e Intelecto.

6.2. Padres, Doutores da Igreja e Teólogos notáveis

Aqui se incluem a vida e os escritos dos Padres Igreja, dos Doutores da Igreja e dos Teólogos afamados, que são a informação mais importante depois da lei mosaica e da lei evangélica. As suas obras são generalistas, pelo que percorrem todas as áreas da Teologia: Exegese Bíblica, Cristologia, Teologia Dogmática, Apologética, Homilética (Mariologia), Liturgia, Literatura cristã…, sem prescindir da Filosofia. São oito séculos muito ricos na reflexão teológica. Quanto aos Padres, é costume distinguir a Patrologia (vida e escritos) da Patrística: pensamento teológico dos Padres, embora as duas palavras também possam ser sinónimas. Surgem quer os Padres gregos (em versão latina), quer os latinos, podendo figurar misturados. Geralmente surge toda a sua obra em vários volumes, pois há o gosto em recorrer às fontes (de acordo com as diretrizes humanísticas) e em possuir os textos completos, sob as designações de: *Divina Bibliotheca; Opera; Opera Omnia; Opera plane Divina*.

Entre os Padres latinos (alguns são Doutores, outros pertencem à Ordem Beneditina) destacam-se: São Jerónimo (†420), com a sua *Divina Bibliotheca* (5 t.) e uma seleção de cartas: *Epistolae Aliquot Selectae*, de utilidade e uso escolar; Santo Agostinho (†430), com a sua *Opera* (9 t.); ou simplesmente com uma antologia dos textos mais notáveis, de âmbito escolar: *Opuscula Divi Augustini Longe Prestantissima*; o beneditino São Gregório Magno (†604), com os seus *Opera Omnia* (4 t.) e as *Epistolae Decretales ac Familiares*; São Cipriano de Cartago (†258), com a sua *Opera* (em 1 t.); São Leão Magno (†461), Papa, com os seus *Opera Omnia* (1 t.); ou com todos os seus sermões e homilias que sobrevivem, úteis para pregadores: *Sermones & Homiliae, quae quidem extant omnes* (1 t.); além de, naturalmente, a *Regula*, de São Bento (†543).

Entre os Padres Gregos, cuja obra surge vertida para latim (pois esta comunidade não se sente à vontade com o grego) e em que há a tendência para dispor da obra completa, destacam-se: São Cirilo (†444), patriarca de

Alexandria, com os seus *Opera Omnia* (1 t.); João Crisóstomo (†407), arcebispo de Constantinopla, com a sua *Opera* (5 t.), em que se destacam as homilias; São Basílio Magno (†379), bispo, com a sua *Opera Plane Divina* (1 t.); Pseudo-Dionísio Areopagita (†500), com a sua *Opera* (1 t.).

Entre os Doutores da Igreja, destacam-se os escolásticos medievais. Em primeiro lugar, Santo Anselmo da Cantuária (†1109), monge beneditino e arcebispo, por ser um autor beneditino, quer com os seus *Opera [et] tractatus* (1 t.) e os *Opera Omnia* (1 t.), quer com a obra comentada pelo beneditino cardeal José d'Aguirre (†1699): *S. Anselmi… Scholiis, et Comentariis Ilustratus* (3 t.); e *S. Anselmi… Theologia, Commentariis et Disputationibus, tum Dogmaticis, tum Scholasticis, Illustrata* (2 t.); São Bernardo de Claraval (†1153), abade, com os seus *Opera Omnia* (2 t.); e naturalmente o dominicano São Tomás de Aquino (†1274), quer com a totalidade da sua *Summa Theologica*, quer com o texto comentado: *Commentatiorum ac Disputationum… Summae Theologiae Sancti Thomae Aquinatis*, pelos renomeados jesuítas Francisco Suárez (†1617), jurista e teólogo da segunda escolástica, da Escola de Salamanca, que leu em Coimbra no final da vida; e Luís de Molina (†1600), igualmente jurista e teólogo, da Escola de Salamanca, que leu em Coimbra e Évora; ou sob a forma de resumos ou epítomes, de uso escolar: *Epitome in Universam Sacrosanctae Theologiae D. Thomae Summam*, dada a sua vastidão. Destacadas, surgem também as *Sententiae* (1 t.) do filósofo Pedro Lombardo (†1160), dada a fama, poder de síntese teológica e contributo para os sacramentos. Em razão da sua importância, já desde a Idade Média, há sobre elas vários comentários, de que destacamos, pela importância: *In Tertium Librum Sententiarum Eruditissima Commentaria cum Quaestionibus* (1 t.), de Egídio Romano (†1316), filósofo medieval e teólogo escolástico, mas sobretudo os comentários de São Boaventura (†1274), teólogo e filósofo escolástico: *Perlustratio Sancti Bonaventure in Primum [-Tertium] Librum Sententiarum* (3 t.), que poderá muito bem ser a ed. de 1493, de Kilian Fischer, portanto um incunábulo.

Outra obra de destaque é a de alguns Teólogos afamados: a célebre obra de Bento XIV (†1758), Papa e exímio teólogo: *Benedicti XIV… [Opera]* (8 t.), que foi editada em Roma pelo jesuíta português Manuel de Azevedo (S.J.), seu secretário e exímio liturgista; ou o seu *Bullarium* (2 t.); a obra enciclopédica *Prompta Bibliotheca Canonica, Juridica, Moralis, Theologica, nec non Ascetica, Polemica, Rubricistica, Historica* (4 t.), de vasto alcance teológico, do franciscano e canonista Lúcio Ferraris (†1763); os *Opera Omnia* (2 t.), do bispo e canonista Martino Bonacina (†1631), obra sobretudo de carácter jurídico; a *Theologia Christiana Dogmatica-Moralis* (10 t.), do teólogo dominicano e pregador Daniel Concina (†1756); e a *Opera* (7 t.), do teólogo inglês José Bingham (†1723), que

investigou a origem e as antiguidades da igreja cristã.

6.3. Teologia (em sentido lato) e Teologia Moral

Segue-se no inventário uma temática vasta, em que esta comunidade tem muito interesse e que é central na disciplina teológica: sobretudo a Teologia Moral (sobre os preceitos de viver de acordo com os princípios ético-morais subjacentes à doutrina cristã, tão importante para estudantes e professores como para leigos), mas também a Teologia Sistemática (englobando a Teologia Doutrinal, a Teologia Dogmática, a Trindade, Cristologia e Mariologia…) e a Teologia Escolástica. Muita dela é bibliografia de caráter escolar, que servia de apoio à preparação de mestres e à aprendizagem de estudantes, a qual pode surgir sob a forma de variados títulos, como *Summae*, obras generalistas de síntese teológica, *Cursus*, *Compendium*, *Promptuarium, Institutiones*, *Apparatus* e *Repertorium* teológicos.

Aí se acha, como era de prever, a obra generalista *Summa Totius Theologiae* (4 t.) de São Tomás de Aquino (†1274), Doutor da Igreja, que percorre os campos da ética, da lei natural, da metafísica e da teoria política e era apropriada para estudantes de Teologia; ao qual se seguem outras *Summae*: como a *Summa Theologiae Scholasticae* (1 t.) do jesuíta Martinus Becano (†1624), teólogo e polemista, que obteve várias edições e era igualmente apropriada para estudantes de Teologia; e entre os *Cursus* e *Compendia* de Teologia, destinados a professores e a estudantes, merece destaque: os *Cursus Theologici* (2 t.), do jesuíta João Baptista Gormaz (†1708), professor de Teologia; os *Cursus Theologici* (2 t.), do jesuíta José de Araújo (†1759), professor de teologia e autor nacional; o *Cursus Theologicus ad usum tyronum elucubratus* (2 t.), do jesuíta Domingos Viva, professor de Teologia, que foi cuidadosamente preparado (*elucubratus*) para uso dos aprendizes (*ad usum tyronum)*.

Muita desta bibliografia teológica está orientada para a Teologia Moral ou Ética Cristã, tão útil para professores, estudantes ou leigos, como: a *Theologiae Moralis Summa* (2 t.), do franciscano Clemente Piselli (†1715); o *Cursus Theologiae Moralis* (3 t.), do carmelita Francisco de Jesus Maria, da Univ. de Salamanca; o *Promptuarium Theologicum Morale* (2 t.), do jesuíta português Bento Pereira (†1681), da Univ. de Évora, também conhecido pela sua obra de lexicografia; o *Repertorium Morale Utriusque Fori* (1 t.), de Octávio Maria de S. José (O.S.A.), em que por «utriusque fori» (ambos os foros) se entende o foro secular e o eclesiástico, e que responde às muitas interrogações acerca da ética cristã; e as *Institutiones Theologiae Moralis* (6 t.), de Pedro Collet (†1770), da Univ. de Paris… e bastantes outras obras que contêm no seu título; *Theologia Moralis; Ethica Christiana*; *Moralis Christiana*; *Opus morale; Promptuarium*

morale; Compendium Morale; Lux Moralis ou ainda *Quaestiones Morales.*

Ou, então, é bibliografia escolar que está orientada para a Teologia Dogmática, Escolástica e Moral, como: o *Compendium Theologiae Dogmaticae, Scholasticae et Moralis* (3 t.), do beneditino Domingos Schram (†1797), teólogo e canonista alemão, que foi apresentado de acordo com método científico; o *Cursus Theologicus Scholastico-Dogmaticus et Moralis* (2 t.), do teólogo francês Honoratus Tournely (†1729), conhecido oponente do Jansenismo; ou a *Theologia Universa in Via Recentiorum ad usum studentium accommodata* (2 t.), do teólogo austríaco Marco Maria Struggle, que, além de ser uma síntese completa, está atualizada e ajustada aos estudantes, em que se exploram assuntos como: Trindade, Anjos, Escatologia, Pecado e Graça… e outra bibliografia que contém no título *Theologia Speculativa* e *Theologia Scholastica.*

A bibliografia que contém no título *Praelectiones*: ato de ler em voz alta, remete para lições universitárias dos mestres e é igualmente útil para o ensino de Teologia, como: as famosas *Praelectiones Theologicae* (4 t.), do dominicano Pedro Maria Gazzaniga (†1799), que leu na Univ. de Viena e que foram aumentadas, corrigidas e reordenadas; e as *Praelectiones Theologicae* (11 t.), do teólogo francês Honoratus Tournely (†1729), sobre as lições que leu na Sorbonne, em que explora temas como: os atributos de Deus, a graça, a Trindade, a Igreja, a Incarnação e sobretudo os Sacramentos.

Sempre que no título surge *Medulla*, *Opuscula* ou *Synopsis*, significa que são compêndios resumidos e escolares, em que esta comunidade tem interesse para instrução dos aprendizes, como p. ex., *Medulla Theologicae* (2 t.), de Luís Abelli (†1691), adversário do Jansenismo; ou a *Medulla Theologiae Moralis* (1 t), do jesuíta e moralista da Univ. de Colónia, Herman Busembaum (†1668), de abundante tiragem (mais de 200 edições!), que resolvia casos de consciência de forma fácil e metódica; ou a *Synopsis Totius Cursus Theologici Accuratissima* (5 t.), do jesuíta Jaime Platel (†1681), que além de síntese de toda a teologia (especulativa, prática, moral e polémica), também foi feita com extremo cuidado e método; ou a *Sacrae Theologiae Moralis Medulla Recens ad Mentem Celeberrimorum Patrum Salmanticensium* (1 t.), de Paulo Jerónimo de Sancta Helena (O.C.D.), que, além de *recens* (recente), também exprime o pensamento dos mais célebres teólogos da Univ. de Salamanca.

Surge nesta secção, dentro da Teologia Moral ou Ética Cristã, bibliografia de apoio à pastoral e à disciplina eclesiástica, que possui no título o sintagma «casus conscientiae», a qual, sendo obra casuística, respondia a situações complexas de conflito moral ou dilemas éticos, com vista a tomar uma decisão ética adequada, sendo útil para penitentes e sobretudo para a formação do clero: confessores e diretores espirituais. Aqui se inclui a muito considerada obra do moralista

e casuísta Antonino Diana (†1663): a *Summa Diana* (1 t.) e as *Resolutiones Morales,* que prometiam a resolução de casos de consciência complexos; assim como o *De Restitutione Tractus* (*Tratado sobre a restituição)* (2 t.), do celebrado jesuíta evorense Emanuel Pereira (S.J.), útil para confessores, penitentes e juristas de ambos os direitos; o *Thesaurus Casuum Conscientiae* (1 t.), do beneditino Gregorio Sayro (†1602); e, sob a forma de dicionário, o *Dictionarium Casuum Conscientiae* (3 t.), do canonista João Pontas (†1728), que, apoiado nas decretais e nos Padres, apresentava decisões de dificuldades morais e de disciplina eclesiástica; e as *Variae Responsiones Casuum Conscientiae* (1 t.), do teólogo agostiniano português Luís de Beja Perestrello (†1610), redigido sob a forma de pergunta-resposta… e outra bibliografia que contém no título: *casus conscientiae* e *instructorium conscientiae*.

Alguma desta bibliografia está orientada para o sacramento da penitência ou foro penitencial, na linha do antigo género «manuais de confessores», em que esta comunidade estava interessada no âmbito das suas funções pastorais, de formação teológica do clero e da disciplina eclesiástica. Sem dúvida que o sacramento da penitência é aquele que mais interesse desperta, a exemplo de: *Director Confessariorum in Forma Catechismi* (1 t.), de Bertin Bertaut (†1658)… e outra bibliografia que contém no título: «Directores animarum», como a *Lucerna Mystica pro Directoribus Animarum* (1 t.), de José Lopez Ezquerra. Outra é bibliografia prática acerca do confessionário: *Praxis Confessarii ad bene excipiendas confessiones ad instructionem tyronum confessariorum* (1 t.), de São Afonso de Ligório (†1787), santo padroeiro dos confessores, que era apropriada não só para instrução dos aprendizes (*tyronum*), mas também para extrair (*excipiendas*) boas confissões… e outra bibliografia que contém no título *Praxis Theologica*.

6.4. Teologia Polémica / Apologética cristã

De igual forma, esta comunidade monástica tem interesse em documentar-se bem na defesa do cristianismo contra ateus, *politeus*, heréticos, judeus e muçulmanos, no combate às heresias e na defesa do catolicismo contra os protestantes, no âmbito da Contrarreforma, matéria que atingiu o seu apogeu histórico no séc. XVI-XVII, na luta teológica contra o protestantismo – é a Teologia Apologética ou de controvérsia. Sendo esta uma biblioteca teológica pós-Trento, a apologética não poderia faltar, até porque a defesa do cristianismo é uma função de todo o cristão e muito mais de um clérigo ou pregador. Aí se inclui: o *Propugnaculum Ortodoxae Fidei* (1 t.), do capuchinho Martín de Torrecilla (†1709), que, como o próprio nome indica, é um *Baluarte da Verdadeira Fé* – o cristianismo-catolicismo; a *Veritas Religionis Christianae Contra Atheos, Polytheos, Idolatras, Mahometanos, & Judaeos* (2 t.), do dominicano Vicente Luís Gotti

(†1742), cardeal; a *Vera Ecclesia Christi* (1 t.), provavelmente de autor nacional. A Bula da Cruzada contra os Turcos, *Compendium Bullae Cruciatae Lusitaniae Concessae,* do jesuíta Luís Nogueira (†1696), tem aqui motivo de inclusão.

6.5. Parenética ou oratória sacra

A sermonária, parenética ou oratória sacra é dominada pelas línguas vernáculas: castelhano, português e até francês, já que a pregação era efetuada em vulgar, como havia sido determinado no longínquo Concílio de Tour (813), ainda que a Liturgia fosse em latim. São sobretudo sermões em honra dos santos (nas festas dos santos), solenidades de Maria e sobre as Festas principais do Ano: Advento, Quadragésima (1.º domingo da Quaresma) e sobretudo Quaresma; Paixão de Cristo e Páscoa; domingos do ano.

Ainda assim surge alguma bibliografia em latim, de que destacamos: as *Homiliae Sacrae seu Aurei Sermones* (1 t.), de S. Pedro Crisólogo (†450), Doutor da Igreja e autor de belos sermões, que brinca com o seu nome: Crisólogo (palavra de ouro) e o título da obra: «aurei sermones»; o *Evangelicus Concionator et Novi Hominis Institutio* (*Orador evangélico e a instituição do novo homem*) (2 t.), do jesuíta F. Garcia del Valle, que pretende a instrução de um novo orador sacro; a *Polyanthea Sacra* (2 t.), do jesuíta André Spanner, que, como o nome indica, trata-se de uma antologia (polianteia), sob a forma de figuras, símbolos e testemunhos da *Bíblia* e dos grandes autores para auxílio aos pregadores; os *Loci Communes ad Conciones* (1 t), do jesuíta Francisco Labata (†1631), que contém inúmeros lugares-comuns para a construção de sermões; ou a obra mariana do franciscano João de Cartagena, que explora os sagrados mistérios («sacris arcanis») da Virgem Maria e de São José: *Homiliae Catholicae de Sacris Arcanis* (3 t.).

Entre os diferentes períodos do ano litúrgico, o Tempo da Quaresma merece lugar de destaque, como em: *Homiliae Quadragesimales* (4 t.), do dominicano Jerónimo Baptista de Lanuza (†1624), célebre pelas suas homilias; ou as *Homiliae in Omnia quae per Quadragesimam Legentur Evangelia* (1 t.), do carmelita Thomas Beauxalmis (†1589), conhecido pela defesa do catolicismo contra os escritores protestantes, que explora todos os Evangelhos que são lidos na Quaresma; ou outros períodos, como o Advento: *Sacrae Enneades Adventuales* (1 t.), do franciscano Maurício Hylaret (†1561), sobre os nove dias (*enneades*) sagrados do Advento; ou os célebres sermões do pregador dominicano Luís de Granada (†1588), que viveu a maior parte da vida em Portugal: *Conciones de Tempore* (*Sermões de Tempore* - 4 t.), sobre o «proprium de Tempore» (desde o Advento até ao fim do Pentecostes, incluindo o ciclo do Natal, da Septuaginta e do tempo pascal); e os *Conciones de Tempore et Sanctis in Epitomen Redactae* (1

t.), que são sobre o «proprium de tempore» e o «proprium de Sanctis» (próprio dos Santos), mas de forma resumida… e outra bibliografia que contém no título: *Sermones, Homiliae, Conciones* (sermões / discursos), *Ennarrationes*.

6.6. Concílios, Bulários, legislação eclesiástica e Direito Canónico

Como era de prever, a biblioteca de Refojos possuía grandes coleções legislativas eclesiásticas, útil para canonistas, lentes, sacerdotes e estudantes, entre os quais destacamos: a coleção de concílios do historiador jesuíta Gabriel Cossart (†1674) – *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio* (30 t.), que, além de vasta, é nova e está mui ampliada; a *Collectio Maxima Conciliorum Ommium Hispaniae et Novi Orbis, Epistolarumque Decretalium Celebriorum* (6 t.), do cardeal beneditino José Sáenz d'Aguirre (†1699), que também é obra conciliar vasta, mas relativa à Hispânia e ao Novo Mundo, além de conter as mais célebres cartas decretais; o *Jus Canonicum Universum* (5 t.), do franciscano canonista Anacleto Reiffenstuel (†1703), que contém todo o direito canónico; ou o *Jus Ecclesiasticum Universum Antiquae et Recentiori disciplinae* (4 t.), do canonista belga Zeger Bernhard Van-Espen (†1728), que é uma coleção de todo o direito eclesiástico ajustado à antiga e recente disciplina; ou as *Institutiones juris ecclesiastici publici et privati* (3 t.), do beneditino, teólogo e canonista alemão, Fr. Domingos Schram (†1797), que engloba o direito eclesiástico público e privado; com o *Teatro da Verdade e da Justiça – Theatrum Veritatis et Justitiae, sive Decisivi Discursus per materias seu titulos distincti et ad veritatem* (11 t.), João Baptista de Luca (†1654) apresenta-nos a sua vasta obra jurídica ordenada por matérias ou títulos, que promete ser a «verdade decisiva» nas controvérsias jurídicas de ambos os direitos, sobretudo o canónico; a *Vetus et Nova Ecclesiae Disciplina circa Beneficia et Beneficiarios* (10 t.), do oratoriano bispo Luís Thomassin (†1695), sobre benefícios eclesiásticos e beneficiários, quer antigos, quer contemporâneos; e naturalmente as disposições do Concílio de Trento, como o *Ordo Verborum in Sacrosanctum et Oecumenicum Concilium Tridentinum* (1 t.), do português Francisco Freire da Silva… e outra bibliografia que contém no título *Corpus Iuris*; *Sacra Canona*; *Ecclesiastica Canona*; *Ius Ecclesiasticum; Ecclesiae disciplina*; *Concilium Tridentinum*. No campo do Direito Civil, vale a pena referir, pelo número de edições: o *De Justitia & Jure Libri Decem* (1 t.), do jurista (e físico) dominicano Domingo de Soto (†1560), da Escola de Salamanca.

6.7. História Eclesiástica, Regra e Costumeiro da Ordem de São Bento

Esta secção historiográfica é dominada pelas línguas vulgares. Ainda assim, destacam-se pelo número de volumes: a *Historia Ecclesiastica* (69 t.

em latim), do jurista e historiador Claude Fleury (†1723), que pretende fazer uma história da Igreja acessível a todos; e os *Annales Ecclesiastici* (28 t.), do historiador oratoriano, cardeal César Barónio (†1607), acerca da história da Igreja desde as origens até 1198, apoiando-se em inúmeras fontes documentais; e a *Historia Ecclesiastica Veteris Novique Testamenti* (9 t.), do historiador eclesiástico dominicano Alexandre Natalis (†1724), centrada no Novo e Antigo Testamento; e naturalmente os *Annales Ordinis S. Benedicti Occidentalium Monachorum Patriarchae* (6 t.), do beneditino João Mabillon (†1707), relativos à Congregação Beneditina; a *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento Tirada de Latim em Linguajem Portuguesa* (1 t.) é uma tradução do beneditino Fr. Plácido Vilalobos (†1589) a partir do latim. Aliás, a bibliografia acerca do fundador privilegia as línguas vulgares, assim como a relativa à educação de monges e de príncipes. Por último, não poderiam faltar as Constituições da Ordem ou *Costumeiro*: *Constitutiones Monachorum Nigrorum Ordinis S. P. Benedicti Regnorum Portugalliae* (1 t.)… e outra bibliografia que contém no título: *Historia Ecclesiastica*; *Privilegia* (como os privilégios da Ordem Beneditina).

6.8. Outros livros didáticos de apoio ao Colégio de Humanidades e de Estudos Maiores

Já nos referimos a variada bibliografia escolar teológica sob a forma de *Cursus*, *Summae*, *Disputationes*, *Compendium, Promptuarium, Medulla*, *Opuscula* e *Synopsis…* Como em determinados períodos temporais o Mosteiro de Refojos teve Colégio, como já referimos, era importante dispor do respetivo material didático-pedagógico de apoio, quer referente aos autores clássicos e à Historiografia, quer à Filosofia (em sentido amplo), quer à Retórica (a irmã gémea da oratória)… e naturalmente os dicionários e as gramáticas das línguas de estudo: Latim, sobretudo, mas também Hebraico e Grego. Essa bibliografia mais de caracter escolar faz-se sentir de forma especial nesta parte final do inventário, não só por ser escolar, mas também por muita dela se encontrar repetida. Por isso surgem de novo os Cursos de Teologia, os Comentários bíblicos ou Exegese, a Teologia Moral e a Parenética (alguns repetidos, pois já tinham surgido nas seções anteriores); e surge pela primeira vez bibliografia escolar relativa à Filosofia, aos Clássicos e à Literatura…

Historiografia e Literatura Clássica

É nesta secção que encontramos os historiadores profanos e a Literatura Clássica, em que a livraria de Refojos está bem representada, já que este tipo de bibliografia era importante para o Colégio de Humanidades. Aqui encontramos os *Historiarum Libri*, do historiador Quinto C. Rufo, acerca das conquistas de

Alexandre; a *Opera*, do escritor e apologista Lactâncio (c. 240-320), em defesa do cristianismo; as *Noctes Atticae* (*Noites áticas*), do escritor Aulo Gélio, que é obra miscelânea (filosofia, história, gramática, direito e crítica literária); a *Opera*, do historiador judeu Flávio Josefo, acerca da história da Judeia no período romano; a obra filosófica e moral de Séneca, um «cristão» antes do cristianismo, de apreço dos teólogos; a obra historiográfica de Suetónio, acerca da vida dos 12 césares, comentada; o *best-seller* do historiador Floro: *Res Romanae*, acerca das glórias de Roma; o poema épico *De Belo Punico* (*A Guerra de Cartago*), do cônsul e poeta Sílio Itálico; as famosas *Historiae Mundi*, de C. Plínio; a famosa *Opera*, dos poetas do «século de ouro» Vergílio e Horácio; até as *Fabulae*, de Esopo, de uso escolar… Também a poesia latina de Petrarca; o tesouro poético de um jesuíta anónimo: *Regia Parnassi seu Palatium Musarum*, que ganhou popularidade pela sua recolha de versos poéticos de inúmeros autores. Ainda que o saber enciclopédico seja feito em vulgar, é de destacar a enciclopédia *Magnum Theatrum Vitae Humanae* (8 t.), do teólogo belga Lourenço Beyerlinck (†1627), que ordena os assuntos por ordem alfabética.

Filosofia

O campo da Filosofia é dominado pelos Jesuítas, muitos deles ligados aos Colégios de Coimbra, de Évora e de Salamanca. Aqui se situam os dois *best-sellers*, a obra lógica de Antoine Arnauld (†1694) *Logica Siue Ars Cogitandi,* e os *Elementa Philosophiae Rationalis et Moralis*, do famoso filósofo e jurista João Heinécio (†1741); mas também os célebres: *Cursus Philosophicus Conimbricensis*, do jesuíta, filósofo e historiador P.e António Cordeiro (†1722); o *Cursus Philosophicus* (4 t.), do jesuíta Francisco Soares «Lusitano» (†1602), professor na Univ. de Évora; e do franciscano Fr. Francisco Palanco (†1720), da Univ. de Salamanca; assim como os famosos *Comentarii Collegii Conimbricensis* à filosofia de Aristóteles. Ainda relativamente a Aristóteles, vale a pena referir a obra do jesuíta P.e Silvestre Aranha (†1768), do Colégio de Coimbra: *Disputationes Metaphysicae; Disputationes Logicae; Disputationes de Intellectu*; ou os famosos *Commentarii in Universam Aristotelis Dialecticam* (1 t.), do jesuíta António Rúbio (†1615)… e muita outra bibliografia didática que possui no título a palavra *Philosophia,* ou *(Nova) Logica,* ou *Dialectica,* acompanhadas de: *Institutiones; Cursus; Compendium; Comentarii; Elementa; Quaestiones; Disputationes; Eloquentia.*

Retórica

Próxima da oratória religiosa ou sermonária, de que já falamos e em que predominam as línguas vulgares, acha-se a retórica (profana e eclesiástica).

Distinguem-se neste ponto: a retórica é o conjunto de regras sobre o bem-falar; a oratória é o conjunto de discursos / sermões, ou seja, as realizações discursivas. Aí se acha a obra de Cícero, mestre da eloquência, sobretudo o famosíssimo *De oratore*; mas também a seleção dos seus melhores textos: *Orationes Selectae*, que aponta para obra escolar; ou a retórica redigida ao estilo de Cícero: *Ars Rhetorica ad Tullianam Rationem Exacta*. Quanto à figura de Aristóteles, autor de referência, foi mais apreciado pela obra filosófica do que pela retórica. Ainda assim encontramos: *Praeceptiones Rhetoricae ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano*, de Luís Crevier, que é informação retórica extraída dos três grandes *retores*. Por fim, as famosas *Ecclesiasticae Rethoricae*, do já referido pregador dominicano Luís de Granada (†1588), sobre retórica sagrada.

Dicionários e gramáticas

São materiais escolares de apoio ao ensino e aprendizagem das três línguas sagradas: Hebraico, Grego e Latim. Destacamos, pela sua difusão: o *Lexicon Hebraicum et Chaldaicum*, de João Buxtorf; o *Lexicon Manuale Graecum*, de Benjamim Hederico; a famosa *De Institutione Grammaticae*, do jesuíta P.e Manuel Álvares, (†1582), que «correu mundo», com o não menos famoso comentário de João de Morais Madureira Feijó: *Explicationes in omnes Partes Totius Artis Emmanuelis Alvarez* (de facto, a *Ars* de Manuel Álvares, de que se contam 500 ed., foi comentada e explicada por diferentes autores, atestando a sua celebridade); ou o celebérrimo *Indiculus Universalis (Tabela universal)*, do jesuíta francês P.e François-Antoine Pomey, que é um pequeno dicionário temático em latim; o famoso *Lexicum Ecclesiaticum Latino Hispanicum* (1 t.), do dominicano Fr. Diogo Ximénez Arias, que é um dicionário de latim cristão bilingue… e outra bibliografia que contém no seu título, além de *Latinus, Graecus, Hebraicus*, também as palavras: *Grammatica, Lexicon, Dictionarium, Explicationes, Selecta, Annotationes, Vocabularium* e *Thesaurus.*

6.9. Literatura cristã (Ascética, Mística) e Exercícios espirituais

Por último, uma temática mais ligada à espiritualidade dos religiosos – a Teologia ascética e mística, em que se inclui a Hagiografia, que privilegia as experiências religiosas interiores dos mistérios da fé e que identifica os «errores místicos»; e os exercícios espirituais: oração, meditação para íntima união com Deus ou êxtase. Esta literatura de aperfeiçoamento espiritual e de *aedificatio* (em que a livraria feminina de Vairão é forte) é igualmente dominada pelas línguas vulgares: Espanhol e Português. Pouco se acha em Latim, como se esta língua fosse inadequada à meditação e contemplação. Este género literário, em que se apontavam as vidas dos santos como modelos de virtude, servindo

de contraponto à literatura de ficção, pouco ou nada edificante, sofreu uma revalorização na segunda metade do séc. XVI em diante, fruto das medidas da Contrarreforma. É neste ponto que as duas Livrarias: uma masculina, feminina a outra, mais se aproximam, ou seja, onde a Livraria de Vairão começa e se desenvolve, aí termina a Livraria masculina de Refojos.

Em Latim apenas se acham: as *Institutiones Theologiae Mysticae* (2 t.), do beneditino, teólogo e canonista alemão, Fr. Domingos Schram (†1797), para uso dos diretores espirituais e leigos que buscam a perfeição cristã; o famoso *Virtutum Vitiorumque Exempla* (1 t.), de Nicolas de Hannapes (†1291), patriarca de Jerusalém, sobre moral cristã, que explora o par «virtudes e vícios» extraídos do repositório de ambas as leis; o *best-seller Contemptus Mundi* (*Desprezo do mundo*), de Tomás de Kempis (†1471); e a obra do místico Ioannes Gerson (†1429), da Univ. de Paris: *De Imitatione Christi et de Contemptu Omnium Vanitatum Mundi*, que lembra o início do *Eclesiastes.*

7. Livraria latina da Botica

Efetivamente, a Ordem de São Bento preocupava-se com a cura dos doentes e com a arte farmacêutica, o que levou ao desenvolvimento de uma biblioteca especializada – a Livraria da Botica, que também foi descrita pelo inventário da *exclaustração* em catálogo à parte[32]. Por se achar quase toda (exceto dois livros) na botica e, portanto, separada da biblioteca comum, parece ter tido vida autónoma. A razão foi devida à sua localização (na botica) e à especialização, quer de conteúdo técnico médico-farmacêutico, quer de leitores.

Na botica o monge boticário fabricava medicamentos destinados aos doentes, quer aos monges do mosteiro, quer à comunidade exterior que ali acorria. Na verdade, os mosteiros eram o baluarte dos pobres que batiam à porta e pediam pão, sopa e remédios; e a prova de que havia um trato assíduo com os doentes da região está na «lista pormenorizada dos devedores à botica»[33], a qual se conserva.

O cargo de boticário era especializado. Além dos conhecimentos médico-farmacêuticos, tinha de saber latim, língua da ciência, para assim proceder às manipulações, sendo o mesmo recomendável aos aprendizes de Medicina e Farmácia: «boticários soubessem latim, alegando muitos as atendíveis razões

[32] ANTT, Ministério das Finanças, *Colégio de São Bento de Refojos de Basto*, caixa 2247, fls. 19v - 20r.

[33] Em DIAS – *O Mosteiro de São Miguel de Refojos*…, p. 90; SEQUEIRA, Maria Olga Portela Gonçalves de Paz – *A Botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos*. In Pedro Vilas Boas Tavares *et al.* – *Atas do I Seminário Internacional: «A ordem beneditina, o papel dos mosteiros e o património da UNESCO»*. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2016, p. 81 e ss, p. 97 e ss.

para este efeito» e o mesmo se dizia a respeito dos praticantes[34]. E não é sem razão, pois de entre as 30 obras inventariadas, pelo menos 16 são em latim, o que perfaz mais de 50% do *corpus* médico-farmacêutico, que contém no título as palavras: *Pharmacopea; Opera; Opera Omnia; Tractatus; Bibliotheca; Thesaurus; Corpus; Cursus; Materia Medica; Breviarium; Lexicon*.

Foi identificada e descrita por Luana GIURGEVICH[35], que também estabelece uma classificação em quatro géneros ou tipologias: as farmacopeias: como a *Pharmacopea Tubalense* (2 t.), de Manuel Rodrigues Coelho, de grande circulação em Portugal e em português; e a *Pharmacopea Matricensis* (1 t.); os «livros dos simples», sob a forma de dicionários (químicos), glossários e lexicográficos, como o *Lexicon Chimico-Pharmaceuticum* (1 t.), de João H. Jungken (†1726), teólogo e médico alemão; os manuais pedagógicos ou livros de ensino dos boticários, talvez pelo facto de no Mosteiro ter funcionado, em algum período temporal, uma escola prática para boticários; e as obras médico-cirúrgicas, que constituem a maioria do acervo, como: a *Opera medica theoretico-practica* (5 t.), de Miguel Ettmuller (†1683), médico alemão e professor na Uni. de Leipzig; os *Opera omnia medico-physica et philologica* (3 t.), de José Lanzoni (†1730), de Ferrara, doutor de Filosofia e Medicina; a *Bibliotheca Pharmaceutico-medica* (2 t.), de Jacques Manget (†1742), médico e epidemiologista de Genebra; e o *Thesaurus et armamentarium medico-chymicum* (t. 1), de Adrian von Mynsicht (†1638), químico alemão.

Conclusão

A rica Livraria do Mosteiro de Refojos de Basto, uma das cerca de 577 que foram inventariadas em 1834, aparenta ser o modelo de uma biblioteca monástica beneditina masculina (já que a feminina era bastante diferente) do século XVI em diante, de entre os 22 mosteiros da Congregação na Metrópole. É, em termos gerais, uma biblioteca (latina) equilibrada nas diferentes áreas teológicas; materialmente rica, se se atender ao local de implantação, em zona rural, algo distante dos grandes centros urbanos; que reflete a penetração das Luzes no claustro; em que há o cuidado de atualização bibliográfica e investimento no bem cultural livro; de tradição hispânica e românica, mas que não carece de bibliografia de outras geografias; especializada na Teologia e disciplinas ancilares, com abundante material didático, estando o Latim muito bem representado nas principais áreas, as quais ultrapassam em muito o campo da

[34] DIAS – *O Mosteiro de São Miguel de Refojos*…, p. 82; SEQUEIRA – *A Botica do Mosteiro de S. Miguel de Refojos*…, p. 69 e 71 e ss.

[35] GIURGEVICH – *Bibliotecas de boticas beneditinas*…, p. 225-236; e Apêndice, Doc. 1, p. 237-248.

pregação. São: Sagradas Escrituras e Teologia Bíblica, Exegese, Padres da Igreja, Doutores e grandes Teólogos, Teologia Moral, Dogmática e Escolástica, Direito Canónico e História Eclesiástica, e inúmeros manuais do ensino teológico, mas também a Filosofia, como disciplina ancilar da Teologia, e os clássicos latinos. Em termos de aquisições, ela revela os interesses e gostos dos seus usuários e as necessidades do mosteiro: preparação dos monges para as atividades pastorais; a prática da *lectio* e da *lectio divina*, tanto em comunidade como em privado; mas sobretudo a formação, quer de mestres, quer de estudantes, pois é certo que nalguns períodos o mosteiro foi Colégio de Humanidades para os noviços e coristas e Colégio de Estudos Maiores: de Filosofia e até de Teologia, esta por breve tempo. Todas estas circunstâncias influíram nas aquisições bibliográficos do mosteiro, que foi considerado uma das «casas grandes» da Ordem, facto que contribuiu igualmente para maiores aquisições bibliográficas.

Artigo recebido em 26/10/2024
Artigo aceite para publicação em 26/11/2024

A LIVRARIA FILOSÓFICA DO MOSTEIRO DE REFOJOS DE BASTO

VERA RODRIGUES
INSTITUTO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
verarvarjota@gmail.com
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31a2

RESUMO: A livraria filosófica do mosteiro de Refojos de Basto mostra-se particularmente rica, diversa e aberta às grandes correntes e debates teológicos, filosóficos e científicos do seu tempo. Esse alinhamento, para não falar do seu crescimento, é particularmente visível a partir do século XV, tudo leva a crer que sob orientação de Frei Diogo de Murça. Percorremos aqui brevemente o conteúdo dessa livraria que agrupamos em quatro géneros amplos: a Bíblia e os clássicos; a presença jesuíta; a teologia moral; obras de filosofia natural e de filosofia do direito. Em anexo, reconstituímos o inventário filosófico em quatro secções cronológicas (biblioteca clássica e medieval e biblioteca do século XVI-XVIII) e duas outras reunindo sermões e homílias e cursos e materiais didáctico-pedagógicos.
PALAVRAS-CHAVE: Livraria filosófica; Mosteiro de Refojos de Basto; Fr. Diogo de Murça.

ABSTRACT: The philosophical library of the monastery of Refojos de Basto is particularly rich, diverse and open to the great theological, philosophical and scientific currents and debates of its time. This alignment, not to mention its growth, is particularly visible from the 15th century onwards, under the guidance of Friar Diogo de Murça. Here we briefly go through the contents of this library, which we have grouped into four broad genres: the Bible and the classics; the Jesuit presence; moral theology; works of natural philosophy and philosophy of law. In the appendix, we have reconstituted the philosophical inventory in four chronological sections (classical and medieval library and 16th-18th century library) and two others which group together sermons and homilies and courses and didactic / pedagogical materials.
KEYWORDS: Philosophical library; Refojos de Basto Monastery; Fr. Diogo de Murça.

Introdução

Pese embora toda a incerteza inerente à reconstituição de uma biblioteca perdida, o valor e a importância da secção filosófica da livraria do mosteiro de Refojos de Basto impõem-se como uma evidência[1].

Das suas origens, provavelmente na viragem do séc. XII, até à extinção das ordens religiosas em 1834, o Mosteiro beneditino de São Miguel de Refojos de Basto foi certamente um centro de devoção e estudo fulcral no Minho[2]. As suas ligações às grandes famílias proprietárias da região e a sua posição eminente como lugar de fé exprimem-se nomeadamente na longa reconstrução da igreja que a converteu num dos expoentes do Barroco minhoto[3]. A cultura beneditina do livro[4] prolongou-se no Mosteiro de S. Miguel até aos séculos XVII e XVIII, período em que a livraria filosófica do Mosteiro ganha maior relevância, como já o notara Ana I. L. Monteiro[5] e se pode ver pela distribuição das obras que propomos em anexo.

A importância da biblioteca do Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto como centro de saber e da sua difusão é, pois, evidente e é hoje melhor conhecida[6]. A sua secção filosófica justifica um estudo mais aprofundado do que aquele que nos é permitido conduzir nesta sede, com base no catálogo

[1] Já MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *A Livraria monástica de Refojos de Basto*. In TAVARES, Pedro Vilas Boas; OLIVEIRA, Fátima (coord.) – *III Seminário Internacional Ora et Labora Refojos de Basto: leituras, textos e autores beneditinos. Atas.* Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2018, pp.156 havia apontado a importância da colecção de teologia, contando com o maior número de obras, seguida das colecções de história e de obras de carácter enciclopédico.

[2] Veja-se MARQUES, José – *Os mosteiros beneditinos na Arquidiocese de Braga na Idade Média*. In *I Seminário Internacional "A ordem beneditina, o papel dos mosteiros e o património da Unesco"*, Atas. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2016, pp. 27-36.

[3] DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O mosteiro de S. Miguel de Refojos: jóia do barroco em terras de Basto*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 2009; OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *A fachada do Mosteiro de S. Miguel de Refojos*". In *I Seminário Internacional "A ordem beneditina"*, ob. cit., pp.147-169.

[4] MEIRINHOS, José – *Os beneditinos e a cultura do livro: leitura e artes liberais na Idade Média*". In TAVARES, Pedro Vilas Boas; OLIVEIRA, Fátima (coord.) – *III Seminário Internacional Ora et Labora Refojos de Basto: leituras, textos e autores beneditinos. Atas*. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2018, pp.135-146, sp. p.144;

[5] MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *A livraria monástica*. Ob. cit., pp.152-154. A livraria medieval foi, muito provavelmente, consumida nos dois incêndios que lavraram no mosteiro, dos quais o de 11 de março de 1445 terá sido, segundo Frei Leão de S. Tomás (1574-1651), particularmente devastador – cf. MEIRINHOS, José – *Os beneditinos e a cultura do livro.* Ob. cit., p. 144.

[6] Aos estudos já citados, acrescem sobretudo os de TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Humanismo, cultura e erudição em Refojos de Basto.* Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2022; TAVARES, Pedro Vilas Boas; OLIVEIRA, Fátima; CARNEIRO, Alexandra (coord.) – *V Seminário Internacional Ora et Labora Refojos de Basto: leituras, textos e autores beneditinos. Atas*. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2022, em particular o estudo de MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *A Livraria monástica de Refojos de Basto III* – Novas leituras, outros olhares, pp. 209-224).

reconstituído no âmbito do Projecto *Letras no Claustro: Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX*, dirigido por Paula Almeida Mendes[7], a partir do inventário conservado no ms. Lisboa, Arquivo nacional da Torre do Tombo, Inventário de extinção do Convento de São Miguel de Refojos de Basto, de Braga, Caixa 2447, Proc. n. 336: Livraria, ff. 25-52.

Nela encontramos uma selecção bastante ampla de obras de âmbito religioso, como compêndios e prontuários de teologia moral e de casuística; manuais de confessores e penitenciários; *definiçoens moraes muy uteys e proveytosas para curas, confessores & penitentes*; um *Promptuario moral de questoens praticas e casos*; florilégios de autores da igreja, como o de Tomás da Irlanda (sec. XIII-XIV); algumas obras de direito canónico; sacramentários; espelhos da perfeição; sermonários; Crónicas da ordem de S. Bento; obras espirituais e de mística (Tomás de Kempis, por exemplo, com a *Imitatio Christi* e *Contemptus mundi*). Mas também podemos encontrar várias obras de interesse filosófico em sentido estrito, inclusivamente no âmbito da filosofia natural e da filosofia histórica, cujo relevo merece decerto um estudo aprofundado. É de salientar o modo como a selecção destas obras de pendor filosófico não exclui nenhuma das partes em contenda nas polémicas que agitaram o pensamento católico nessa época. Pelo contrário, o seu inventário revela uma preocupação em conhecer as perspectivas mais díspares. Seria decerto proveitoso investigar a forma como foi constituída esta biblioteca ao longo dos séculos, ou discriminar os propósitos que presidiram à sua conservação (pelo menos, na sua proximidade com o ensino jesuíta).

A secção filosófica desta biblioteca não deixa, no entanto, de colocar as suas dificuldades, as quais tentaremos elencar. A maior dessas dificuldades é seguramente a necessidade de destrinçar aquilo que é uma obra filosófica e aquilo que não é; como veremos, por exemplo, embora haja um problema de classificação quanto aos Comentários às Escrituras, dos quais um grande número está guardado nesta biblioteca, cremos que a sua inclusão dentro das obras filosóficas se justifica plenamente. O problema do número das edições também se coloca por outro motivo, ou seja, há dúvidas, no que diz respeito aos títulos repetidos no inventário, quanto à existência ou não de mais do que um exemplar da obra – esse seria, naturalmente, um indício forte da importância de uma determinada obra dentro deste fundo bibliográfico.

O inventário coloca ainda outro problema, que apenas podemos resolver em parte: muitas vezes, não temos a indicação da edição, nem a data, embora nalguns casos possamos inferi-las a partir do título. De igual modo, não

[7]https://citcem.org/projetos/letters-in-the-cloister-monastic-libraries-in-northern-portugal-from-the-middle ages-to-the-19th-century-letras-no-claustro-bibliotecas-monasticas-a-norte-de-portugal-da-idade-media-ao-seculo-xix/

conhecemos a data de aquisição destas obras; a preponderância de obras do séc. XVII e do séc. XVIII atesta do seu crescimento nesses mesmos séculos, mas, para efeitos de comparação histórica, é difícil aferir com que atraso (ou ausência dele) as obras eram adquiridas, quais os contactos estabelecidos pela Europa para a sua aquisição, ou por que meios elas chegavam a Refojos de Basto[8].

O nosso conhecimento da evolução renascentista desta livraria beneficiará certamente do aprofundamento dos estudos em torno da enorme figura intelectual que foi Frei Diogo de Murça, cuja acção fundadora se traduziu no seu crescimento no séc. XVI[9]. Tendo tomado o hábito dos Padres Jerónimos em 1513, Frei Diogo estudou em Salamanca, frequentou a Universidade de Paris e estudou teologia na Universidade de Louvaina, onde se doutorou em 1533 e, na companhia de André de Resende e Damião de Góis, se familiarizou com as correntes humanistas[10]. Terá regressado a Portugal no final desse ano ou inícios de 1534, sendo nomeado então Prior do Convento de Penha Longa. Foi aí que criou o seu primeiro colégio, onde terá procurado aplicar os métodos de ensino aprendidos em Lovaina, e que se distinguia pelo estudo das ciências oferecido aos monges. Este colégio seria transferido dois anos depois, por provisão de D. João III, para o Mosteiro de Santa Maria da Costa, perto de Guimarães. Também aí o seu colégio brilharia, pela craveira dos seus professores e pela dignidade dos seus estudantes[11].

Carece de investigação mais aprofundada a relação entre a actividade de Frei Diogo de Murça, tanto em Refojos como no Mosteiro da Costa ou, ainda, no reitorado em Coimbra, e as teorias e tendências que despontavam na Universidade de Coimbra e que mais tarde se cristalizariam no *Cursus Conimbricensis*[12]. A

[8] Cf. MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *A Livraria Monástica*. Ob. cit., sp. pp.156-158, onde refere as facilidades concedidas, sob os Filipes, à mobilidade de estudantes para as Universidades de Salamanca, Alcalá de Henares e Madrid. Sobre o círculo internacional em que, no séc. XVI, se moviam os bolseiros do rei, ver cf. CARVALHO, Joaquim de – *Sobre o Humanismo Português na época da Renascença*. In *Obra completa*, II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp.18-43.

[9] Sobre Frei Diogo de Murça chamou a atenção CARVALHO, Joaquim de – *A livraria dum letrado do século XVI: Frei Diogo de Murça*. «Boletim da Biblioteca da Universidade», 8 (1927) 1-6. O estudo de SÁ, Artur Moreira de – *Livros de uso de Frei Diogo de Murça*. Coimbra: Coimbra Ed., 1977, continua incontornável, e também, mais recentemente, TAVARES, Pedro Vilas Boas – F*rei Diogo de Murça e a relação do Mosteiro de S. Miguel de Refojos com a Universidade de Coimbra*". In *I seminário internacional "A Ordem Beneditina"*. Ob. cit., pp. 37-41; RODRIGUES, M. A. – O *Jeronimita Frei Diogo de Murça, Reitor da Universidade de Coimbra*. In I*I Seminário internacional: Religião, Letras e Armas: da Europa Renascentista para Basto. Atas*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal, 2017, pp.45-55.

[10] Sobre Frei Diogo de Murça, diz Joaquim de Carvalho que "acompanhou o movimento literário do triunvirato humanista: Erasmo, Luís Vives e Budé" – cf. CARVALHO, Joaquim de – S*obre o Humanismo Português*. Ob. cit., p. 20.

[11] SÁ, Artur Moreira de – *Livros de uso de Frei Diogo*. Ob. cit., pp.11-13.

[12] Veja-se TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Frei Diogo de Murça e a relação do Mosteiro de S. Miguel de Refojos com a Universidade de Coimbra*. Ob. cit., sp. pp. 38-39, sobre o interesse que haveria em aprofundar a investigação em

biblioteca evidencia um contacto aprofundado com o *Cursus* e uma convivência mantida ao longo de séculos com as grandes tendências do pensamento católico da sua época. Á luz do gosto imoderado pelos livros de Frei Diogo de Murça, e da sombra que essa desmesura projectou sobre o fim da sua vida (em 1561), e em particular sobre a redistribuição da sua livraria, é difícil avaliar com justeza a intensidade da marca que terá deixado na biblioteca do mosteiro de Refojos[13].

Tendo em conta estas dificuldades, e aguardando a oportunidade de um estudo aprofundado, limitar-nos-emos, no que se segue, a percorrer as obras constantes neste inventário, comentando-as muito brevemente (e de maneira desigual, tendo em conta desde logo o próprio estado da arte, frequentemente lacunar, acerca de bom número de autores[14]) e, quando existe, propondo uma bibliografia reduzida ao mínimo. Consideramos aqui, grosso modo, 1. a Bíblia e os seus comentários; 2. obras jesuítas; 3. obras de teologia moral; 4. obras de filosofia natural e filosofia do direito. Em apêndice, distribuímos estas obras por quatro tabelas agrupando a biblioteca clássica e medieval, a biblioteca do séc. XVI, do séc. XVII e dos séc. XVIII-XIX; duas outras tabelas reúnem sermões e homilias, por um lado, e, por outros, cursos, compêndios, manuais, prontuários e outros matérias didático-pedagógicos.

1. A Bíblia, os clássicos

A obra central de uma biblioteca monástica tem por força de ser a Bíblia. Encontramos, com efeito, várias edições da Bíblia, incluindo vulgatas, no inventário desta biblioteca, bem como diversos comentários às Escrituras, no seu conjunto ou relativos a livros individuais. Destacamos uma dessas edições: foi publicada pela primeira vez em 1462, na cidade de Basileia, com glosas interlineares de Pierre Bersuire (lat. Petrus Berchorius; Vendeia, ca. 1290 – Paris, 1362) e de Nicolau de Lira (ca. 1270 – 1349). Teólogo franciscano e professor na Sorbonne, as monumentais *Postillae perpetuae in universam S. Scripturam* de Nicolau de Lira, em cinco volumes, tornaram-se rapidamente o manual

torno de Frei Diogo, os métodos de Lovaina que terá desejado aplicar cá e a sua eventual proximidade com aspectos da pedagogia jesuíta (talvez também sobre a leitura, ou leituras, de Aristóteles, nomeadamente em matéria de filosofia natural); cf. Carvalho, "Sobre o humanismo português", cit., pp. 42-43. Sobre o Cursus conimbricenses, consultar-se-á em primeiro lugar a plataforma digital do projecto com o mesmo nome, dirigido por Mário Santiago de Carvalho, onde se encontram bibliografias e vários outros recursos, entre os quais uma *Encyclopedia* com importantes artigos (https://www.conimbricenses.org/contents/).

[13] A lista de livros restituídos à biblioteca do mosteiro de Refojos encontra-se em SÁ, Artur Moreira de – *Livros de uso de Frei Diogo de Murça*. Ob. cit., pp.13 e 20-22.

[14] Com efeito, as obras de grande parte dos autores que figuram no inventário são conhecidas apenas pelas suas edições impressas, renascentistas ou modernas, não tendo sido ainda objecto de edição crítica ou de estudos particulares.

por excelência de exegese bíblica medieval, vindo a ser o primeiro comentário impresso à Bíblia (Roma, 1471-72). A sua influência chegou, aliás, aos meios reformadores e a Lutero[15].

Quanto a Pierre Bersuire, a existência das suas glosas nesta biblioteca é decerto um facto a assinalar. Bersuire, monge inicialmente franciscano e depois convertido à regra beneditina, moralista e tradutor, foi muito próximo dos meios humanistas da corte pontifícia de Avinhão[16]. Foi assim amigo de Petrarca (de quem existe, aliás, a edição de Basileia das suas *Opera Omnia*) e de Philippe de Vitry, bem como o primeiro tradutor para francês das *Décadas* de Tito Lívio[17]. Escreveu o *Reductorium morale*, uma moralização em 34 livros da obra enciclopédica de Bartolomeu Ânglico, *De proprietatibus rerum*, que circulou em duas versões distintas[18]. Dois livros deste *Reductorium morale* como que ganharam uma vida própria. Assim, o liv. XV é um comentário moral das *Metamorfoses* de Ovídio, ou seja, um «Ovídio moralizado» (que conheceu uma enorme circulação e viria aliás a inspirar os *Contos da Cantuária*, de Geoffrey Chaucer)[19], e o liv. XVI, um comentário moral da Bíblia, de onde foram extraídas provavelmente as glosas interlineares desta edição da Bíblia, que circularia autonomamente com o título de *Reductorium morale super totam Bibliam*, e seria depois impresso como *Liber Bibliae moralis*. A sua maior obra é, no entanto, o *Repertorium morale*, imensa compilação em forma de dicionário bíblico, destinada a ajudar na predicação de qualquer tema imaginável[20], cuja

[15] WOOD, R. – *Nicholas of Lyra and Lutheran Views on Ecclesiastical office*. «The Journal of Ecclesiastical History», 29.4 (1978), 461-72. Sobre diversos aspectos da exegese bíblica de Nicolau de Lira (e também sobre os seus pontos de proximidade com a tradição hebraica), ver KREY, Ph. D. W.; SMITH, L. (ed.) – *Nicholas of Lyra: The Senses of Scripture*. Leiden: Brill, 2000.

[16] Sobre a vida e obra de Pedro Bersuire, ver SAMARAN, S. ; MONFRIN, J. – *Pierre Bersuire, prieur de Saint-Éloi de Paris*. «Histoire littéraire de la France», 39 (1962), pp. 240-259 e ENGELS, J. – *Berchoriana I: notice bibliographique sur Pierre Bersuire, supplément au* Repertorium biblicum medii aevi. «Vivarium», 2:1 (1964), pp. 62-112.

[17] RYCHNER, J. – *Observations sur la traduction de Tite-Live par Pierre Bersuire (1354-1356)*. «Journal des savants» (1963), pp. 242-267 – réimp. in *L'humanisme médiéval dans les littératures romanes du XIIe au XIVe siècle. Colloque organisé par le Centre de philologie et littératures romanes de l›Université de Strasbourg du 29 janvier au 2 février 1962*. Ed. FOURRIER, *Anthime*. Paris, Klincksieck, 1964, p. 167-192 e TESNIÈRE, M.-H. – *Les* Décades *de Tite-Live traduites par Pierre Bersuire et la politique éditoriale de Charles V*. In HOFMANN, Mara; ZÖHL, Caroline (ed.) – *Quand la peinture était dans les livres. Mélanges en l'honneur de François Avril à l'occasion de la remise du titre de docteur honoris causa de la Freie Universität Berlin*. Turnhout: Brepols, 2007, pp. 345-352.

[18] Cf. TESNIÈRE, M.-H. – Le *Reductorium morale* de Pierre Bersuire. In L'*encyclopédisme médiéval. Actes du Colloque San Gimignano*, 8-10 octobre 1992. Ravenna : Longo, 1993, pp. 225-242 - réimpr. In L'*enciclopedismo medievale*. Ed. PICONE, Michelangelo. Ravenna: Longo,1994, p. 229-249.

[19] Traduzido para várias línguas modernas com base nas edições impressas, o *Ovidius moralizatus* não dispõe ainda de uma edição crítica integral; sobre a sua tradição textual, ver HEXTER, R. J. – *The Allegari of Pierre Bersuire: Interpretation and the* Reductorium morale. «Allegorica», 10 (1989), pp. 51-84 e HÜE, D. – *Tradition et moralisation chez Pierre Bersuire*. In ZUCKER, Arnaud (ed.) – *Encyclopédire. Formes de l'ambition encyclopédique dans l'Antiquité et au Moyen Âge.* Turnhout: Brepols, 2013, pp. 49-364.

[20] Cf. BIJL, M. Van Der – *Petrus Berchorius redivivus.* «Vivarium», 22,2 (1984), pp. 113-120.

circulação apenas foi superada pela do *Ovidius Moralizatus* e que constituiu um importante marco na formação do pensamento beneditino pré-moderno. A existência destas glosas num mosteiro beneditino como o de Refojos de Basto não é acidental.

Digna de registo é a existência da edição em 17 volumes da Bíblia de Port-Royal, a tradução para Francês, feita, a partir de textos em Hebreu e Grego, por Louis-Isaac Lemaistre de Sacy[21]. Padre, teólogo e humanista, Lemaistre de Sacy foi próximo do jansenismo, tanto assim que, na polémica à volta desta tradução, ela seria defendida por Antoine Arnauld (1612-1694)[22] e também citada por Pascal nos seus *Pensamentos*. Igualmente digno de registo é um volume de 1635 contendo a *Biblia Hebraica*, *ex recensione* Menasseh Ben Israel, publicado em Amsterdão. Menasseh Ben Israel foi o primeiro rabino de origem portuguesa formado em Amsterdão e também o fundador da primeira editora hebraica na Holanda[23]. Este volume contém ainda as seguintes anotações à Bíblia do jesuíta Manuel de Sá*, Notationes In Totam Scriptvram Sacram: quibus omnia ferè loca difficilia, breuissimè explicantur, Tum variae ex Hebraeo, Chaldaeo, & Graeco lectiones indicantur*[24], publicadas em Antuérpia no ano de 1598, o que evidencia o novo cuidado histórico com a crítica textual Bíblica manifestado já na época renascentista.

Enquanto mosteiro beneditino, não surpreende na sua biblioteca a existência das edições beneditinas das *Opera Omnia* de Santo Agostinho (1679), Gregório Magno (1705) e de Bernardo de Claraval (1719). Encontramos igualmente as *Opera Omnia* de Hilário de Poitiers (1693), Santo Anselmo, Leão Magno, João Crisóstomo, Basílio da Cesareia, e as *Obras* e *Epístolas* de Dionísio Areopagita, na tradução de Ambrósio Florentino (ou Traversari, 1386 – 1439)[25]. A maior parte destes autores havia conhecido, mormente após as releituras de Erasmo

[21] Sobre esta Bíblia, ver a recolha de estudos de CHÉDOZEAU, B. – *Port-Royal et la Bible. Um siècle d'or de la Bible em France*. Paris, Nizet, 2007 e DAHAN, G. – *Le Maistre de Sacy et la Vulgate"*. In AUPETIT, H. ; ICARD, S. ; VUILLEMIN, E. (dir.) – *Port-Royal et l'interprétation des Écritures*. Paris: Société des Amis de Port-Royal, 2021, pp. 17-28.

[22] Sobre António Arnaud, ver KREMER, E. – *Antoine Arnauld*. In ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (eds.) – *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2024 Edition). URL = <https://plato.stanford.edu/archives/fall2024/entries/arnauld/>.

[23] Cf. NADLER, S. – *Menasseh ben Israel*. London: Yale University Press, 2018.

[24] Sobre Manuel de Sá, MATIAS, cf. J. C. – *Manuel de Sá, precursor do método histórico-crítico*. «Didascalia», 20 (1990), pp. 125-42.

[25] Monge da ordem camaldulense de S. Bento, da qual viria a ser prior geral em 1431, Ambrósio Traversari foi um ilustre humanista, helenista e teólogo florentino, pertencendo ao círculo mais estreito do primeiro platonismo florentino. As suas traduções do Ps. Dionísio Areopagita constituíram fontes fundamentais para a *Teologia platónica* de Ficino: cf. LACKNER, D. F. – *The Camaldolese Academy: Ambrogio Traversari, Marsilio Ficino and the Christian Platonic Tradition*. In ALLEN, M.; REES, V. (ed.) – *Marsilio Ficino. His Theology, his Philosophy, his Legacy.* Leiden: Brill, 2022, pp. 15-44.

de Roterdão, sucessivas reedições a partir do séc. XVI. A *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino e as *Sentenças* de Pedro Lombardo estão naturalmente também presentes nesta biblioteca, estas últimas (que conheceram várias edições francesas, inglesas e italianas no séc. XVI) acompanhadas pelos comentários de São Boaventura.

É também sugestiva a escolha de autores clássicos nesta livraria. Assim, encontramos uma tradução castelhana das *Vidas Paralelas* de Plutarco, realizada por "Juan Castro de Salinas", pseudónimo adoptado por Francisco de Enzinas (c. 1518-1552)[26] após a sua conversão ao Protestantismo, e publicada postumamente, em 1562, na cidade de Colónia; do mestre de Enzinas, teólogo e colaborador de Lutero, Philipp Melanchthon (1497-1560), existe aliás uma edição anotada do diálogo de Cícero, *De Oratore*[27]. Há também uma tradução castelhana dos tratados de Séneca (a saber: I. Dela vida bienaventurada; II. Delas siete artes liberales; III. Delos preceptos y doctrinas; IV. Dela prouidencia de Dios; V. Dela misma prouidencia de Dios), da qual sabemos que existiu uma edição na cidade de Antuérpia, em 1551. Registamos ainda edições das *Instituições Divinas*, de Lactâncio; das *Noites Áticas*, de Aulo Gélio; e da *Naturalis Historia* de Plínio (Basileia, 1530).

2. A presença jesuíta

Uma grande parte das obras existentes na Biblioteca de Refojos de Basto é de origem (ou inspiração) jesuíta, o que não é de surpreender tendo em conta a rápida e extraordinária difusão da sua *ratio studiorum*[28]. Com efeito, encontramos obras dos grandes mestres do pensamento jesuíta, como Leonardo Lessius (1554 – 1623) e o seu *De ivstitia et ivre cæterisque virtutibus cardinalibus*, comentário em quatro volumes às virtudes cardeais à "secunda secundae D. Thomae" que constitui um verdadeiro tratado jurídico e teológico, particularmente importante para a história moderna do direito contratual[29] e conheceria dezenas de edições completas; ou, do professor e filósofo português

[26] Cf. JIMÉNEZ, A. P. – *Traducciones castellanas de las Vidas Paralelas en el siglo XVI: el Plutarco de Francisco de Enzinas*. «Euphrosyne», 29 (2001), pp. 29-46.

[27] Cf. MEERHOFF, K. – *The Significance of Philip Melanchthon's Rhetoric in the Renaissance*. In MACK, Peter (ed.) – *Renaissance Rhetoric*. New York: St. Martin's Press, 1994, pp. 46-62 e CLASSEN, C. J. – *Cicero Orator inter Germanos redivivus, II.* «Humanistica Lovaniensia», 39 (1990), sp. pp. 163-167.

[28] Cf. GRENDLER, P. F. – *Philosophy in Jesuit Schools and Universities*. In CASALINI, C. – *Jesuit Philosophy on the Eve of Modernity*. Leiden: Brill, 2019, pp. 11-33.

[29] Cf. HOUDT, T. v. – *Leonard Lessius.* In *Great Christian Jurists in the Low Countries*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, pp. 64-79; DECOK, W. – *Freedom: The legacy of early modern scholasticism to contract Law.* In HEIRBAUT, D.; ROUSSEAUX, X.; WIJFFELS, A. (dir.) – *Histoire du droit et de la justice. Une nouvelle géneration de recherches*. Louvain-la-Neuve: Presses universitaires de Louvain, 2013, pp. 233-45.

Pedro da Fonseca, as igualmente muito difundidas e reeditadas *Instituições Dialécticas* (Lisboa, 1564)[30]; a *Chronica da Companhia de Iesu* (Lisboa, 1645), de Balthazar Tellez[31], professor de filosofia e teologia nos Colégios de Coimbra, Évora e Lisboa, que compôs também uma *Summa universae Philosophiae* (que, no entanto, não figura no inventário); ou a biografia de Loyola, escrita por Pedro de Ribadeneyra (1526-1611)[32], *Uida / del B. Ignacio de Loyola, fundador de la Religion* (Madrid, 1583?), bem como *Exercícios espirituais* de S. Inácio propostos, entre o séc. XVI e o XVIII, em vários volumes de autores diferentes, como o filósofo e matemático Sebastiam Izquierdo (S.J.; 1601-1681) [trad. Pe. Manoel de Coimbra (S.J.)], Antonio Carneyro, e Giovanni Pinamonti (1632-1703). Do cardeal jesuíta Roberto Belarmino (1542 – 1621), há várias obras, como *a Doutrina Cristã* (Lisboa, 1659) e, possivelmente, o primeiro tomo das *Disputationes de Controversiis Christianae Fidei adversus hujus temporis Haereticos*, bem como uma tradução castelhana (talvez a de Jerónimo de Funes (1575-1650), publicada em 1624) do *De arte bene moriendi*. Jesuíta italiano, Belarmino, formado em Pádua e em Lovaina, professor de teologia e depois reitor do Colégio Romano, foi uma das mais importantes figuras da Contra-Reforma e um dos protagonistas das controvérsias em torno da graça e do livre-arbítrio (nomeadamente contra Miguel Baius, jansenista *avant la lettre*)[33]. Mais tarde, seria um dos juízes no processo que levou à condenação às chamas de Giordano Bruno[34]. Do notável teólogo jesuíta e confessor do Conde de Olivares, Fernando Chirino de Salazar (1576 – 1646), existem a *Defensio pro Immaculata Deiparae Virginis Conceptione* e a *Expositio in proverbia Salomonis* (1618)[35].

---

[30] Das *Instituições dialécticas* (*Institionum Dialecticarum Libri Octo*) de Pedro da Fonseca existe uma edição moderna, acompanhada de introdução e tradução, de Joaquim Ferreira Gomes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1964. Sobre Pedro da Fonseca, veja-se em primeiro lugar o recente *Pedro da Fonseca. Humanism and Metaphysics*. Ed. GUIDI, S.; CARVALHO, M. S. Brepols, 2023.

[31] Cf. GONÇALVES, N. S. – *Baltasar Teles, cronista da Companhia de Jesus*. In CARVALHO, José Adriano (dir.) – *Quando os frades faziam história*. Porto: Centro interuniversitário de História da Espiritualidade, 2001, pp. 95-100.

[32] Um dos primeiros seguidores de Inácio de Loyola, Pedro de Ribadeneyra distinguiu-se sobretudo no domínio da biografia e da autobiografia – cf. BILINKOF, J. – *The Many Lives of Pedro de Ribadeneyra*. «Renaissance Quarterly», 52,1 (1999), pp. 180-196.

[33] Cf. TUTINO, S. – *Empire of Souls: Robert Bellarmine and the Christian Commonwealth*. Oxford: Oxford University Press, 2010. Sobre as ásperas controvérsias da época, relativas não apenas ao molinismo como também à nova física de Copérnico, Tycho Brahe e Galileu, ver GORMAN, M. J. – *Molinist Theology and Natural Knowledge in the Society of Jesus 1580-1610*. In *Sciences et réligions. De Copernic à Galilée. Actes du colloque international - Rome 12-14 décembre 1996*. Rome: Pub. de l'École Française de Rome, 1999, pp. 235-254.

[34] GODMAN, P. – *The Saint as Censor: Robert Bellarmine Between Inquisition and Index.* Leiden: Brill, 2000.

[35] Cf. BATLLORI, M. – *Quirino de Salazar, Fernando, SI"*. In ALDEA VAQUERO, Q.; MARÍN MARTÍNEZ, T.; VIVES GATELL, J. (dir.) – *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, vol. III,. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973, p. 2039 e CHATILLON, F. – *Sagesse biblique et parallèles profanes dans* l'Expositio in Proverbia *de Ferdinand Chirino de Salazar (1618)*. «Revue des Sciences Religieuses», 44 (1970),

A teologia e a exegese jesuíticas de origem holandesa, na esteira de Lessius, estão presentes em obras como a *Summa Theologiae Scholasticae*, de Martino Becano (1563 – 1624), e *De Moralitate, Natura, et effectibus actuum Supernaturalium in genere*, de Gil (lat. Egidius) de Coninck (1571 – 1663). Jesuíta e moralista probabilista holandês, de Coninck foi o sucessor de Leonardo Lessius na cátedra de teologia em Lovaina, e sabemos que as suas obras tiveram ampla difusão em Espanha, pois a infanta Isabel Clara Eugénia era nessa época governadora dos Países-Baixos. Quanto a Becano, foi um teólogo jesuíta e polemista holandês, professor de filosofia em Colónia e de teologia em Viena, e confessor do imperador Fernando II, que se destacou nos combates contra os protestantes – a sua *Controversia anglicana* (1612) foi posta no Index no ano seguinte ao da sua publicação[36].

Numa vertente mais prática, existem também livros de sermões, epístolas e *disputationes*. São disso exemplo, a primeira parte dos *Sermões* (Lisboa, 1632) de Francisco de Mendonça[37]; os *Sermões* da Quaresma (Évora, 1688), de Luís Álvares[38] ou o Livro Sexto de *Disputationum de sancto matrimonii sacramento* (Génova, 1601-1602), do cordobês Tomás Sánchez (1550-1610), de quem também se conta um *Opus Morale in Praecepta Decalogi* (1614)[39]; e as *Cartas* (1735) do Pe. António Vieira.

Numa vertente mais didática, encontramos a *Synopsis Totius cursus Theologici* (Colónia, 1684), de Jacob Platel (1608-1681); a *Explicatio Decalogi* (1659), de Tomás Tamborino; o *Cursus Theologicus* (1707?), de Iohannnes Baptista Gormaz; o *Cursus theologici* (Lisboa, 1734), de José de Araújo; ou livros espirituais como os *Exercícios de perfeição e doutrina espiritual* (Coimbra, 1742), de Alonzo Rodríguez (1578-1648), e a *Exposición del miserere*, de Paolo Segneri (1624-94), pregador jesuíta, missionário e ascético, numa tradução castelhana de António de las Casas (primeira edição em castelhano em 1699), sem esquecer *El Sabio Instruido de la Naturaleza, en Quarenta Maximas Politicas, y Morales* (1690),

pp. 63-73.

[36] Sobre Martinus Becanus, a informação disponível é particularmente escassa; Veja-se de DIENST, T. e STROHM, Ch., *«Introdução» a Martinus Becanus. On the Duty to Keep Faith with Haeretics*, trad. I. Buhre, ed. W. Decock, Michigan: CLP Academics, 2019.

[37] Cf. RODRIGUES, M. Martins – *Abordagem e divulgação da lembrança da morte: dois sermões pregados em Évora pelo Jesuíta Francisco de Mendonça, nos anos de 1615 e 1616*. In RAMOS, L. A. O.; RIBEIRO, J. M.; POLÓNIA, A. (coord.) – *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 355-368.

[38] MARQUES, J. F. – *A parenética portuguesa e a dominação filipina*. Lisboa: INCM, 2010, pp. 68-71.

[39] PELÁEZ, M. J. (ed.) – *Diccionario crítico de juristas españoles, portugueses y latinoamericanos*, II. Zaragoza, 2006, 480-481 e DOMINGO, R. – Tomás Sánchez. In DOMINGO, R.; MARTÍNEZ-TORRÓN (ed.) – *Great Christian Jurists in Spanish History.* Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 225-239.

de Francisco Garau[40]. Devemos, no entanto, destacar o *Cursus Theologicus ad usum tyronum elucubratus* (edição de 1712), de Domenico Viva (1648-1726), de quem, em separado, existem as suas *Damnatae theses ab Alexandro VII, Innocentio XI et Alexandro VIII* (designadamente contra o Agostinho de Jansen) que constam do primeiro volume da sua *Trutina theologica damnatarum thesium* (1708)[41], muito difundida. Também de Viva, deve ser provavelmente (porque não tem referência ao autor), a *Opera omnia theologico-moralia*: *Opuscula theologico-moralia*.

Dada esta ênfase na argumentação e na persuasão, não surpreende que encontremos obras como o *De institutione grammatica* (1580), do jesuíta, e humanista, Manuel Álvares (1526-1583)[42], ou a *Ars Rhetorica ad Tullianam Rationem exacta* (1730)[43], do jesuíta francês, professor de retórica de Voltaire e dramaturgo, Gabriel François Le Jay (1657-1734). Em matéria de Lógica, registamos obras como a *Nova Logica Conimbricensis* (1711), de Gregório Barreto[44], e o manuscrito *Compendium logicae conimbricensis* (provavelmente da autoria de Lopo Abreu); a estas acrescem, de Silvestre Aranha[45], as *Disputationes metaphysicae in duas partes distributae*: *1. De ante-predicamentis; 2. De praedicamentis* (Coimbra, 1740?) e as *Disputationes logicae* (Coimbra, 1736?), bem como, de Antonio Rubio (1548-1615), antigo aluno de Francisco Toledo e missionário no México, os *Commentarii in universam Aristotelis dialecticam: una cum dubiis & quaestionibus hac tempestate agitari solitis* (publicado em Colónia, em 1609?)[46]. Avultam também os volumes de comentários, como os Comentários do *Cursus ao De anima* (1589) e ao *De coelo, metereologica e*

[40] JIMÉNEZ CASTAÑO, D. – *Sobre el Sabio instruído de Francisco Garrau S.J. y, más concretamente, sobre el antimaquiavelismo de la tercera parte de El sabio instruido de la naturaleza*. «Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto», 32 (2015), pp. 95-112.

[41] VEJA, M. J. – *Malos saberes y censuras menores em el siglo XVI*. In GERNERT, F. (ed.) – *Los malos saberes*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2020, pp.13-28.

[42] Sobre Manuel Álvares, que se distinguiu sobretudo como professor de grego, hebraico e latim, ver MIRANDA, M. M. Lopes – *Manuel Álvares*. In *Conimbricenses.org Encyclopedia*, Mário Santiago de Carvalho, Simone Guidi (eds.), doi = "10.5281/zenodo.2643499", URL = "https://www.conimbricenses.org/encyclopedia/alvares-manuel/", latest revision: April, 17th, 2019.

[43] Sobre a arte retórica, e a Retórica de Aristóteles em particular, nas escolas jesuítas, da sua fundação à sua extinção, cf. DOUAY-SOUBLIN, F. – *Les jésuites et l'autorité de la Rhétorique d'Aristote"*. In DAHAN, G.; ROSIER-CATACH, I. (ed.) – *La Rhétorique d'Aristote: traditions et commentaires de l'Antiquité au XVIIe siècle*. Paris: Vrin, pp. 331-346.

[44] Cf. COXITO, A. – *Barreto, Gregório*. In *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, I. Lisboa: Verbo, 1990, pp. 607-609; CARVALHO, J. V. de – *Jesuítas portugueses*. Ob. cit., p. 652.

[45] CARVALHO, J. V. de – *Jesuítas portugueses com obras impressas nos séculos XVI-XVIII*. «Revista Portuguesa de Filosofia», 47.4 (1991), pp. 651-652.

[46] Cf. HATTAB, H. – *Rubius, Antonius*. In NOLAN, L. (ed.) – *The Cambridge Descartes Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 660-61; BEUCHOT, M. – *Los tópicos dialógicos en la Logica Mexicana (1605) de Antonio Rubio*. «Philosophica», 14 (1991), pp. 109–118.

parva naturalia (1599). No domínio dos comentários bíblicos, encontramos, do belga Jacobus Tirinus (1580-1636), teólogo jesuíta e professor de Escrituras, um Comentário às Escrituras, datado de 1645; do jesuíta Sebastião Barradas (Lisboa, 1543 – Coimbra, 1615)[47], existe o *Commentariorum in concordiam et historiam quatuor Euangelistarum* (Coimbra, 1599), que teve grande difusão na Alemanha, Itália e França; e, do jesuíta Bento Fernandes, o C*ommentariorum atque obseruationum moralium in Genesim* (1618-21).

Ainda no âmbito da interpretação e da exegese bíblica, nos seus sentidos literal, alegórico e místico, encontramos o *Hortus Floridus* de Jerónimo de Lloret (1509-1571), que lhe valeu fama universal; o *Cantici Canticorum Salomonis Interpretatio* (1599), do dominicano Luís de Sottomayor, que estudou em Lovaina; e, do franciscano Diego de Estella (1524 - Salamanca, 1578), místico e teólogo, figura próxima de Filipe II de Espanha, as *Enarrationes in Evangelium secundum Lucam* (1575); as obras teológicas de Diego de Estella tiveram uma ampla difusão (sobretudo o *Tratado da vanidade do mundo*), tanto entre católicos quanto entre protestantes[48].

Não devemos esquecer, por fim, os *Commentarii in universos Sancti doct. Anselmi*, do beneditino Fr. Ildefonso (Afonso) Olivares (1775-85). Do século XVII, a biblioteca possuía já o comentário de José Sáenz de Aguirre (1630-99), cardeal beneditino formado na escola de Salamanca e um dos mais eminentes teólogos espanhóis do séc. XVII, e o de Fr. Juan Baptista Lardito (1688-1723), também teólogo beneditino, que reformulou o ensino de teologia em Salamanca.

3. Teologia moral

No âmbito da teologia moral, podemos encontrar obras controversas como a *Theologia speculativa et moralis*, de Juan Marín (1654 – 1725), a *Medulla theologiae moralis*, de Hermann Busenbaum (1600-1668) e, com muita probabilidade, o *Liber teologia moralis*, do teólogo jesuíta Antonio Escobar y Mendoza (Valladolid, 1589 – Valladolid, 1669). Marín, considerado um dos mais eminentes teólogos do seu tempo, foi director-geral da biblioteca real, e professor de teologia em Alcalá e Múrcia; a sua *Theologia speculativa et moralis* foi, no entanto, posta no Index em 1728, por conter mais de uma centena de proposições extremamente ímpias. A Inquisição espanhola ignorou, todavia, essa condenação, e a obra foi reimpressa mais duas vezes em Veneza. Já Antonio Escobar (1589-1669) foi um pregador famoso, sobretudo em matéria de teologia

[47] CARDOSO, A. P. – *O Itinerarium de Sebastião Barradas (1543-1615)*. «Didaskalia», 13 (1983), pp. 333-351.

[48] MATA INDURÁIN, C. – *Um acercamiento a fray Diego de Estella (1524-1578)*. «Pregón Siglo XXI», 26 (2005), pp. 29-32.

moral e exegese; no entanto, dez anos depois da sua morte, o Papa Inocêncio XI condenou publicamente 65 das suas sentenças por laxismo (*propositiones laxorum moralistarum*)[49]. Escobar foi um dos mais veementes defensores do probabilismo, doutrina segundo a qual, quando se duvida de qual é a acção certa ou errada a tomar, podemos decidir por qualquer via provável. A questão do probabilismo tornara-se importante no séc. XVI; Pascal, nas *Provinciales*, opôs-se a António Escobar, e a *vis jocosa* de Molière, La Fontaine e outros não o poupou. Há vários livros de Escobar na Biblioteca de Refojos, para além do *Liber teologia moralis*: um manual de confessor, uma História da Virgem Maria, e comentários "literais e morais" ou sobre o Cântico dos Cânticos. Por fim, Busenbaum foi reitor dos colégios jesuítas de Hildesheim e Münster, e professor de escolástica e filosofia moral em Colónia – de cujo ensino resultou esta *Medulla*, que conheceu grande popularidade (mais de 200 edições anteriores a 1776), até ser rejeitada pelos próprios jesuítas, sobretudo devido às secções de casuística relativas ao assassinato e ao regicídio.

No entanto, estas não foram as únicas controvérsias que agitaram o pensamento católico entre os séculos XV e XVIII a deixar a sua marca na Biblioteca de São Miguel de Refojos de Basto. Por exemplo, a polémica entre os Jesuítas e os Jansenistas[50] deixou a sua marca nesta biblioteca, na medida em que nela encontramos exemplares de obras dos jansenistas Antoine Arnauld e Jan Opstraet, bem como de Louis Abelly (1603 – 1691), cuja *Medulla Theologica*, um clássico do probabilismo e um dos principais textos de polémica anti-jansenista (por isso mesmo, várias vezes reeditado), constitui sem dúvida uma das entradas mais proeminentes deste inventário. Do lado da Escola de Port-Royal, embora não possamos encontrar aquela que será a sua obra mais conhecida, a *Grammaire de Port-Royal* (existe, não obstante, um *Novo Epitome / da / Grammatica Grega / de Porto-Real / Composto / na Lingoa Portugueza, / para Uso das Novas Escolas / de Portugal*, de João Jacinto de Magalhães, publicado em 1760)[51], encontramos uma tradução latina da sua obra irmã, a *Logique de Port-Royal* (com o título de *Logica siue ars cogitandi*, publicada em Londres, provavelmente em 1674). O seu autor, o já citado Antoine Arnauld, havia estado no centro da polémica jansenista; sendo possivelmente o vulto maior da

[49] Cf. SÁNCHEZ, J. B. – *Antonio Escobar y Mendoza*. In *Real Academia de la Historia, Diccionario Biográfico electrónico (https://dbe.rah.es/biografias/6833/antonio-escobar-y-mendoza).*

[50] DOYLE, W. – *Jansenism - Catholic Resistance to Authority from the Reformation to the French Revolution*. New York: St. Martin's Press, 1999.

[51] CARVALHO, R. de – *Magalhães, João Jacinto de (1722-1790)*. In SERRÃO, J. (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Porto: Liv. Figueirinhas, 1981, p. 138; sobre os contactos de João Jacinto Magalhães com a recém-criada American Philosophical Society, ver THOMAZ, M. F.; MALAQUIAS, I. M. – *João Jacinto de Magalhães e a American Philosophical Society of Philadelphia*. «Gazeta de Física», 13,2 (1990), pp. 73-78.

Escola de Port-Royal, a sua incansável actividade intelectual estendeu-se pelas áreas da filosofia, da matemática, e da teologia, e o seu renome nessas diversas áreas era de tal modo inquestionável que, mesmo no século XX, o seu legado filosófico continuou a ser enaltecido por autores tão díspares como Edmund Husserl, Noam Chomsky e Michel Foucault (em *Les Mots et les Choses*, este chega mesmo a considerá-lo uma das bases da epistemologia clássica). De facto, a *Logique de Port-Royal* constituiu um texto basilar da investigação lógica até ao próprio século XX e o exemplo paradigmático da lógica terminista; a incorporação a que procede de vários elementos da nova epistemologia e da metafísica cartesiana marcou decerto a sua época[52]. Mas há igualmente obras do próprio Cornelius Jansen; adversário dos jesuítas desde que estes haviam estabelecido um colégio em Lovaina (antes de 1616), e, em particular, de Luís de Molina, Gabriel Vasquez e Leonardo Lessius, Jansen publicou obras como *Commentarii in suam Concordiam, ac totam Historiam evangelicam* (1571), o *Comentário ao Eclesiastes* (1569), ou os *Comentários aos Provérbios de Salomão* que chegaram a Refojos. Quanto ao belga Jan Opstraet (1651 – 1720), que estudou em Lovaina e ficou conhecido pelo seu combativo jansenismo, as suas dissertações *De Locis Theologicis* também estão presentes.

A controvérsia jansenista não foi a única a deixar as suas marcas nesta biblioteca monástica. Na verdade, o seu inventário evidencia a presença de uma controvérsia mais próxima, a que opôs os tomistas e os molinistas. Encontramos assim, do próprio Luís de Molina, os seus *Commentaria in primam Diui Thomae partem, in duos tomos diuisa* (1593)[53]. De Francisco Suárez, o grande expoente da Escola de Salamanca e figura central da Segunda Escolástica[54], existe o primeiro tomo do seu *Commentariorum ac Disputationum in tertiam partem Divi Thomae*, de 1604, bem como o comentário afim *in primam partem*. Suárez procurou desenvolver as formulações de Molina e desenvolveu assim uma nova teoria, a da "graça côngrua", segundo a qual a graça se ajustaria de uma forma tão "congruente" às condições objectivas e subjectivas de cada pessoa que

[52] PARIENTE, J.-C. – *L'analyse du langage à Port-Royal: six études logico-grammaticales*. Paris: Minuit, 1985; AUROUX, S. – *La logique des idées*. Montréal/Paris: Bellarmin/Vrin, 1993.

[53] Sobre a vida e obra de Luis de Molina, ver REBALDE, J. – *Liberdade humana e perfeição divina na* Concordia *de Luis de Molina*. Famalicão: Humus, 2017, pp.17-22; o resto do volume é consagrado à doutrina da *scientia media*, no centro da longa controvérsia sobre a graça (*De auxiliis*, 1582-1607), cuja paternidade é historicamente atribuída a Luis de Molina. Sobre o molinismo no séc. XVII, cf. PIRO, F. – *The Philosophical Impact of Molinism in the 17th Century*. In AICHELE, A.; KAUFMANN, M. (ed.) – *A Companion to Luis de Molina*. Leiden: Brill, 2014, pp. 365-403.

[54] Sobre Francisco Suárez, ver em primeiro lugar os estudos reunidos em CARVALHO, M. S. de; LÁZARO PULIDO, M.; GUIDI, S. (ed.) – *Francisco Suárez. Metaphysics, Politics and Ethics*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020; e PONCELA GONZÁLEZ, A. – *Francisco Suárez*. In PONCELA GONZÁLEZ, A. (ed.) – *La escuela de Salamanca. Filosofía y Humanismo ante el mondo moderno*. Madrid: Ed. Verbo, 2015, pp.269-341.

esta se submeteria à sua actuação sem perceber nenhuma perda de liberdade. Encontramos também, de Gabriel Vásquez, os seus *Comentários e disputadas à primeira parte da* Suma teológica *de Tomás de Aquino*; num outro volume, está também incluído o comentário à terceira parte. Vásquez (1549/51-1604) foi um importante teólogo e filósofo jesuíta e grande adversário de Francisco Suárez (cuja concepção do *jus gentium* e da lei natural se opunha explicitamente às de Vásquez)[55], que, juntamente com os seus discípulos, foi muito activo nas disputas com os dominicanos acerca da presciência de Deus; embora, relativamente ao congruísmo de Suarez e de Belarmino, Vásquez opusesse uma visão estreitamente molinista.

A controvérsia jansenista continuou a deixar a sua marca nesta biblioteca no século seguinte, uma vez que encontramos obras de adversários declarados do jansenismo, como Honoré (lat. Honoratus) Tournely (1658 – 1729), professor de Teologia na Sorbonne, de quem encontramos as suas *Praelectiones theologicae*, e do teólogo que concluiu as suas *Institutiones Theologiae Scholasticae Quad Ad Usum Seminariorum* (de que aparentemente há, nesta biblioteca, dois exemplares), Pierre Collet (1693 – 1770)[56]. Também é de realçar a existência da *Opus de Theologicis Disciplinis* (1750) do agostinho Giovanni Lorenzo Berti, obra monumental em que são expostas as orientações da ordem agostiniana; Berti seria acusado de jansenismo, mas viria a ser ilibado.

Por seu lado, um razoável número de obras adquiridas no séc. XVIII confirma a persistência da escola tomista nesta biblioteca. Temos assim, por exemplo, as *Praelectiones theologicae* de Pietro Maria Gazzaniga (1788-93). Gazzaniga (1722 – 1799), um dos expoentes do tomismo setecentista, foi, a partir de 1760, professor de Teologia Dogmática em Viena; a sua fidelidade a Tomás de Aquino tornou-o adversário acérrimo do molinismo. Estas *Praelectiones* conheceram um grande sucesso e várias edições, tendo sido desta maneira fulcrais para a reintrodução do tomismo nas escolas teológicas da Áustria.

Também encontramos a *Ethica supernaturalis salisburgensis sive cursos theologiae moralis, ordine et methodo* (1718), do beneditino Ludwig (lat. Ludovicus) Babenstuber (1660 - 1726). Babenstuber foi professor de Teologia na Universidade de Salzburgo e um confesso seguidor da escola tomista. Ainda no âmbito da teologia da Europa central, registamos também o *Compendium*

[55] MANDRELLA, I. – *Gabriel Vázquez über das Naturrecht*. In BUNGE, K.; FUCHS, M. J.; SIMMERMACHER, D.; SPINDLER, A. (ed.) – *The Concept of Law (lex) in the Moral and Political Thought of the 'School of Salamanca.* Leiden and Boston: Brill, 2016, pp. 129–49; SCHWARTZ, D. – *Probabilism, Just War and Sovereign Supremacy in the Work of Gabriel Vásquez*. «History of Political Thought», 34,2 (2013), pp. 177-194.

[56] LOISEL, J.-J. – *Le théologien Pierre Collet (1693-1770), né à Ternay et oublié des Vendômois*. In *Bulletin de la Société archéologique, scientifique et littéraire du Vendômois*. Vendôme: Ed. de la Société archéologique, scientifique et littéraire du Vendômois, 2015, pp. 75-96.

Theologiae Dogmaticae, Scholasticae, et Moralis, do teólogo beneditino alemão Dominic Schram (1722-97). De um dos contemporâneos de Badenstuber, o dominicano Vicente Luis Gotti (1664 – 1742), existe igualmente a *Theologia scholastico dogmatica*, *juxta mentem Divi Thomae Aquinatis*. Gotti, que estudou em Salamanca, é considerado um dos principais teólogos da escola tomista; foi também comentador de Aquino e um adversário activo do Protestantismo.

Voltando às questões da teologia moral, e aos seus desenvolvimentos no séc. XVIII, podemos encontrar obras como *Theologiae moralis summa, in qua Per traditas distinctiones brevia, ac facilia firmantur* (1711), do franciscano Clemente Piselli; vários exemplares, aparentemente, da *Theologia christiana Dogmatica-moralis*, do dominicano Daniello Concina (1687 – 1756)[57]; depois de concluir os seus estudos na faculdade jesuíta de Gorz (Áustria), Concina entrou para a ordem dominicana. De Constantino Roncaglia (1677 – 1737), temos os dois volumes da *Universa moralis theologia* (1730). De Inácio de S. Caetano (Chaves, 1718 - Queluz, 1788), carmelita, teólogo e inquisidor geral português, temos o *Compendio de Theologia Moral Evangelica, para formar dignos Ministros do Sacramento da Penitencia, e espirituaes Directores* (1766)[58]. A existência da *Suma de la teologia moral* (1700) e da *Prática do confessionário* (1692), do capuchinho Jaime de Corella (1657 – 1699; um eminente moralista espanhol do séc. XVII, que sublinhava a importância do método no estudo, sendo dele a frase *nec dies sine linea*), mostra igualmente como a teologia moral estava intimamente associada com a formação de «Ministros» e «Directores Espirituaes».

4. Filosofia natural e filosofia do direito

A existência da *Instructio sacerdotum*, de Francisco Toledo (Córdoba, 1532 - Roma, 1596), é bastante relevante uma vez que Toledo, teólogo jesuíta, estudou com um dos fundadores da Escola de Salamanca, o dominicano Domingo de Soto, e viria a ser professor no Colégio Romano. Toledo foi o autor de uma série de comentários sobre as obras de Aristóteles, e a sua *Introductio ad dialecticam Aristotelis* terá sido a primeira obra de um jesuíta a ser impressa no México; conheceu inúmeras edições, assim como os seus comentários à *Physica*, ao *De anima*, e *ao De generatione et corruptione*[59]. Há uma ligação entre a filosofia

[57] TARANTINO, G. – *Daniello Concina (1687–1756), martello di lassisti e benignisti, sulle "sciocchissime chimere" degli spiriti forti*. In CASTAGNINO, A.; IEVA, F. (ed.) – *Per una storia moderna e cosmopolita*. Ariccia: Aracne, pp. 91–112.

[58] Sobre Inácio de S. Caetano, pode consultar-se em linha com proveito a dissertação de PEREIRA, F. M. B. Gomes – *Entre o Claustro e o Palácio: D. Fr. Inácio de S. Caetano, carmelita descalço (1718-1788)*. Porto: Universidade Católica, 2022: https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/38187

[59] HATTAB, H. – *Toletus, Franciscus*. In NOLAN, L. (ed.) – T*he Cambridge Descartes Lexicon*. Cambridge: Cam-

natural e o espírito missionário que várias obras desta biblioteca não deixam de sugerir.

Exemplo dessa ligação é também o *Cursus philosophicus*, 4 vols. (1651), de Francisco Soares Lusitano. São citados Copérnico, Tycho, Borri, Galileu, Kepler e outros (Coimbra continuava a ser um local de passagem de matemáticos e de astrónomos, muitos deles para o Oriente); é também Soares Lusitano quem primeiro entre nós alude a Descartes, mais precisamente, quanto à circulação do sangue[60].

Devemos considerar na mesma linha o *Cursus Philosophicus Conimbricensis* (1704), de António Cordeiro Espinosa (164-1722), que, nesta obra, refere Galileu, Kepler, Descartes e Gassendi e, como Newton, defendia que a luz era uma substância material. Estas ideias valeram-lhe a suspensão do Colégio das Artes; só em 1714 recebeu autorização do Geral da Companhia para publicar as suas obras[61].

Digna de registo é a presença do teólogo jesuíta Iohannis Lorini (Jean de Lorin), e dos seus comentários aos salmos, publicados em Lyon entre 1611-1616, visto que no terceiro volume, publicado em 1616, no comentário ao Salmos 146: 4 ("Qui numerat multitudinem stellarum & omnibus eis nomina vocat"), Lorini dá conta da Festa Galileana a que assistiu, uma celebração organizada pelo Colégio Romano, de homenagem de matemáticos e astrónomos a Galileu, com um discurso de Odo Maelcot (1572-1615), aluno de matemático e astrónomo jesuíta Christophe Clavius, que confirmava as observações de Galileu e discutia as suas implicações quanto à determinação do número das estrelas fixas[62]. O próprio Clavius tinha discutido este assunto no seu *Comentário a Sacrobosco*, 1570 – e, na segunda edição, em 1581, Clavius acrescentava cálculos que aumentavam em muito o número das fixas

bridge University Press, pp.721-722 e TROPIA, A. – *Francisco de Toledo: Setting a Standard for Jesuit Philosophy"*. In *Jesuit Philosophy on the Eve of Modernity,* cit., pp. 251-269.

[60] CARVALHO, J. V. de – *Jesuítas portugueses.* Ob. cit., pp. 658-659 e CAROLINO, L. M. – *Mixtures, Material Substances and Corpuscles in the Early Modern Aristotelian-Thomistic tradition: The case of Francisco Soares Lusitano (1605-1659)*. «Journal of Early Modern Studies», 4: 1 (2015), pp. 9-27 e, do mesmo autor, *O ensino da filosofia natural nas Universidades Portuguesas: ideias e percursos académicos, 1550-1650*. In SILVA, F. Ribeiro (coord.) – *Estudos em Homenagem a L. A. de Oliveira Ramos*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 371-378.

[61] CARVALHO, J. V. de – *Jesuítas portugueses*. Ob. cit., pp. 652-653. Sobre o pensamento científico de A. Cordeiro, ver MORAES, M. – *Cartesianismo em Portugal – António Cordeiro*. Braga, 1966 e ENES, J.– *Influências mecanicistas no pensamento filosófico do padre Cordeiro*. «Revista Portuguesa de Filosofia», 11,2 (1955), pp. 554-60 e, mais recentemente, CARVALHO, M. S. de – *Cordeiro, António*. In *Conimbricenses.org Encyclopedia*, Mário Santiago de Carvalho, Simone Guidi (eds.), doi = "10.5281/zenodo.4926883", URL = "https://www.conimbricenses.org/encyclopedia/cordeiro-antonio", latest revision: June, 11th, 2021.

[62] Cf. REMMERT, V. – *The Jesuit Theologian Jean Lorin on the Festa Galileana of 1611*. «Galilaeana. Journal of Galilean Studies», 7 (2010), pp. 225-229.

tradicionalmente admitido, contribuindo assim para o colapso da cosmologia ptolomaica[63]. Aliás, também outro jesuíta, Bento Pereira (1535-1610), pela mesma altura, no seu *Commentariorum in librum Genesis* (1590), discutia o consenso em torno de Genesis, 15,5 onde se lia que as estrelas não podiam ser contadas; de Bento Pereira, existem também nesta biblioteca as *Selectarum Disputationum in Sacram Scripturam* (1601) e um *Promptvarium theologicum morale* (1671-76)[64].

Ainda no domínio da filosofia natural, é de salientar a existência do *Compendium Philosophicum Praecipuas Philosophiae Partes Complectens, Nempe Rationalem, Naturalem et Transnaturalem Siue Logicam, Physicam et Metaphysicam*, de Tomás Vicente Tosca. Tosca (Valencia, 1651-1723) foi um matemático, filósofo e teólogo espanhol que fundou o movimento dos *Novatores*, pensadores do pré-iluminismo espanhol. Compôs um *Compendio mathematico*, este *Compendio philosophico* e estaria a trabalhar num *Compendio theologico* quando faleceu[65].

Por fim, também em matéria histórica ou jurídica a biblioteca de Refojos de Basto apresenta algumas obras que merecem toda a atenção. É o caso de *De Justitia & Jure libri decem* (Salamanca, 1556) de Domingo de Soto (1494-1560), um importante teólogo dominicano, formado em Paris, e, como referido, um dos fundadores da escola (tomista) de Salamanca. Escreveu importantes comentários às obras de Aristóteles: com efeito, crê-se que os seus comentários de mecânica, no comentário à *Física* de Aristóteles, terão sido úteis e usados por Galileu e Newton, pois Soto terá sido o primeiro a afirmar que um corpo em queda livre sofre uma aceleração uniforme[66]. Esta sua obra, *De justitia et jure* (1553) é um marco em matéria de jurisprudência e de reflexão sobre o chamado *jus gentium* (direito internacional) – que, com a evangelização do novo mundo, estava na ordem do dia[67].

---

[63] GRENDLER, P. F. – *The Sphaera in Jesuit Education*. In VALLERIANI, M.; OTTONE, A. (ed.) – *Publishing Sacrobosco's* De Sphaera *in Early Modern Europe*. Springer, 2022, pp. 369-407; LATTIS, J. M. – *Between Copernicus and Galileo: Christoph Clavius and the Collapse of Ptolemaic Cosmology*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

[64] BLUM, P. R. – *Benedictus Pererius: Renaissance Culture at the Origins of Jesuit Science*. «Science & Education», 15 (2006), pp. 279-304.

[65] NAVARRO BROTÓNS, V. – *La personalidade cientifica de Tomas Vicente Tosca (1651-1723)*. In *Boletín informativo de la Fundación Juan March*. Madrid: Fundación Juan March, 1987, pp.1-14; IDEM – *La ciência española y el cultivo de las disciplinas físico-matemáticas na España Moderna*. In MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino – *La Ciencia Española*., vol. I. Madrid: Fundación I. Larramenti, 2019, pp. CLXXVII-CCXX.

[66] Cf. WALLACE, W. A. – *Domingo de Soto and the Early Galileo*. London: Routledge, 2004.

[67] HILL, B. – *Domingo de Soto*. In DOMINGO, R.; MARTÍNEZ-TORRÓN, J. (ed.) – *Great Christian Jurists in Spanish History. Law and Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp.134-156; ver também CASTAÑO, J. – *Domingo de Soto*. In *La escuela de Salamanca*. Ob. cit., pp.163-222; MEIRINHOS, J. – Do-

Contamos igualmente, como obras de interesse canónico, jurídico, ou histórico, a obra de Direito Canónico *Praxis fori poenitentialis ad directionem confessarii, in vsu sacri sui muneris* (Lyon, 1616), de Valerio Reginaldo; o tratado *De restitutione* (Lisboa, 1724), de Emanuel Pereira; o *Universo jurídico (*Lisboa, 1749) de António Cortez Bremeu; o *Compendium Bulla Cruciatae Lusitaniae concessae* (1712), de Luís Nogueira; sem esquecer de modo algum a tradução francesa de dois volumes da *History of England* escrita por David Hume: o primeiro tomo da *Histoire de de la Maison de Tudor, sur le Trône d'Angleterre, Depuis le Regne de Henri VII Jusqu'a l'Avénement de Jacques Ier*, traduzido do Inglês por Octavie Belot, e a *Histoire de la Maison de Stuart, sur le trône de'Angleterre, Depuis L'Avénement de Jacques Ier, Jusqu'a La Fin du Regne de Jacques II*, traduzida do Inglês pelo Abade Prévost. Ambos os volumes foram publicados em 1783.

Até finais do séc. XVIII, a livraria filosófica do Mosteiro de Refojos de Basto continua, pois, a ser de grande valor, como o atestam os resultados alcançados pelo projecto *Letras no Claustro*, que germinarão decerto em estudos futuros.

ANEXOS

Anexo 1[68]

Livraria clássica e medieval

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Opera Omnia	Alonso Tostado, O. F. M.	[1596]	20
Postilla, seu Expositio Litteralis et Moralis	Nicolau de Lira, O. F. M.	1494	54
Sancti Eusebii Hironymi Divina Bibliotheca	S. Jerónimo [S. Hieronymus Stridonensis]	[1693-1706]	58
Operum	S. Agostinho [S. Aurelius Augustini Hipponensis]	[1700-1703]	59
Opuscula Divi Augustini Longe Prestantissima	S. Agostinho [S. Aurelius Augustini Hipponensis]	[1513]	60
Opera Omnia	S. Gregório Magno, O. S. B.	[1705]	61
Opera Omnia	S. Bernardo de Claraval [S. Bernardus Claraevallensis, O. Cist.]	[1719]	62

mingo de Soto contra o direito de submeter os infiéis por idolatria, sodomia ou antropofagia. «Revista Española de Filosofia Medieval», 23 (2016), pp. 131-144.

[68] A repartição que propomos nestes anexos limita-se às obras que aqui consideramos como pertencendo ao âmbito da filosofia.

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Opera	Hilário de Poitiers [S. Hilarius Pictaviensis]	[1572]	63
Opera	S. Anselmo [S. Anselmus Cantuariensis, O. S. B.]	[1675]	64
Opera	S. Cipriano de Cartago [S. Caecilius Cyprianus]	[1521]	65
Opera... Omnia	S. Leão Magno	[1546]	66
Opera Quae Exstant Omnia	Cirilo de Jerusalém [Cyrillus Hierosolymitanus]	[1720]	67
Opera	João Crisóstomo	[1536]	68
Opera Plane Divina	S. Basílio Magno	[1520]	69
Martyris Incliti Athenarum episcopi, & Galliarum Apostoli Opera, cum Epistolis SS. Ignatij Policarpi & Martialis Apostoli	S. Dionísio Areopagita	[1569]	70
In Omnes Divi Pauli Epistolas Ennarationes	Teofilacto da Bulgária	[1528]	72
Epistolae Decretales ac Familiares	S. Leão Magno	[1548]	74
Epistolae Aliquot Selectae	S. Jerónimo [S. Hieronymus Stridonensis]	[1563]	75
Opera (quae quidem extent) omnia	S. Dionísio Areopagita	[1556]	77
Summa Totius Theologiae	S. Tomás de Aquino [Thomae Aquinatis, O. P.]	[1585]	80
Sententiarum	Pedro Lombardo	[1516]	107
Flores Omnium Fere Doctorum qui super Sacris Literis Conscripserunt	Tomás da Irlanda [Thomas Hibernicus Palmeranus]	[1550]	180
Commentarii in Universos Sancti Doctoris Anselmi	S. Anselmo [S. Anselmus Cantuariensis, O. S. B.]	[1775-1785]	200
S. Anselmi… Theologia, Commentariis et Disputationibus, tum Dogmaticis, tum Scholasticis, Illustrata	S. Anselmo [S. Anselmus Cantuariensis, O. S. B.]	[1680-1681]	201
S. Anselmi… Scholiis, et Comentariis Ilustratus	S. Anselmo [S. Anselmus Cantuariensis, O. S. B.]	[1699-1703]	202
Opera Omnia	S. Anselmo [S. Anselmus Cantuariensis, O. S. B.]	[1612]	203

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Commentatiorum, ac Disputationum in Primam Partem Summae Theologiae Sancti Thomae Aquinatis	S. Tomás de Aquino [Thomae Aquinatis, O. P.]	[1608]	204
In Tertium Librum Sententiarum Eruditissima Commentaria cum Quaestionibus	Egídio Romano [Aegidius Columnae Romani]	[1623]	216
Perlustratio Sancti Bonaventure in Primus[-Tertius] Librum Sententiarum	S. Boaventura	[1493]	222
Rationale Divinorum Officiorum	Guillaume Durand	[1478]	396
Las Vidas de los Ilustres y Excellentes Varones Griegos y Romanos	Plutarco	[1562]	500
Historia de Alexandre Magno	Quinto Cúrcio Rufo	[1518]	501
Historiarum Libri Accuratissimè Editi	Quinto Cúrcio Rufo	[1633]	502
Lucii Coelii Lactantii Firmiani Opera	Lactâncio	[1646]	523
Aulii Gellii Luculentissimi Scriptoris Noctes Atticae	Aulo Gélio	[1559]	524
Opera Iosephi Iudeorum	Flávio Josefo [Josephi Iudei]	[1599]	525
Josephi Judei Historici Preclara Opera	Flávio Josefo [Josephi Iudei]	[1519]	526
Libros de Lucio Anneo Seneca	Séneca	[1551]	529
C. Suetonius Tranquillus, Et in Eum Commentarius, Exhibente Joanne Schildio	Suetónio	[1656]	530
Lucii Annaei Flori Rerum Romanarum	Floro [Lucius Annaeus Florus]	[1628]	539
Silii Italici Viri Consularis de Belo Punico	Sílio Itálico	[1601]	540

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Historiae Mundi	Plínio, o Velho	[1530]	567
De Oratore	Cícero / Philipp Melanchthon (ed.)	[1534]	572
Orationes Selectae	Cícero / Pierre-Joseph Olivet (ed.)	[1793]	573
Virgilii Maronis Opera	Vergílio	[1532]	579
Francisci Petrarche Florentini, Philosophi, Oratoris, & Poetae Clarissimi	Francesco Petrarca [Francisci Petrarchae]	1554	590
Aesopi Phrygis Fabularum	Esopo	[1538]	593
El Tostado Sobre Eusebio	Alonso Tostado	[1505-1507]	681
Contemptus Mundi	Thomas de Kempis	[1516]	740
Ioannis Gersonis Cancellarii Parisiensis Libri Quator Quorum Primus est de Imitatione Christi et de Contemptu Omnium Vanitatum Mundi	Jean Gerson	[1529]	741
Virtutum Vitiorumque Exempla ex Universae Divinae Scripturae	Nicolas de Hanappes [Nicolaum Hanapum]	[1534]	814

Anexo 2

Livraria do séc. XVI

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Notationes in Totam Scripturam Sacram	Emanuel Sá	1598	8
Sylva, seu potius Hortus Floridus Allegoriarum Totius Sacrae Scripturae	Jerónimo Lloret	1570	17
Psalmi Davidis, Vulgata Editione	Gilbert Génébrard, O. S. B.	1581	18
Commentariorum in Concordiam et Historiam Quatuor Evangelistarum	Sebastião Barradas, S. J.	1599	23
Commentaria in Quatuor Evangelistas	Juan de Maldonado [Joannis Saferensis Maldonati]	1597	26
Commentarii in Ecclesiasticum	Cornelius Jansenius	1569	32

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Commentaria in Proverbia Salomonis	Cornelius Jansenius	1568	33
Expositio in Sacrosanctum Jesu Christi Evangelium, Secundum Matthaeum	Cristóbal de Santotis, O.S.A.	1598	35
In Sacrosanctum Jesu Christi Domini Nostri Evangelium Secundum Lucam Enarrationum	Diego de Estella, O. F. M.	1575	42
Commentaria in Marcum, & Lucam Evangelistas	Fr. João Soares [Joannis Soarez, Episcopi Conimbricensis)	1578	43
Enarratio in B. Judae Thaddaei Apostoli Canonicam	Pedro Martínez	1582	48
Commentaria in Psalmos Davidicos, prisci cujusdam auctoris incogniti	Incognito	1582	49
Explicatio Psalmi Quinquagesimi, Misere Mei Deus	Sebastião Gomes de Figueiredo [Sebastiano Gomezio à Figueredo]	1598	52
Enarrationes in Sacrosanctum Jesu Christi Evangelium Secundum Matthaeum	Paulo de Palacio	1569	56
De Justitia & Jure Libri Decem	Domingo de Soto, O. P.	1556	148
Summa Summarum, que Silvestrina dicitur	Silvestro Mazzolini	1514	150
Instructio Sacerdotum	Francisco de Toledo, S. J.	[1601]	159
Explicacion de la Bulla de la Santa Cruzada	Manuel Rodrigues, O. F. M.	1589	166
Confessionario Breve y muy P[ro]vechoso con el Vita Xpi	Fr. Domingo de Baltanás, O. P.	Entre 1526-1544	178
Instructorium Conscientiae Duabus Contentum Partibus	Luís López, O. P.	1592	193

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Primera Parte de la Summa de la qual se cifra y summa todo lo que toca y pertenece a los sacramentos con todos los casos y dudas morales	Pedro de Ledesma, O. P.	1598	194
Praxis Theologica de Contractibus & Restitutionibus	Michaele de Palacio	1585	197
Commentariorum ac Disputationum in Tertiam Partem Divi Thomae	Francisco Suárez, S. J.	1590 - ?	207
Commentaria in Primam Divi Thomae Partem	Luís de Molina, S. J.	1592	208
Epitome in Universam Sacrosanctae Theologiae D. Thomae Summam	Berardo Bongiovanni	1568	220
Flores Theologicarum Quaestionum in Quartum Librum Sententiarum	Josepho Angles Valentino, O. F. M.	1581	223
Mistica Fundamental de Christo Señor Nuestro	Juan de la Cruz, O. C. D.	[1723]	234
Vergel de Plantas Divinas en Varios Metros Espirituales	Arcangel Alarcón, O. F. M.	1594	334
Sacra Enneades Adventuales	Maurice Hylaret, O. F. M.	1587	338
Sacrae Decades Quinquepartitae	Maurice Hylaret, O. F. M.	1587	339
Postillae sive Ennarationes in Evangelia	Francisco Polygrano, O. F. M.	1557-1560	349
Concilium Tridentinum	Joannes Soteallus (coment.)	[1608]	385
Historia Ecclesiastica del Scisma del Reyno de Inglaterra	Pedro de Ribadeneira (S. J.)	1588	439
Hymnorum Recognitio	Antonio de Nebrija [Antonius Nebrissensis]	1553	440
Constituciones delos Monges dela Congregacion de Sant Benito de Valladolid	-	1575	465

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Ordinario e Ceremonial da Ordem dos Conegos regulares da ordem do bemauenturado nosso Padre sancto Augustinho, & da Congregaçam de Sancta Cruz de Coimbra	Cónegos Regrantes de Santo Agostinho	1563	472
Epitome de Statu Religionis	P. Juan de la Cruz	[1613]	474
Chronica Que Trata da Vida E Grandissimas Virtudes E Bondades	Garcia de Resende	1596	484
Libro Primero del Espejo del Prīcipe Christiano	Francisco de Monzón	1544	490, 691
Dialogos de Varia Historia	Pedro de Mariz	1594	491
Décadas da Ásia	Germão Galharde	1552	492
De Origine, Situ, Qualitate et Quantitate Frisiae	Cornelius Kempius	1588	528
Libro Aureo de Marco Aurelio, emperador y eloquentissimo orador	D. Antonio de Guevara	1528	538
Comentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, in tres libros de Anima Aristotelis Stagiritae	Conimbricensis Societatis Iesu (ed.), Aristotelis Stagiritae	1598	558
Comentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu. In Quatuor Libros de Coelo Aristotelis Stagiritae	Conimbricensis Societatis Iesu (ed.), Aristotelis Stagiritae	1593	559
Comentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, in Octo Libros Physicorum Aristotelis Stagiritae	Conimbricensis Societatis Iesu (ed.), Aristotelis Stagiritae	1592	560
Institutionum Dialecticarum	Pedro da Fonseca	?	566
Philosophia Secreta	Juan Pérez de Moya	1588	588

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Andreae Alciati Emblemata Cum Commentariis	Andrea Alciato	[1621]	592
Las Obras en Verso de Don Francisco de Borja	D. Francisco de Borja	[1654]	594
Las Trezientas d'el famosissimo Poeta Iuan de Mena	Juan de Mena	1552	601
De Verborum apud Graecos anomalorum aut alioqui difficilium investigatione thematis commentarius	Guillaume Morel	1549	611
De Institutione Grammatica	Fr. Manuel Álvares, S. J.	1550	612
Margens da Syntaxe	Fr. Manuel Álvares, S. J.	[1671]	625
Explicationes in Praecipuam Partem	Fr. Manuel Álvares, S. J.	[1670]	627
Ambrosi Calepini Dictionarium	Ambrosius Calepinus	1573	629
Thesaurus Uocum Omnium Latinarum Ordine Alphabetico Digestarum	Guillaume Morel	1586	631
Historia Pontifical y Catholica	Gonzalo de Illescas	1569	682
Primera Parte de la Vida de Christo Señor Nuestro	Fr. Cristóbal de Fonseca, O. S. A.	1596	735
Libro de la Imicion de Christo Nuestro Señor	P. Francisco Arias, S.J.	1599	739
El Libro Llamado Monte Caluario Historia das Vidas e Feitos Heroicos, e Obras Insignes dos Santos	D. Antonio de Guevara, O. F.M. / Fr. Diogo do Rosário, O. P.	1545	745
Uida Y Hechos de Pio V Pontifice Romano	D. Antonio de Fuenmayor	1595	755
Los Libros de la S. Madre Teresa de Iesus	S. Teeresa de Jesus, O. C. D.	1588	759
Uida de San Amaro	Juan de Villaquirán	1520	764
Uida del B. Ignacio de Loyola, fundador de la Religion de la Companhia de Iesus	P. Pedro de Ribadeneira, S. J.	1583	769

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Martyrologium Romanum	Fr. Cesare Baronio Sorano, C. O.	1583	772
Introduction del Symbolo de la Fe	Fr. Luís de Granada, O. P.	1583-1584	787
Libro dela Uerdad Donde se Contiene Dozientos Dialogos, que entre la Uerdad y el Hombre se Tractan sobre la Conuersion del Pecador	Pedro de Medina	1555	791
Lexicum Ecclasiaticum Latino Hispanico	Fr. Diego Ximenez Arias (O. P.)	1566	841
Monarchia Lusytana	Fr. Bernardo de Brito (O. C.)	1597	861

Anexo 3
Livraria do séc. XVII

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Commentariorum in S. Scriptuuram	Jacques Tirin, S. J. (lat. Jacobus Tirinus)	1632	7
Commentarius	Cornélio a Lápide	[1717]	9
Oeuvres	Jacques-Bénigne Bossuet	[1743-47]	14
Defensio Declarationis Conventus Cleri Gallicani An. 1682	Jacques-Bénigne Bossuet	[1745]	15 / 16
De Benedictionibus Patriarcharum, Electa Sacra: Commentario Litterali & Morali illustrata	Diego de Celada, S. J. (lat. Didaco de Celada)	1641	19
Commentariorum in Librum Psalmorum	Jean de Lorin, S. J. (lat. Joannes Lorini)	1617 - 19	22
Commentaria Allegorica, et Moralia de Christo Figurato in Veteri Testatamento	Diego de Baeza, S. J. (lat. Didaco de Baeza)	1632	24
Commentariorum, ac Discursum Moralis in Regum Libros	Francisco de Mendonça, S. J.	1621-1631	25
In Epistolam B. Pauli ad Philippenses Commentarii et Adnotationes	Juan Antonio Velázquez, S. J.	1628-1633	27

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
In Psalmum Centesimum Davidis Commentarii et Adnotationes	Juan Antonio Velázquez, S. J.	1636	28
In Josve Hostilibus Redimitum Trophaeis Commentarii Litterales	Manuel de Naxera, S. J.	1652	29
Commentariorum atque Observationum Moralium in Genesim	Bento Fernandes de Borba, S. J.	1618-1627	30
Expositio in Proverbia Salomonis	Fernando Quirino de Salazar, S. J.	1618-1621	31
Cantici Canticorum Salomonis Interpretatio	Frei Luís de Sottomayor, O. P.	1605	34
Commentariorum in Textum Evangelicum	João da Silveira, O. C.	1644-1672	36
Commentariorum in Apocalypsim	João da Silveira, O. C.	1667-1669	37
Commentaria in Acta Apostolorum	João da Silveira, O. C.	1681	38
Opuscula Varia	João da Silveira, O. C.	1675	39
In Sacram Judith Historiam Commentarius Litteralis et Moralis	José de la Cerda, O. S. B.	1641-1653	40
De Maria et Verbo Incarnato	José de la Cerda, O. S. B.	?	41
Annotationum in Caput Decimum Tertium, Sacrosancti Jesu Christi Evangelii Secundum Joanem	Gregório Bautista, O. S. B.	1621	44
Commentarii in Epistolam Beati Jacobi	Balthasar Paes, O. S. T.	1613	46
Selectarum Disputationum in Sacram Scripturam	Benito Pereira, S. J.	1601 (tomus primus)	47
Commentarii in Quatuor Priores Davidis Psalmos	Juan Treminio (lat. Joannis Treminius)	1623	50

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Exposición del Miserere dado a considerar com cuidad a toda alma devota. Pratica de interior union com Dios, sacada de los Psalmos, y Apologia por la concordia entre la quietud, y fatiga de la Oracion	Paolo Segneri, S. J.	1699	51
Explicação do Salmo Cincoenta	Pedro de São Francisco, O. F. M.	1629	53
Commentarius in Septem Priora Capita Libri Judicum	João Freyre, S. J.	1640	57
Cartas	P. António Vieira, S. J.	[1735]	78
Summa Theologiae Scholasticae	Martinus Becanus, S. J.	1621	84
De Moralitate, Natura, et Effectibus Actuum Supernaturalium in Genere. Et fide, spe, ac caritate speciatem, Libri Quatuor	Gilles de Coninck, S. J. (lat. Aegidius de Coninck)	1624	85
Defensio pro Immaculata Deiparae Virginis Conceptione	Fernando Quirino de Salazar, S. J.	1618	88
Medulla Theologicae	Louis Abelly	1652 (pars prima)-1653 (pars secunda)	103
De Ecclesiastica Potestate	Jacques-Bénigne Bossuet	[1745]	108
Opera Omnia	Martino Bonacina	1678	123
Explicatio Decalogi	Tommaso Tamburini, S. J.	1659	124
Director Confessariorum in Forma Catechismi	Bartholdus Berteau	1650	126
Theologia Moralis	Hermann Busenbaum, S. J.	[1710-1713]	130
Medulla Theologiae Moralis	Hermann Busenbaum, S. J.	[1748]	131
Disputationum de Sancto Matrimonii Sacramento	Tomás Sánchez, S. J.	1607	135
Opus Morale in Praecepta Decalogi	Tomás Sánchez, S. J.	1614	136
Operis Moralis	Fernando de Castro Palao, S. J.	1631-1647	137

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Summa Diana	Antonino Diana, C. R.	1644	138
Resolutiones Mor.	Antonino Diana, C. R.	?	139
Suma de la Teologia Moral	Jaime de Corella, O. F. M. Cap.	1694-1704	145
Practica de el Confessonario y Explicacion de las 65 Proposiciones Condenadas por la Santidad de N. S. P. Inocencio XI y Alexandro VII	Jaime de Corella, O. F. M. Cap.	1686	146
Praxis Fori Poenitentialis ad Directionem Confessarii in Usu Sacri Sui Muneris	Valerio Reginaldo, S. J.	1616	151
Quaestiones Morales de Christianis Officiis et Casibus Conscientiae	Vincenzo Filliucci, S. J.	1625	152
Thesaurus Casuum Conscientiae	Gregory Sayer, O. S. B.	1618	153
Opusculum Circa Constitutionem Summi Pontificis Paulis V	António de Sousa, O. P.	1623	163
El Perfecto Examen de Confessores Matritense	Anselmo Gómez, O. S. B.	1676	164
Explicação dos Jubileos do Anno de 1619 & de 1621	Rodrigo da Cunha	1622	167
Principios, e Definiçoens de toda a Theologia Moral	Manuel Lourenço Soares	1642	172
Definiçoens Moraes muy Uteys e Proveytosas para Curas, Confessores & Penitentes	Christovam de Aguirre	1679	173
Breve Suma dos Cazos Reservados do Arcebispado de Braga	Manoel de Barros e Costa (trad.)	1678	174
Confessionario Geral	Lucas Pinelli, S. J.	1618	176
Isagoge Moral, em a Materia dos Sacramentos	Lourenço Garro, O. M. C.	1625	177
Variae Responsiones Casuum Conscientiae	Luiz de Beja Perestrello, O. E. S. A.	1610	181

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Medulla Theologiae Moralis	Hermann Busenbaum, S. J.	1656	183
Suma de Todas las Materias Morales	Martín de Torrecilla, O. F. M. Cap.	1696	186
Consultas Morales y Exposición de las Proposiciones Condenadas por Nuestros muy Santos Padres Inocencio XI. y Alexandro VII	Martín de Torrecilla, O. F. M. Cap.	1684	187
Examen de la Potestad, y Jurisdicion de los Señores Obispos	Martín de Torrecilla, O. F. M. Cap.	1682	188
Propugnaculum Ortodoxae Fidei	Martín de Torrecilla, O. F. M. Cap.	1698	189
Encyclopedia Canonica, Civil, Moral, Regular, y Orthodoxa	Martín de Torrecilla, O. F. M. Cap.	[1721]	190
Consultas, Alegatos, Apologias, y otros Tratados, assi regulares, como de otras materias morales	Martín de Torrecilla, O. F. M. Cap.	1694-1705	191
Compendio de la Suma Añadida del R. P. Fr. Martin de Torrecilla, com Addiciones del Tomo de Proposiciones Condenadas, y del de Obispos y Otras	Martín de Torrecilla, O. F. M. Cap.	1698	192
Summa de la Theologia Moral y Canonica	Enrique de Villalobos, O. F. M.	1623	195
Manual de Confessores	Enrique de Villalobos, O. F. M.	1625	196
Commentariorum ac Disputationum in Tertiam Partem S. Thomae	Gabriel Vásquez, S. J.	1609-1615	205
De Justitia et Jure Caeterisque Virtutibus Cardinalibus Libri Quatuor	Leonardus Lessius, S. J.	1605	206
Disputationes de Animae, et Corporis Beatitudine	Gil da Apresentação, O. S. A. (lat. Aegidio de Praesentatione)	1609-1615	209
Sintagmata Theologica	Augustus Laurentius	1690	215

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
In Tertiam Partem Divi Thomae a Questione Prima, usque ad Vigesimam Quintam Inclusivè de Incarnatione Divini Verbi & Consequentibus Ipsam	Antonio de la Parra y Arteaga	1668	217
Discursus Varii Concionatoribus et Sacrarum Scripturarum Interpretibus Utilissimi	Ignatio Galvam, O. P.	1625-1635	221
Lucerna Mystica pro Directoribus Animarum	José Lopez Ezquerra	1692	225
Medula Mystica Sacada de las Divinas Letras, de los Santos Padres, y de los mas Classicos Doctores Mysticos, y Escolasticos	Francisco de Santo Tomás	1695	228
Exercicios Espirituaes, e Meditações da Via Purgativa	Manuel Bernardes, C. O.	1686	231, 786
Practica de la Theologia Mistica	Miguel Godiñez, S. J.	[1704]	232
Exercicio de Perfeiçaõ, e Doutrina Espiritual para Extinguir Vicios, & Acquirir Virtudes	Alonso Rodríguez, S. J.	1649	235
Directorium Regularium	Antonius a Spiritu Sancto	1670	236
Quaestiones Regulares et Canonicae	Manoel Rodrigues, O. F. M.	1609	238
Dubia Regularia	Lourenço de Portel, O. F. M.	1645	239
Oeuvres complètes	Esprit Fléchier	[1782]	262
Evangelicus Concionator et Novi Hominis Institutio	Francisco Garcia del Valle, S. J.	1622	284
Loci Communes ad Conciones Epitomes Sanctorum Patrum ad Sacras Conciones per Locos Communes	Francisco Labata, S. J.	1614	289
Epitomes Sanctorum Patrum ad Sacras Conciones per Locos Communes	Juan López, O. P.	1605	290

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
El Abulense Ilustrado, Minas del Oro de España	José de Almanacid, O. Cister.	1672	291
Jardim da Sagrada Escriptura	Cristovão de Lisboa, O. F. M.	1653	292, 661
Trattados Quadragesimais, e da Paschoa	António Feio, O. P.	1609	298
Trattados das Festas, e Vidas dos Santos	António Feio, O. P.	1612-1615	299
Despertador Christiano de Sermones Doctrinales	José de Barcia y Zambrana	1679-1685	307
Quaresma	Paolo Segneri, S. J.	[1724]	308
Triumphos Ecclesiasticos	Pedro Correia, O. F. M.	1617-1623	309
Trofeo Evangelico	Diogo da Anunciação Justiniano, C. S. J. E.	1685-1713	314, 666
Discursos Predicaveis, sobre a Vida, Virtudes e Milagres do Gigante dos Menores… S. Antonio	Jerónimo Coelho	1663-1669	317, 668
David Penitente: Discursos Moraes	Agostinho da Costa, O. E. S. A.	1685	327
Pancarpia, ou Capela Flórida	António Lopes Cabral	1694	328
Monarquía Mystica de la Iglesia	Lorenzo de Zamora, O. Cist.	1603 ?	329, 674
Conceptos Extravagantes y Peregrinos, sacados de las divinas y humanas letras y Santos Padres	Tomás Ramón, O. P.	1619	333
Santoral de los dos Santissimos Patriarcas, y Hermanos, Nuestros Padres Santo Domingo, y San Francisco, y de los Santos de entrambas Sagradas Religiones	Juan de Mata, O. P.	1635	335
Laurea Evangelica	Ángel Manrique, O. Cist.	1605	337
Migaias Caydas de la Mesa de los Santos y Doctores de la Iglesia	Francisco del Castillo, O. E. S. A.	1619	351

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Declaracion de la Doctrina Christiana	Roberto Belarmino, S. J.	1614	362
Theatrum Veritatis et Justitiae, sive Decisivi Discursus per materias, seu titulos distincti et adveritatem	Giovanni Battista de Luca	[1726]	379
Thesouro de Pensamentos Concionativos	Gaspar Pires de Rebelo	1635	392
Instruccion de Sacerdotes	Antonio de Molina, O. Cart.	1611	394
Rituale Romanum Pauli V	-	1617	395
Estilo Legal	Giovanni Battista De Luca	[1784-1791]	406
Magnum Theatrum Vitae Humanae	Lawrence Beyerlinck	1631	409
Annales Ecclesiastici	Caesare Baronius	[1738-1756]	411
El Tostado sobre Eusebio: mineral de letras diuinas y humanas en la Historia general de todos los tiempos	José de Almonacid, O. Cist.	1677	415
Historia Pontifical y Catholica	Gonzalo de Illescas	1602	416
Historia do Futuro: livro anteprimeyro	P. António Vieira, S. J.	[1718]	417
El Rey Penitente David, Arrepentido	Cristóbal Lozano	1674	419
Primeira Parte de David Perseguido y Alivio de Lastimados	Cristóbal Lozano	1698	420
El Hijo de David mas perseguido	Cristóbal Lozano	[1716]	421
Histoire des variations des Eglises protestantes	Jacques-Bénigne Bossuet	1689	429
Histoire du Vieux et du Nouveau Testament	Sieur de Royaumont	1670	431
Historia Sagrada do Velho, e Novo Testamento	Sieur de Royaumont	[1742]	432
O Principe dos Patriarcas S. Bento	João dos Prazeres, O. S. B.	1683-1690	441

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal	Fr. Manoel da Ascenção, O.S.B.	1647	448
Commentaria Ad Leg. Prim. C. de Sacrosanct. Ecclés.	Bento Gil (lat. Benedictus Aegidius)	1609	449
Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento Tirada de Latim em Linguajem Portuguesa	Fr. Placido Villalobos (trad.), O. S. B.	1623	453
El Sol Del Ocidente	Fr. Alonso de S. Vitores, O. S. B.	1645	454
Coronica [sic] General de La Orden de San Benito, Patriarca de Religiosos	Fr. Antonio de Yepes, O. S. B.	1609	455
Privilegia Regularium Quibus Aperte Demonstratur Regulares ab Omni Ordinarium Potestate	Fr. Bruno Chassaing, O. F. M.	1652	456
Espelho de Religiosos Em o Qual Vendose, e Compondose as Pessoas Religiosas, Poderaõ com o Favor Divino, Chegar com Facilidade à Perfeiçaõ	Fr. Afonso da Cruz, O. Cister	1622	460
Primera Parte de las Fundaciones de los Monesterios del Glorioso Padre San Benito	Fr. Prudencio de Sandoval, O. S. B.	1601	462
Primazia Monarchica do Pay Comum dos Monges S. Bento na tarde do dia do seu transito	João Bertelin	1661	467
Chronica da Companhia de Iesu na Prouincia de Portugal	P. Balthazar Tellez, S. J.	1645	469
Tratado de la Perfeccion Religiosa, Y de la Obligacion, Que Todos los Religiosos Tienen de Aspirar à Ella	P. Lucas Pinelo, S. J.	1604	473
Castrioto Lusitano	P. Raphael de Jesus, O. S. B.	1679	479

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Terceira Parte da Monarchia Lusitana	Fr. António Brandão, O. S. B.	1632	481
Justa Acclamação do Serenissimo Rey de Portugal D. João O IV	Francisco Velasco de Gouveia	1644	482
Cronicas DelRey Dó Ioam de Gloriosa Memoria	D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa	1643	483
Flores de España Excelencias de Portugal	António de Sousa de Macedo	1631	485, 689
Décadas da Ásia	Diogo do Couto	1612 – 1616	493
Lustre ao Dezembargo do Paço	D. João Pinto Ribeiro	1649	497
Abecedario Real, e Regia Instrucçam de Principes Lusitanos	Fr. João dos Prazeres, O. S. B.	1692	498
Brachiologia de Principes	Fr. Jacinto de Deus, O. F. M.	1671	499
Descripcion Breue Del Monasterio de S. Lorenzo	Fr. Francisco de los Santos, O. S. H.	1657	503
El Devoto Peregrino	Fr. António de Castilho, O. F. M.	1654	505
Obras de Don Francisco de Quevedo y Villegas	Don Francisco de Quevedo y Villegas	[1724]	511
Los Reyes Nueuos de Toledo	Cristóbal Lozano	1667	512
Idea de Un Principe Politico Christiano	D. Diego de Saavedra Fajardo	1640	514
El Sabio Instruido de la Naturaleza	Fr. Francisco Garau, S. J.	1690	515
Errores Celebrados	Juan de Zabaleta	1653	527
Flosculi Historiarum, in Areolas suas Distributi	Fr. Jean de Bussières, S. J.	1662	532
Las Obras del Marques Vergilio Malvezzi	Vergilio Malvezzi	1648	533
Vida do Conde Duque	Vergilio Malvezzi	1650	534
El Discreto	"Lorenço" Baltasar Gracián	1646	541
Logica Siue Ars Cogitandi	Antoine Arnauld	1674	545

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Synopsis Methodica Animalium Quadrupedum et Serpentini Generis	John Ray (lat. Joanne Raio)	1693	568
Viridarium Sacrae, Ac Profanae Eruditionis	Francisco de Mendonça, S. J.	1632	578
Thesaurus Musae Vergilianae	José Vaz Pinto de Sousa	1628-1629	580, 698
Soledades de la Vida, y Desengaños del Mundo	Cristóbal Lozano	1662	586
Theatro de Los Dioses de la Gentilidad	Fr. Baltasar de Vitoria, O.F.M.	1657	587
Centuriae Epigramatum	Pietro Alois, S. J.	1635	589
Regia Parnassi seu Palatium Musarum	P. V. (S. J.)	1678	591
La Culpa del Primero Peregrino	Antonio Enríquez Gómez	1644	595
Libro De La Restauracion Y Renovacion del Hombre	Fernando Ximenes	1608	596
Gigantomachia	Manuel de Gallegos	1626	598
Sucessos Y Prodigios de Amor / Auroras de Diana	Juan Pérez de Montalbán / Don Pedro de Castro y Anaya	1624	600
Johannis Buxtorfi Lexicon Hebraicum et Chaldaicum	Johannes Buxtorf	1615	607
Arte da Grammatica Latina Ordenada em Portugez Pera mayor Facilidade deste estudo	Fr. Frutuoso Pereira, O. S. B.	1643	617
Arte de Grammatica Latina Novamente Ordenada em Portuguez para Menos Trabalho dos que Começao a Aprender	Fr. Frutuoso Pereira, O. S. B.	1636	623
Prosodia in Vocabularium Bilingue	Fr. Benito Pereira, S. J.	1697	630
Linguae Latinae Liber Dictionarius Quadripartitus	Adam Littleton	1678	633
Uocabulario Italiano e Espagnuolo	Lorenzo Franciosini di Castelfiorentino	1638	635

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Dictionarium Lusitanico Latinum	Agostinho Barbosa	1611	639
Indiculus Universalis	P. François-Antoine Pomey, S. J.	1667	646
Indiculo Universal	P. François-Antoine Pomey, S. J.	[1715]	647
Estilo y Formulario de Cartas Familiares	Jerónimo Paulo de Manzanares	1600	648
Medulla Theologiae Moralis	Fr. Hermann Busenbaum, S. J.	1652	655
Comentaria Ac Disputationes	Fr. Francisco Suárez, S. J.	1607	657
Agiologio Lusitano	George Cardoso	1652-1744	677, 750
Considerações Literais, Morais, e Allegoricas, Sobre Os Threnos e Lamentações do Propheta Jeremias	Fr. Tomás da Veiga, O. F. M.	1633	678
Grano del Evangelio en la Tierra Uirgen Christo	P. José de Ormaza, S. J.	1667	679, 792
Castrioto Lusitano	Fr. Raphael de Jesus, O. S. B.	1679	685
Defensam da Monarchia Lusitana	Fr. Bernardino da Silva, O. Cister	1620	688
Commentarii in Universam Aristotelis Dialecticam	Antonio Rubio (S. J.)	1609	696
Canções Amorosas e Satíricas	Luis de Góngora y Argote	?	699
Nouelas Exemplares	Miguel de Cervantes	1613	700
Seis Comedias de Lope de Vega	Lope de Vega	1603	703
Memórias Fúnebres Sentidas Pellos Engenhos Portuguezes na Morte da Senhora Dona Maria de Ataíde	-	1650	704
Deleytar Aprovechando	Tirso de Molina	1635	705
Obras de Don Iuan de Tarsis	D. Juan de Tarsis	1629	706
Primavera y Flor de los Mejores Romances	Pedro Arias Pérez	1621	718
Strage degli Innocenti	Giambattista Marino	1633	719
Le Virgile Travesti en Vers Burlesques	Paul Scarron	[1726]	720

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Arcadia, Prosas y Versos	Lope de Vega	[1598]	722
Clamores Evangelicos	Fr. António da Conceição, O. F. M.	1648	728
Mystica Cidade de Deos	Soror Maria de Jesus de Ágreda	1651	731
Eva, e Ave ou Maria Triunphante	António de Sousa de Macedo	1676	732
Historia Uniuersal de la Uida Y Peregrinacion de el Hijo de Dios en el mundo	Pedro Gómez Durán	1610	736
Prosapia de Christo	Diego Matute de Peñafiel Contreras	1614	737
Escola de Bethlem	P. Alexandre de Gusmão, S. J.	1678	738
De Passione Domini et Obiter de Sancta Sindone	Emilio Malliano [Aemilius Mallianus]	1670	743
Trabalhos de Jesus	Fr. Tomé de Jesus, O. E. S. A.	1608-1609	744
Insinuacion de la Diuina Piedad	Sta. Gertrudes / Fr. Leandro de Granada, O. S. B. (trad.)	1603	746
Epitome da Admiravel Vida de S. Gertrudis a Magna	Fr. João dos Prazeres, O. S. B.	1696	748
Flos Sanctorum, Historia das Vidas, e Obras Insignes dos Santos	P. Pedro Ribadeneira	1647	751
Uida Y Obras Del Maestro Iuan de Auila	Martin de Ruyz de Mesa	1618	754
A Cortezãa da Gloria	Fr. João Freire, O. S. A.	1671	760
La Perfecta Muger	Fr. Juan Antonio Rivarola, O. S. A.	1645	761
El Gran Padre de Los Creyentes Abrahan	Diego Niseno	1636	762
Uida, e Martyrio da Gloriosa Santa Quiteria	Pedro Henriques D'Abreu	1651	765
Paciecidos	P. Bartolomeu Pereira, S. J.	1640	766
El Inclito Martir Español San Laurencio	Fr. Diego Velez de Guevara, O. S. A.	1618	767
El Mayor Entre Los Grandes	Victorián de Acosta	1675	768
La Caida Para Levantarse	D. Francisco de Quevedo Villegas	1648	771

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Pratica dos Exercicios Espirituaes de S. Ignacio	P. Sebastián Izquierdo, S. J.	1687	774
Afectos y consideraciones Deuotas	P. Francisco de Salazar, S. J.	1671	775
Consideraçoens Literais, Morais, e Allegoricas, sobre os Threnos, e Lamentaçoens do Propheta Jeremias	Fr. Tomás da Veiga, O. F. M.	1633	776
Considerações sobre os Evangelhos, em que se Contam em as Vinte e Quatro domingas depois do Espirito-Sancto	Fr. Tomás da Veiga, O. F. M.	1619	777
Tractado das Significaçoens das Plantas, Flores, e Fructos que se referem na Sagrada Escriptura	Fr. Isidoro da Barreira, O. M. C.	1622	780
Meditaçoes das Domingas do Anno	P. Bartolomeu do Quental, C. O.	1696-1697	782
Meditações da Sacratissima Paixaõ, e Morte de Christo	P. Bartolomeu do Quental, C. O.	1675	783
Meditaçoens da Gloriosa Resurreyçam de Christo Senhor Nosso	P. Bartolomeu do Quental, C. O.	1683	784
Manual de Exercicios Espirituaes para ter Oração Mental, em Todo o Discruso do Ano	P. Tomás de Villacastin, S. J.	1675	785
Tratado de La Unidad del Mundo	Fr. Diego de Estella, O. F. M.	1668	790
Conspiração Universal	Fr. Pedro Correa, O. F. M.	1615	793
Livro de Ouro, ou Introdução à Vida Devota	S. Francisco de Sales	[1729]	794
Practica del Amor de Dios	S. Francisco de Sales	[1661]	795
Uerdaderos Entretenimientos del Glorioso Señor San Francisco de Sales	S. Francisco de Sales	[1699]	796

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Luz, e Calor. Obra Espiritual Para os que Tratão do Exercício de Virtudes, & Caminho de Perfeyção	P. Manoel Bernardes, C. O.	1696	803
Armas da Castidade	P. Manoel Bernardes, C. O.	1699	804
Differença entre o Temporal e o Eterno	P. Juan Eusebio Nieremberg, S. J.	1676	806
Instrucçaó Geral pera o Caminho da Perfeiçam	Fr. Pedro da Cruz Juzarte, O. C.	1650	807
Combate Espiritual	P. Lorenzo Scupoli, C. R.	1666	810
Espelho de Penitentes	P. João da Fonseca, S. J.	1687	813
Reformaçam Christãa Assim do Peccador, Como do Virtuoso	P. Francisco de Castro, S. J.	1677	822
El Maestro Christiano	Fr. Placido de Reynosa, O. S. B.	1618	826
El Mystico Serafin de S. Buenauentura	P. Juan Pablo Fons, S. J.	1622	827
Los dos Estados Dela Espiritual Hierusalem Sobre los Psalmos. CXXV. y CXXXVI.	Fr. Juan Márquez, O .S. A.	1602	828
Guia de los Devotos, y Esclavos del Santissimo Sacramento	Antonio de Alvarado	1613	830
Regimento Espiritual Pera o Caminho Do Ceo	P. Francisco Ayres, S. J.	1654	833
Politica de Dios. Gouierno de Christo	D. Francisco de Quevedo Villegas	1616	834
Fugida do Mundo Pera Deos, Pella Escada da Penitencia	Fr. Gregório Taveira, O. Cristo	1635	835
Philosophia Moral	Fr. Aleixo de Santo António, O. Cristo	1640	836
Historia do Insigne Apparecimento de N. Senhora da Luz	Fr. Roque do Soveral, O. Cristo	1610	842
Constitutiones Monachorum Nigrorum Ordinis S. P. Benedicti Regnorum Portugalliae. Historia Geral de Ethiopia a Alta ou Preste Ioam	-	1629	845

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Comentarii Cum Disputationibus, et Quaestionibus, in Universam Aristotelis Stagiritae Logicam	Fr. Diogo de Jesus, O. C. D.	1608	850
Regimento Pera Conservar a Saude e Vida	Fernão Solis da Fonseca	1626	854
Pharmacopoeia Medico-Chymica	Johann Schröder	1641	855
Uidas de Santas, y Mugeres Ilustres de El Orden de S. Benito Patriarca de los Monges	D. Pedro de Ciria Raxis y Inojosa	1686	860

Anexo 4
Livraria do séc. XVIII

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
In Sacras Tautologias… Commentariorum Literalium	Manuel de Villarroel, O. S. B	1704	11
Opera Omnia	Joseph a Sancto Benedicto, O. S. B.	1725	12
Mansiones Festaque Hebraeorum	Petrus Polo, O. F. M.	1725	13
Cartas eruditas, y curiosas, en que, por la mayor parte, se continua el designio del Theatro Critico Universal	Benedito Jerónimo Feijoó, O. S. B.	1742	79
De Theologicis Disciplinis Accurata Synopsis	Giovanni Lorenzo Berti, O. S. A. [lat. Joannis Laurentius Berti]	1777	83
Theologia Universa in Via Recentiorum ad usum studentium accommodata	Marco Maria Struggl	1744-1745	86
De Locis Theologicis	Jan Opstraet	1769	91
Praelectiones Theologicae	Pietro Maria Gazzaniga, O. P.	1763-1771	92
Praelectiones Theologicae de Deo et Divinis Attributis	Honoré Tournely	1725-1730	93

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Continuatio Praelectionum Theologicarum Honorati Tournely, sive Tractatus de Universa Theologia Morali	Pierre Collet, C. M.	1733-1747	94
Damnatae Theses ab Alexandro VII, Innocentio XI et Alexandro VIII	Domenico Viva, S. J.	1711	96
Quesnellianae Thesis a SS. D. N. Papa Clemente XI, Confixae, Ad Theologicam Trutiam revocata juxta pondus Sanctuarii	Domenico Viva, S. J.	1716	97
Opuscula Theologica Moralla	Domenico Viva, S. J. ?	?	99
Institutiones Theologiae Moralis [+ Scholasticae]	Pierre Collet, C. M.	1768	101
Institutiones Theologiae Moralis, quas ad usum seminariorum	Pierre Collet, C. M.	1768	102
Benedicti XIV Pont. Opt. Max. Olim Prosperi Card. De Lambertinis [Opera]	Bento XIV	1747-1751	109
Prompta Bibliotheca Canonica, Juridica, Moralis, Theologica, nec non Ascetica, Polemica, Rubricistica, Historica	Lucio Ferraris	1746	110
Dictionarium Casuum Conscientiae	Jean Pontas	1731	111
Le Dictionnaire des Cas de Conscience	Adrien Augustin de Bussy de Lamet / Germain Fromageau	1740	112
Moralis Christiana	Jacques Besombes	1745	113
Ad Theologiam Christianam Dogmatico-Moralem Apparatus	Daniele Concina, O. P.	1751	114
Theologia Christiana Dogmatica-Moralis	Daniele Concina, O. P.	1749-1751	115
Repertorium Morale Utriusque Fori	Octavio Maria A' S. Joseph, O. S. A.	1705	116

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Dissertaçam Theologico-Juridica sobre os Juros do Dinheiro	Manuel de Sant'Ana Braga, O. F. M.	1784	117
Cynosura Neoconfessariorum, seu praxis rite excipiendae confessionis sacramentalis	Joannes Euphrates	1713	118
Theologiae Moralis Summa	Clemente Piselli, O. F. M.	1711	119
Sacrae Theologiae Moralis Medulla Recens ad Mentem Celeberrimorum Patrum Salmanticensium	Paulus Hieronymus a Sancta Helena, O. C. D.	1750	121
Universa Moralis Theologia	Constantino Roncaglia, S. P.	1736	125
Examen Ecclesiasticum	Felice Potesta, O. F. M.	1714	127
Theologia Moralis	Anacletus Reiffenstuel, O. F. M.	1739	129
Homo Apostolicus Instructus	Alphonso de Ligorio	1763	132
Praxis Confessarii, ad bene excipiendas confessiones, ad instructionem tyronum confessariorum	Alphonso de Ligorio	1774	133
Theologia Speculativa et Moralis	Juan Marin, S. J.	1720	134
De Restitutione Tractatus Sex	Manuel Pereira, S. J.	1724	140, 390, 405
Jardim Escotistico, em que se offerecem as mais puras flores da Theologia Moral	Antonio Barbeito	1748	143
Templo Theologico Especulativo, e Pratico, aonde se verá huma breve summa de Theologia Especulativa	Adam Cuntin Favorino	1736	144
Theologia Moralis	Nicola Mazzota, S. J.	1756	149
Lux Moralis	Francesco Sabino, O. P.	1722	156
Scholasticum Personae Ecclesiasticae pro Foro Poli et Soli Breviarium	Franz Pappus von Tratzberg, O. S. B.	1733	157

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Theologia Moralis	Eusebio Amort	1757	158
Practica de Ordinandos, e Confessores	António Ferreira	1742	160
Opusculo Theologico das Constituições Benedictinas	António Ferreira	1759	161
Instrucçam de Ordinandos Tirada do Concilio de Trento, do Ritual, e Pontifical Romanos, e dos Decretos de S. Carlos Borromeo	Francesco Maria Campione, O. S. S. T.	1725	162
Arte Magica Anniquilada	Francesco Scipione Maffei	1793	199
Scolastico-Dogmatica Theologia	Vincenzo Ludovico Gotti, O. P.	1786	210
Veritas Religionis Christianae Contra Atheos, Polytheos, Idolatras, Mahometanos, & Judaeos	Vincenzo Ludovico Gotti, O. P.	1750	211
Ethica Christiana sive Theologia Moralis	Giovanni Vincenzo Patuzzi, O. P.	1770	213
De Re Sacramentaria contra perduelles Haereticos Libri Decem	René Hyacinthe Drouin, O. P.	1737	214
Universae Theologiae Moralis	Fulgenzio Cuniliati	1772	218
Tribunal de Ordinandos	Diogo Cardozo Coelho	1731	219
Institutiones Theologiae Mysticae ad usum directorum animarum, curatorum, omniumque perfectioni christianae studentium	Dominikus Schram, O. S. B.	1777	226
Máximas Espirituais e Directivas para Instrucçam Mystica dos Virtuosos, e Defensa Apostolica da Virtude	Afonso dos Prazeres, O. S. B.	1737	229

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Desengaños Misticos a las Almas Detenidas o Engañadas en el Camino de la Perfeccion	Antonio Arbiol, O. F. M.	1713	230
La Bibliothèque des Prédicateurs	Vincent Houdry	1724-1743	240
Oeuvres	Henri Nesmond	1754	251
Instructions courtes et familières pour tous les dimanches de l'année	Joseph Lambert	1748 ?	252
Flagello do Pecado	Paulo de Santa Teresa	1734	258, 658
Polyanthea Sacra	Andreas Spanner	1701	285
Voz Evangelica que nos Mudos Caracteres da Estampa Catholicamente Brada	Francisco Vieira, O. S. A.	1708	303
Medalha Evangelica	José da Natividade de Seixas, C. S. J. E.	1706	315, 667
Les petits prones	M. Girard	1754-1759	358
Instrucções Geraes em Forma de Catecismo	Carlos Joaquim Colbert	1776	361
Vida e Regras Religiosas de S. Frutuoso Bracarense	A. C. Amaral	1805	363
Vida, e Opusculos de S. Martinho Bracarense	Caetano Brandão, O. F. M. / S. Martinho de Dume	1803	364
Diccionario Apostolico	Jacinto de Montargón, O. S. A.	1795-1797	365
Biblioteca Portatil de los Padres, y Doctores de la Iglesia desde el tiempo de los apostoles Reflexões Christans, e Politicas Sobre o Estado Religioso	Pierre Joseph Tricalet	1790-1791	366
Cartas importantes del Papa Clemente XIV (Ganganelli)	Clemente XIV	1781-1784	368
Vida de S. Francisco de Sales	António Joaquim, C. O.	1791	369
Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio	Gabriel Cossart et al	1759-1798	372

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Collectio Maxima Conciliorum Ommium Hispaniae, et Novi Orbis, Epistolarumque Decretalium Celebriorum	José Sáenz de Aguirre	1753-1755	373
Bullarium	Bento XIV	1746-1757	374
Polyanthea Sacrorum Canonum Coordinatorum	Giovanni Paolo Paravacini	1728	375
Corpus Juris Canonici per Regulas Naturali Ordine Digestas	Jean-Pierre Gibert	1735	376
Jus Ecclesiasticum Universum Antiquae et Recentiori	Zeger Bernhard van Espen	1753	377
Supplementum ad Varias Collectiones	Zeger Bernhard van Espen	1769	378
Decisiones Sacrae Rotae Romanae	?	1759-1762	380
Jus Canonicum Universum	Anacletus Reiffenstuel, O. F. M.	1702-1714	381
Vetus et Nova Ecclesiae Disciplina circa Beneficia et Beneficiario	Louis Thomassin	1769-1772	383
Operum quae exstant	Joseph Bingham	1751-1781	384
Ordo Verborum in Sacrosanctum et Oecumenicum Concilium Tridentinum	Francisco Freire da Silva	1739	386
Institutiones Juris Canonici	Anno Schnorrenberg	1729	387
Institutiones Juris Ecclesiastici Publici et Privati Hodiernis	Dominikus Schram, O. S. B.	1774	388
Epitome Canonum Ecclesiasticorum ex Conciliis Germaniae	Dominikus Schram, O. S. B.	1774	389
Thesaurus Sacrorum Rituum	Bartolommeo Gavanto	1762	391
Ritual Eucharistico Instrucçam, e Ordens, que se devem observar no Lausperenne	Veríssimo dos Mártires, O. F. M.	1745	393

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Manogito de Flores cuya fragrancia decifra los mysterios de la missa, y officio divino	Juan Nieto	1725	398
Resumo das Regras Geraes mais Importantes, e Necessarias para a Boa Intelligencia do Cantochaõ Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal	Carlos de Jesus Maria, O. S. A.	1741	399
Repertorio das Ordenações e Leys do Reyno de Portugal	-	1749-1754	402
Fasciculus Sententiarum ad Exornandam Epitomem Juridicam pro Asserendo Jure Doctorum Legum ad Canonicatus Doctorales	Pedro de Villasboas e Sampayo	1738	403
Collecçaõ das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado del rey fidelissimo D. Jozé o I	-	1771	404
Universo Juridico	António Cortez Bremeu, S. J.	1749	407
Dictionnaire universel, dogmatique, canonique, historique, géographique et chronologique, des sciences ecclésiastiques	Charles-Louis Richard	1760-1765	409
El Gran Diccionario Historico, o Miscellanea Curiosa de la Historia Sagrada y Profana	Louis Moréri	1753	410
Historia Ecclesiastica Veteris Testamenti	Ignace Hyacinthe Amat de Graveson, O. P.	1732	412
Historia Ecclesiastica Veteris Novique Testamenti	Alexander Natalis, O. P.	1734	413
Histoire generale des auteurs sacrés et ecclesiastiques	Rémi Ceillier	1729-1783	414
Chronicon	Christian Van Adrichem	1723	418

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Academia Universal de Varia Erudiçaõ Sagrada, e Profana	P. Manuel da Consciência, C. O.	1732	422, 849
Anacrisis de Suprema Sorte Ecclesiasticorum	Josepho Pinto Pereira	1702	423
Historia Ecclesiastica	Claude Fleury [Claudius Fleurius]	1764-1787	424
Discursos sobre a Historia Ecclesiastica	Claude Fleury	1773	425
Os Costumes dos Israelitas	Claude Fleury	1778	426
Costumbres de los Israelitas	Claude Fleury	1734-1738	427
Os Costumes dos Christãos	Claude Fleury	1782	428
Cours d'histoire sacrée et profane, dédié aux jeunes personnes	Gaspard Guillard de Beaurieu	1763	433
Les Élémens de l'histoire	Pierre Le Lorrain de Vallemont	1700	434
Elementos da Historia	Pierre Le Lorrain de Vallemont	1734-1751	435
Supplemento da Historia Chronologica dos Papas, Emperadores e Reys que tem reynado na Europa Ecclesiasticae Historiae Breviarum	João Evangelista, O. S. A.	1741	436
Abrégé chronologique de l'histoire universelle	Mathurin Veyssière de Lacroze	1767	438
Antologia Cata-Critica e Apocatastasis da Verdade Benedictina	-	1738	442
Escudo Benedictino ou Dissertação Histórica, Escholastica, e Theologica em Defensa dos Injustos Golpes	Fr. Manuel de Santo António, O.S.B.	1736	444
Annales Ordinis S. Benedicti, Occidentalium Monachorum Patriarchae	Fr. Jean Mabillon, O.S.B.	1703	445

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Plano, E Regulamento dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal	-	1789	446
Pontifical Monastico da Congregaçaõ do Principe dos Patriarchas Saõ Bento deste Reyno de Portugal.	Fr. Manoel de Santo Antonio, O.S.B.	1730	450
Os Frades Julgados no Tribunal da Razão	[atribuída a] Fr. João Batista, O.S.A.	1814	451
Explicaçaõo Breve, Accomodação Laconica da Santa Regra do Grande Patriarca e Principe dos Patriarcas O Glorioso São Bento	P. Gabriel Talbot, C.O.	1744	458
Vida do Glorioso S. Bento, Pay de todos os Monges, Mestre, E Legislador da Cenobitica Vida Monastica, e Principe de todos os Patriarchas	Fr. Marcelino da Ascenção, O.S.B.	1737	468
Consulta Mystico-Moral sobre o Habito de Certas Religiozas da Ordem de S. Clara Urbanas	Fr. Francisco da Anunciação, O.S.A.	1717	470
Examen Castellano de la Crisis Griega	D. Luis de Salazar Y Castro	1736	471
Seculos da Religiaõ Serafica Brilhante em todos com seus Religiosos Leigos	Fr. Apolinário da Conceição	1736	476
Le Grand Dictionnarie Geographique et Critique	Bruzen la Martiniere	1730	477
Portugal Renascido, Tratado Historico-Critico-Chronologico	Fr. Manuel da Rocha, O. Cister	1730	478
Chronica do Muito Alto, E Muito Esclarecido Principe D. Sebastião	D. Manoel de Menezes	1730	480, 686
Geographia de Todos os Estados Soberanos de Europa	Luís Caetano de Lima	1718	486, 690

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Supplemento Histórico, ou, Memorias e Noticias da Celebre Ordem dos Templários	Alexandre Ferreira	1735	488
Provas de Historia Genealogica da Casa Real Portugueza	D. António Caetano de Sousa	1735	489
Alegação de direito, que pelo Excellentissimo Senhor D. Joao Diogo de Ataide (…) Fez Joseph Gomes da Cruz.	José Gomes da Cruz	1726	495
Dezempenho Festivo	P. José Leite da Costa	1729	496
Theatro Critico Universal	Fr. Benito Jerónimo Feijoo, O.S.B.	1726-1740	506
Demonstracion Critico-Apologetica del Theatro Critico Universal	Fr. Benito Jerónimo Feijoo, O.S.B.	1732	507
Ilustracion Apologetica Al Primero, y Segundo Tomo del Theatro Critico	Fr. Benito Jerónimo Feijoo, O.S.B.	1729	508
Justa Repulsa de Iniquas Acusaciones	Fr. Francisco Soto Marne, O.F.M.	1749	509
Anti-Theatro Critico, Sobre el Primero, y Segundo Tomo del Theatro Critico Universal	Fr. Benito Jerónimo Feijoo, O.S.B.	1729	510
Academia dos Humildes, E Ignorantes	Joaquim de Santa Rita	1759	516
Atlas pour L'Abrégé des Voyages	Jean François de La Harpe	1780	518
Abrégé de L'Histoire Générale des Voyages	Jean François de La Harpe	1780	519
Histoire de la Maison de Stuard	David Hume	1760	520, 692
Histoire de de la Maison de Tudor	David Hume	1763	521, 693
Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie jusqu'au règne de Louis XIV	Paul-François Velly	1761	522, 694

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
História Abreviada da Perseguição, Assassinato, e do Desterro do Clero Francez durante a Revolução	Fr. Augustín de Barruel, S. J.	1795	531
Vida de Gomes Freyre de Andrada	Fr. Domingos de Teixeira, O. S. E. A.	1724-1727	535
Colleçam das Antiguidades de Evora	Bento José de Souza Farinha	1785	543
Histoire de la Conjuration de Maximilien Robespierre	Félix-Louis-Christophe Montjoie	1795	544
Elementa Philosophia Rationalis et Moralis	Johann Gottlieb Heineccius	1730	546
Philosophia Ad Usum Scholarum	Antoine Seguy	1762	547
Elementa Philosophiae	Emmanuele Alvaro (C.O.)	1765	551, 695
Mundo Abreviado	Fr. Teobaldo de Jesus Maria (O.S.A.)	1745	552
Nova Logica Conimbricensis	P. Gregorii Barreto (S.J.)	1711	564
Ecclesiasticae Rethoricae	Fr. Ludovici Grantensis (O.P.)	1751	569
Ars Rhetorica ad Tullianam Rationem Exacta	Fr. Gabriel Francisco Le Jay (S.J.)	1730	570
Conversações Familiares Sobre a Eloquência do Pulpito Praeceptiones Rhetoricae ex Aristotel	Frei Sebastião de Santo António (?)	1762	571
Camporum Eloquentiae	Fr. Melchiore de la Cerda (S.J.)	1705	577
Diccionario Poetico	Candido Lusitano (pseudo. Fr. Francisco José)	1765	583
A Bucolica	Francisco de Pina e de Mello	1755	585
Grammatica Hebraica et Chaldaica	Fr. Petro Guarin (O.S.B.)	1721	603
Lexicon Hebraicum et Chaldeo Biblicum	Fr. Petro Guarin (O.S.B.)	1726	604
Hoc Est, Grammatica Linguae Sanctae Institutio	Josepho Pasino	1721	605

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real	João Jacinto de Magalhães	1760	608
M. Beni. Hiderici Lexicon Manuale Graecum	Beniamine Hederico	1755	609
Selecta Optimorum Graecae Linguae	Custodium Oliveyra	1773	610, 701
Explicationes in omnes Paxtes Totius Artis Emmanuelis Alvarez	João de Morais Madureira Feijó	1729	613
Arte Explicada	João de Morais Madureira Feijó	1730	614
Novo Methodo Da Grammatica Latina	P. António Pereira de Figueiredo, C.O.	1752	615
Figuras da Syntaxe Latina	P. António Pereira de Figueiredo	1761	616
Janua Grammaticae	Francisco Latino Urbinate	1715	634
Arte da Grammatica da Lingua Portugueza	António José dos Reis Lobato	1771	636
Vocabulario Portuguez, e Latino	P. Raphael Bluteau	1712-1721	637
Supplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino	P. Raphael Bluteau	1712-1728	638
Ortographia, ou Arte de Escrever	Fr. João de Moraes Madureyra Feijo	1734	640
Origem, E Ortographia da Lingua Portugueza	Duarte Nunes de Lião	1784	643
De Theologicis Disciplinis Accurata Synopsis	Fr. Giovanni Lorenzo Berti, O.S.A.	1769	652
Maximas Espirituaes, e Directivas para Instrucçam Mystica dos Virtuosos	Fr. Afonso dos Prazeres, O.S.B.	1737	656
Thesouro de Pregadores	Fr. António de Pádua, O.F.M.	1786	659
Vindicias da Virtude, e Escarmento de Virtuosos	Fr. Francisco da Annunciação, O.E.S.A.)	1725-1726	680
Supplemento da Historia Chronologica dos Papas	Gelásio António de Sá, O.S.A.	1741	683
Os Martyres, ou Triumpho da Religião Christãa	François-René Chateaubriand	1816	707

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Joanneida, ou A Liberdade de Portugal Defendida Pelo Senhor Rey D. Joaõ I	José Correa	1782	708
Carolina de Lichtfield, ou O Triunfo da Virtude	Madame de Montolieu	1802	709
Rimas de Joao de Xavier de Matos	João Xavier de Matos	1770	710
Vida, e Feitos de Francisco Manoel Gomes da Silveira Malhaõ	Francisco Manoel Gomes da Silveira Malhão	1792	711
Macarronea Latino-Portugueza	Francisco Luiz Ameno	1765	712
Rimas de Joaquim Severino Ferraz de Campos	Joaquim Severino Ferraz de Campos	1794	713
Idyllios, e Poesias Pastoris de Salomão Gessner	Salomão Gessner	1784	714
Elementos da Poetica, Tirados de Aristoteles, de Horacio, e dos mais celebres Modernos	Pedro José da Fonseca	1765	715
Lances da Ventura	D. Felix Moreno de Monroy	1793	716
As Ultimas Despedidas	Marchese de Caracciolo	1779	717
Opere Dramatiche Oratorj Sacri, e Poesie Liriche	Pietro Metastasio	1741	721
Devoção às Dores de Maria Santissima	Miguel Rodrigues	1763	733
Favores de Maria Santissima Senhora Nossa a Seus Devotos	Bernardino de Vilhegas	1719	734
Uida da Gloriosa Sancta Gertrudis a Magna	P. Alonso de Andrade, S. J.	1708	747
A Heroica Vida, Virtudes, e Milagres do Grande S. Francisco de Borja	Alvaro Cienfuegos	1751	749
Vida do Glorioso Patriarcha S. Joseph	P. João Bautista de Castro, O.F.M.	1761	756
A Religiosa em Solidaõ	P. Giovanni Pietro de Pinamonti, S. J.	1746	762

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Semana Santa, Exercicios Divinos Da Presença de Deos, E Oraçam para cada Dia da Semana	P. António da Expectação, O.C.D.	1719	778
Thesoro de Beneficios Escondidos en el Credo	Fr. Félix de Alamín (O. F. M. Cap.)	1727	788
Puerta de la Salvacion, y Espejo de Uerdadera, y Falsa Confession	Fr. Félix de Alamín (O. F. M. Cap.)	1724	789
Obras Espirituaes do Espiritual, e Veneravel Padre Frey Antonio das Chagas	Fr. António das Chagas	1701	797
As Verdades Principaes, e Mais Importantes da Fé, e da Justiça Christaã	Louis Abelly	1729	798
Nova Floresta ou Sylva de Varios Apopthegmas e Ditos Sentenciosos, e Moraes Os Ultimos Fins do Homem, Salvação, E Condenação Eterna	P. Manoel Bernardes, C.O.	1726 - 28	799
Benedicti XIV Opera Omnia	Papa Bento XIV	1767	801
Estimulo Pratico para Seguir o Bem, e Fugir o Mal	P. Manoel Bernardes, C.O.	1730	802
Conselheyro Fiel, com Maximas Espirituaes para Convencer o Entendimento & Combater o Coração do Pecador Esquecido	Fr. Manoel Guilherme, O.P.	1727	805
Retiro Espiritual para um Dia de Cada Vez	-	1781	808
Avisos e Reflexoes Sobre o que Deve Obrar Hum Religioso	João de Nossa Senhora da Anunciação, O. S. A. (trad.)	1751	809
Escuela del Corazon, Instruccion para que el Corazon Averso se Convierta à Dios	P. Benito Haesten, O.S.B.	1720	811
Virtud al Uso, y Mystica a La Moda	D. Fulgencio Afán de Ribera	1729	812

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Espirito do Christianismo, ou Conformidade do Cristão com Jesus Christo	François Nepveu, S. J.	1773	815
Devoto Instruido na Vida, e na Morte	Fr. Manoel de Maria Santíssima	1784	816
Reflexoens Moraes e Politicas Sobre as Principaes Obrigaçoens do Homem para Instrucçaó da Mocidade	Fr. Francisco da Natividade	1765-1767	817
Vindicias da Virtude, e Escarnamento de Virtuosos	Fr. Francisco da Anunciação, O.S.A.	1725	818
Gritos das Almas no Purgatorio, e Meyos para os Aplacar	P. Joseph Boneta	1703	820
Gracias de La Gracia, Saladas Agudezas de los Santos	P. Joseph Boneta	?	821
Peccador Convertido ao Caminho da Verdade	Fr. Manoel de Deus, O.F.M.	1728	823
Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza	D. António Caetano de Sousa	1739-1748	846
Historia Universal, Em que se descrevem os Imperios, Monarchias, Reynos, & Prouincias do Mundo	Fr. Manoel dos Anjos, O.F.M.	1702	848
Disputationes Metaphysicae	P. Silvestre Aranha, S. J.	1740	851
Disputationes Logicae	P. Silvestre Aranha, S. J.	1736	852
Disputationes de Intellectu	P. Silvestre Aranha, S. J.	1738	853
Coleccion de Nouelas Escogidas Compestas Por Los Mejores Ingenios Españoles	Diego de Aurelio y Ágreda, et al.	1785	862
Anno Historico	P. Francisco de Santa Maria, C.S.S.J.E.	1714	863

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Le Sérail, ou Histoire des Intrigues Secrettes et amoureuses des Femmes du Grand Seigneur	J. Grasset Saint-Sauveur	1796	864

Anexo 5
Cursos

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Cursus Theologici	José de Araújo (S. J.)	1734-1737	87
Cursus Theologicus	João Baptista Gormaz (S. J.)	1707	89
Cursus Theologicus ad usum tyronum elucubratus	Domenico Viva (S. J.)	1712	95
Cursus Theologicus Scholastico-Dogmaticus et Moralis	Honoré Tournely	1734-1735	98
Compendium Theologiae Dogmaticae, Scholasticae, et Moralis	Dominikus Schram (O. S. B.)	1768	101
Cursus Theologicus	Gervásio de Breisach (O. F. M. Cap.)	1689-1690	104
Synopsis Totius Cursus Theologici Accuratissima	Jacques Platel (S. J.)	1687-1688	105
Compendio de Theologia Moral Evangelica, para Formar Dignos Ministros do Sacramento da Penitencia, e Espirituaes Directores	[Ignacio de S. Caetano]	1776	120
Collegij Salmaticensis FF. Discalceatorum B. Mariae de Monte Carmeli Primitivae Observantiae, Cursus Theologiae Moralis	Francisco de Jesus Maria (O. C. D.)	1728	122
Promptuarium Theologicum Morale	Benito Pereira (S. J.)	1671-1676	141
Escola Moral, Politica, Christãa, e Juridica…	Diogo Guerreiro Camacho de Aboim	1747	142

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Promptuario da Theologia Moral	Francisco Larraga (O. P.)	1727	154
Compendio do Promptuario da Theologia Moral	Francisco Larraga (O. P.)	1813-1814	155
Compendium Bulla Cruciatae Lusitaniae Concessae	Luís Nogueira (S. J.)	1712	165
Manual de Confessores & Penitentes	Martín de Azpilcueta	1549	170
Compendio e Summario de Confessores	-	1579	171
Promptuario Moral de Questoens Praticas e Casos Repentinos em a Theologia Moral	Benito Remigio Noydens	1674	175
Compendio Moral e Resoluções de Casos de Consciencia	António Fernandes de Moure	1625	179
Director Instruido ou Breve Resumo da Mystica Theologia para Instrucção dos Directores	Francisco da Conceição (O. F. M. Cap.)	1779	227
Prontuario Espiritual para los Evangelios de los Tres Principales Dias de Quaresma y Semana Santa	Inácio Coutinho (O. P.)	1636 - 1644	296, 663
Compendio de Musica, Theorica, e Pratica que contém breve instrucçaó para tirar musica	Domingos de São José Varela (O. S. B.)	1806	400
Compendium Omnium Privilegiorum	P. García de Toledo (O.S.H.)	1591	475
Compendio das Epocas, e Sucessos mais Illustres da Historia Geral	António Pereira de Figueiredo	1782	542
Cursus Philosophicus	Gervásio de Breisach (O. F. M. Cap.)	1697	549, 653?
Compendium Philosophicum	Tomás Vicente Tosca (C. O.)	1721	550
Cursus Philosophicus Conimbricensis	P. António Cordeiro	1704	554
Cursus Philosophicus	Francisco Soares Lusitano (S. J.)	1651	555

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Cursus Philosophicus	Fr. Francisco Palanco (O. F. M.)	1695	572
Compendio da Rhetorica Portugueza	António Teixeira de Magalhães	1782	575
Promptuario de Syntaxe	P. António Franco (S. J.)	1699	618
Cursus Theologicus, Breui & Clara Methodo	Gervásio de Breisach (O. F. M. Cap.)	1697	653, 549?
Compendio das Mais Principaes Indulgencias, e Graças que Ganhaõ os Irmaõs, e Confrades de Nossa Senhora do Carmo	?	1747	819

Anexo 6
Sermões e homilías

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Sermons	Louis Bourdaloue (S. J.)	1707-1734	241
Sermons (Nouvelle Edition)	Louis Bourdaloue (S. J.)	?	242
Sermons	Jacques-François-René de La Tour du Pin	1764-1770	243
Sermons	Charles de La Rue (S. J.)	1782	244
Sermons pour l'Avent, le Carême, et les principales fêtes de l'année	Henri Griffet (S. J.)	1766	245
Sermons	Jacques Giroust (S. J.)	1700-1704	246
Sermons choisis sur divers sujets	François de Fénelon	1718	247
Sermons	Denis-Xavier Clement (S. J.)	1770-1771	249
Sermons… sur la morale et les mystères	Charles Joseph Perrin	1768	250
Sermons	Jean-Baptiste Massillon (C. O.)	1746-1748	253
Sermons	Jean François Copel Elisée (O. C. D.)	1785	254
Sermons et homélies sur le carême	Jérôme de Paris	1749	255

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Sermons et homélies sur les mystères de Notre Seigneur, de la Ste Vierge et sur d'autre sujets	Jérôme de Paris	1738-1742	256
Sermões e Praticas	Manuel Bernardes (C. O.)	1733	257
Homiliae Sacrae seu Aurei Sermones	S. Pedro Crisólogo	1643	259
Panégyriques et autres sermons	Esprit Fléchier	1703	260
Sermons de morale prêchez devant le Roi	Esprit Fléchier	1750	261
Conférences monastiques, pour les Dimanches de l'Avent et du Carême	Joseph-Alexis-Benoît Vincent (O. S. B.)	1773	263
Sermões	Teodoro de Almeida (C.O.)	1787	264
Sermões Novos	Anónimo	1775	265
Panegyricos e Discursos Evangelicos	Anónimo	1784-85	266
Collecção dos Melhores Sermões Escolhidos dos Mais Celebres Prégadores	Vários	1779-1788	267
Voz de Jesu Christo pela boca dos parochos, e dos pais de familias	João de Nossa Senhora da Porta Siqueira (trad.)	1794	268
Thesouro de Prégadores	António de Pádua e Belas (O. F. M.)	1786	269
Sermoens Panegyricos, Moraes, e de Mysterios	José Manuel Pereira Cortes e Silva	1767	270
Sermoens Panerigyricos	Manuel de S. João Nepomuceno	1768	271
Sermones	Guerric d'Igny	1555	272
Sermoens, e Varios Discursos	P. António Vieira (S. J.)	1679-1748	273
Sermoens Varios	João Franco (O. P.)	1734-1741	274
Sermoens Varios, Discursos Predicaveis Panegyricos, Politicos, e Moraes	Manuel de Gouveia (O. S. A.)	1701-1723	275
Sermoens Varios	Lourenço de Santa Teresa (O. F. M.)	1760-1763	276

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Anunciaçoens Evangelicas em Varios Assumptos Divididas	Manuel da Anunciação	1745-1749	277
Sermoens	José do Nascimento	1732-1736	278
Sermoens Varios Panegyricos e Moraes	António de Santa Anna	1735-1750	279, 313, 858
Sermoens Panegyricos, e Moraes offerecidos ao Glorioso Patriarcha o Senhor S. Joseph	Manuel da Consciência (C. O.)	1722	280, 660
Sermoens	José de Jesus Maria (O. P.)	1736-1737	281, 670
Sermoes	Diogo de Paiva de Andrade	1603-1615	282
El Mejor Guzman de los Buenos N.P.S. Domingo, patriarca de los Predicadores	Juan Gil de Godoy (O. P.)	1684-1695	283
Homiliae Quadragesimales	Jerónimo Bautista de Lanuza (O. P.)	1649	286
Homiliae Catholicae de Sacris Arcanis	Juan de Cartagena (O. F. M.)	1616	287
Homiliae Catholicae in Universa Christianae Religionis Arcana	Juan de Cartagena (O. F. M.)	1609	288
Sermones & Homiliae, quae quidem extant omnes	S. Leão Magno	1547	293
Sermoens	Francisco de Mendonça (S. J.)	1632-1649	297, 673
Quadragena de Sermoens em Louvor da Virgem e May, e de Christo	João de Ceuta (O. F. M.)	1619-1625	300
Sermões das Festas da Virgem Santissima, e de Christo Senhor Nosso	João de Ceuta (O. F. M.)	1634	301
Sermões pera alguas Festas de Santos da Nossa Ordem	João de Ceuta (O. F. M.)	1635	302
Primeiro Tomo dos Sermoens	Francisco do Amaral (S. J.)	1641	304
Delle Prediche Quadragesimali	Cornelio Musso	1596	305

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Sermaõ da Canonização de Santa Maria Magdalena da Pazzi prègado no quarto dia do Outavario, que lhe dedicou o Real Convento do Carmo de Lisboa	Francisco Lopes (S. J.)	1672	306
Primicias Evangelicas, ou Sermoens, e Panegiricos	Rafael Bluteau (C. R.)	1676-1685	310
Sermões Varios	Rafael de Jesus (O. S. B.)	1674	312
Homilias da Quaresma	Pedro Calvo (O. P.)	1627-1629	316
Sermoens Varios a Diversos Assumptos, e Solemnidades	Paulo Pereira (S. J.)	1715	318
Sermões	José de Oliveira (O. E. S. A.)	1688-1715	319
Sermoens das Domingas, & Quartas Feyras da Quaresma, e do Mandato, e Soledade	José de Oliveira (O. E. S. A.)	1716	320
Sermões Panegiricos	José de Sousa (C. O.)	1723	321
Predica Sacramental, e Hymno Eucharistico	Domingos de São Tomás (O. P.)	1675-1676	322, 672
Sermoens do Tempo do Advento, e Quaresma	António de Morim (S. J.)	1707	323
Tardes Quaresmaes	Simão da Graça (O. E. S. A.)	1673	324
Sermoens da Quaresma	Luís Álvares (S. J.)	1688	325
Tratado de Sermoens da Paixão de Christo Senhor Nosso	Manuel da Conceição (O. E. S. A.)	1620	326
Tesoro Mariano Descubierto en el Espacioso Campo de la Sagrada Escriptura, Santos Padres, y Doctores de la Iglesia, en Discursos Panegyricos	Francisco de Lizana (O. M.)	1663	330
Sermones Panegyricos, predicados a la dedicacion de la Iglesia nueva del Colegio de N. P. S. Bernardo de la Universidad de Salamanca	Juan Baptista Lardito (O. S. B.)	1698	331

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Asuntos Predicables para los Domingos, Miercoles, y Viernes de Quaresma	Diego Niseno	1630	332
Sermones Varios del Maestro Fray Angel Manrique	Ángel Manrique (O. Cist.)	1620	336, 675
Sermones Spirituales	Giacomo Graffi (O. S. B.)	1596	341
Conciones Quadruplices quae à Dominica Septuagesimae usque ad Sacrum Dominicae Ressurectionis Festum	Felipe Diez (O. F. M.)	1591	342
Homiliae in Omnia quae per Quadragesimam Leguntur Evangelia	Thomas Beaulxamis (O. Carm.)	1567	343
Conciones Viginti Tres in Tria Prima Apocalypsis Capita	Jacques Suarez de Sainte Marie (O. F. M.)	1598	344
Conciones de Tempore	Luís de Granada (O. P.)	1583	345
Conciones de Tempore et Sanctis in Epitomen Redactae	Luís de Granada (O. P.)	1612	346
Homiliae in…	Jean Royard (O. F. M.)	1542-1546	347
Conciones in Evangelia et Epistolas, quae Dominicis Diebus Populo in Ecclesia proponi solent	Dominicus Aegidium Topiarum	1574	348
Conciones	Juan de Osorio	1591-1594	352
Sermões	Jean-Baptiste Massillon (C. O.)	1774-1805	353
Colecção dos Melhores Sermões Escolhidos dos Mais Celebres Prégadores	Vários	1777	354
Novissimas Orações Sacras e Panegyricas, por hum Benedictino	Anónimo	1792-1795	355
Orações Panegyricas	Agostinho Rebelo da Costa	1785	356
Sermoens Originais d'hum Presbytero Secular do Bispado do Porto	Anónimo	1788-1789	357
Sermões	Gabriel Ferreira Rego	1791-1792	359

TÍTULO	AUTOR	ANO DA EDIÇÃO	Nº INVENTÁRIO
Sermões	Sebastião de Santo António (O. F. M.)	1764	360
Sermoens sobre Diversos Assumptos	Francisco do Coração de J. C. Vanzeller	1790-94, 1814	370
Selecta Latini Sermonis Exemplaria e Scriptoribus Probatissimis	Pierre Chompré	1749-1753	620, 702
Sermoens do P. M. Francisco d'Amaral	P. Manoel Francisco d'Amaral (S. J.)	1641	664
Prediche del Reverendissimo Mons. Cornelio Musso	Cornelio Musso	?	665
Sermoens das Domingas de Todo o Anno	Fr. Gregório Baptista (O.F.M.)	1629	671
Sermones et Homiliae	Fr. Gaspar de León (O.F.M.)	1554	724
Sermoens del Advento	P. M. Fr. Christoval	?	725
Sermonario del Proprio de los Sanctos	-	1605	726

Artigo recebido em 23/09/2024

Artigo aceite para publicação em 27/11/2024

OS LIVROS DE MÚSICA NOS INVENTÁRIOS DO MOSTEIRO DE SÃO MIGUEL DE REFOJOS DE BASTO

ROSA MARIA SÁNCHEZ SÁNCHEZ
CITCEM – UP / ISAG-CICET
rosabx@gmail.com
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31a3

RESUMO: O presente artigo surge na sequência do projeto "Letras no Claustro. Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX". Incide de forma particular na análise dos livros de música registados nos inventários que foram objeto de estudo, pertencentes ao Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto.
PALAVRAS-CHAVE: mosteiros; inventários; livrarias; música.

ABSTRACT: This article stems from the project "Letters in the Cloister: Monastic Libraries in Northern Portugal from the Middle Ages to the 19th Century." It focuses particularly on the analysis of music books documented in the inventories that were the subject of study, belonging to the Monastery of Saint Michael of Refojos de Basto.
KEYWORDS: monasteries; inventories; libraries; music.

No contexto das livrarias conventuais portuguesas, os investigadores já conseguiram constatar algumas diferenças significativas entre os espólios dos conventos femininos e masculinos, sendo estes últimos mais volumosos e apresentando uma maior diversidade temática, com áreas do saber mais abrangentes. Assim sendo, seria de esperar encontrar uma presença significativa ou, no mínimo, razoável de livros de música, porém, nem sempre é assim. Porquê? Não é o objetivo deste trabalho debruçarmo-nos em profundidade sobre este assunto, no entanto, podemos apontar como uma das causas principais o caráter eminentemente prático dos livros de música, quer para o ensino da teoria quer para a interpretação das diversas peças musicais, como parte integrante da Liturgia. Neste sentido, estes livros estariam, muito provavelmente, no facistol do Coro que, de acordo com a estrutura e o modelo, tinha espaço na parte inferior para guardar estes volumes, facilitando assim o seu manuseamento constante. Ao mesmo tempo, devemos ter em conta que o ensino e a aprendizagem da música implica, *per se*, a componente prática, sendo que uma não existe sem a outra.

No contexto do projeto de investigação *Letras no Claustro. Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX* coube-nos o privilégio de analisar os livros de música registados em alguns dos inventários que foram objeto de análise. A sua presença é escassíssima, mas não isenta de interesse, como veremos a continuação. No inventário elaborado aquando da extinção do Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto encontramos apenas uma espécie bibliográfica com algum conteúdo musical, de caráter geral e não específico. Trata-se do V*ocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a ElRey de Portugal, D. Joaõ V, pelo Padre D. Raphael Bluteau,* Clérigo Regular (1638 – 1734), publicado entre 1712 e 1721 no Colégio das Artes de Coimbra[1]. A obra consta de oito volumes em fólio e mais dois volumes suplementares. Tanto estes como o volume II foram publicados em Lisboa, na Patriarcal Oficina da Música, o que nos levou a pensar na possibilidade de conter, talvez, alguns fragmentos, de caráter ilustrativo, com notação musical, facto que não se verificou. Nas primeiras páginas do volume I consta uma listagem dos autores de referência consultados por Bluteau, «pela maior parte nesta obra», que inclui autores portugueses e diversos autores clássicos. No caso específico dos autores portugueses e relativamente à temática musical, são referidos António Fernandes e Manuel Nunes da Silva. O primeiro, como autor da *Arte de música de canto de órgão, e cantochão, e proporções da música, divididas armonicamente* (1626, Lisboa, Pedro Craesbeck); o segundo, pela sua *Arte mínima que com semibreve prolação trata em tempo breve os modos da máxima, e longa sciencia da musica* (1685, Lisboa, João Galram). O exemplar do *Vocabulario* conservado na Biblioteca Nacional de Portugal que serviu de referência para este nosso trabalho, teve diversos possuidores. Durante as primeiras décadas do século XVIII pertenceu ao Convento do Varatojo, em Torres Vedras; em 1742 passou às mãos do Jesuíta P. Bernardo Vieira e, já no século XIX passou para a posse de António Costa Lobo, indo parar depois ao

[1] Biblioteca Nacional de Portugal – https://purl:pt/13969/4

Ministério do Reino, como parte do espólio da Biblioteca de Instrução Pública. Como dado curioso, referir ainda as 15 páginas de erratas e emendas que aparecem imediatamente depois das correspondentes e necessárias licenças. Pelo seu interesse, enumeramos aqui os vocábulos musicais que constam nesta obra: *acorde, afinar, agudo, alaude, antífona, antifonário, arpa, arte, bemol, bemolado, bordam (bordão), breve (quadrada), cançam, cancioneiro, cano, canon, canoro, cantadeira, cantado, cantar, cantiga, canto, cantor, cantora, capella, cerimonial, chantrado, chantre, choro, citara, cithadero, clave, clavicórdio, colchea, compassado, compassar, compassinho, compasso, compoedor, compor, composição, concordância, consonância, consonante, contrabaxo, contralto, contraponto, corda, corista, corneta, coro, cravo, cromático, dançadeira, dançador, dança, dançante, dançar, dedilhar, desafinado, desafinar, desentoar, desentoadamente, desentoado, diapente, diapazam, diatónico, diesis, discorde, dissonância, ditonno, enarmónico, entoação, entoado, espineta, estante, estribilho, fagote, falsete, figura, frauta (flauta), frautada, frautar, frauteiro, fusa, gaita, gaiteiro, gradual, guitarra, harpa, hebdomadário, hexacordo, hypodorio, hypofhrygio, hypomixolidio, janeiras, instrumento, intervalo, introito, lá, letra, ligado, ligadora, lingueta,logogrifo [o exemplo apresentado é "música"], longa, lydio, lyra, manicórdio, manucordio, melodia, melodioso, menistrel, menestrel, mensura, mensural, mestre, mestre de capella, mestre-escola, métrico, mínima. Ministrel, mixolídio, modo, modulação, modulado, modulador, modular, monacordio, monocórdio, motete, movimento, musica, musico, neuma, nota, obra. octocordo, octava, oficiar, oitava, opera, orchestra, organista, órgão, canto d´orgão, outava, palheta, pavana, pausa, pauta, peça, perfeição, perfeito, pífaro, plica, ponto, prima,*

O autor desta obra monumental, Raphael Bluteau, foi um teatino erudito que, para além de lexicógrafo e polígrafo, foi também poliglota. Nasceu em Londres, sendo filho de pais franceses. Após a morte do rei Carlos I de Inglaterra, na sequência das agitações de aí resultantes, foi para Paris em companhia da mãe, onde começou o seu percurso académico e intelectual. Estudou no Colégio Real Henri IV e no Colégio Clermont, passando depois a frequentar as universidades de Verona, Roma e Paris. Doutorou-se em Ciências Teológicas e professou na Ordem dos Clérigos Regulares em 1661. Durante a sua permanência em Portugal sempre esteve sob a proteção da Rainha Maria Francisca de Saboia, chegando a ser nomeado académico de número em 1720, aquando da fundação da Academia Real da História Portuguesa. O seu *Vocabulário Português e Latino* foi ampliado e modernizado posteriormente por António de Morais Silva, dando origem ao seu Dicionário da Língua Portuguesa. Foi também predicador

régio e qualificador do Santo Ofício[2].

Num segundo inventário, relativo ao mesmo convento, foi onde encontramos dois espécies bibliográficas de conteúdo especificamente musical: um manual de cantochão e um compêndio de música teórico-prático. No primeiro caso trata-se do *Resumo das Regras Geraes mais importantes e necessárias para a boa intelligencia do Cantochão, com huma instrucc.am [sic] para os Presbyteros, Diaconos, e subdiáconos, conforme o uso Romano. Dado novamente ao prelo pelo P. Luis da Maia Croisser Morador na Frequezia de S. João da Santa Cruz de Coimbra. Com vários acrescentamentos que vão anotados com este signal* *, publicado em Coimbra em 1741, na Officina de António Simoes Ferreyra, Impressor da Universidade, em 4º.

Luís da Maia Croisser era, na verdade, um anagrama de Fr. Carlos de Jesus Maria, cônego de Sto. Agostinho, no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A certa altura, regressou a Lisboa, de onde era natural, para viver no Convento de São Vicente de Fora, onde foi cantor-mor e Vigário do Coro. Faleceu em 1747, com apenas 34 anos de idade (o que significa que terá nascido em 1713), segundo o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva[3].

O *Resumo das Regras Geraes*[4] do P. Luís da Maia é um pequeno livrinho de 58 páginas, dividido em 12 capítulos com inúmeros exemplos musicais práticos, em notação quadrada preta, acompanhados de textos em português e em latim. Para além destes 12 capítulos, a obra inclui uma *Breve instrução* para os presbíteros, diáconos e subdiáconos. Pela sua raridade, reproduzimos aqui o índice de capítulos com os seus respetivos subtítulos:

Capítulo I – Da divisão da Música, e definição do cantochão (p. 1).

Capítulo II – Dos signos, das vozes, que cada hum deles tem, e porque propriedades se cantão (p. 2).

Capítulo III – Das propriedades, Cantorias, e vozes (p. 4).

Capítulo IV – Das deduções, e claves (p. 5).

Capítulo V – De alguns outros sinaes, que sse achão no cantochão, do modo de contar os signos, e primeiras entoações (p. 7).

Capítulo VI – Das Mutanças (p. 10).

Capítulo VII – Dos intervalos mais principaes, que dentro dos limites de

[2] Para saber mais sobre este autor veja-se: SILVESTRE, João Paulo - *Bluteau e as Origens da Lexicografia Moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009. MARQUES, Ana Isabel Araújo - *Hum fio de voz não quebra silêncio: retórica e pedagogia do silêncio em Rafael Bluteau.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.Tese de Doutoramento.

[3] Publicado em 1859 pela Imprensa Nacional. O agostinho é referido no volume II.

[4] A Biblioteca Nacional de Portugal conserva um exemplar que se encontra em acesso público no seguinte link: https://purl.pt/40686

hum Diapasaõ se incluem (p. 13).

Capítulo VIII – Do número de tons, sua divisão, fenecimentos, e levantamentos solemnes, com hum regra muy fácil, para conhecer de que tom seja qualquer Introito da Missa (p. 16).

Capítulo IX – Dolevantamento do Psalmo In exitu, e dos oito levantamentos feriaes, com uma regra para conhecer o tom de qualquer Antífona (p. 12).

Capítulo X – Do conhecimento dos tons pelo ascenso, descenso de sua Composição, e pelo seu particular diapasão (p. 24).

Capítulo XI – Da variedade, com que se podem achar os tons no cantochão (p. 27).

Capítulo XII – Do uso do bemol, e modo de aplicar a letra no cantochão (p. 34).

Breve Instrução para subdiáconos, diáconos e presbyteros (p. 37 – 47).

Apesar do seu título, *Resumo das Regras Geraes*, o seu autor conseguiu englobar nesta pequena obra todos os aspetos essenciais à boa execução do cantochão, incluindo aspetos teóricos fundamentais explanados com exemplos claros, assim como conselhos valiosos para aperfeiçoar a interpretação musical, próprios de alguém que denota uma basta experiência na matéria. Por outro lado, considerando a época em que foi publicado, 1741 – altura em que o sistema musical que hoje conhecemos já tinha sido legitimado na teoria e na prática por J. S. Bach, a terminologia utilizada estava já desatualizada, assim como alguns fundamentos teóricos.

O segundo caso referido acima talvez seja o de maior importância, quer pela abrangência do seu conteúdo quer pela relevância do seu autor. Trata-se do *Compêndio de Música, Theorico e prática, que contem breve instrução para tirar musica. Lições de acompanhamento em órgão, cravo, guitarra, ou qualquer outro instrumento em que se pode ter regular harmonia. Medidas para dividir braços das violas, guitarras, &c. e para a canária do órgão Appendiz em que se declaraõ os melhores methodos d´affinar o órgão, Cravo, &c. Modo de tirar os sons harmónicos ou flautados com varias e novas experiências interessantes ao Contraponto, composição, e a Physica*, da autoria de Fr. Domingos de São José Varella (O.S.B.), publicado em 1806, no Porto, na Tipografia de António Álvarez Ribeiro, com licença do Desembargo do Paço, um volume em 4º.

O *Compêndio* do P. Varella está dividido em quatro partes, sendo a última um apêndice. A primeira parte "Breve Instrução para tirar música", apresenta as questões mais básicas da teoria musical (pp. 1–16), sem qualquer tipo de exercícios práticos. Faz questão de salientar a importância do uso adequado dos dedos das mãos, de modo a maximizar o desempenho do intérprete na

execução do órgão de tubos. A este respeito, o P. Varella debruça-se em torno da adequada numeração dos dedos de ambas as mãos, refutando os conselhos de alguns Mestres da época e, baseado na sua própria experiência como organista exímio, senta alguns critérios para uma melhor dedilhação. A modo de exemplo, podemos referir o subcapítulo dedicado ao "Modo de teclear e dedilhar (p. 13, regra nº 25), onde esclarece que

> *Teclear he o mesmo que pulsar as teclas. Dedilhar o mesmo que mover os dedos no instrumento. Alguns Mestres prohibem tocar a tecla acidental [teclas pretas] com dedo polegar, executando em 8ª; prohibem executar com o dedo mínimo por ter pouca força; ora o dedo anular he de sua natureza o mais estupido, e per consequência de cinco dedos só restão dous,, ou três para executar a Musica, se seguirmos similhantes Mestres. […] Do bom jogo dos dedos nasce toda a facilidade, que se pode obter, ainda na mais dificultosa execução: por tanto em qualquer passo dificultoso se deve estudar, combinando muitas vezes os dedos até que se ache uma combinação mais fácil, ainda que va o dedo Pollegar à Tecla acidental, e se commetaõ erros na opinião dos Mestres vulgares.*

O beneditino utilizava ainda o modo antigo de numerar os dedos da mão esquerda de modo inverso aos da mão direita. Assim sendo, numerou o dedo mindinho da mão esquerda com o 1 e o polegar com o 5, enquanto na mão direita, o 1 corresponde ao polegar e o 5 ao mindinho.

A segunda parte é composta por "Lições d´acompanhamento em cravo, e órgão, &c." (pp. 17-50), seguidas de elementos teóricos relativamente aos intervalos, tonalidades, acordes, baixo cifrado e baixo contínuo, modulação e ornamentos, tudo de uma forma extraordinariamente sintética. Por sua vez, na terceira parte, o beneditino apresenta diversos conselhos relativos às "Medidas dos braços das violas, e guitarras, e da canaria do órgão" (pp. 51-62), o que constitui uma absoluta novidade em Portugal, na época. Ao longo destas páginas, o autor ensina a dividir corretamente os braços das violas e guitarras, assim como a forma correta de afinar cravos, pianos e órgãos, sem esquecer diversas demonstrações de outros tantos problemas acústicos. Também se ocupa da chamada "canária", relativa às dimensões dos tubos dos grandes órgãos.

Por último, o "Appendiz" (pp. 63-126), que apresenta mais elementos teóricos relativos, sobre tudo, à correta afinação de diversos instrumentos de tecla e de cordas. Também desenvolve os fundamentos teóricos relativos à obtenção dos sons harmónicos, a teoria das escalas e tonalidades e as progressões com acordes. A obra é complementada por uma serie de 5 estampas dobradas

que incluem diversos exemplos melódicos e harmónicos escritos em notação musical.

O P. Varella (1762 – 1834)[5], cuja vida e obra ainda não foi objeto do merecido estudo, era natural de Guimarães. Foi um organista exímio e um organeiro notável, que professou na Ordem de São Bento, residindo primeiro no Convento de Tibães e, mais tarde, no Convento de São Bento da Vitória, no Porto. Segundo Ernesto Vieira, o seu quarto era uma autêntica oficina de construção de instrumentos. Como organeiro destacou-se principalmente pela construção dos dois órgãos do Mosteiro de São Bento e o dos Paulistas de Lisboa. Em 1826, Varella juntou aos exemplares do *Compêndio* que ainda lhe restavam um suplemento de oito páginas, com o seguinte título: *Supplemento ao Compendio de Musica Theorica e Pratica, de Fr. Domingos de São José Varella, Monge Beneditino*[6]. Estes exemplares vendiam-se na portaria do Convento de São Bento da Vitória, no Porto, segundo consta na última página do índice do *Compêndio*.

Em 1839, alguns anos depois do falecimento do beneditino, o Cardeal Saraiva dedicou-lhe um artigo com calorosos elogios, a quem considerava um insigne organista, e o melhor que teve a Congregação Beneditina de Portugal n´estes tempos. Tinha amplíssima instrução e conhecimento da Música antiga e Moderna, e dos seus vários systemas: conhecia perfeitamente os mecanismos do Órgão, e tocava este bello instrumento com admirável perfeição, e apurado gosto[7].

Este é apenas um dos numerosos testemunhos que corroboram e reconhecem o P. Varella como um dos religiosos músicos mais notáveis da sua época.

O *Compêndio* do P. Varella não é um método nem um tratado de música. A sua importância reside no facto de ser uma obra que recolhe, de forma algo desconexa, todos os aspetos essências da teoria musical e alguns aspetos básicos das leis da harmonia, algo que não existia na época em Portugal. Deste modo, a obra oferece aos estudantes de música uma base teórica, que permite orientar estudos posteriores e mais aprofundados. Não é, *per se*, uma obra definitiva, por ser extremamente sintética. Ao mesmo tempo, contribuiu para introduzir em Portugal novas técnicas de digitação para os instrumentos de tecla, rebatendo outras que não resultavam eficazes.

---

[5] *Dicionário Biographico de Músicos Portugueses: história e bibliografia da música em Portugal*. Lisboa: Lambertini, Tipographia Mattos Moreira &Pinheiro, 1900. vol. 2, p. 384.

[6] O Centro de Estudos Beneditinos, sediado no Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto, conta com um exemplar na sua biblioteca, sem o suplemento acrescentado pelo P. Varella. Um outro exemplar, também sem suplemento, se encontra acessível no sitio da Biblioteca Nacional de Portugal, no seguinte link: cic-21-v_0000_Obra Completa_t24-C-R0150.pdf (purl.pt)

[7] Ibidem, "Lista de alguns organistas portugueses", 1839, pelo Cardeal Saraiva, vol. II, p. 638 – 640.

A obra do beneditino também fazia parte de outras livrarias da Ordem, como por exemplo, a do Mosteiro de Tibães, onde era utilizado para o ensino dos rudimentos da Teoria musical, como já verificou Elisa Lessa[8]. Segundo esta investigadora, a música marcava uma forte presença nas casas beneditinas, estando a sua prática regulamentada em vários capítulos da Regra, que descrevem o modo de celebrar o Ofício Divino, quer quanto ao seu conteúdo quer quanto à forma. O cantochão, o canto d´órgão e a polifonia faziam parte de um ritual próprio dos beneditinos portugueses, que se manteve incluso depois do Concílio de Trento, com um cerimonial que foi reformado em 1786, e que se aproximava bastante do ritual praticado na casa de Valladolid que, por sua vez, apontava para a tradição da liturgia galicana inspirada no ritual de Cluny, do século XII. Lessa destaca também o notável conjunto de livros de Coro que se utilizava em Tibães, nomeadamente, Antifonários, Graduais, Missais, Epistolários, por citar só alguns, assim como diversos livros de teoria musical, adquiridos ao longo dos anos, como se verifica em alguns dos livros de contas do mosteiro. Se esta realidade foi semelhante no Mosteiro de Refojos de Basto, porquê é que os inventários não refletem a existência destes exemplares? Seria pertinente realizar um estudo mais aprofundado a este respeito.

Como já apontámos no início, este facto poderá dever-se ao local privilegiado que os livros de música ocupavam no Coro, e não na livraria, por serem, também, livros práticos de uso frequente. Por outro lado, o facto de não aparecerem nos inventários, não significa necessariamente que não tenham existido. Outra causa provável prende-se diretamente com o próprio processo de extinção das Ordens Religiosas em Portugal que, no caso masculino, como é sabido, foi imediato. Assim sendo, os religiosos terão levado estes livros, por serem, muito provavelmente, os mais valiosos que tinham, quer pela sua função e conteúdo quer pela antiguidade de alguns ou da maioria deles. No fundo, como afirma Coelho Dias, «para os beneditinos, o binómio Liturgia e Arte […] pautou-se sempre pelo sentido de beleza, isto é, do valor divino da obra humana»[9].

Considerando tudo o que até aqui foi exposto, podemos deduzir que os livros referidos faziam parte da livraria do Mosteiro de Refojos como livros complementares de consulta e, talvez, introdutórios, para aqueles religiosos que pretendessem dar início à sua aprendizagem musical. Outra hipótese prende-se com o caráter algo desatualizado destas obras na época em os inventários foram elaborados, especialmente as duas referidas em último lugar, motivo que

[8] LESSA, Elisa - *A Música no Mosteiro de Tibães nos séculos XVII e XVIII*. Bracara Augusta, 1989, pp. 29 – 43.

[9] COELHO DIAS, Geraldo, 2003, *Liturgia e Arte: diálogo existente e constante entre os beneditinos*. «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ciências e Técnicas do Património», Vol. 2, p. 291 – 310.

terá levado a conservar estes livros na livraria e não no Coro. Se a música era tão importante para os monges beneditinos, os livros de música atualizados e práticos estariam, com bastante probabilidade, no Coro e junto do órgão, de modo a poder satisfazer as necessidades práticas dos monges, quer dos experientes mas sobretudo dos que se iniciavam na arte musical.

Artigo recebido em 30/07/2024
Artigo aceite para publicação em 28/11/2024

LIVROS DE DEVOÇÃO A SANTA BÁRBARA: UMA AUSÊNCIA NAS LIVRARIAS DOS MOSTEIROS DE SÃO SALVADOR DE VAIRÃO E DE REFOJOS DE BASTO*

PAULA ALMEIDA MENDES
CITCEM – UNIVERSIDADE DO PORTO
pmendes@letras.up.pt
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31a4

RESUMO: A hagiografia de Santa Bárbara, de origem oriental, conheceu uma ampla divulgação graças à *Legenda Aurea* de Jacques de Voragine, que estimulou, sobretudo a partir do final do século XV, a produção de «Vidas» avulsas e orações dedicadas à virgem e mártir de Nicomédia. Estes textos contribuíram, em larga medida, para a cristalização do culto e da devoção em torno de Santa Bárbara, invocada, sobretudo, para proteger os fiéis dos trovões e da morte súbita: assim o atesta um significativo conjunto de obras produzidas em Portugal, a partir do século XVI. O Terramoto que assolou a cidade de Lisboa, em 1 de Novembro de 1755, e as suas consequências contribuirão para a revalorização da devoção a Santa Bárbara, declinada em textos hagiográficos, orações e imagens que procuravam responder a um conjunto de inquietações sentidas pela população portuguesa. Tendo como pano de fundo esta problemática, esta comunicação pretende chamar a atenção para os textos que, em Portugal, ao longo da Época Moderna, sustentam a devoção e o culto em torno de Santa Bárbara, tentando compreender as razões que justificarão a sua ausência nas livrarias dos mosteiros de Refojos de Basto e de São Salvador de Vairão.

PALAVRAS-CHAVE: Hagiografia; Devoção; Santa Bárbara; Livrarias monásticas; Portugal.

ABSTRACT: The hagiography of Saint Barbara, of oriental origin, was widely disseminated thanks to the *Legenda Aurea* by Jacques de Voragine, which stimulated, especially from the end of the 15th century, the production of individual "Lives" and prayers dedicated to the virgin and martyr of Nicomedia. These texts contributed, to a large extent, to the crystallization of the cult and devotion around Saint Bárbara, invoked, above all, to protect the faithful from thunder and sudden death: this is attested by a significant set of works produced in Portugal, from the 16th century. The Earthquake that struck the city of Lisbon, on November 1, 1755, and its consequences contributed to the revaluation of

* Agradeço a Pedro Lage Correia a sua atenta leitura. Este artigo inscreve-se no âmbito da investigação desenvolvida pela autora no projecto exploratório "Letras no Claustro: Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a ref.ª EXPL/LLT-OUT/0720/2021.

devotion to Saint Bárbara, expressed in hagiographic texts, prayers and images that sought to respond to a set of concerns felt by the Portuguese population. With this issue as a backdrop, this communication aims to draw attention to the texts that, in Portugal, throughout the Modern Period, support the devotion and cult around Saint Barbara, trying to understand the reasons that justify its absence in libraries of the monasteries of Refojos de Basto and São Salvador de Vairão.

KEYWORDS: Hagiography; Devotion; Saint Barbara; Monastic libraries; Portugal.

1.Equacionar a moldura das devoções no Portugal moderno implica considerar uma dimensão em que se cruzam e mesclam sensibilidades e sensorialismos de vária natureza, escorados, em boa medida, na prática da leitura e na veneração das imagens.

O contexto da espiritualidade, no Portugal de Setecentos, encontra-se, como é sabido, na confluência do Concílio de Trento e do peso das suas directrizes – disso é exemplo a revalorização do culto da Virgem Maria e dos santos e da devoção às imagens e às relíquias, que conduziu a uma produção e a uma divulgação maciça de um amplo filão literário de pendor devocional e normativo –, assim como de tendências e medidas que se revestiam também de uma dimensão de natureza política com orientação regalista, em sintonia com os «sopros» das Luzes, como o mostra a «coagulação» de uma certa voga jansenizante[1], mas também de, como já realçou Zulmira Santos, «tentativas "ilustradas" de renovar uma piedade que se exigia cada vez mais interiorizada», apelando à sensibilidade e aos afectos[2]. Com efeito, se a Razão se foi configurando como o 'leitmotif' que travejou o século XVIII, instaurando-se, paulatinamente, em meios católicos norteados pela *Aufklärung*, como uma espécie de resposta reaccionária a práticas espirituais de cariz mais «sensorializado», também é verdade que estas não deixaram de ser exercitadas, sendo, de resto, estimuladas através de um amplo veio literário, constituído por hagiografias, biografias devotas, novenas, «manuais de oração» ou pagelas e gravuras que cristalizavam a devoção à Virgem Maria, ao Sagrado Coração de Jesus[3] ou a Santo Agostinho[4].

[1] SANTOS, Cândido dos – *António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung.* «Revista de História das Ideias. O Marquês de Pombal e o seu tempo». Tomo I. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias /Faculdade de Letras (1982), pp. 167-203.

[2] SANTOS, Zulmira Coelho – *Luzes e Espiritualidades. Itinerários do século XVIII*. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 38.

[3] Veja-se, a título de exemplo, a obra de CRUZ, D. Fernando da – *Despertador do amor divino, em huma irmandade entre religiosas, consagrada ao dulcíssimo incendio das almas, à deliciosa prenda dos coraçoens* […]. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, 1695.

[4] SANTO AGOSTINHO, António de – *Aguia Africana voando pelos nove coros angelicos ou novena do clarissimo sol*

Efectivamente, apesar dos novos «ventos» das Luzes, a segunda metade de Setecentos, que corresponde, em parte, aos tempos da governação exercida pelo Marquês de Pombal, continuou a favorecer a difusão de devoções, não raras vezes relacionadas com as consequências da ocorrência de calamidades, como o Terramoto de 1755. O desastre natural que abalou a cosmopolita cidade de Lisboa em 1 de Novembro de 1755 deixou um lastro de destruição, traduzido na perda de vidas humanas e de património material e amplificado em medos e receios de vária natureza. Esta moldura, enformada pelas consequências do Terramoto de 1755 – e pese embora o facto de o Estado ter accionado mecanismos de resposta, no sentido de minimizar e controlar efeitos e prejuízos causados por este desastre natural, configurando uma estratégia em que o Marquês de Pombal assumirá um papel de incontestável destaque[5] - contribuirá para a revalorização e divulgação de devoções, declinadas em textos hagiográficos e imagens[6] que procuravam responder a um conjunto de inquietações, não raras vezes «galvanizadas» por um discurso declinado em obras como o *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto* (1756) do Padre Gabriel Malagrida, que defendiam que o terramoto havia sido um castigo de Deus, sublinhando a sua dimensão punitiva, devido à imoralidade das gentes e dos costumes[7]. Naturalmente, este enquadramento favoreceu a devoção polarizada em torno de santos invocados, desde há muito, no sentido da protecção contra catástrofes naturais, tais como terramotos e tempestades, ou a salvação da morte súbita.

As livrarias dos mosteiros de São Miguel de Refojos de Basto[8] e de São Salvador de Vairão, ambos beneditinos, constituem um observatório significativo no que diz respeito à auscultação da divulgação de devoções através do formato livresco.

Na livraria do mosteiro de São Salvador de Vairão, destacam-se obras que promovem a devoção cristológica - *Corte Celeste, ou Devocam muy Agradavel ao Nosso Divino Redemptor, e Salvador Jesu Christo: efficacissima para conseguir*

da Igreja, o grande Padre S. Agostinho. Lisboa: na Officina de Joseph Antonio da Silva, 1733; NOSSA SENHORA DO CARMO, Padre António de – *Novena para a festa do grande Padre e Santissimo Patriarcha, Aurelio Agostinho, bispo de Hipponia, e Doutora da Igreja, que se celebra nos mosteiros dos Conegos Regulares da reformada congregação de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: na Of. de José da Silva da Natividade, 1744.

[5] REAL, Miguel – *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa*. Matosinhos: Quidnovi, 2005.

[6] Veja-se o muito significativo número de estampas e gravuras inventariadas por SOARES, Ernesto – *Inventário da colecção de registos de santos*. Lisboa: BN, 1955.

[7] MARQUES, João Francisco – *A acção da Igreja no terramoto de 1755: ministério espiritual e pregação*. «Lusitania Sacra», 2ª série, tomo XVIII (2006), pp. 219-329; ARAÚJO, Ana Cristina – *O Terramoto de 1755: Lisboa e a Europa*. Porto: CTT-Correios de Portugal, 2005.

[8] MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *Livraria monástica de S. Miguel de Refojos: Letras e Artes*. In TAVARES, Pedro Vilas Boas; OLIVEIRA, Fátima (coord.) – *Ora et Labora em Refojos de Basto. Espacialidades, materialidades, espiritualidades. Atas III Seminário Internacional de Cabeceiras de Basto*. Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal

especiaes graças, e a Bemaventurança: com additamento de varias oraçoens, e devoções, Ladainha do Santissimo Nome de Jesus, N. Senhora, e dos Santos (1751) de António Marques Gomes –, a devoção mariana - *Meditaçoens sobre os Principaes Misterios da Virgem Santissima Senhora Nossa, Mãe de Deos, e Rainha dos Anjos, e Advogada dos pecadores* (1737) do Padre Manuel Bernardes, *Novenas para os principaes misterios de Maria Santissima: a que se juntao duas Virgem Senhora do Carmo & do Rosario* (1713) e *Devoto de Maria Santissima instruído em vários modos que se lhe propõem para praticar a sua devoção* (1705) do Padre Manuel Consciência –, assim como a devoção ao Anjo da Guarda - *Tratado do Anio da Guarda* (1621) do Padre António de Vasconcelos (S.J.) –, ou a Santo António - *O Racional da Graça, Trezena predicativa de Santo Antonio repartida em treze discursos dos dias de sua celebridade*. (1740) de Fr. Lucas de Santa Catarina, e *Trezena de St Antonio, ou culto devoto para serem buscados os treze dias em que o celebra a Igreja* (1748).

Na livraria do mosteiro de Refojos de Basto, destacam-se, sobretudo, os livros de devoção mariana, como a *Devoção às Dores de Maria Santissima* (1763) ou *Favores de Maria Santissima Senhora Nossa a Seus Devotos* (1719) de Bernardino de Vilhegas.

Neste conjunto, valerá a pena notar que as consequências provocadas pelo terramoto de 1755 justificarão, certamente, a existência das seguintes obras na livraria de São Salvador de Vairão: *Vida e milagres de Santo Emygdio, bispo e martyr, advogado contra os tremores de terra* (1761) do Padre João Chevalier e *Relaçaõ, e noticia dos Reinos, e Cidades da Cristandade, que tem tomado a S. Francisco de Borja por Patrono contra os Terramotos. Beneficios, que receberaõ seus habitantes com este Patrocinio* (1756) de Fr. João de Santa Maria de Jesus.

O culto de Santo Emídio alcançou uma significativa difusão após o terramoto que abalou a região de Ascoli, em Itália, em 1703, na medida em que a este bispo e mártir se deveu a protecção da cidade. De molde a divulgar esta devoção em Portugal – que se tornava, de certo modo, urgente, devido aos medos e receios originados pelo Grande Terramoto de 1755 – o P.e João Chevalier, um oratoriano que Pombal mandou prender e que se refugiou na Holanda edita a *Vida e milagres de Santo Emygdio, bispo e martyr, advogado contra os tremores de terra* (1761).

Por sua vez, a devoção polarizada em torno de São Francisco de Borja conhece um novo alento com a edição de *A heróica vida, virtudes e milagres do grande S. Francisco de Borja, antes duque de Gandia, e depois terceiro geral da Companhia de Jesus. Escripta em castelhano por D. Alvaro Cienfuegos, traduzida e resumida em portuguez* por José Ribeiro Neves (1757), da *Nova Relaçam dos prodígios, e sucessos mais admiráveis, com que Deos tem singularizado a protecção*

de S. Francisco de Borja, especial advogado contra os terremotos: a que se ajunta a novena do mesmo santo, com huma devoção sua para cada dia da semana, utilíssima a todo género, e estado de pessoas, que dezejão viver sem os sustos do terrivel flagelo, com que a terra em seus tremores tão frequente nos ameaça (Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1756), das *Supplicas humildes ou bemdito, para se cantar em louvor do grande e invictíssimo S. Francisco de Borja, singularíssimo patrono de Portugal. Com a deprecação a Santa Izabel Rainha de Portugal* (1756); e de *Coimbra empenhada, e desempenhada com o sempre grande, e principal patrono destes reinos, e suas conquistas, contra os terremotos S. Francisco de Borja da Companhia de Jesus* (1756).

Atendendo a este contexto, justificar-se-á a edição da *Vida prodigiosa da grande virgem, e martyr Santa Agueda, especialíssima advogada contra os incêndios, e terremotos* (1756), assim como o *Officio e novena da gloriosa Virgem e Martyr Senhora Santa Barbara* (1762), configurando uma moldura que se poderá considerar amplificada com as obras, em formato portátil (12º), *Escudo impenetravel aos trovoens, rayos, peste, e ar corrupto: administrado por Sta. Barbara, virgem, e martyr: accrescentado com a cruz de S. Bento, oraçaõ de S. Sebastiaõ, cabeça de S. Anastasio, estaçaõ do SS. Sacramento, breve, e oraçaõ de S. Roberto contra maleficios, oraçaõ de S. Antonio, Evangelho de S. Joaõ, e a novena das Almas* (Coimbra, s/d), *Desempenho Sagrado contra todo o empenho diabólico, ou celeste cofre de preciosas reliquias contra todo o poder tartáreo: permissivamente praticado em horríveis terremotos, perniciosos malefícios, mortes infaustas, partos infelices, rayos, e tempestades, ou outras quaisquer infestaçoens […] dedicado ao senhor S. Bento*[9] (1756) de Luís Correia da Silva ou *Dia de Todos os Sanctos exposto á lembrança dos esquecidos, por meyo de huma devota Novena, que vay dirigida , e offerecida ao Senhor Jesus dos Terremotos, a qual imagem se venéra no Convento de S. Bento de Xabregas* (1756) do Padre José da Conceição (C.S.J.E.), que inclui orações a São Miguel, São João Evangelista, Santa Maria Madalena, São Francisco de Borja e Santa Bárbara.

Neste sentido, a significativa produção de obras polarizadas em torno da devoção a Santa Bárbara ocupa, neste conjunto, uma expressão clara. No entanto, nenhum dos inventários em apreço inclui qualquer referência à existência de exemplares de obras sobre Santa Bárbara. Qual a razão para esta ausência?

2. O caso de Santa Bárbara constitui um exemplo paradigmático de «santidade ou devoção incómoda», mas que, apesar dessa condição, continua a ser uma das virgens e mártires a quem, em determinadas situações complexas

[9] A obra é acompanhada por xilogravuras de São Bento e de Santa Bárbara (cf. p. 151).

e difíceis, os fiéis mais recorrem. Trata-se, assim, do exemplo de uma santa, divulgado através de várias hagiografias, da iconografia e da estatuária, de cuja existência histórica muito pouco se conhece, havendo, como tal, muitas incertezas. Santa Bárbara configura-se, como uma ampla bibliografia já realçou – e valerá a pena realçar o trabalho de natureza filológica desenvolvido pelos bolandistas -, como uma «personagem lendária»: terá sido esta uma das razões que levaram Paulo VI a retirá-la do Santoral, em 1969[10]. Mas essa circunstância não impediu que o seu culto e a devoção em seu torno permanecessem muito presentes não apenas em meios populares, como também em círculos eruditos.

Os vários autores que se debruçaram sobre a figura de Santa Bárbara realçaram já a complexidade de que se reveste a formação da sua *legenda* – desde logo, se destacam as discrepâncias no que diz respeito ao local em que terá sofrido o martírio -, à semelhança do que se verifica em relação aos relatos das «Vidas» de outros santos, muito especialmente de mártires ou virgens[11]. François Halkin, em *Bibliotheca hagiographica graeca* (1957)[12] e na *Bibliotheca Hagiographica Latina I* (1898-1899)[13], apresenta um conjunto muito significativo de versões em grego e de traduções latinas da *Passio* desta virgem, que terá nascido em Nicomédia, na região do mar da Mármara, e terá sido martirizada pelo próprio pai.

Baudoin de Gaiffier defende que «la recensión latine la plus répandue et en même temps la plus ancienne en Occident» é a que corresponde ao número 913 da *Bibliotheca Hagiographica Latina* e que o mais antigo manuscrito em que se refere a «Passio» de Santa Bárbara é o codex Augiensis XXXII da primeira metade do século IX[14].

Ao longo da baixa Idade Média, e sobretudo a partir do séc. XV, será a «legenda» estabelecida por volta de 1495, pelo agostiniano Jean de Wackerzeele, também conhecido como Jean de Louvain, que conhecerá uma difusão muito significativa – primeiro manuscrita e depois impressa – e será introduzida em

[10] O seu *dies natalis*, na tradição ocidental, celebrava-se a 4 de Dezembro.

[11] Sobre a «contaminação de relatos, cf. DELEHAYE, Hippolyte – Cinq leçons sur la méthode hagiographique. Bruxelles: Société des Bollandistes, 1934; SAINTYVES, Pierre – Les Saints Successeurs des Dieux. Paris: Librairie Critique Émile Nourry, 1907; TAVIEL DE ANDRADE, Bárbara - Andadura, atributos y patrocínios de una mujer legendaria: Santa Bárbara. Entre unos orígenes oscuros y una actualidad manifiesta». In CAZAL, Françoise; ARIZALETA, Amaia; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Luis; GUELL, Monique; RODRÍGUEZ, Teresa (ed.) - Pratiques hagiographiques dans l'Espagne du Moyen-Âge et du Siècle d'Or. Tome 2. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2007, pp. 543-571.

[12] HALKIN, François – Bibliotheca hagiographica Graeca. Bruxelles: Société des Bollandistes, 1957, p. 75-78.

[13] HALKIN, François – Bibliotheca hagiographica Latina. Vol. I. Bruxelles, Société des Bollandistes, 1898-99, p. 142.

[14] GAIFFIER, Baudoin de – La Légende de Sainte Barbe par Jean de Wackerzeele. «Analecta Bollandiana», t. 77, 1959.

dois incunábulos da *Legenda Aurea* de Jacobo de Voragine (que não incluía a hagiografia de Santa Bárbara na sua redacção original)[15].

Em todo o caso, é bem sabido como, sobretudo a partir do século XVI – e pese embora o sucesso que algumas obras, como, por exemplo, a *Legenda Aurea*, vinham conhecendo-, várias vozes, sobretudo de humanistas e de reformados, foram colocando «em xeque» a historicidade e o rigor de muitas das narrativas que a configuravam, principalmente através das acérrimas críticas à desmedida valorização do maravilhoso (sobretudo dos milagres) nas «Vidas» de alguns santos[16]… Neste sentido, não nos deve causar estranheza que, desde os inícios do século XVI, o género hagiográfico tenha vindo a receber «sopros» de renovação e de modernização, para o que muito terão contribuído as contestações de alguns humanistas, as posições dos protestantes[17], os contributos de Witzel, Lippomano[18] e Surius e, posteriormente, já no século XVII, a actividade dos bolandistas[19] e dos beneditinos de Saint-Maur.

Por sua vez, Erasmo, no seu *Enchiridion militis christiani* (1503), chama a atenção sobre certos aspectos que configuram o culto dos santos. Em todo o caso, não se trata de uma desaprovação, mas de uma chamada de atenção sobre os usos e funcionalidades de que se poderia revestir, no que diz respeito a algumas práticas relacionadas com a superstição:

> *uno ay que tiene por devoción de saludar cada día a sant Cristóval… porque tiene creydo que con hazer aquello está ya seguro aquel día de muerte desastrada. Outro adora a outro santo llamado sant Roque. Y esto, por qué? No por más de porque cree que aquél le ha de escapar de pestilencia. Outro reza sus ciertas oraciones a santa Bárbara y sant Jorge, sin saber lo que se dize, por no venir a manos de sus enemigos que aborrece. Outro tiene por devoción de ayunar a santa Apolonia, porque no le duela la muela. Otro*

[15] TAVIEL DE ANDRADE, Bárbara - Andadura, atributos y patrocínios de una mujer legendaria: Santa Bárbara. Entre unos orígenes oscuros y una actualidad manifiesta», ob. cit.

[16] Sobre o alcance destas críticas, veja-se: GUERRA, Anna Morisi – Prefazione a ROTTERDAM, Erasmo da – Vita di San Girolamo. Roma: Japadre Editore L'Aquila, 1988, pp. 5-27; PROSPERI, Adriano – L'elemento storico nelle polemiche sulla santità. In ZARRI, Gabriella (a cura di) – Finzione e Santità tra medioevo ed età moderna. Torino: Rosenberg et Sellier, 1991, p. 88-118; DUNN-LARDEAU, Brenda – Le conseguenze dell'Umanesimo e del Concilio di Trento sulla scrittura agiografica. In LUONGO, Gennaro (a cura di) – Erudizione e devozione. Le Raccolte di Vite di santi in età moderna e contemporanea. Roma: Viella, 2000, p. 19-35.

[17] CAVALLOTTO, Stefano – Santi nella Riforma. Da Erasmo a Lutero. Roma: Viella, 2009 (Sacro/Santo; 12).

[18] GAJANO, Sofia Boesch – La raccolta di vite di santi di Luigi Lippomano. Storia, struttura, finalità di una costruzione agiografica. In GAJANO, Sofia Boesch (a cura di) – Raccolte di vite di santi dal XIII al XVIII secolo. Strutture, messaggi, fruzioni. Fasano di Brindisi: Schena Editore, 1990, pp. 111-130.

[19] GORDINI, Gian Domenico – L'opera dei bollandisti e la loro metodologia. In Santità e agiografia. Genova: Casa Editrice Marietti, 1991, pp. 49-73.

> *visita el vulto de Job ordinariamente, porque andando en sus vícios, no se le pegue qualque lepra. Ay otros tratantes que prometen de dar a los pobres cierta parte de la ganancia, no con otra ninguna charidad sino porque su mercadería no se pierda por la mar. Otros incienden su candeliça a sant Jerón o a sant Antón, porque les depare lo perdido*[20].

Também no *Elogio da loucura*, Erasmo aborda o tema, ironicamente:

> *Ora, não há qualquer dúvida de que é inteiramente farinha do meu saco aquela casta de homens que se alegra por igual em escutar e em contar pasmosas patranhas. […] Semelhantes a estes são também aquelas pessoas a quem se meteu na cabeça a convicção, certamente louca, embora agradável, de que, se puserem os olhos numa imagem, pintada em madeira, de algum Cristóvão Polifemo, nesse dia não irão morrer, ou que, quem saudar com as preces da praxe uma escultura de Bárbara, há de regressar são e salvo da guerra.[…] E o mesmo se se trata de um santo mais ou menos fabuloso e imaginado, de modo que, se vocês querem um exemplo, apresente-se algum do estilo de S. Jorge ou de S. Cristóvão ou de Santa Bárbara: poderão ver como estes serão reverenciados com muitíssimo mais devoção do que Pedro ou Paulo, ou até o próprio Cristo*[21].

Também poderemos encontrar, em fontes portuguesas, exemplos que provam a difusão da hagiografia de Santa Bárbara. Como exemplo, recordemos a *Passio Sanctae Barbarae Virginis et Martiris*, que integra um manuscrito do século XII do mosteiro de Alcobaça, actualmente à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal[22].

O aparecimento da imprensa de caracteres móveis contribuirá também, em grande medida, para a difusão da «Vida» desta virgem e mártir: assim o mostra a edição de 1513 do *Flos Sanctorum*[23]. Em todo o caso, a presença de Santa Bárbara na moldura hagiográfica poderá considerar-se ampliado após o Concilio de Trento. Com efeito, a partir da segunda metade do século XVI, assistiu-se a um aumento muito significativo da produção de «Vidas» de santos e de «Vidas» de devotos em Portugal, que continuou, apesar de apresentar algumas oscilações, até aproximadamente meados do século XVIII Por outro

[20] ERASMO, Desidério – *El Enquiridion o Manual del Caballero Cristiano* (edición de Dámaso Alonso). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1971.

[21] ERASMO – *Elogio da Loucura* (trad. António Guimarães Pinto). Coimbra: Edições 70, 2023, pp. 115, 127.

[22] BNP - ALC-352.

[23] *Ho flos sanctó[rum] em lingoaje[m] p[or]tugue[s]*. Lisboa: Hermão de Campos e Roberto Rabelo, 1513, f. 7v-9v.

lado, importa não esquecer que, desde o início do cristianismo, o mártir foi o «modelo» de santidade por excelência, na medida em que, ao dar a vida pela fé, imitou plenamente o paradigma de Cristo[24]. O humanismo conduziu a uma revitalização do ideal heróico, o que poderá mesmo ter influenciado a consagração da expressão «virtude heroica», no quadro dos procedimentos processuais destinados à beatificação ou canonização do candidato a «bem-aventurado» ou «santo», contribuindo para o interesse humanístico em relação à «Igreja primitiva em geral, pelos seus modelos de santidade e especialmente pelos seus mártires», que se tornaram «referências heróicas na imitação do mártir por excelência, Jesus Cristo»[25]. Por outro lado, a valorização das «Vidas» de santos, santas ou «mulheres ilustres em virtude» resultou claramente do contexto da Contrarreforma que tendia não só a recuperar algumas figuras bíblicas – que pudessem opor-se às «pagãs», difundidas por obras humanistas, na linha do *De mulieribus claris* de Giovanni Boccaccio ou relacionadas com a famosa »Querelle des femmes»[26] –, mas também para valorizar aquelas que, na afirmação do cristianismo, desde a antiguidade, foram apresentadas como modelos que glorificaram - particularmente os mártires - e que constituíram paradigmas sujeitos a renovadas imitações e atualizações[27].

Uma das obras que, em Portugal, alcançou um muito significativo sucesso foi a *Historia das vidas e feitos heróicos e obras insignes dos santos: com muitos sermões & praticas spirituaes, que servem a muitas festas do anno*), editada em 1567 e compilada pelo dominicano Frei Diogo do Rosário, a pedido do arcebispo de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, que inclui também uma «Vida» de Santa Bárbara[28].

Outro exemplo que podemos evocar é a *Vida milagrosa e martirio insigne de Sancta Barbara em outava ryma repartida em quatro cantos*, uma hagiografia

[24] BARCELLONA, Francesco Scorza – *Dal Modello ai modelli*. In BARONE, Giulia; CAFFIERO, Marina; BARCELLONA, Francesco Scorza (a cura di) – *Modelli di santita e modelli di comportamento. Contrasti, intersezioni, complementarità*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1994, pp. 9-18; BARCELLONA, Francesco Scorza – *Le origini. In Storia della santità nel cristianesimo occidentale*. Roma: Viella, 2005, pp. 19-89.

[25] URBANO, Carlota Miranda – *Heroísmo, santidade e martírio no tempo das reformas*. «Península. Revista de Estudos Ibéricos», nº 1, p. 270.

[26] KELLY, Joan – *Early Feminist Theory and the Querelle des femmes, 1400–1789*. «Signs. Journal of Women in Culture and Society», 8.1, Autumn 1982, pp. 4-28; ZIMMERMANN, Margarete – *Querelle des femmes, querelles du livre*. In: COURCELLES, Dominique de; VAL JULIAN, Carmen (ed.) – *Des Femmes et des Livres. France et Espagnes (XIVe-XVIIe siècle)*. École Nationale des Chartres, 1999, pp. 80-92.

[27] COLLINA, Beatrice – *L'exemplarità delle donne illustri fra Umanesimo e Controrriforma*. In ZARRI, Gabriella (a cura di) – *Donna, disciplina, creanza cristiana dal XV al XVII secolo. Studi e testi a stampa*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1996, pp. 103-119.

[28] ROSÁRIO, Fr. Diogo do – *Historia das vidas e feitos heróicos e obras insignes dos santos: com muitos sermões & praticas spirituaes, que servem a muitas festas do anno*. Braga: Antonio de Mariz, 1567, f. 9v-11r.

em verso manuscrita, cuja escrita foi concluída em 1583, actualmente à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal[29]. A obra é anónima e foi dedicada à Madre Soror Bernardina da Transfiguração, abadessa do mosteiro da Madre de Deus, em Lisboa. Além de testemunhar a devoção a Santa Bárbara em Portugal, nos espaços monásticos, a escrita desta «Vida» reflecte outros aspectos que merecem destaque. É significativo que o/a autor/autora da obra utilize, como fonte, a obra de Luigi Lippomano, *Sanctorum priscorum Patrum vitae* (1551-1560). Como já salientou uma extensa bibliografia, também o mundo católico assistiu, no pós-Trento, a uma preocupação em afirmar a veracidade dos relatos hagiográficos. Por isso, como já salientou Maria de Lurdes Correia Fernandes, «se encontra já, com uma curiosa insistência, nas colectâneas de «Vidas» de santos e mártires da segunda metade do século XVI, em particular nas recolhas mais sistemáticas e amplas, como as que fizeram, em resposta a muitas críticas dos protestantes, George Witzel, com o seu *Hagiologium* (1541), Luigi Lippomano, com as suas *Sanctorum priscorum Patrum vitae* (1551-1560)[30] e Lourenço Surio com o *De probatis Sanctorum historiis* (1570-1576)[31], bem como as colectâneas mais específicas, nomeadamente dos santos de algumas ordens religiosas que a elas tinham pertencido[32], no reconhecimento e a condenação (ainda que esta não assuma contornos tão firmes como, no século XVII, a dos bolandistas) «da pouca verdade ou, pelo menos, da pouca certeza – para não falar das muitas "invenções" - de muitos relatos hagiográficos»[33]. Desta forma, é sintomático que o autor deste poema heróico se tenha socorrido da colectânea organizada por Lippomano, embora esta, como sublinhou Sofia Boesch Gajano, não tenha conhecido uma recepção muito significativa, na medida em q que suscitou diversas críticas que diziam respeito, acima tudo, o carácter confuso e incompleto dos textos, que se enquadra neste contexto, que não é alheio à «propaganda» dos santos e ao seu culto contra os ataques dos reformados.

Também no teatro encontramos exemplos que testemunham o interesse pela figura de Santa Bárbara, como é o caso do *Auto de Santa Bárbara* de Afonso

[29] BNP – F. 981.

[30] Veja-se, a propósito, GAJANO, Sofia Boesch – *La raccolta di vite di santi di Luigi Lippomano. Storia, struttura, finalità di una costruzione agiografica*, ob. cit., pp. 111-130.

[31] MARTINELLI, Serena Spanò – *Cultura umanistica, polemica antiprotestante, erudizione sacra nel* De probatis Sanctorum historiis *de Lorenzo Surio*. In GAJANO, Sofia Boesch (a cura di) – *Raccolte di vite di santi dal XIII al XVIII secolo. Strutture, messaggi, fruizioni*. Fasano de Brindisi: Schena Editore, 1990, pp. 445-464.

[32] MARTINELLI, Serena Spanò – *Le raccolte di vite di santi fra XVI e XVII secolo*. «Rivista di Storia e Letteratura Religiosa», Anno XXVII, nº 3, 1991, pp. 445-464; CARVALHO, José Adriano de Freitas (dir.) – *Quando os frades faziam história. De Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcelos*. Porto: CIUHE, 2001.

[33] FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *História, santidade e identidade. O* Agiologio Lusitano d*e Jorge Cardoso e o seu contexto*. «Via Spiritus», 3 (1996), pp. 33-34.

Álvares. Embora António Anselmo, na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, refira uma edição anónima de 1591, a mais antiga que se conhece é a de 1613, de Lisboa[34]. É provável que os devotos de Santa Bárbara tenham encomendado a obra a Afonso Álvares, mas será importante não perder de vista que, na vizinha Espanha, o teatro também tem dedicado uma atenção significativa a esta virgem e mártir: por exemplo, recorde-se de *La Farsa de Santa Barbara* de Diego Sánchez de Badajoz ou *La Barbara del Cielo* de Lope de Vega.

Também poderemos respigar outros exemplos que atestam a presença da devoção a Santa Bárbara em espaços monásticos e conventuais. Fr. Lucas de Santa Catarina, na *Quarta Parte da Historia de São Domingos, particular do Reyno e conquistas de Portugal* (Lisboa, 1733), conta-nos que a Madre Soror Leonor do Calvário, dominicana no convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Lisboa, «carregada de anos, cahio entrevada, que lhe quis o ceo dar mais a coroa da tolerância. Passou a recebella em dia de Santa Barbara (de quem era devota) favor, que pedio a Deos toda sua vida»[35]. O mesmo autor relata que no convento de Santa Ana, em Leiria, «tinha-se mandado fazer uma Imagem de Santa Barbara, apetecida da devoção das Religiosas, como perseguidas naquelle sitio, e suas vizinhanças de medonhas trevoadas. Por este tempo, se achavão huma madrugada as duas serventes […], no Claustro, a que descerão para serviço de huma oficina, quando virão, que por elle passava huma menina de rara fermosura, e estranha, como rica gala. Suspenderão-se como as que sabião que não havia daquella idade secular alguma na Casa, menos quem áquellas horas passasse por ella. Parou a menina, e detendo-se pouco espaço, desappareceo, observando ellas o lugar. Chegou ao dia seguinte a Imagem da Santa, e vista por ellas com a memoria fresca, testemunharão que era aquella a menina, que tinhão visto no lugar do Claustro; nelle se lhe abrio hum nicho, em que a Imagem se poz, e he venerada, conservando-se nella esta memoria»[36].

Outro exemplo que reflecte a cristalização do culto a Santa Bárbara em Portugal é a edição da obra *Flores de devoção colhidas no campo de Santa Barbara* (Lisboa, por Miguel Deslandes, 1701, com uma 2ª edição em 1738), de Inácio Lopes de Moura. No «Prólogo», o autor destaca, sobretudo, a protecção de Santa Bárbara contra os raios. A obra inclui um «romance» em verso, em castelhano, e um *Officium Beatae Barbarae virginis, et martyris*, e a tradução do mesmo texto,

[34]RODRIGUES, Maria Idalina Resina – *Auto de Sancta Barbara: a herança e os arranjos*. «Via Spiritus», 1 (1994), pp. 1-21.

[35] SANTA CATARINA, Fr. Lucas de – Q*uarta Parte de la Historia de São Domingos, particular do Reyno e conquistas de Portugal*. Lisboa: na Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1767, p. 761.

[36]SANTA CATARINA, Fr. Lucas de – *Quarta Parte de la Historia de São Domingos, particular do Reyno e conquistas de Portugal*. Lisboa: na Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1767, p. 297-298.

em português.

Embora o século XVIII seja equacionado como o período em que o Iluminismo e o racionalismo prevaleceram em vários domínios, contribuindo para uma mudança no rumo da cultura religiosa e política, é interessante notar como algumas narrativas hagiográficas produzidas no século XVIII continuam a valorizar o domínio do maravilhoso e a devoção em torno de relíquias e imagens, destacando um quadro que poderia até ser considerado ampliado com a edição de novenas, livros devocionais, que se configuram como uma espécie de «complemento» ao culto e à devoção a Cristo, à Virgem Maria e os santos, apoiaram-se, em grande medida, numa dimensão «sensorial» dos afetos e da piedade no domínio da espiritualidade. Com efeito, apesar dos novos «ventos» do racionalismo e do Iluminismo, a segunda metade do século XVIII, que corresponde, em parte, aos tempos de governo exercido pelo Marquês de Pombal – o que foi apresentado em alguns textos da época, como adversário da Igreja - continuou a favorecer a cristalização de cultos e devoções, muitas vezes relacionados com as consequências da ocorrência de calamidades, como o terramoto de 1755.

O desastre natural de 1755 despoletaria a produção de uma amplo filão literário que equacionava, em moldes «científicos», as suas causas geofísicas, de que é exemplo a já citada obra *Historia Universal dos Terremotos que tem havido no mundo* (1758) de Joaquim Moreira de Mendonça (1758). Por outro lado, estimulou também, como é sabido, a devoção em torno de alguns santos invocados no sentido de alcançar protecção face a catástrofes naturais, como terramotos e tempestades ou até mesmo morte súbita. Será, portanto, neste contexto que se amplificará a devoção a Santa Bárbara. Deste modo, a devoção à mártir de Nicomédia traduz-se, por exemplo, no já referido *Escudo impenetravel aos trovoens, rayos, peste, e ar corrupto: administrado por Sta. Barbara, virgem, e martyr: accrescentado com a cruz de S. Bento, oraçaõ de S. Sebastiaõ, cabeça de S. Anastasio, estaçaõ do SS. Sacramento, breve, e oraçaõ de S. Roberto contra maleficios, oraçaõ de S. Antonio, Evangelho de S. Joaõ, e a novena das Almas* (Coimbra, s / d), um pequeno livro, em formato portátil, que inclui um «Hino e oração a Santa Bárbara», que será reproduzido em numerosas obras da mesma natureza:

HINO DE SANTA BÁRBARA
Deos vos salve, gloriosa Virgem,
Barbara, e generosa rosa,
Paraiso florecido
Com o lyrio da castidade.
Deos vos salve, Virgem toda formosa,

Lavada na fonte da castidade,
Doce, branda e devota,
Vaso de todas as virtudes.
Deos vos salve não sabedora da culpa,
Que ouvis ao Esposo com voz clara:
Vem formosa, vem amada,
Vem, serás coroada.
Deos vos salve, Barbara serena,
Formosa como a lua chea,
Singular cantiga,
Seguis ao Esposo Cordeiro.
Deos vos salve, Barbara bemaventurada,
Que com o Esposo preparada
Passastes aos gostos
Perfilhados das bodas.
Deos vos salve, resplandecente margarita,
Posta na coroa de Jesus,
Assim na morte, como na vida
Nos sede propicia. Amen.
Com vossa vista, e vossa formosura.
Attendei prosperamente, ide por diante, e reinai.

Inclui também uma «Oração a Santa Bárbara»:

Senhor, nós vos pedimos que a intercessão da Bemaventurada Santa Barbara, Virgem, e Martyr vossa, sempre nos ajude, para que não morramos de repente, mas antes do dia da nossa morte sejamos fortalecidos saudavelmente com os Sacramentos do vosso Santissimo Corpo, e Sangue, e o Sagrado Oleo da Extrema Unção, e protegidos de todo o mal, e levados para os Reinos Celestiaes. Vós, que viveis, e reinais com o Padre, e Espirito Santo por todos os seculos dos seculos. Amen.

Esta Oração ensinou Santa Barbara a huma sua devota, e o Papa Urbano a mandou ao bispo de Cochim D. Miguel Rangel, que a levou comsigo à sepultura, e deo vida a muitas pessoas. Tem especial virtude contra os trovões, raios, peste, e ar corrupto. Succedeo matar hum raio a huma pessoa, que a não trazia, não fazendo mal algum a vinte e tantas, que comsigo a traziam, estando no mesmo lugar.

O «livrinho» integra também uma Oração a S. Roberto; uma gravura/

verónica da cabeça de Santo Anastácio; uma oração a Santo Emídio contra os terramotos; e uma oração a Santo António.

Um outro exemplo que poderemos evocar é a obra *Desempenho Sagrado contra todo o empenho diabólico, ou celeste cofre de preciosas reliquias contra todo o poder tartáreo: permissivamente praticado em horríveis terremotos, perniciosos malefícios, mortes infaustas, partos infelices, rayos, e tempestades, ou outras quaisquer infestaçoens* […] (1756) de Luís Correia da Silva. O autor apresenta um conjunto de elementos – que designa como relíquias – que funcionavam como objectos que conferiam protecção: a primeira relíquia era a Regra de São Bento; a segunda, a «santíssima cruz de São Bento»; «a terceira, as palavras fortíssimas para acalmar a ira divina; a quarta, a oração a S. Filipe Neri; e a quinta é a milagrosa oração de Santa Bárbara».

O hino e a oração a Santa Bárbara foram também incluídos por Carlos do Vale Carneiro na obra *Horas Portuguezas do officio da Virgem Nossa Senhora, e Ramalhete Manual de diversas orações* (Lisboa, 1768). A título de exemplo, poderíamos evocar as *Devoções Particulares à Senhora Santa Barbara Advogada contra trovões e raios, para se recitarem devotamente em todo o tempo* (1761) de Fr. José de Santa Rosa; a *Novena da gloriosa Virgem, e Martyr Santa Barbara, composta por um devoto* (Lisboa, 1761), ou o *Officio e novena da gloriosa Virgem e Martyr Senhora Santa Barbara* (1762).

Após o terremoto de Lisboa, outros «livrinhos» reproduziram e divulgaram também a oração e o hino a Santa Bárbara, como a obra *Palavras Santissimas e Armas da Igreja contra Rayos, Terremotos, Peste e Maleficios*…. (Lisboa, na Of. de Ignacio Nogueira Xisto, 1760), que, de acordo com Luís Carlos Villalta, se destacava «nos registos de remessas enviadas de Portugal para o Brasil e era também conhecido como *Livro de Santa Bárbara*»[37]. As obras desta natureza estimularão uma discussão entre os deputados da Real Mesa Censória. Como já realçou Rui Tavares, a problemática que se colocava era a seguinte: «Poderão as palavras escritas ou faladas deter efeitos sobre fenómenos físicos tais como terremotos, fogos e tempestades? Alguns livrinhos impressos, que era hábito usar como amuletos, defendiam que era de facto possível»[38]. Como sublinha o mesmo autor, a oração a Santa Bárbara, ensinada pela mártir a uma devota era um exemplo. Alguns defendiam que era possível ter poderes contra o contágio

[37] VILLALTA, Luiz Carlos – *Censura literária e circulação de impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821)*. In DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.) – *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Anablume, 2006, pp. 111-134, esp. pp. 131-133.

[38] TAVARES. Rui - *Uma teologia da recepção? Os censores (em desacordo) contra a superstição, Portugal 1770-1771*. «Lusitania Sacra», 2ª série, 15 (2003), p. 211.

de certas doenças e permitir que o seu portador escapasse à morte súbita. Fr. Luís de Monte Carmelo, deputado da Real Junta Censória, defendia que tal era impossível; mas outros censores não concordaram. Assim, são evidentes os complexos problemas enfrentados pelos membros do Conselho Real de Censura, nos anos 1770-71, relativamente aos panfletos que podiam ser usados como amuletos, reflectindo assim a existência de tensões entre a censura do livro e a superstição»[39].

Como sublinhou Rui Tavares, não são os textos nem as palavras faladas que são subversivos: «o que é mais difícil para a censura controlar é o tipo de conteúdos que saltam facilmente entre formatos, do escrito ao falado, às formas de vestir e ao quotidiano. hábitos e vice-versa. Este argumento é bem exemplificado pelo facto de a única parte dos Breves de Marcos - os textos transportados pelos fiéis como uma espécie de amuleto protector - que os censores da Real Junta de Censura concordaram em suprimir - a oração portuguesa a Santa Bárbara, contra as tempestades - foi a que melhor sobreviveu até aos dias de hoje, quando muitas pessoas ainda recitam a oração de forma semiconsciente, sempre que ouve trovejar»[40].

3. A complexidade que, desde o seu início, moldou o caso de Santa Bárbara conduzirá a profundas mudanças na segunda metade do século XX. Em 1969, Paulo VI procedeu a uma reforma do santoral católico romano, promulgando nesse sentido um decreto com efeitos a partir de 1970. Seguindo a lógica do Concílio Vaticano II, uma das medidas resultantes da eclesiologia1 que vigorava em Roma foi a revisão da lista de santos católicos, retirando dela aqueles que não possuíam comprovação histórica de existência e/ou eram santos de devoção local.

Pesem embora estes receios, medos e vigilâncias, em torno da oração a Santa Bárbara – e que traduzem, efectivamente, reacções a uma «santidade incómoda» e que poderão explicar a ausência de obras sobre Santa Barbara nas livrarias de Refojos de Basto e de Vairão, ou, pelo menos, a uma devoção que poder-se-ia revestir de usos ou funcionalidades incómodos – tal não significou que a devoção

[39] TAVARES. Rui - *Uma teologia da recepção? Os censores (em desacordo) contra a superstição, Portugal 1770-1771*. Art. cit.; TAVARES, RUI – *O Censor Iluminado. Ensaio sobre o Pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa: Tinta da China, 2018, pp. 521-546

[40] TAVARES. Rui - *Uma teologia da recepção? Os censores (em desacordo) contra a superstição, Portugal 1770-1771*. Art. cit., p. 236. José Augusto Mourão publicou, em 1983, um estudo intitulado «A oração a Santa Bárbara. Semiótica da ação, semiótica da manipulação", em que se apoia nesta oração que é um texto da literatura popular portuguesa, utilizado nos meios de comunicação católicos, durante as tempestades, e que deu origem a várias versões. Cf. MOURÂO, José Augusto – *A oração a Santa Bárbara (semiótica da acção, semiótica da manipulação)*. «Revista Lusitana». Nova Série, n.º 3 (1982-1983), pp. 5-36.

em seu torno e a confiança depositada no seu poder intercessor contra raios, trovões, terramotos e morte súbita se diluíssem ou extinguissem. O seu lastro continua a fazer-se sentir no século, como o comprova a edição de «Vidas» e de devocionários, mas também outras tipologias textuais, como a poesia - a título de exemplo, lembremos o poema IV de *O Guardador de Rebanhos* (publicado em 1925) de Alberto Caeiro – ou a prosa de ficção brasileira, de que e exemplo *O Sumiço da Santa* (1988) de Jorge Amado.

Hoje são muitos os fiéis que ainda se lembram de Santa Bárbara, invocando-a sempre que há relâmpagos ou tempestades. Procuramos, por isso, chamar a atenção para as estreitas e complexas relações entre a hagiografia e as orações, mostrando como certos *topoi* associados à vida de Santa Bárbara estão fortemente enraizados nas práticas devocionais: isto é demonstrado pelo uso das orações, que foram amplificadas nos tempos posteriores ao terramoto de 1755, aos quais são reconhecidas especiais qualidades protectoras em Santa Bárbara.

Artigo recebido em 30/09/2024
Artigo aceite para publicação em 15/11/2024

APONTAMENTOS PARA A ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA DOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS MONÁSTICAS

OLÍVIA PESTANA
CITCEM – FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
opestana@letras.up.pt
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31ap

RESUMO: As bibliotecas monásticas têm, ao longo dos tempos, constituído objeto de estudo no âmbito de diversas abordagens, sobretudo no que se refere aos mosteiros e à vida monástica, à história das ordens religiosas em que se enquadram, à educação religiosa e aos hábitos de leitura dos monges. Estudos realizados em Portugal têm dado a conhecer alguns dos métodos de organização utilizados nestas bibliotecas, mas são escassos os elementos que, a respeito da organização temática, chegaram até aos nossos dias. É, por isso, relevante compreender os instrumentos de organização temática que possam viabilizar a constituição de um catálogo organizado segundo os princípios normativos nacionais e internacionais de indexação por assuntos, atualmente em vigor, aplicando-os em reconstituições de acervos.

Com este artigo, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de práticas de aplicação dos sistemas de organização do conhecimento atualmente em uso, em particular as classificações e os vocabulários controlados aplicáveis à reconstituição de acervos de bibliotecas monásticas, com vista à criação de pontos de acesso por assunto nos catálogos impressos ou em bases de dados[1].

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas monásticas; Organização temática; Catálogos; Bases de dados.

ABSTRACT: Monastic libraries have been the subject of various studies over the years, especially in relation to monasteries and monastic life, the history of the religious orders in which they are located, religious education, and the reading habits of the monks. The studies carried out in Portugal have revealed some of the methods of organisation used in these libraries, as there are few elements of thematic organisation that have survived to the present day. It is therefore important to understand the tools of thematic organisation that make it possible to create a catalogue organised according to the national and international

[1] Este artigo enquadra-se no processo de investigação desenvolvido pela autora associado ao projeto "Letras no Claustro: Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a ref.ª EXPL/LLT-OUT/0720/2021.

normative principles of subject indexing currently in force, and to apply them to the reconstruction of the collections.

The aim of this article is to contribute to the development of practices for the application of current knowledge organisation systems, in particular classifications and controlled vocabularies, to the reconstruction of monastic library collections, with the aim of creating subject access points in printed catalogues or in databases.

KEYWORDS: Monastic libraries; Thematic organization; Catalogs; Databases.

1. Introdução

As bibliotecas monásticas têm, ao longo dos tempos, constituído objeto de estudo no âmbito de diversas abordagens que se entrelaçam: os mosteiros e a vida monástica, a história das ordens religiosas em que se enquadram, os hábitos dos monges relativamente à sua formação e educação religiosa, os hábitos de leitura e de interesse pessoal dos monges, as temáticas predominantes dos acervos e, em menor escala, a organização das bibliotecas.

Pode-se considerar que as bibliotecas monásticas permitem reconstituir toda uma cultura e uma vivência de uma dada comunidade religiosa que abraçou a vida monástica, numa dada ordem e numa dada geografia, mas não se circunscrevendo a uma visão encerrada num determinado mosteiro. A composição dos acervos ilustra a presença de redes de conhecimento e de difusão do livro que, ao longo dos séculos, se desenvolveram num âmbito mais amplo e que envolveram a inegável troca de experiências e práticas organizativas no domínio das bibliotecas.

Conforme apontado em trabalho anterior respeitante à reconstituição de duas bibliotecas monásticas beneditinas[2], não existe bibliografia específica sobre a organização por assunto das bibliotecas monásticas em Portugal. É tarefa complexa, dado que são escassos os elementos que chegaram até aos nossos dias, sendo exceção o extraordinário trabalho desenvolvido, entre 1798 e 1804, por D. Fr. Francisco de S. Luís Saraiva, futuro Ministro do Reino e Patriarca de Lisboa, tendo organizado, em termos científicos, a livraria do Mosteiro de Tibães e preparado o Index da biblioteca[3].

[2] PESTANA, Olívia – *A organização do conhecimento nas bibliotecas monásticas: cenários de duas livrarias beneditinas em Portugal*. In SILVA, Carlos Guardado da; REVEZ, Jorge; CORUJO, Luís (ed.) – *Diálogos na Ciência da Informação: Atas do XIV Encontro EDICIC 2024*, Lisboa: Edições Colibri e EDICIC, 2024. ISBN 978-989-566-427-6. p. 517-525. DOI: https://doi.org/10.51427/10451/64777.

[3] RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O cardeal Saraiva*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972.

Como refere Fernanda Campos, no entanto, "Quer a comunidade religiosa tivesse um pequeno quer um grande acervo bibliográfico, a forma de dispor os livros na biblioteca e/ou de os referir num catálogo implicava a apropriação de um esquema classificativo que podia estar presente logo na arrumação física (estante/assunto) ou ser perceptível apenas na organização das referências bibliográficas no catálogo"[4]. E a autora refere: "É o caso da Biblioteca Joanina na Universidade de Coimbra e também da Biblioteca do Convento de Mafra, que ainda hoje mostra os seus conteúdos devidamente organizados em espaços criados para o efeito"[5].

Mas, relativamente às bibliotecas monásticas que deixaram de existir após a extinção das ordens religiosas e cuja dimensão e localização dos inventários e catálogos podemos compreender através da obra de Luana Giurgevich e Henrique Leitão[6], torna-se necessário proceder à sua reconstituição.

O percurso destas bibliotecas a seguir à extinção das ordens religiosas está detalhadamente descrito por Paulo J. S. Barata[7], sendo percetível, a partir do seu trabalho, a importância do desenvolvimento de estudos que possibilitem a compreensão aprofundada das temáticas diversificadas que compunham os acervos. É, aliás, significativa a diversidade de bibliotecas especializadas que foram beneficiárias dos acervos conventuais, tendo as respetivas entidades incrementado ou criado um acervo bibliográfico com base na distribuição dos livros do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, como, a título de exemplo, a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, a Marinha, a Academia das Belas Artes de Lisboa, a Escola do Exército, a Associação dos Advogados de Lisboa ou a Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa.

Fernanda Campos transmite a evolução da organização de algumas extintas bibliotecas com base na aplicação de estruturas classificatórias e enfatiza a relevância dos catálogos da Biblioteca do Mosteiro de Alcobaça, produzidos entre o final do século XVII e o início do século XVIII, assim como os das bibliotecas dos conventos de São Bento de Xabregas, em Lisboa, e de São Francisco de Xabregas, também em Lisboa, devido ao extraordinário detalhe

[4] CAMPOS, Fernanda Maria – *O paradigma organizativo das bibliotecas monásticas e conventuais no século XVIII*. In SALDANHA, Sandra Costa – *As Bibliotecas e o Livro em Instituições Eclesiais: Actas do II e III Encontro Nacional*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013. ISBN 978-989-97257-1-3. p. 81.

[5] CAMPOS – *O paradigma organizativo das bibliotecas monásticas e conventuais no século XVIII. Op..cit*. p. 85.

[6] Ver: GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique – *Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016. ISBN 978-989-97257-7-5.

[7] BARATA, Paulo J. S. – *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003. ISBN 972-565-368-8.

na organização temática das coleções[8]. Efetivamente, nesses casos, podemos percecionar modelos de organização que se aproximam das atuais estruturas dos sistemas de organização do conhecimento.

Na mesma obra[9], Fernanda Campos destaca a importante contribuição de José Adriano Freitas de Carvalho[10], devido ao seu aprofundado estudo baseado em diversos inventários realizados no momento da extinção de vários conventos. Esse mesmo estudo compara os inventários, procede à sua análise e caracterização, tentando determinar a sua localização e circulação e fornecendo contributos para a compreensão dos interesses culturais de algumas comunidades religiosas. A autora sublinha[11], ainda, o significativo trabalho de José Amadeu Coelho Dias[12] por, numa detalhada referência às bibliotecas dos mosteiros beneditinos portugueses, descrever as temáticas presentes nos seus acervos.

A organização do conhecimento manifestou-se, portanto, de diversas formas ao longo da história. Guthrie II observa que os catálogos medievais eram mais semelhantes a listas de inventário, com simples menções aos autores e títulos sempre que estes podiam ser identificados[13]. Se não fosse possível identificar o livro, uma descrição exterior ou as primeiras palavras do texto serviam de meio de identificação. Russell, por seu lado, afirma que o inventário era o tipo mais básico de catálogo[14]. Embora muitas vezes pareçam apenas coleções de títulos, podem proporcionar informações úteis sobre a forma como os livros estavam organizados.

---

[8] CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso, século XVIII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015. ISBN 978-989-658-288-3.

[9] CAMPOS – *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso, século XVIII*. *Op. cit*. p. 40, 47.

[10] CARVALHO, José Adriano Freitas de – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998-2002; CARVALHO, José Adriano Freitas de – *Nobres leteras... fermosos volumes...: inventários de bibliotecas dos franciscanos observantes em Portugal no século XV: os traços de união das reformas peninsulares: O Floreto de Sant Francisco*. Porto: CITCEM, Afrontamento, 2018.

[11] CAMPOS – *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso, século XVIII*. *Op. cit*. p. 39.

[12] DIAS, José Amadeu Coelho – *As bibliotecas nos mosteiros da antiga Congregação Beneditina Portuguesa*. «CEM», nº 2 (2011), p. 137-150.

[13] GUTHRIE II, Lawrence Simpson – *Monastic Cataloging and Classification and the Beginnings of "Class B" at The Library of Congress*. *Cataloging & Classification Quarterly*. Vol. 35, nº3-4 (2003), p. 447-465. https://doi.org/10.1300/J104v35n03_07.

[14] RUSSELL, Beth M. – *Hidden Wisdom and Unseen Treasure: Revisiting Cataloging in Medieval Libraries*. «Cataloging & Classification Quarterly», 26(3), (1998), p. 21-30. http://dx.doi.org/10.1300/J104v26n03_03.

2. Os sistemas de organização do conhecimento e a sua aplicação

Conforme anteriormente referido no presente trabalho, reveste-se da maior relevância o desenvolvimento de estudos que possibilitem a compreensão das temáticas diversificadas que compunham os acervos das bibliotecas monásticas. Mas, a organização temática dos esquemas classificatórios percetíveis através de análise documental de textos da época, bem como dos inventários e catálogos das bibliotecas, não será suficientemente ilustrativa da realidade. Torna-se, portanto, relevante o conhecimento dos atuais sistemas de organização do conhecimento, no sentido de mais aprofundadamente se indexar por assuntos as obras dos acervos.

No âmbito da catalogação e indexação de uma biblioteca beneditina em Itália, Allen e Wolf procuraram a predominância de sistemas de classificação, quer na região, quer entre as coleções teológicas a nível nacional, mas não identificaram consistência ou conformidade com um padrão único[15]. Nos Estados Unidos da América (E.U.A.), segundo os autores, são utilizados vários sistemas de classificação que perduram ao longo do tempo, nomeadamente a classificação de Dewey e a Classificação da Biblioteca do Congreso. O sistema Lynn-Petersen Alternate Catholic Book System era popular entre as bibliotecas académicas católicas nas décadas de 1950 e 1960, mas foi abandonado pela maioria das bibliotecas na década de 1970. Ainda segundo os referidos autores, o Union Theological Seminary, em Nova Iorque, justamente na década de 1970, realizou um estudo de amostragem para avaliar a eficácia comparativa de três sistemas de classificação relativamente a uma coleção teológica específica. Foram definidos critérios consolidados para a avaliação dos sistemas de classificação: notação ampla, especificidade, instruções de utilização, indexação e atualização. Este estudo concluiu que a Classificação da Biblioteca do Congresso era a mais adequada para a coleção.

Importa, chegando a este momento, clarificar que a utilização dos sistemas de organização do conhecimento se desenrola na atividade designada de indexação por assuntos, a qual, de acordo com Fugmann[16], consiste no processo de discernir a essência de um documento e representar essa essência com graus suficientes de previsibilidade e de fidelidade usando uma linguagem de indexação. A linguagem natural carateriza-se por situações de sinonímia ou

[15] ALLEN, Ethan; WOLF, Marguerite – *To Each Monk His Book: Providing Access Through Collection Organization at Norcia's New Library*. «Journal of Access Services». Vol. 3, nº1 (2005), p. 1-16. https://doi.org/10.1300/J204v03n01_01.

[16] FUGMANN, Robert – *Subject analysis and indexing: theoretical foundation and practical advice*. Frankfurt, Main: Indeks Verlag, 1993. ISBN 3-88672-500-6.

quase-sinonímia, por situações de polissemia e, ainda, pelo uso de expressões judicativas ou afetivas, tendo, portanto, um elevado grau de subjetividade. Por estes motivos, é necessário a aplicação de linguagens de indexação no sentido de estabelecer um controlo do vocabulário capaz de criar pontos de acessos por assuntos eficazes no acesso à informação e ao conhecimento. Abordar-se-á, a partir deste momento, os sistemas de organização do conhecimento que melhor se aplicam, à luz dos nossos dias, na reconstituição temática das bibliotecas monásticas em Portugal e na viabilização da constituição de pontos de acesso por assunto.

2.1 As classificações

As classificações podem ser utilizadas para organizar recursos de informação de vários tipos, sejam textos, imagens, sons, objetos ou dados de investigação. Os sistemas de classificação operam com base em dois princípios fundamentais: o agrupamento temático e a ordenação seguindo uma sequência específica[17]. Isto permite uma organização eficiente e lógica, facilitando a identificação no catálogo e a localização das obras nas estantes de uma biblioteca.

Os esquemas de classificação são utilizados para organizar os recursos de informação e consistem, principalmente, num sistema controlado de notações, como símbolos ou números que determinam a ordem. Esta organização não é alfabética, mas sim sistemática, o que significa que os temas são organizados com base num conjunto de princípios. Por exemplo, podem ser hierárquicos, com uma sequência fixa de níveis (como na Classificação Decimal Universal), enumerativos, apresentando todos os assuntos de um determinado domínio (como na Classificação da Biblioteca do Congresso), ou totalmente facetados, combinando diversos elementos num termo composto e correspondendo a uma mesma ordenação (como na Classificação de Bliss). A seguir, é apresentada a descrição e a aplicação prática de duas classificações adequadas à indexação de bibliotecas monásticas.

2.1.1 Classificação Decimal Universal

A Classificação Decimal Universal (CDU) é uma linguagem de indexação sob a forma de um esquema de classificação que abrange todo o universo do conhecimento. A CDU foi concebida para descrever assuntos e indexar o conteúdo dos recursos de informação, independentemente do suporte, forma, formato ou língua[18]. Em Portugal o sistema de classificação estabelecido como

[17] Broughton, Vanda - *Essential classification.* 2nd ed. London: Facet Publishing, 2015. ISBN 978-1-78330-238-0.

[18] Informação apresentada ao abrigo da licença Creative Commons Attribution Share Alike 3.0. Página web consultada em 8.11.2024, intitulada UDC Fact Sheet, incluída no website do consórcio responsável pela edi-

de uso nacional para cooperação com a Biblioteca Nacional de Portugal é a CDU e, por isso, alargou-se a sua utilização a todas as bibliotecas do país.

As origens da CDU remontam a finais do século XIX, quando Paul Otlet e Henry La Fontaine, dois advogados belgas, empreenderam o inovador e ambicioso projeto de constituir o repositório universal de bibliografia, reunindo informação sobre todas as publicações à escala mundial. Para atingir o objetivo era necessária uma classificação que cobrisse todas as matérias de uma forma sistemática. Contactaram o autor de uma classificação decimal já existente, Melvil Dewey, autor da Classificação Decimal de Dewey (CDD), e solicitaram autorização para adaptar esta classificação e desenvolver um novo sistema mais ajustado ao seu objetivo. A primeira edição da CDU teve origem na quinta edição da CDD, tendo sido regularmente atualizada, com vista a incorporar novos assuntos e a ilustrar a evolução do conhecimento[19].

A estrutura atualmente existente está traduzida, no todo ou em parte, em 40 línguas e é aplicada em mais de 130 países. Está disponível gratuitamente uma versão designada de UDC Summary, tratando-se de uma versão limitada e traduzida em 57 línguas, apresentando apenas cerca de 2600 classes para consulta, aprendizagem e aplicação na classificação de acervos com uma abordagem mais genérica dos assuntos[20].

A CDU é composta por um quadro com as tabelas principais que ilustram todas as áreas do conhecimento e por um conjunto de tabelas de auxiliares comuns, aplicando-se a subdivisões comuns dos assuntos no sentido de especificar aspetos como a forma, a língua, o lugar ou o tempo. Na figura 1 pode ser visualizada uma imagem da página inicial da versão UDC Summary em português[21].

ção da Classificação Decimal Universal, UDC Consortium. Disponível em: https://udcc.org/index.php/site/page?view=factsheet

[19] Para aprofundamento sobre as origens e a prática de aplicação da CDU, ver: SIMÕES, Maria da Graça; RODRIGUEZ-BRAVO, Blanca; FERREIRA, Carla (coord.) – *Dos princípios da Classificação Decimal Universal a uma prática harmonizada*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. ISBN 978-989-26-1378-9. DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1378-9.

[20] Informação apresentada ao abrigo da licença Creative Commons Attribution Share Alike 3.0. Página web consultada em 8.11.2024, intitulada UDC Editions, incluída no website do consórcio responsável pela edição da Classificação Decimal Universal, UDC Consortium. Disponível em: https://udcc.org/index.php/site/page?view=editions

[21] Informação apresentada ao abrigo da licença Creative Commons Attribution Share Alike 3.0. Página consultada em 8.11.2024, disponível em: https://udcsummary.info/php/index.php?lang=pt&pr=Y

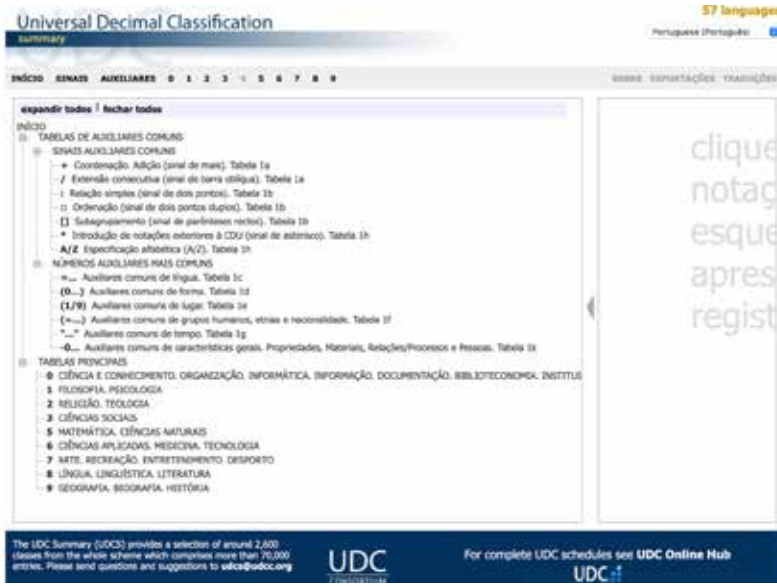


Figura 1 - Imagem inicial da versão UDC Summary



Figura 2 - Imagem parcial da classe 2 Religião. Teologia disponível no UDC Summary

Como se pode visualizar na figura 2, a CDU é uma classificação numérica e hierárquica, estabelecendo uma ordenação do mais genérico para o mais específico, permitindo, deste modo, que as obras sobre um mesmo assunto sejam ordenadas pela mesma classificação e que os assuntos vão sendo colocados em sequência, indo da abordagem mais geral para a mais específica[22].

Como exemplo de indexação recorrendo à CDU, veja-se o seguinte título, o qual apresenta um registo do catálogo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra indexado com a notação 22.07 correspondente a Bíblia, exegese:

Título Uniforme
Bíblia
Título
Biblia sacra vulgatae editionis, Sixti V & Clementis VIII Pontif. Max. :
IVSSV recognita Atqve edita
Publicação/Produção
Romae : Typis S. Congregations de Propaganda Fide, 1861.
Descrição Material
XXIV, 839 p. em 2 col.; 30 cm.
CDU 22.07

2.1.2 Classificação da Biblioteca do Congresso

A Classificação da Biblioteca do Congresso foi desenvolvida, inicialmente, para classificar as obras do acervo desta biblioteca, no entanto, foi adotada por muitas bibliotecas, principalmente universitárias ou de investigação, não só nos E.U.A. como internacionalmente, incluindo em países com língua materna não inglesa. No entanto, persiste a caraterística única desta Classificação e que é a de ir de encontro às necessidades de representação dos assuntos especificamente associados às coleções da Biblioteca do Congresso, fazendo com que tenha sido desenvolvida e seja atualizada de acordo com um princípio utilitário e não com uma base teórica[23].

Apesar de a primeira versão da classificação remontar a final do século XIX, tem atualizações regulares. A sua estrutura tem 21 classes básicas, identificadas por uma letra do alfabeto, podendo, em muitas classes, haver subclasses

[22] Informação apresentada ao abrigo da licença Creative Commons Attribution Share Alike 3.0. A imagem corresponde à página consultada em 8.11.2024, disponível em: https://udcsummary.info/php/index.php?lang=pt&pr=Y

[23] Ver, a este respeito: SIMÕES, Maria da Graça – *Classificações Bibliográficas: Percurso de uma Teoria*. Coimbra, Edições Almedina, 2011.ISBN 978-972-40-4608-2. pág. 166-167.

identificadas por mais uma ou duas letras a seguir à letra da classe principal. Cada tópico dentro de uma classe ou subclasses é correspondido por um conjunto de algarismos. A ordem é alfabética e não sequencial, pelo que os assuntos não são apresentados de uma forma hierárquica.

A estrutura da Classificação da Biblioteca do Congresso é visível na figura 3 e a figura 4 apresenta uma visualização parcial da classe *B - Philosophy, Psychology, Religion*, subclasse *BS The Bible*.



Figura 3 - Esquema da Classificação da Biblioteca do Congresso[24]

[24] Imagem apresentada ao abrigo da licença CC0 1.0 Universal. Página web consultada em 8.11.2024 e disponível em: https://www.loc.gov/catdir/cpso/lcco/



Subclass BS

BS1-2970	The Bible
BS11-115	Early versions
BS125-355	Modern texts and versions
BS125-198	English
BS199-313	Other European languages
BS315-355	Non-European languages
BS315	Asian languages
BS325	African languages
BS335	Languages of Oceania and Australasia
BS345	American Indian languages
BS350	Mixed languages
BS355	Artificial languages
BS410-680	Works about the Bible
BS500-534.8	Criticism and interpretation
BS535-537	The Bible as literature
BS546-558	Bible stories. Paraphrases of Bible stories. The Bible story
BS569-580	Men, women, and children of the Bible
BS580	Individual Old Testament characters
BS585-613	Study and teaching
BS647-649	Prophecy
BS650-667	Bible and science
BS670-672	Bible and social sciences

Figura 4 - Visualização parcial da classe *B - Philosophy, Psychology, Religion*, subclasse *BS The Bible*[25]

Para se ilustrar a aplicação prática da Classificação do Congresso, foi selecionada a notação BS11 correspondente ao assunto *The Bible. Early Versions* e procurada no catálogo da Biblioteca do Congresso. Na figura 5 pode-se visualizar um registo do catálogo com a referida notação.



Figura 5 - Exemplo da aplicação da Classificação do Congresso

[25] Imagem apresentada ao abrigo da licença CC0 1.0 Universal. Página web consultada em 8.11.2024 e disponível em: https://www.loc.gov/aba/cataloging/classification/lcco/lcco_b.pdf

A Classificação do Congresso dispõe, ainda, de tabelas auxiliares que são utilizadas no caso de se pretender representar os assuntos de uma forma mais específica. Cada classe tem as suas tabelas auxiliares que se distribuem pelos seguintes tipos:
– tabelas de forma - são comuns a todo o sistema de classificação e englobam subdivisões, como, por ex., Periódicos, Dicionários, Relatórios;
– tabelas geográficas - estas tabelas permitem especificar os assuntos numa vertente geográfica e encontram-se desenvolvidas, por exemplo, nas classes C Ciências Auxiliares da História, H - Ciências Sociais, ou, ainda N - Belas Artes[26];
– tabelas cronológicas - estas tabelas permitem especificar os assuntos numa vertente temporal e a sua utilização concentra-se nas classes C - Ciências Auxiliares da História, D - História Mundial e História da Europa, Ásia, África, Austrália, Nova Zelândia, etc., E - História das Américas, F - História das Américas[27];
– tabelas de subdivisão de assunto; e, ainda,
– tabelas mistas, as quais resultam da combinação de dois ou mais tipos das tabelas anteriores.

2.2. Os tesauros e as listas de cabeçalhos de assunto

Conforme definição da International Organization for Standardization (ISO), um tesauro é um "vocabulário controlado e estruturado onde os conceitos são representados por termos, organizados de forma a que as relações entre conceitos sejam claras e os termos preferidos são acompanhados por sinónimos ou quase-sinónimos"[28]. Este Sistema de Organização do Conhecimento (KOS), que geralmente cobre domínios especializados, apresenta as relações semânticas passíveis de serem estabelecidas entre os termos, como relações de equivalência (por exemplo, termo antigo vs. termo atual, termo corrente *vs* termo científico, sinónimos e quase-sinónimos), relações hierárquicas (género/espécie; todo/parte; classe/subclasse) e relações associativas (termos relacionados). As listas de cabeçalhos de assunto são listas de vocabulário controlado, determinando os termos autorizados para representar os assuntos, sejam constituídos por termos simples ou por termos compostos, para o que as listas apresentam as cadeias possíveis de estruturação dos termos compostos[29]. Os dois tipos de linguagens

[26] Tradução das classes realizada pela autora deste trabalho, a partir da versão original visível na figura 3.

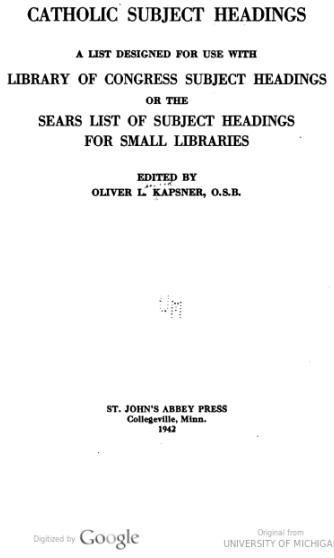
[27] Tradução das classes realizada pela autora deste trabalho, a partir da versão original visível na figura 3.

[28] Ver, a este respeito: ISO 25964-1. 2011. Information and documentation. *Thesauri and interoperability with other vocabularies. Part 1: Thesauri for information retrieval*. International Organization for Standardization.

[29] SATIJA, M. P. – *A dictionary of knowledge organization*. Amritsar: Guru Nanak Dev University, 2004. p. 215.

de indexação, os tesauros e as listas de cabeçalhos de assunto, constituem, atualmente, os principais instrumentos de apoio à determinação dos pontos de acesso por assunto a utilizar na pesquisa em bases de dados bibliográficos.

Os instrumentos de indexação por assuntos em língua inglesa selecionados por Allen e Wolf para indexar o acervo atual da biblioteca do Monastero di San Benedetto, em Norcia[30], foram a lista Library of Congress Subject Headings (LCSH), 24ª edição, e a lista Catholic Subject Headings de Kapsner, edições de 1953 e 1981. Na perspetiva dos autores, a LCSH é uma lista adequada a assuntos teológicos, religiosos e, de um modo geral, a todos os assuntos. A lista de Kapsner tem constituído uma linguagem de indexação relativamente estática, com a sua última revisão publicada em 1981, mas foi entendida como inteiramente apropriada aos títulos exclusivamente religiosos da coleção.


CATHOLIC SUBJECT HEADINGS

A LIST DESIGNED FOR USE WITH
LIBRARY OF CONGRESS SUBJECT HEADINGS
OR THE
SEARS LIST OF SUBJECT HEADINGS
FOR SMALL LIBRARIES

EDITED BY
OLIVER L. KAPSNER, O.S.B.

ST. JOHN'S ABBEY PRESS
Collegeville, Minn.
1942

Digitized by Google
Original from UNIVERSITY OF MICHIGAN

Figura 6 - Reprodução da primeira página da lista Catholic Subject Headings[31]

[30] ALLEN, WOLF – *Op.cit*. p. 11.

[31] KAPSNER, Oliver L. (ed.) – *Catholic Subject Headings: A List Designed for Use with Library of Congress Subject Headings or the Sears List of Subject Headings for Small Libraries*,1st ed. Collegeville, Minnesota: St. John's Abbey Press, 1942. Obra em domínio público. Digitalização apresentada por cortesia do HathiTrust. Disponível em:

Dada a concentração de estudos litúrgicos na coleção trabalhada, a análise pormenorizada de Kapsner desta área temática tornou-a, de acordo com Allen e Wolf, uma fonte valiosa para a construção de determinados cabeçalhos de assunto.

Importa, aqui, referir que a lista Catholic Subject Headings (CSH), conforme descrito por Deirdre Sullivan (manter a nota de rodapé), foi publicada pela primeira vez em 1942 (ver figura 6) e foram publicadas edições subsequentes até ao lançamento de uma quinta edição modificada em 1981.

A Catholic Library Association (CLA) atribuiu ao Padre Oliver L. Kapsner, O.S.B., a tarefa de desenvolver os cabeçalhos de assunto e a lista de foi estabelecida, segundo Sullivan, como um texto bibliográfico importante e influente no início da história da CLA. Foram identificadas duas razões principais para dedicar tempo e esforço ao desenvolvimento de uma lista única de cabeçalhos de assuntos católicos. A primeira é que Kapsner e outros membros da CLA consideravam que os cabeçalhos de assunto criados pela Biblioteca do Congresso apresentavam lacunas ao descreverem materiais religiosos em coleções católicas. A segunda é que acreditavam que os cabeçalhos de assunto fornecidos pela Biblioteca do Congresso tendiam a refletir uma perspetiva protestante. A primeira edição da CSH começa por afirmar que a lista de cabeçalhos "tem como objetivo satisfazer uma necessidade há muito sentida nos círculos bibliotecários católicos, apresentando um arranjo organizado de cabeçalhos de assuntos religiosos de um ponto de vista católico"[32]. Esta necessidade declarada de um vocabulário controlado específico da Igreja Católica pode ser vista nos objetivos originais do CLA, um dos quais era "encorajar a compilação, publicação e utilização de ferramentas de referência religiosa"[33].

A utilidade real da CSH para a maioria dos utilizadores é questionável, devido aos seus termos teológicos específicos e à profundidade dos temas abordados. Além disso, os vários subtítulos da CSH podem tornar-se repetitivos, como, o exemplo apresentado no trabalho de Deirdre Sullivan em como existem trinta e três entradas sob a palavra "Altar". A autora observa que os principais utilizadores da CSH seriam provavelmente as bibliotecas dos seminários e também questiona a falta de cabeçalhos de assuntos específicos católicos na LCSH. Uma lista de cabeçalhos de assuntos que se propõe ser uma ferramenta padrão para cobrir uma grande coleção não pode ter a especificidade necessária para cobrir tópicos teológicos tão aprofundados como uma biblioteca católica exige.

https://hdl.handle.net/2027/mdp.39015030783909.

[32] KAPSNER – *Op.cit.* p. iii.

[33] DELOZIER, A. – *The Preface and Introductory Chapter of the Catholic Library Association, 1919-29.* «Catholic Library World». Vol. 93, no. 3 (2023), p. 181.

Apesar destas observações, entende-se que a LCSH poderá constituir um bom instrumento para a definição dos pontos de acesso por assunto, pelo que, seguidamente, é apresentada a descrição e a aplicação prática desta lista de cabeçalhos de assunto, bem como o tesauro italiano intitulado Nuovo Soggettario, dado que constituem duas linguagens de indexação adequadas à representação por assuntos em bibliotecas monásticas.

2.2.1 LCSH

A primeira edição da lista Library of Congress Subject Headings[34] foi publicada com a designação de Subject Headings Used in the Dictionary Catalogues of the Library of Congress e foi impressa em partes entre 1909 e 1914. Em 1897, após a Biblioteca do Congresso ter sido transferida do Capitólio para o novo edifício intitulado Thomas Jefferson, tornou-se evidente que era necessário um novo catálogo por assuntos que refletisse mais especificamente a vasta gama de assuntos dos livros contidos nas coleções em rápido crescimento na Biblioteca. A versão mais recente, a 44.ª edição, contém cabeçalhos de assunto estabelecidos pela Biblioteca até abril de 2022 e inclui 355.980 cabeçalhos de assunto e, ainda, 68.862 cabeçalhos de assunto geográficos.

A LCSH organiza os tópicos em estruturas lógicas, controlando sinónimos, variações de ortografia e homógrafos. Os termos autorizados são apresentados em negrito e podem ser compostos por uma ou mais palavras.

Conforme já referido no presente trabalho, os tesauros e as listas de cabeçalhos de assunto apresentam relações semânticas entre os termos. A relação de equivalência é expressa pelos códigos USE e UF e estes funcionam de forma recíproca. A referência USE consiste na remissão de um termo não autorizado ou não preferido para um termo autorizado ou preferido. Na rubrica referida, o código UF (used for) precede o termo não utilizado.

Os assuntos estão ligados a outros assuntos através de referências cruzadas, sendo expressas como Termos mais amplos (BT) e Termos mais restritos (NT). O código BT precede um assunto que representa a classe a que o assunto pertence. O código NT precede um assunto que representa, na maioria dos casos, um membro da classe representada pelo assunto sob o qual o NT aparece. Os códigos BT e NT funcionam como recíprocos. A uma rubrica que aparece como BT deve corresponder a relação inversa como NT.

A relação associativa, expressa pelo código RT, que significa "Termo Relacionado", liga dois assuntos que estão associados de uma forma diferente da

[34] Informação apresentada ao abrigo da licença CC0 1.0 Universal. Página web consultada em 8.11.2024 e disponível em: https://www.loc.gov/aba/publications/FreeLCSH/LCSH44-Main-intro.pdf

hierarquia, sendo, por isso, relacionados.

Veja-se um exemplo na figura 7.

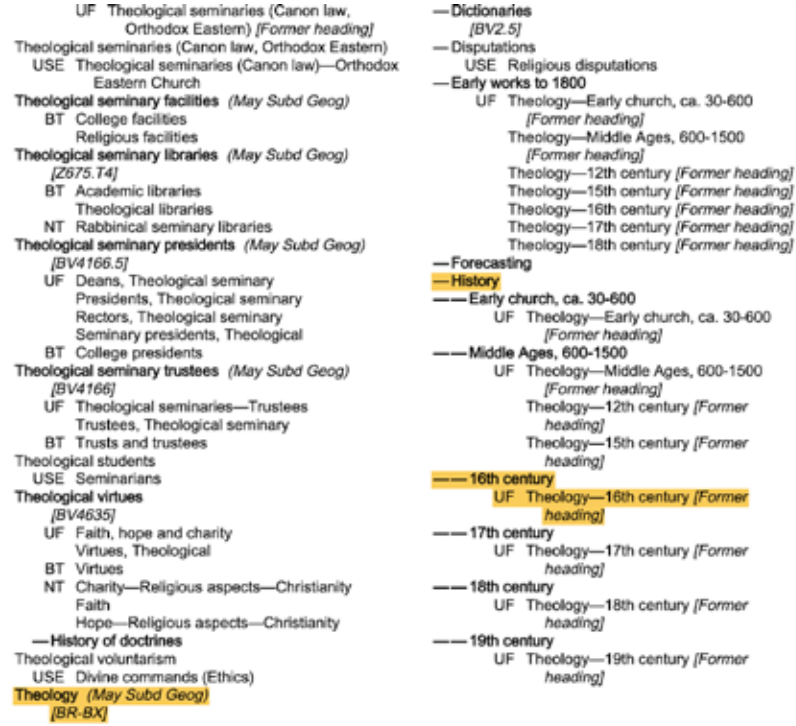


Figura 7 - Exemplo de termos da lista Library of Congress Subject Headings[35]

Este vocabulário inclui termos disponíveis para a indexação por assuntos e regras para combiná-los em cadeias pré-coordenadas. Na prática, o resultado é como o ilustrado no seguinte exemplo:

Theology--History--16th century.

Este cabeçalho de assunto está associado, por exemplo, ao seguinte registo[36]

[35] Imagem apresentada ao abrigo da licença CC0 1.0 Universal. Esta imagem corresponde a um excerto da página número 183, do ficheiro individual da letra T, em PDF, da lista Library of Congress Subject Headings. Disponível em: https://www.loc.gov/aba/publications/FreeLCSH/T.pdf

[36] A catalogação e a indexação aqui reproduzidas correspondem a um registo consultado em 8.11.2024, disponível

do Catálogo da Biblioteca do Congresso:

> Bale, John, 1495-1563.
> Select works of John Bale ... Containing the examinations of Lord Cobham, William Thorpe, and Anne Askewe, and The image of both churches.
> Cambridge [Eng.] Printed at the University press, 1849.

2.2.2 Nuovo Soggettario

O Nuovo Soggettario é o vocabulário controlado para a indexação por assuntos de vários tipos de recursos de informação, tendo sido desenvolvido para utilização nas bibliotecas italianas gerais e especializadas, particularmente as que participam no Serviço Nacional de Bibliotecas, e em museus, bibliotecas multimédia, arquivos e centros de documentação. O sistema Nuovo Soggettario é utilizado pela Bibliografia Nazionale Italiana desde 2007 e está em permanente atualização. Foi desenvolvido em conformidade com as recomendações da IFLA[37] e outras normas internacionais no domínio da indexação por assuntos.

O Nuovo Soggettario é atualizado pela Biblioteca Nacional Central de Florença e pode ser utilizado para indexar o conteúdo de obras de qualquer área temática, de qualquer natureza (textos, imagens, sons, etc.) e em diversos suportes (papel, digital, etc.).

A estrutura dos termos segue o definido quanto ao estabelecimento das relações semânticas entre os termos e essas relações são expressas da forma já abordada a respeito da LCSH, ou seja, relações de equivalência, relações hierárquicas e relações associativas. Na figura 8 pode ser visualizado um termo de indexação do Nuovo Soggettario e analisadas as relações semânticas do termo.

em https://lccn.loc.gov/ac33004552

[37] A este respeito, a IFLA, International Federation of Libraries Associations and Institutions, disponibiliza informação no seguinte endereço: https://www.ifla.org/units/subject-analysis-and-access/



Figura 8 - Imagem do termo Penitenza e suas relações semânticas no Nuovo soggettario[38]

Pode ver-se a aplicação prática desta linguagem através da utilização do termo ilustrado na figura 8 na indexação de uma obra[39] disponível no catálogo da Biblioteca do Vaticano:

AUTORE

Neercassel, Ioannes van, vesc. tit. di Castoria, 1625-1686

TITOLO

Amor poenitens, sive De divini amoris ad poenitentiam necessitate, et recto clavium usu libri duo. Cvm appendice. In quam circa quorundam theologorum doctrinam de remissione peccatorum nonnullae difficultates proponuntur: & demonstratum vera sententia S. Thomae Aquinatis de Sacramento Poenitentiae, auctore Ioanne episcopo Castoriensi.

PARTE DEL TITOLO

De divini amoris ad poenitentiam necessitate, et recto clavium usu libri duo.

[38] Imagem apresentada ao abrigo da licença Creative Commons Attribution 4.0 licence. Fonte: Biblioteca nazionale centrale di Firenze, Nuovo soggettario - Thesaurus, disponível em: https://thes.bncf.firenze.sbn.it/

[39] A catalogação e a indexação aqui reproduzidas correspondem a um registo consultado em 8.11.2024, tendo sido mantida a versão original sem tradução. Disponível em: https://opac.vatlib.it/all/

De recto clavium usu liber secundus ...
ALTRO TITOLO
Amor poenitens, sive De recto clavium usu liber secundus, cum appendice ...
EDIZIONE
Secunda editio auctior ...
PUBBLICAZIONE
Embricae : Apud Joannem Arnoldi & socios ; venenunt Bruxellis : apud Eug. Henricum Fricx, 1685.
SOGGETTO
Penitenza

3. Notas finais

Este artigo pretende contribuir para o estudo das diferentes soluções para a organização do conhecimento das bibliotecas monásticas na atualidade, sendo aplicável à organização temática de acervos em muitos domínios, incluindo os relativos a inventários e catálogos dos projetos de reconstituição de acervos.

A decisão sobre o(s) tipo(s) de sistema de organização do conhecimento a aplicar deve ter em consideração a sua utilidade enquanto instrumento de pesquisa em base de dados ou como elemento ordenador tematicamente de inventários e catálogos em formato impresso ou disponível em ficheiro eletrónico, apenas pesquisável através da lista dos índices de assunto.

O processo de análise temática das obras que compõem os acervos e a seleção dos termos de indexação exige um conhecimento aprofundado da forma da construção dos sistemas de organização do conhecimento, sobretudo, no que respeita ao estabelecimento das relações semânticas entre os termos, pois tal concorre para a tomada de decisão na seleção dos termos apropriados a cada obra.

Tendo em consideração o elevado volume de obras que as bibliotecas monásticas, naturalmente, comportam no âmbito da teologia, este artigo pretende, também, suscitar uma reflexão crítica sobre as linguagens de indexação que, na atualidade, abordam o tema e promover a produção de conhecimento que contribua para a evolução e atualização, principalmente, dos esquemas classificatórios sobre este domínio.

Artigo recebido em 10/11/2024
Artigo aceita para publicação em 27/11/2024

VARIA

A PRODUÇÃO POÉTICA DO REINADO DE D. JOÃO V E AS RELAÇÕES COM A SANTA SÉ

RITA MARNOTO
CIEPG – UNIVERSIDADE DE COIMBRA
rmarnoto@fl.uc.pt
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31v1

RESUMO: Este artigo coloca em confronto, articulando-os, dois filões da produção poética do tempo de D. João V, incidindo sobre o período que se estende até à celebração do monarca, pela Academia da Arcádia romana, com os *giuochi olimpici* de 1726. Permite interpretar sob uma nova luz a poesia dessa fase e as relações mantidas entre Portugal e a Santa Sé, no âmbito do Classicismo arcádico.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia barroca; Poesia do Classicismo arcádico; Poesia e espetáculo; Relações entre Portugal, a Santa Sé e a Academia da Arcádia.

ABSTRACT: This article confronts and articulates two threads of poetic production from the time of king John V of Portugal, focusing on the period that extends to the celebration of the monarch, by the Academy of Roman Arcadia, with the *giuochi olimpici* of 1726. It allows us to interpret in a new light the poetry of this phase and the relations maintained between Portugal and the Holy See, within the scope of Arcadian Classicism.

KEYWORDS: Baroque poetry; Poetry of Arcadian Classicism; Poetry and spectacle; Relations between Portugal, the Holy See and the Arcadia Academy.

1. O esplendor das manifestações artísticas realizadas ao longo do reinado de D. João V (1707-1750) constitui uma das frentes mais carismáticas do seu governo, enquanto simbiose entre projeto de intervenção cultural e programa de promoção régia, com relevo para o âmbito das relações externas. Com efeito, a atração pelo fausto não deixou atrás um tato diplomático que permitiu a Portugal ascender ao patamar da hegemonia europeia, elegendo Roma e a Santa Sé como palco privilegiado[1].

O quadro que envolve as duas vertentes da produção poética que irei

[1] Para um panorama geral dessas relações, com compilação de fontes, continua a ser de grande utilidade BRASÃO, Eduardo - *Relações externas de Portugal no tempo de D. João V*. Porto: A Portuense, 1938, 2 vols.; quanto à história da diplomacia portuguesa, ver MARTINEZ, Soares - *História diplomática de Portugal*. Coimbra: Almedina, 2010; com referência ao Antigo Regime e às repercussões dos acordos de Vestfália, ver CARDIM, Pedro - *A prática diplomática na Europa do Antigo Regime*. In RODRIGUES, Luís N.; MARTINS, Fernando (ed.) - *História e relações internacionais. Temas e debates*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 11-53; vasta informação nos 7 vols. de AZEVEDO, Carlos M. de (dir.) - *História religiosa de Portugal*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000-2002.

considerar, no período que culmina com a glorificação arcádica de D. João V nos *giuochi olimpici* de 1726[2], agrega intrinsecamente fatores de ordem estético-literária, política, diplomática e religiosa, através de dispositivos que acompanharam os grandes momentos de afirmação interna e externa do regime de centralização régia do poder[3], pelo que o seu estudo requer a integração no polissistema epocal que articula todos esses planos[4].

2. D. João V elegeu o recital, o ritual cortesão e religioso ou, numa aceção geral, a festa, como momentos privilegiados de comunhão. O potencial gregário de que todas essas manifestações eram dotadas visava a celebração de valores, cuja partilha era posta em comum através de uma panóplia de símbolos que convergiam na figura do monarca, subsumindo todas as antinomias e todas as contradições latentes. A atração lúdica que inspiravam não era mais do que o catalisador de um programa de representação que tinha ao seu serviço uma visualidade e uma teatralidade capilares. A conceptualização e a materialização da festa eram integralmente geridas do alto. Veiculavam os ingredientes primordiais da *captatio* operada através do deslumbramento sensorial, capaz de suster a comunicação transversal com um público cujos horizontes podiam ser muito diversificados. Desta feita, a exuberância de uma cena em que tudo reluzia e se transformava através de sucessivas máscaras, como a cena barroca, redundava em estímulo à cooperação ativa do próprio recetor, no sentido de um desempenho subserviente padronizado, que se pautava pela ação representada, reificando-a.

A compacticidade deste dispositivo articula não somente artes visuais e literatura, mas também muitos outros campos, entre música, arquitetura, religião, ciência e assim sucessivamente. Formam, no seu conjunto, uma figura de circularidade que Gino Stefani agudamente designou como síntese festiva[5]. Essa totalidade é, no entender desse crítico, a última centelha da festa

[2] Síntese desse itinerário histórico em DELAFORCE, Angela - *Giovanni V di Braganza e le relazioni artistiche e politiche del Portogallo con Roma*. In VASCO ROCCA, Sandra; BORGHINI, Gabriele (ed.) - *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*. Roma: Àrgos, 1995, p. 21-39.

[3] Recorde-se que D. João V nunca reuniu cortes, um órgão político em funcionamento desde as origens da nacionalidade portuguesa. Para o perfil do monarca, valham por todas uma fonte histórica, SYLVA, Francisco Xavier da - *Elogio funebre, e historico do muito alto, poderoso, Augusto, Pio, e fidelíssimo rey de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1750, e um ensaio recente, SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *D. João V*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2015.

[4] Conceito aplicado a este contexto por MARNOTO, Rita - *Il Portogallo e la Santa Sede agli albori del regno di D. João V. Il polisistema di relazioni culturali*. In TAVAZZI, Valeria; GUTIERREZ CARROU, Javier (ed.) - *Diplomazia e comunicazione letteraria*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2024, p. 11-25.

[5] STEFANI, Gino - *Musica barocca. Poetica e ideologia*. Milano: Bompiani, 1987. Sobre a função do espetáculo no tempo de D. João V, ver em particular BEBIANO, Rui - *D. João V. Poder e espectáculo*. Aveiro: Estante, 1987.

arcaica, quando ainda constituía o lugar mais natural da arte, no momento imediatamente anterior à sua cristalização definitiva. Esse momento derradeiro é o Barroco.

3. Uma oportuna política matrimonial ligava os Bragança a grandes casas europeias, como os Neuburgo, os Bourbon e a própria família imperial, tendo D. João V, que era filho de uma Neuburgo, desposado Maria Ana de Habsburgo. Foi educado por padres jesuíticos, que o instruíram no domínio da matemática, das ciências e das línguas[6]. Aliás, o seu mais ativo tutor, Nuno da Cunha de Ataíde[7], inquisidor-geral (1707), cardeal (1712) e membro da Academia da Arcádia romana (1722), veio a ser um firme esteio da sua diplomacia papal, tendo estanciado na cidade eterna entre junho de 1721 e maio de 1723.

Os fundamentos da religiosidade que imbuiu o seu governo de modo algum são lineares. O anátema, alegadamente lançado por Voltaire, sobre um rei para o qual «ses fêtes étaient des processions, ses édifices des monastères, et ses maîtresses des religieuses»[8], teve largo eco no retrato caricatural que a historiografia oitocentista dele traçou[9]. Hoje em dia, prevalecem pontos de vista mais atentos a uma estratégia de poder regalista dotada de alcance epocal, bem

[6] Francisco Cruz, seu confessor, falecido em 1706; João Seco, mestre de latim; Luís Gonzaga, mestre de matemática; e Caetano de Almeida, prior da igreja da Madalena. Tinha gosto pela matemática aplicada e sabia espanhol, francês e italiano.

[7] Notava o destacado diplomata Luís da Cunha, a propósito da formação do herdeiro ao trono, «um quase insuperável obstáculo: a saber, o da educação que se deu a El Rei N. S., porque sendo príncipe, foi o senhor D. Nuno da Cunha, hoje inquisidor-geral, e então deputado do Santo Ofício, o que, para ganhar a sua graça, lhe foi inspirando como santas, justas, e infalíveis, as máximas daquele tribunal, sem lhe insinuar as objecções que elas sofriam; antes lhe exagerava somente o grande merecimento, que teria diante Deus, de preservar a sua santa fé, aniquilando o judaísmo, de sorte que estas impressões dadas e recebidas em tão tenra idade ficam indeléveis; e o que mais é, que honrando o dito senhor os autos-de-fé com sua real presença, autoriza e qualifica o procedimento dos inquisidores» (CUNHA, Luís da - *Instruções políticas*. Estudo, ed. crít. Abílio Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 266-267). Nuno da Cunha de Ataíde foi um homem de Estado extraordinariamente influente em vários planos da governação; ver LATTANZI, Marco - *Cardinale Nuno da Cunha de Attayde (Lisbona, 1664-1750)*. In VASCO ROCCA, Sandra; BORGHINI, Gabriele (ed.) - *Giovanni V di Portogallo*. Ob. cit., p. 495-496; JÁCOME, Afrânio - *O inquisidor como político: o cardeal D. Nuno da Cunha de Ataíde, ministro do despacho Universal de D. João V (1707-1721)*. «Contraponto. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI», 9, 1 (2020), p. 261-289. Para o desenvolvimento do tema, de grande utilidade MENDES, Paula Almeida; SANTOS, Zulmira C. - *Apontamentos para a direcção espiritual da Época Moderna em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. «Via Spiritus», 22 (2015), p. 57-66.

[8] Localizei a atribuição a Voltaire desse juízo de valor na primeira edição do dicionário de Michaud, 1818: «Voltaire a dis de ce prince que ses fêtes […]» ([MICHAUD, Louis-Gabriel] [ed.] - *Biographie universelle, ancienne et moderne, ou histoire, par ordre alphabétique, de la vie publique et privée de tous les hommes qui se sont distingués […]*. Paris: L. G. Michaud, Imprimeur-libraire, 1818, t. 21, p. 464). Apesar disso, Voltaire é geralmente considerado o seu autor, *tout court*.

[9] Um dos primeiros contributos para a relativa desmontagem, BRASÃO, Eduardo - *Relações externas de Portugal no tempo de D. João V*. Ob. cit., estuda precisamente o campo da diplomacia. Análise da crítica historiográfica em BEBIANO, Rui - *D. João V. Poder e espectáculo*. Ob. cit., p. 19-28.

sintetizada pela gravação que Filipe IV de Habsburgo mandou registar numa moeda que cunhou em Palermo: «crescit religione maiestas»[10].

D. João V nutria grande interesse pelos mais variados domínios da arte e da cultura, e assim também pelas letras e pela edição. Apesar de a sua biblioteca, instalada no Paço da Ribeira, ter sido quase inteiramente destruída pelo terramoto de 1755, existem testemunhos históricos que permitem reconstruir a sua fisionomia[11]. Os agentes régios em Paris, Amesterdão, Haia, Roma ou Londres recebiam contínuas instruções quanto à remessa de catálogos e às compras a efetuar. Os encargos com a encomenda de livros, gravuras, manuscritos e desenhos vindos dos maiores centros da Europa eram miríficos. Os domínios da história, das artes, da arquitetura, da construção, da matemática, da geografia e da religião contavam-se de entre as áreas do saber privilegiadas. A Roma e à Itália, era reservado um lugar de destaque. Em 1724, o monarca encomendou a Domenico de' Rossi a coleção de todas as gravuras impressas desde 1600 pela oficina tipográfica que dirigia. No ano seguinte, chegaram 27 volumes de manuscritos vindos de Roma, através do cónego Lázaro Leitão Aranha. Continham a transcrição de bulas e documentos papais, relatórios e correspondência diplomática. Neste mesmo ano, o monarca encomendou uma série de desenhos e perspetivas dos monumentos e dos grandes palácios da cidade papal, os quais, segundo Winckelmann, se repartiam por seis álbuns com 1300 itens. Também as partituras da Capela Sistina e do cardeal Pietro Ottoboni[12] foram integralmente copiadas e enviadas para Lisboa.

O particular apreço do monarca pelo campo da história levou-o a fundar, em 1720, na cidade de Lisboa, a Academia Real da História. Assistia-lhe o propósito de estudar a história eclesiástica, militar e civil de Portugal, revertendo o seu funcionamento na glorificação régia[13]. De entre as numerosas edições promovidas, contam-se obras de uma monumentalidade que, nos nossos dias,

[10] Estratégia analisada por STEFANI - *Musica barocca*. Ob. cit., p. 9-11.

[11] Recentemente estudada por DELAFORCE, Angela - *The lost library of the king of Portugal*. London: Paul Holberton, 2019, que dedica o capítulo oitavo a «The royal library and Italy», p. 189-209.

[12] Proeminente mecenas do espetáculo musical e teatral romano, quer profano, quer sagrado, o cardeal Ottoboni, que organizava, no seu palácio, uma programação própria, possuía uma das mais grandiosas coleções de partituras existentes em Roma, e compôs oratórios, alguns dos quais musicados por Alessandro Scarlatti. Foi mediador da vinda para Portugal de destacados músicos e cantores italianos, havendo a recordar que Domenico Scarlatti, chegado a Lisboa em 1719, era filho de Alessandro Scarlatti. Ver a abordagem panorâmica de GIGLIUCCI, Roberto - *La parola intonata. Scrivere per il teatro in musica da Orfeo a suor Angelica (1607-1918)*. Roma: Carocci, 2022, p. 85-112.

[13] Nota Isabel Mota que, «[c]om esta instituição, a sagração do rei será potenciada por todas as formas, de todos os ângulos, com todos os argumentos: mitológicos, históricos e religiosos, ou melhor, teológico-políticos» (MOTA, Isabel Ferreira da - *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Minerva-Coimbra, 2003, p. 300). Sucedeu a algumas pequenas academias já existentes, que atraiu para a sua órbita, gozando de uma autonomia que era vigiada pelo próprio monarca.

lhes continua a garantir reconhecimento, como a *Historia genealogica da casa real portugueza*, de António Caetano de Sousa, com 13 volumes que saíram entre 1735 e 1748[14], ou a *Bibliotheca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, com 4 volumes editados entre 1741 e 1759[15], para além de um vasto conjunto de memórias.

4. Quanto ao campo da poesia, de um panorama global relativo ao período em estudo ressalta uma pluralidade de vertentes em cujo âmbito proponho a distinção de dois filões de base. Por um lado, uma poesia em português, ou eventualmente em castelhano, que seguia os mais fluentes e até desgastados modelos do Barroco e que merecia o agrado de um público vasto e diversificado; e, por outro lado, uma poesia em italiano, bastante refinada, que era fruída por uma elite em ambientes mais restritos, e que se insere no sistema do Classicismo arcádico[16], ou seja, num espectro do combate aos excessos do Barroco. Foi este segundo filão a ser privilegiado pelo patrocínio régio.

5. Detenho-me, por ora, sobre o primeiro deles. Tem por significativo representante o grande repositório da poesia composta a partir de finais do século XVII, *A fenis renascida*, com os seus cinco fartos volumes editados entre 1716 e 1726, e um sucesso tal que, em 1746, dela saiu uma nova edição aumentada[17]. A atração pelo imaginário barroco fica bem patente logo desde o título da antologia, ornado pela mítica ave da fénix. Com efeito, ao longo das páginas da compilação são explorados os mais engenhosos conceitos de gosto barroco,

[14] SOUSA, António Caetano de - *Historia genealogica da casa real portugueza*. Lisboa Occidental: Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1748, 12 ts., 13 vols.

[15] MACHADO, Barbosa - *Bibliotheca lusitana historica, critica e cronologica […]*. Lisboa Occidental: Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759, 4 vols.

[16] Sobre essa categoria, ver ALFONZETTI, Beatrice (ed.) - *Settecento romano. Reti del Classicismo arcadico*. Roma: Viella, 2017, em particular ALFONZETTI - *Introduzione. Settecento romano e Classicismo arcadico*, p. 9-19; TATTI, Silvia (ed.); BUSSOTTI, Alviera; RIGA, Pietro (col.) - *La diplomazia delle lettere nella Roma dei papi dalla seconda metà del Seicento alla fine dell'Antico Regime*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2022, em particular FEDI, Francesca - *La rete della diplomazia letteraria. Una linea di ricerca*, p. VII-IX.

[17] *A fenis renascida ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes […] publica o Mathias Pereyra da Sylva*. Lisboa: Joseph Lopes Ferreyra, 1716, vol. 1; 1718, vols. 2, 3; Mathias Pereyra da Sylva, Joaõ Antunes Pedrozo, 1721, vol. 4; Antonio Pedrozo Galraõ, 1718, vol. 5; *A fenix renascida ou obras dos melhores engenhos portuguezes […] Segunda vez impresso, e accrescentado por Mathias Pereira da Sylva*. Lisboa [Occidental]: Herd. de Antonio Pedrozo Galram, 1746, vols. 1, 2, 3; Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. Senh. Card. Par. 1746, vols. 4, 5. Uma outra famosa antologia de poesia barroca se lhe seguirá ainda, *Eccos, que o clarim da fama dá. Postilhaõ de Apollo montado no Pegazo […]*. Lisboa: Francisco Borges de Souza, 1761-[1762], 2 vols. Para um panorama abrangente acerca da literatura portuguesa deste período, ver PIRES, Maria Lucília Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de - *História crítica da literatura portuguesa. Vol. III. Maneirismo e Barroco*. Lisboa, São Paulo: Verbo, 2001; MARNOTO, Rita - *Il Settecento*. In LANCIANI, Giulia (ed.) - *Il Settecento e l'Ottocento in Portogallo*. Roma: Universitalia, 2014, p. 7-108.

em perfeita consonância com os termos do processo de conceptualização e de fruição estética dominante, em termos expostos no não menos afortunado tratado de Francisco Leitão Ferreira, *Nova arte de conceitos*, com dois volumes saídos em 1718 e em 1721[18]. Nas páginas de Leitão Ferreira, fica contido um quadro muito bem articulado do processo de produção e fruição estética que coloca no seu cerne o conceito. Assim, os termos da metáfora são mediados através de sensações e golpes de fantasia que fazem brilhar a argúcia e a agudeza do escritor, expondo o seu engenho.

A figura real é alheia à promoção de qualquer uma das duas edições setecentistas da *Fénix renascida*. O primeiro volume tem por mecenas, em ambos os casos, D. Francisco de Portugal, marquês de Valença e conde de Vimioso (1.ª ed., 1716, 2.ª ed., 1746), e o segundo, também nos dois casos, seu filho primogénito, D. José de Portugal (1.ª ed. 1716, 2.ª ed. 1746). Acérrimo defensor da exuberância do teatro barroco espanhol, D. Francisco de Portugal polemizou contra a renovação que então estava a ser levada a cabo em França, tendo-o feito em termos tão radicais, que nem o próprio *Cid*, de Corneille, escapou aos seus anátemas[19].

De facto, no plano do patrocínio editorial D. João V privilegiou claramente os trabalhos da Academia Real da História. As dedicatórias e os prefácios que os acompanham colocam no seu cerne, em termos axiomáticos, o monarca e a sua ação mecenática, numa operação de engrandecimento perfeitamente consonante com os intentos que tinham presidido à fundação da instituição.

O polígrafo oitocentista Alberto Pimentel relata de forma devastadora a relação da corte de D. João V, e do próprio monarca, com a poesia:

> A côrte de D. João V tambem teve os seus poetas, á semelhança de todas as côrtes galantes. Sem embargo, o rei nunca ousou fazer versos como Francisco I e Luiz XIV. Livros não faltavam na côrte, porque só em 1731 mandára D. João V comprar em França, Alemanha e Inglaterra vinte mil volumes, que, salvos do terremoto, estão hoje na bibliotheca da Ajuda. Era um luxo. Lia-se pouco, e mau. Um livreiro de Madrid, que veiu a Lisboa para negociar, queixava-se de que apenas tinham consummo umas fancarias de cordel, o *Testamento de*

[18] FERREIRA, Francisco Leitão - *Nova arte de conceitos […]*. Lisboa Occidental: Antonio Pedrozo Galram, 1718--1721, 2 vols.

[19] VALENÇA, Marquês de [D. Francisco de Portugal e Castro] - *Discurso apologetico em defensa do theatro hespanhol*. Lisboa Occidental: Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. Senh. Card. Patriarca, 1739; VALENÇA, Marquês de [D. Francisco de Portugal e Castro] - *Critica da famosa tragedia do Cid, composta por Pedro Cornelli e reparos feitos a ella*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1747.

> *Manuel Passos* e o *Testamento que fez Maria Quaresma a Bexiga*. Alguns academicos, como Antonio Caetano de Sousa, escreviam historia volumosa. Era para a posteridade ler. O rei ou lia a *Martinhada* ou folheava praticamente o vasto livro dos prazeres. E os poetas palacianos rezavam pela mesma cartilha.[20]

A mordacidade de Pimentel, por entre os seus exageros, esboça um acutilante puzzle. Os circuitos de distribuição livreira a que alude convocam vários níveis de receção literária, extremando-os: leituras de modesto nível para um público genérico, que seriam possivelmente em português e em castelhano; trabalhos da Academia da História, com escassa difusão; livros de extração elevada e dispendiosos, vindos do estrangeiro através da encomenda régia; e as leituras do próprio rei, situadas num patamar ínfimo.

Efetivamente, apesar de a poesia não se encontrar ausente dos planos de aquisição de D. João V, tanto quanto é sabido o seu investimento nesse campo não manifesta o mesmo empenho que noutros. Contudo, a ideia da preferência régia por uma poesia de baixo nível, tal como caricaturada por Pimentel, tem por contra-argumento a inexistência de uma intervenção destacada nesse domínio, tendo em linha de conta, sublinhe-se, que o rei não concedeu apoios mecenáticos evidentes à edição de poesia integrada no filão presentemente em análise. Os alvos do «Magnânimo» eram de outra ordem.

A «formação clássica rudimentar» recebida pelo monarca na sua juventude já foi associada a uma vaidade que o levava a proceder por emulação, elegendo como modelos a imitar figuras de governantes poderosos[21]. Exemplos foram a corte de Luís XIV, com todo o seu lustro, ou a corte de Viena, na qual sua mãe fora educada e que era o berço da rainha consorte. Recorde-se que também Luís XIV mandara fazer desenhos à vista da cidade de Roma e apoiara a academia depois conhecida como Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, e que também os imperadores possuíam bibliotecas que competiam com a Vaticana.

6. Para a interpretação do segundo filão poético que referi, ou seja, uma poesia em italiano inserida no sistema do Classicismo arcádico, há que contextualizar

[20] PIMENTEL, Alberto - *As amantes de D. João V. Estudos históricos*. Lisboa: Livraria Ferin, 1892 [reed. Lisboa: Sistema Solar, 2017], p. 106. A *Martinhada* é um conhecido poema em oitava épica e de tema impudico, escrito por Caetano José da Silva Souto-Maior, conhecido como Camões do Rossio. Foi bacharel em cânones, corregedor do Rossio, e um dos primeiros membros da Academia Real da História. Quanto à cultura musical e do espetáculo, não são mais lisonjeiras as considerações de três estrangeiros que visitaram Portugal: «Não faço ideia daquilo em que os portugueses se recreiam ou divertem além da guitarra. Exceptuando os que viajam, não creio que se entretenham a jogar. Não têm comédia, nem ópera, nem concertos, excepto os de igreja.» (CHAVES, Castelo Branco [ed.] - *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989, 2.ª ed., p. 276).

[21] BEBIANO, Rui - *D. João V. Poder e espectáculo*. Ob. cit., p. 88.

o processo artístico de italianização em curso. Com efeito, o supremo modelo a deslumbrar o monarca, quase como uma ideia obsessiva, foi o da Santa Sé.

A Lisboa de D. João V, qual nova Roma[22], construiu-se com o risco de Filippo Juvarra, Antonio Canevari, Tommaso Mattei ou Ludovice, com os sons de Domenico Scarlatti, com as gravuras dos de' Rossi, com o brilho das sedas italianas ou com protocolos e precedências hierarquizadas que imitavam a Santa Sé[23]. A poesia não podia deixar de ter, também ela, o seu lugar, no espaço da síntese festiva que agregava todos esses componentes.

Quando em 1707 o jovem rei cingiu a coroa, estava já a par do funcionamento de vários sectores da administração régia, tendo-lhe merecido o plano dos contactos internacionais, em particular, um redobrado empenho de reorganização. Escolheu, para seus representantes intelectuais tão cultos e argutos como José da Cunha Brochado, Estevão de Meneses (conde de Tarouca), Luís da Cunha ou Fernão Teles da Silva (conde de Vilar Maior), nomeou embaixadores residentes para os estados mais influentes da Europa e instituiu o envio de instruções diplomáticas aos seus agentes[24].

No quadro internacional, Portugal, que se libertara do regime de monarquia dual em 1640, enfrentava ainda grandes constrangimentos, decorrentes da guerra de sucessão espanhola. Assinados os tratados de Utrecht, o pequeno país mais ocidental da Europa prestava-se a ser remetido para a pacatez da sua geografia periférica. Contudo, a D. João V ambição não faltava, e o seguidismo não fazia parte do seu plano de alinhamento europeu. Num xadrez internacional em que a autoridade e a função arbitral da Santa Sé estavam a decair, e em que a circularidade económica era favorecida pelas grandes quantidades de ouro vindo

[22] Seguindo o mote «Lisboa nova Roma», tirado de *Os Lusíadas*, 6.7.2.

[23] O campo das artes visuais e da arquitetura tem vindo a ser objeto de vários estudos, em cujas páginas se pode encontrar vastíssima informação, também retrospetiva: VASCO ROCCA, Sandra; BORGHINI, Gabriele (ed.) - *Giovanni V di Portogallo*. Ob. cit.; MARNOTO, Rita (ed.) - *Arquitectos italianos em Portugal*. «Estudos Italianos em Portugal», n. s., 12 (2017); RAGGI, Giuseppina (ed.) - *O projeto de D. João V. Lisboa Ocidental, Mafra e o urbanismo cenográfico de Filippo Juvara*. Pref. Mário Pereira. Coord. Mário Pereira, Isabel Yglesias de Oliveira, Giuseppina Raggi. Lisboa: Caleidoscópio, 2020; RAGGI, Giuseppina; CARNEIRO, Luís Soares (ed.) - *Filippo Juvara, Domenico Scarlatti e il ruolo delle donne nella promozione dell'opera in Portogallo*. Roma: Artemide, 2021. Quanto à produção literária situada na esfera das relações com a Arcádia, ver MARNOTO, Rita - *Heranças bucólicas na Arcádia Lusitana*. «Estudos Italianos em Portugal», n. s., 3 (2008), p. 117-132; Id. *'Arcades ambo'. Os estatutos da Arcádia Romana e da Arcádia Lusitana* - MINGOCHO, Maria Teresa Delgado; GIL, Maria de Fátima; CASTENDO, Maria Esmeralda (ed.) - *Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*. Coimbra: FLUC, CIEG, Minerva, 2011, vol. 1, p. 667-686.

[24] Além disso, no âmbito da reorganização administrativa que levou a cabo, haviam de ser criadas, em 1736, não só as secretarias de Estado dos Negócios Interiores do Reino e da Marinha e Domínios Ultramarinos, como também dos Negócios Estrangeiros e Guerra (BRASÃO, Eduardo - *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros criação de D. João V*. «Revista Portuguesa de História», 16 [1978], p. 51-61). O reconhecimento de que os membros do corpo diplomático deviam ter uma formação profissional específica levara o marquês de Torcy a criar, em Paris, uma academia destinada à sua preparação.

do Brasil[25], o monarca português soube explorar as debilidades do papado, para delas tirar partido, através de uma política externa que fez de Portugal um dos estados mais respeitados da Europa[26].

O apoio mecenático concedido ao filão poético em italiano enquadra-se nesse contexto externo, em consonância com uma estratégia diplomática cuidadosamente gizada. Repartiu-se por dois palcos de eleição: a corte régia e Roma[27]. Privilegiou uma modalidade bastante precisa, o suporte textual de grandiosos espetáculos, de modo a convocar o plano da performatividade[28]. Instituída para além da questão do verdadeiro ou do falso, a performatividade consubstancia-se no carácter efémero de uma experiência que incita à ação, pelo que se presta a veicular estratégias de autoridade.

7. Começando pela corte régia, aquele que teria sido o primeiro espetáculo operístico apresentado em Portugal tem por cenário a aliança internacional que se traduziu no solene matrimónio selado entre os Bragança e os Habsburgo austríacos. A ópera italiana chegou a Lisboa graças à mediação do circuito vienense, por ocasião das cerimónias preparadas para receber a rainha Maria Ana[29]. A corte de Viena era um dos mais ativos centros operísticos da Europa, para o que contava com a colaboração maciça de poetas, compositores, músicos, cantores, cenógrafos e tantos outros artistas contratados em Itália, e foi através dessa plataforma que a ópera foi introduzida em Portugal.

Em abril de 1708, Fernando Teles da Silva, enviado a Viena para tratar do matrimónio real e da viagem de Maria Ana até Lisboa, assistira à representação

[25] Para uma análise da circulação da economia portuguesa ao longo deste período, no seu quadro atlântico e europeu, ver GODINHO, Vitorino Magalhães - *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. In *Ensaios II. Sobre História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, 2.ª ed. cor. ampl., p. 423–448.

[26] Além de BRASÃO, Eduardo - *Relações externas de Portugal no tempo de D. João V*. Ob. cit., ver LATTANZI, Marco - *I giochi della diplomazia. Il tempo di Giovanni V fra Roma e Lisbona*. In VASCO ROCCA, Sandra; BORGHINI, Gabriele (ed.) - *Giovanni V di Portogallo*. Ob. cit., p. 475-479.

[27] Apesar de a diplomacia portuguesa ter promovido a realização de espetáculos noutras cidades, como Londres, Madrid, Messina, Veneza ou Viena, Roma foi o seu palco destacado. Ver Apêndice 2. Libretos editados em Itália, Áustria e Espanha, com bibliografia relativa ao período em estudo, ao que se pode acrescentar, para além do termo estabelecido, *La festa d'amore*, apresentada em Londres, 1728, libreto de Paolo Rolli, música de Giovanni Rolo.

[28] A noção, que remonta aos atos de fala de Austin, é explanada por JEANNERET, Christine - *Performance et performativité*. In GOULET, Anne-Madeleine; DOMÍNGUEZ, José María; ORIOL, Élodie (dir.) - *Spectacles et performances artistiques à Rome (1644-1740)*. Roma: École Française de Rome, 2021, p. 51-60.

[29] Mostrou-o RAGGI, Giuseppina - *Trasformare la cultura di corte: La regina Maria Anna d'Asburgo e l'introduzione dell'opera italiana in Portogallo*. «Revista Portuguesa de Musicologia», 5, 1 (2018), p. 17-38; RAGGI, Giuseppina - *O espaço teatral na corte de D. João V e o papel da rainha Maria Ana de Áustria na promoção da ópera em Portugal*. In YORFANOVA, Iskrena; MAIONE, Paologiovanni (org.) - *Serenata and Festa Teatrale in 18th century Europe*. Viena: Hollitzer, 2018, p. 19-57. Para a investigadora, o exemplo do ritual de corte vienense, relativo ao quotidiano do monarca, sobrepôs-se ao da corte francesa, com a instituição do festejo do aniversário e do onomástico dos membros da família real e a correlata receção de todas as artes cénicas de matriz italiana.

de *Il Natale di Giunone in Samo*, com libreto de Silvio Stampiglia e música de Giovanni Bononcini, no Grosses Hofburgtheater, celebrando o aniversário da imperatriz Wilhelmine Amalie von Braunschweig-Lüneburg[30]. Aos olhos do representante português, esse tipo de espetáculo era de extrema novidade, e não há que descurar o facto de o libreto ser de autoria de um dos fundadores da Academia da Arcádia romana, Silvio Stampiglia, ou seja, o árcade Palemone Licurio, poeta imperial residente em Viena de 1705 a 1714[31].

Para D. João V, a receção da rainha erigiu-se em oportunidade de ostentar a sua riqueza com toda a pompa e circunstância, numa performatividade bem radicada. Os pormenores da sua indumentária, quando em dezembro de 1708 a foi receber ao bergantim em que fizera a viagem, são, por si só, retrato do seu poderio, «com botoens de diamantes, habito, e prezilha do chapeo de diamantes, tudo de hum excessivo valor», escreve Caetano de Sousa[32].

Segundo a mesma fonte, os festejos foram clamorosos:

> *Solemnizou-se à noite esta felicidade illuminando-se toda a Cidade, o que se repetio por tres dias com salvas de artilharia das Torres, Fortalezas, e navios, que estavão no rio; houve depois serenatas, e Musicas no Paço, e formando-se no Terreiro delle hum agradavel, e polido Anfitheatro, nos dias quinze, dezasete, e vinte e hum de Novembro houve Touros a que assistirão as Magestades em publico, e toda a Corte, repartindo-se as janellas do Paço. […] [Os toureiros] foraõ elles, no primeiro dia o Conde do Rio Grande Lopo Furtado de Mendoça, no segundo o Conde de S. Lourenço Martim Antonio de Mello, e no ultimo o Visconde de Villa-Nova de Cerveira D. Thomás de Lima, o que fizeraõ com muito luzimento, sciencia, fortuna, singular acordo, e desembaraço, de sorte, que divertindo as Magestades, conseguiraõ universal applauso.*[33]

Quanto à identificação específica do tipo de espetáculo musical montado para receber a rainha, mostra-se fundamental o testemunho do secretário e residente imperial Giuseppe Zigogni, uma fonte perfeitamente familiarizada com o

[30] O edifício, desenhado por Francesco Bibiena em inícios do século, fora restaurado por ocasião dos festejos. Meio século volvido, o herdeiro de D. João V e de Maria Ana, o rei D. José, chamará a Lisboa Giovan Carlo Sicino Bibiena, filho do arquiteto do Grosses Hofburgtheater, para planificar um teatro régio, a Real Ópera do Tejo, inaugurada a 31 de março de 1755 com *Alessandro nell'Indie*, libreto de Pietro Metastasio e música de David Perez, e arrasada pelo terramoto de 1 de novembro do mesmo ano.

[31] Regressado a Roma, Stampiglia será um dos libretistas de espetáculos promovidos pelo corpo diplomático português; *infra*.

[32] SOUSA, António Caetano de - *Historia genealogica da casa real portugueza*. Ob. cit., t. 8, p. 57.

[33] *Ib*., p. 62-63.

panorama vienense e italiano[34]. Na sua correspondência diplomática, Zigogni noticia com clareza a representação de «una opera italiana» e, cumulativamente, fornece preciosa informação sobre os aparatos cénicos aprestados.

A distância entre o caráter genérico da descrição de Caetano de Sousa, «serenatas, e Musicas», e os relatos do enviado vienense distingue bem o horizonte de espera de cada um deles. A atenção do ilustre membro da Academia da História detém-se manifestamente sobre a tourada e a arte da cavalaria portuguesa, que então atravessava uma fase esplendorosa[35], ao passo que o segundo se concentra sobre o plano da ópera italiana e da sua representação. Tratava-se, de facto, de um campo extremamente inovador, com o qual apenas uma elite de conhecedores se encontrava familiarizada.

A introdução da ópera italiana na Península Ibérica, quase simultaneamente em Lisboa, com o matrimónio real, e em Barcelona, com o matrimónio entre Carlos de Habsburgo e Elisabeth Christine von Braunschweig-Wolfenbüttel, em 1708, encontra-se intimamente ligada a uma estratégia de promoção dos Habsburgo. A corte portuguesa rendia-se à novidade, e a rainha Maria Ana convertia o espetáculo musical em meio de propaganda dotado de impacto público. Dava-se a ver no Tejo, enquanto passeava acompanhada por um séquito de músicos e pelas suas damas, que cantavam. Essa forma de cativar as populações e de engrandecer a figura do rei estaria destinada a amplo sucesso.

Não se sabe qual foi a ópera montada em Lisboa no mês de dezembro de 1708, aquando da sua chegada, mas o texto seria com toda a probabilidade em italiano. Língua do espetáculo musical, era também usada por toda a Europa para contactos diplomáticos, e a administração portuguesa não constituía exceção[36]. As negociações com Viena, conducentes ao matrimónio real, decorreram em italiano, e foi esse o idioma solenemente usado por Maria Ana para aceitar D. João V como marido, aliás, o idioma comum ao casal.

Estudos realizados no âmbito da história da música têm vindo a enumerar

[34] Conclusões de RAGGI, Giuseppina - *Trasformare la cultura di corte: La regina Maria Anna d'Asburgo e l'introduzione dell'opera italiana in Portogallo*.

[35] «Havia dois espectaculos predilectos da côrte e do povo: eram os autos de fé e as touradas. / Bellas tardes de touros as de el-Rei D. João V! Elle não as perdia» (PIMENTEL, Alberto - *As amantes de D. João V*. Ob. cit., p. 124).

[36] O crescente interesse suscitado pela língua italiana espelha-se na edição, em 1734, da primeira gramática de italiano publicada em Portugal, de Luís Caetano de Lima (LIMA, Luís Caetano de - *Grammatica italiana, e arte para aprender a lingua italiana por meyo da lingua portugueza*. Lisboa Occidental: Congregação do Oratório, 1734), logo seguida por uma nova edição, em 1756 (Id. - *Grammatica italiana, e arte para aprender a lingua italiana por meyo da lingua portugueza*. Lisboa: Joseph da Costa Coimbra, 1756). Em 1709, foi representada uma outra ópera celebrativa do matrimónio real, a tragicomédia *Tergemina Austriacae Aquilae Corona*, com música de José Soares da Silva, na igreja do colégio jesuítico de Santo Antão. Dela se conhece um epítome com texto em latim e em português. Dividida em três atos, cada um dos quais termina com um coro, glorifica o imperador Leopoldo, pai da rainha, sobretudo pela sua intrepidez bélica. Ver Apêndice 1. Libretos editados em Portugal.

e descrever as representações que se seguiram a essa primeira ópera[37]. Para esse fim, as fontes indiretas transmitem informação essencial acerca das celebrações ciclicamente realizadas nos dias de aniversário e de onomástico de membros da família real. Por sua vez, o texto poético que as suporta é transmito pelos libretos que foram editados.

Na corte portuguesa, a zarzuela espanhola não tinha uma tradição arreigada, embora o género fizesse parte do reportório vienense. Entretanto, esse tipo de representação ia-se gradualmente aproximado da tradição italiana, passando de moda como tal[38].

Na década de 1720, após a chegada de Domenico Scarlatti, as serenatas sucedem-se, dando-se por descontado que a designação de serenata podia referir tipos de representação muito diversos. Em 1720, a *Contesa delle stagioni*, a quatro vozes, com música desse mesmo compositor, celebra o aniversário da rainha Maria Ana (7 de setembro, representação a 6 de setembro). Ainda no mesmo ano, a *Cantata pastorale*, a seis vozes, festeja o onomástico de D. João V, no dia de São João Evangelista (27 de dezembro). Em 1722, a 26 de maio, *Il sacrifizio di Diana*, com música de Emanuele d'Astorga, assinala o onomástico da rainha. A 24 de junho, *Gl'amorosi avvenimenti*, a sete vozes, consagra o onomástico de D. João V, no dia de São João Batista[39]. A 22 de outubro, *Gl'amori di Cefilo e*

[37] Com relevo para BRITO, Manuel de - *Opera in Portugal in the eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 121-127. Remete-se para o Apêndice 1. Libretos editados em Portugal, com informação de referência. Outros são os problemas colocados pela recuperação de partituras. Face à destruição do terramoto de 1755, fontes impressas como os libretos, sendo seriais, tiveram maior possibilidade de deixar rasto do que as fontes manuscritas, sendo estas *unica*. Grandes fundos bibliográficos de dificultosa pesquisa, como o da Biblioteca da Ajuda e outros, muito terão a revelar. Conservam-se, na Biblioteca Nazionale Marciana, de Veneza, partituras compostas por Domenico Scarlatti durante a sua estadia em Portugal que estão a ser estudadas. Ver as intervenções de BLICHMANN, Diana, de FERNANDES, Cristina, de YORDANOVA, Iskrena e de MAZZEO, Massimo. In RAGGI, Giuseppina; CARNEIRO, Luís Soares (ed.) - *Filippo Juvara, Domenico Scarlatti*. Ob. cit.

[38] A primeira zarzuela representada em ambiente real de que há registo é *Hazer cuenta sin la huespede*, interpretada em Vila Viçosa no ano de 1704, por iniciativa de D. Pedro II (libreto sem registo). Após a chegada de Maria Ana, assinalam-se os libretos relativos às representações de: 1711, 22 de outubro, *Fabula de Acis, y Galatea*, a três vozes, oferecida pela rainha a D. João V para celebrar o seu aniversário; 1712, 24 de junho, *Fabula de Alfeo, y Aretusa*, a três vozes, com libreto de Luis Calisto da Costa e Faria, oferecida pela rainha a D. João V para celebrar o seu onomástico; 1713, 22 de outubro, *La comedia el poder de la armonia*, a oito vozes, com libreto de Luís Calisto da Costa e Faria e música de Jayme de la Te y Sagau, oferecida pela rainha a D. João V para celebrar o seu aniversário. A isto se acrescenta a comédia *Eligir al inimigo*, que em 1708 festejou a chegada da rainha, e vários outros espetáculos, cujos libretos não se conhecem. Na bibliografia assinalada, há notícia de algumas representações organizadas nos palácios de diplomatas e de aristocratas que acompanhavam os novos hábitos. Anteriormente, para celebrar o casamento entre D. Pedro II e Maria Sofia de Neuburgo, firmado em 1687, tinham sido apresentadas uma serenada e uma ópera, porém no estrangeiro: *L'eco in Germania al viva del Portogallo*, em Düsseldorf, e a ópera italiana *La gemma Ceraunia d'Ulissipone hora Lisbona*, com libreto de Nicolò Minato e música de Sebastiano Moratelli, em Heidelberg. Por sua vez, com a passagem da capela real a patriarcal, em 1715 o *villancico* natalício sai do repertório, e a zarzuela desaparece à volta de 1739, ou seja, no mesmo ano em que D. Francisco de Portugal sustém a defesa contida no *Discurso apologetico em defensa do theatro hespanhol*, como observa BRITO, Manuel de - *Opera in Portugal*. Ob. cit., p. 2.

[39] D. João V celebrava o seu onomástico quer no dia de São João Batista, 24 de junho, quer no dia de São João

d'Endimione, a sete vozes e com coro, soleniza o aniversário de D. João V. Ainda no mesmo ano, a 27 de dezembro, *Le nozze di Bacco, e d'Arianna*, a quatro vozes, com música de Domenico Scarlatti, é dedicada ao onomástico de D. João V. Em 1723, a 27 de dezembro, *Le ninfe del Tago*, a oito vozes e com coro, celebra da mesma feita o seu onomástico. Em 1724, a 24 de junho *Aci, e Galatea*, com seis vozes e coro, já apresentada no mesmo onomástico real de 1721, festeja-o mais uma vez. Em 1725, a 22 de outubro, *La constanza gradita*, a cinco vozes, glorifica o aniversário do monarca. No mesmo ano de 1725, a 27 de dezembro, *Amor nasce da' un' sguardo*, a seis vozes e com coro, assinala o seu onomástico. Em 1726, a 26 de julho, *Andromeda*, a cinco vozes e com dois coros, comemora o onomástico da rainha. Ainda no mesmo ano, *Dramma pastorale*, a seis vozes, exalta o aniversário de infanta de Espanha Mariana Victória (31 de março), que viria a desposar o herdeiro do trono português, D. José.

Os entrechos deste conjunto de libretos privilegiam narrativas de extração mitológica ou da história da antiguidade, não raro de tema amoroso, tendo por pano de fundo quadros naturais. Desenvolvem-se em consonância com os relativos propósitos encomiásticos, elegendo a máscara mitológica ou bucólica como instrumento de dignificação, ao mesmo tempo que fazem a apologia de uma imagem de concórdia entre o rei e a rainha. A ação conclui-se com a exaltação de atos e valores que revertem sobre a pessoa glorificada, na esmagadora maioria dos casos D. João V[40].

Apesar de os resultados deste filão nem sempre serem homogéneos, esta poesia é genericamente dotada de uma fluidez e de uma elegância alheias a excessos. Com efeito, procede a uma equilibrada fusão entre aquelas duas tendências do Classicismo arcádico que deram lugar à cisão, de 1711, entre a fação de Giovan Mario Crescimbeni e a de Gian Vincenzo Gravina [41].

Evangelista, 27 de dezembro.

[40] Nos libretos considerados, apenas escapam a essa focagem a infanta de Espanha, futura esposa de D. José, e a rainha, grande promotora dos vários espetáculos. O casamento dos príncipes de Portugal José e Maria Bárbara com os príncipes de Espanha Mariana e Fernando será celebrado em Londres com *La festa d'amore per le nozze de' reali prencipi Don Giuseppe prencipe del Brasile, con Donna Maria infanta di Spagna, e di Don Ferdinando prencipe dell'Asturie, con Donna Maria infanta di Portugallo. Celebrata dall'eccellenza del signor Antonio Galvao, di Castello-branco, commendatore di Villameam e Franca, dell'ordine di Cristo, inviato straordinario di sua maesta portughese, a sua maesta britannica*. Londra: Tommaso Edling, 1728.

[41] O primeiro propugnava modelos literários de raiz italiana, Petrarca em particular, à luz de um normativismo onde se refletia a alçada pontifícia. O segundo, apologista de um classicismo lídimo, privilegiava o domínio teatral, como campo de uma renovação programática que tomava por modelo os dramaturgos da antiguidade, de modo a restituir à Roma contemporânea a áurea do tempo de Leão X, e foi apoiado por algumas figuras filo-imperiais ou mais independentes da esfera pontifícia. A ala de Gravina abandonou a Academia da Arcádia, fundando a 'Nuova Arcadia', que em 1714 se passou a designar 'Accademia dei Quirini'. Apesar de, após a morte de Gravina, em 1718, alguns dos Quirini se terem reaproximado da Arcádia, as duas formas de entender o arcadismo continuaram a ter os seus desenvolvimentos. Ver QUONDAM, Amedeo - *Cultura e ideologia di Gianvincenzo Gravina*. Milano: Mursia, 1968; ALFONZETTI, Beatrice - *Il Principe Eugenio, lo scisma d'Arcadia e l'abate Lorenzini (1711-1743)*.

Considere-se, a título de exemplo, a abertura de *Le nozze di Bacco, e d'Ariana*, de 1722:

Arianna — O troppo pigre al sonno
mie deluse pupille,
dov'è Teseo, che fa, perche s'asconde?
Lo chiamo, e non risponde:
Venni dal bosco al lido,
ed or dal lido men ricorro al bosco.
Guardo per l'aere fosco,
e Teseo non appare.
Vanne, t'affretta, e lo ricerca al mare,
vasto mar, balze romite,
deh mi dite,
il mio bene ov'è, che fa?
Aure, stelle, ombrose piante
se vedete
il caro amante,
rispondete
per pietà.

Versos como estes ofereciam oportunidade, a uma elite de espectadores e de espectadoras, em Portugal, para ouvir da melhor poesia que na época se compunha nesse domínio. Uma das características mais destacadas da linguagem utilizada é precisamente aquela harmonia que haverá de conduzir à autonomia do próprio texto musical, atingindo o seu zénite com Pietro Metastasio[42].

8. O outro palco desse mesmo filão italiano que referi, Roma, recebeu o patrocínio de mediadores que faziam parte do corpo diplomático permanente que representava Portugal junto da Santa Sé ou de enviados especiais[43].

Foram seus impulsionadores proeminentes André de Melo e Castro, que chega a Roma no primeiro ano do reinado de D. João V, 1707, e em 1718 é elevado a embaixador; Rodrigo Anes de Sá, marquês de Fontes e depois marquês de Abrantes, designado embaixador extraordinário em 1712; o já referido cardeal Nuno da Cunha de Ataíde e o cardeal José Pereira de Lacerda, chegados

«Atti e Memorie dell'Arcadia», 1 (2012), p. 23-62.

[42] Por paradoxal que o seja; ver GIGLIUCCI, Roberto - *La parola intonata*. Ob. cit., p. 119.

[43] Tema desenvolvido em MARNOTO, Rita - *Il Portogallo e la Santa Sede agli albori del regno di D. João V. Il polisistema di relazioni culturali*. Ob. cit.

em meados de 1721 para participarem no conclave, entretanto concluído, que escolheu Michelangelo Conti, que fora núncio apostólico em Lisboa de 1698 a 1708, como papa Inocêncio XIII[44].

A cidade pontifícia nutria um profundo apreço pela teatralidade. As entradas solenes dos representantes portugueses e as suas deslocações por Roma, em cortejos de carruagens forradas a folha de ouro, ostentavam um luxo insuperado. No âmbito do espetáculo, texto poético, partituras, cenários, canto e música foram confiados a uma elite de artistas criteriosamente selecionados[45]. Apesar de geralmente se deter informação mais detalhada acerca da forma como se desenrolaram os eventos integrados neste filão e de quem neles participou, há também casos em que os dados são bastante vagos, não se conhecendo sequer o libreto do espetáculo.

Para celebrar o nascimento do príncipe Pedro, Rodrigo Anes de Sá patrocinou em 1713, no seu palácio de Piazza Colonna, a cantata *Nuova aurea e culta età dell'onore*, com libreto de Silvio Stampiglia, música de Nicola Porpora e interpretação dos cantores da capela pontifícia Antonio Finaia e Pasqualino Betti, bem como das cantoras Anna Maria Piedz e Paola Alari. Por ocasião do nascimento do segundo filho do monarca, José, encomendou, no ano seguinte, a cantata *Applauso genetliaco alla reale altezza del signor infante di Portogallo*, com música de Domenico Scarlatti, interpretada pelos cantores Caterina Lelli Mossi, Paola Alari e Vittorio Chiccheri. Pelo seu lado, André de Melo e Castro, em 1721, ano de grandiosas manifestações, foi o impulsionador da serenada *La virtù degli amori*, com música de Alessandro Scarlatti, a fim de celebrar no seu palácio o aniversário de D. João V. Foi depois elevada a ópera com libreto de Gaetano Lemer e cenários de Francesco Bibiena, tendo sido representada no Teatro Capranica em novembro, para glorificar, sob patrocínio do monarca, a ascensão ao pontificado de um cardeal protetor de Portugal, Michelangelo Conti. Melo e Castro patrocinou igualmente, no mesmo ano, a estação de um teatro modesto, situado junto de Santa Lucia della Tinta, que

[44] Sobre Melo e Castro, Anes de Sá, e Lacerda, ver as fichas de LATTANZI, Marco - In VASCO ROCCA, Sandra; BORGHINI, Gabriele (ed.) - *Giovanni V di Portogallo*. Ob. cit., p. 489, 491-492, 497-498, respetivamente.

[45] Ver BRITO, Manuel de - *Novos dados sobre a música no reinado de D. João V*. In RODRIGUES, Maria Fernanda Cidrais; MORAIS, Manuel; NERY, Rui Vieira (ed.) - *Livro de homenagem a Macário Santiago Kastner*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 513-533; FRANCHI, Saverio - *Drammaturgia romana II (1701-1750)*. Ob. cit.; CHIRICO, Teresa - *Il cardinale Pietro Ottoboni, la diplomazia e la musica (1689-1721)*. In DIEZ DEL CORRAL CORREDOIRA, Pilar (ed.) - *'Dalle spiaggie latine alla real Lisbona'. Relações culturais e transferências entre Roma e Lisboa no século XVIII*. Évora: CIDEUS, 2021 [em linha]; FERNANDES, Cristina - *Eventi-spettacolo nella cerchia di André de Melo e Castro, ambasciatore portoghese a Roma (1718-1728)*. In GOULET, Anne-Madeleine; DOMÍNGUEZ, José María; ORIOL, Élodie (ed.) - *Spectacles et performances artistiques à Rome (1644-1740)*. Roma: École Française de Rome, 2021, p. 353-375. Remete-se, uma vez mais, para o Apêndice 2. Libretos editados em Itália, Áustria e Espanha.

era dirigido por Albrizi della Pace, com *La Circe in Italia* e *La serva nobile*. Por sua vez, o cardeal José Pereira de Lacerda tomou a seu cargo, também em 1721, a festa do Collegio Clementino, descrita em *Festa accademica di lettere*, a qual contemplava uma cantata a três vozes com libreto de Baldini, professor de filosofia nesse colégio que havia de adquirir grande fama e que trabalhou com o compositor Francesco Gasparini, e com interpretação vocal de Francesco Antonio Finaia e Pasqualino Betti, cantores da capela pontifícia, bem como de Girolamo Bortoluzzi, e cenários de Francesco Bibiena, arquiteto imperial. Paralelamente, sob patrocínio do cardeal Nuno da Cunha foi representada no Collegio Romano, em 1721, a tragédia em latim, *Althemenes*, dividida em cinco atos e com *intermezzi* musicados, contando com libreto do erudito polígrafo Giuseppe Enrico Carpani, professor de teologia no colégio, música de Carlo Francesco Cesarini e interpretação dos solistas Girolamo Bortoluzzi, Giuseppe Gallicani e Giuseppe Togliati e cenários e encenação de Giovan Domenico Pioli. No ano seguinte, a ópera *L'Idomeneo* seria apresentada em honra do cardeal português, pela sua intervenção mecenática. Além disso, a 22 de outubro de 1721 o mesmo cardeal celebra o aniversário de D. João V com *La Ninfa del Tago*, cuja partitura é atribuída a Alessandro Scarlatti, talvez representada no palácio de Melo e Castro. Em 1722, financiou também o Teatro Capranica, sendo-lhe dedicados os libretos do repertório carnavalesco *Nino* e *Arminio*, dramas para música acompanhados por dança, o primeiro com libreto de Ippolito Zanelli e novas partituras de Giuseppe Orlandini, o segundo com adaptação do libreto de Antonio Salvi, música de Alessandro Scarlatti e cenários de Francesco Galli Bibiena. Dois anos volvidos, será Melo e Castro a festejar, a 2 de janeiro, o nascimento do infante Alexandre, com *La Tigrena*, em homenagem a Inocêncio XIII, representada no seu palácio. A música era de Francesco Gasparini, sendo cantores Farinelli, Farfallino, Cittadini, Domenico Frederici, Maddalena Barlocci, Girolamo Bartolucci e Pietro Mozzi.

Outros portugueses estantes na cidade eterna deram o seu apoio a representações de teor religioso, fazendo valer o talento de Francisco António de Almeida, um dos músicos enviados por D. João V para Roma, a fim de aprofundar a sua formação. Na igreja de S. Gerolamo della Carità, foi interpretado em 1722, por iniciativa do padre Diogo Curado, *Il pentimento di Davidde*, com libreto do árcade Andrea Trabucco da Benento e música de Francisco António de Almeida. Quatro anos volvidos, será Melo e Castro o mecenas do oratório *Giuditta*, na Chiesa Nuova, também musicado por Francisco António de Almeida.

Trata-se de um imponente conjunto de espetáculos, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Para além do investimento económico que pressupõem, espelham um alinhamento sagaz e extremamente requintado com

o meio cultural romano.

Estas observações englobam também o plano textual. Uma certa variedade de temas e entrechos é desenvolvida através de uma linguagem poética ao nível do que de melhor se escrevia no ambiente romano e vienense. A esse propósito, bastará recordar os versos com que se inicia o libreto *Nuova aurea e culta età dell'onore*, de Stefano Stampiglia:

Mercurio Nubi, turbini, e tempeste,
che sí crude, sì funeste
l'orbe misero ingombrate,
all'annuntio, che giocondo
io ne reco hora nel mondo,
sù fugite, e disgombrate.
Nubi etc.
Cillenio son, figlio del sommo Giove
ch'il tutto regge, e muove,
e al cui regnante cenno
deve il mondo arricchito, e fatto adulto
le scienze, le leggi, e l'arti, è 'l culto.

Esta poesia suave e melodiosa respondia aos propósitos programáticos de uma academia que se propunha combater os excessos do barroco, apelando à racionalidade e instaurando um tipo de comunicação integrada numa sociabilidade restrita e aprazível, que era regulada por rituais estabelecidos. Nesse sentido, um certo tipo de artifício continuava a prevalecer[46], enquanto ficção que regia a performatividade com que a própria Arcádia se deleitava.

9. A recolha poética que remata o percurso que tenho vindo a descrever, *I giuochi olimpici celebrati dagli Arcadi […] in lode della Sacra Real Maestà di Giovanni V. re di Portogallo*, de 1726 [47], coroa a circulação da poesia integrada neste filão poético através de uma relação de reciprocidade dotada de um significado pragmático muito específico.

D. João V fora aclamado árcade a 25 de novembro de 1721, por proposta do príncipe Francesco Maria Ruspoli, anfitrião das assembleias e das festividades

[46] «Si ha così una 'riforma' che intende rilanciare la tradizione, restaurare i valori classici trasferendoli sul piano di un'utopia che coincide con la finzione: il suo recupero di razionalità è compromesso fino in fondo dall'artificio» (FERRONI, Giulio - *Profilo storico della letteratura italiana*. Milano: Einaudi Scuola, 2014, vol. 2, p. 460).

[47] *I giuochi olimpici celebrati dagli Arcadi per l'ingresso dell'olimpiade DCXXVI. in lode della Sacra Real Maestà di Giovanni V. re di Portogallo*. Roma: Antonio de' Rossi, 1726.

da Arcádia durante um certo período[48], e de Giovanni Mario Crescimbeni, guardião da academia. Foi-lhe atribuído o honroso nome pastoril de Alnano Melleo, que pertencera a Clemente XI, falecido em março desse ano[49], sendo-lhe além disso reconhecido o estatuto de mecenas da academia. Efetivamente, a 24 de setembro de 1723 o rei português procede à doação de 4 000 escudos, destinados à construção de uma sede para a Arcádia. O Bosco Parrasio, implantado na encosta do Gianicolo sob desenho de Antonio Canevari[50], foi inaugurado a 9 de setembro 1726 com uma sessão dos tradicionais *giuochi olimpici* em honra do seu financiador.

Os *giuochi* realizavam-se idealmente de quatro em quatro anos, mas esse ritmo nem sempre se mantinha. Eram certames literários que seguiam um ritual sujeito a rigorosos protocolos, saldando a ligação intrínseca entre mundo antigo e contemporaneidade através da exaltação de grandes personalidades: pontífices, soberanos, cardeais[51]. Dessa feita, era também a própria Arcádia que auto-celebrava os seus símbolos, a sua hierarquia, a sua ação de restauração cultural e o seu programa literário.

O modo como o cerimonial de 9 de setembro de 1726 decorreu foi consagrado para a posteridade pelo citado volume, que saiu no mesmo ano, sob o patrocínio de André de Melo e Castro, seu dedicatário, tendo sido preparado pelo próprio Crescimbeni. Os termos hiperbólicos do encómio de D. João V são uma constante, ao longo das cinco partes em que se divide, as quais se organizam em paralelo com as cinco modalidades olímpicas[52]. Os poemas compilados tratam os habituais temas arcádicos através de uma linguagem clara e musical, não raro costumeira, também nos seus arroubos, mas sempre alinhada com os modelos de Crescimbeni. Aliás, a colaboração de um português, o árcade Dinalbo, ou seja, o abade José Leitão, mais estreita as pontes que, através da

[48] Realizadas num jardim do Aventino dotado de um teatro, mas cujo arrendamento fora suspenso pelo seu proprietário, Ginnasi, em 1721.

[49] O pontífice que sucedeu a Clemente XI, Inocêncio XIII, era desde 1719 o árcade Aretalgo Argireo, pelo que as suas insígnias não transitaram para o novo papa.

[50] Sobre a escolha de Canevari e a construção do recinto, ver FERRARIS, Paola - *Il Bosco Parrasio dell'Arcadia (1721-1726)*. In VASCO ROCCA, Sandra; BORGHINI, Gabriele - *Giovanni V di Portogallo*. Ob. cit., p. 137--158.

[51] Os *giuochi* que antecederam os realizados em honra de D. João V tinham sido consagrados, em 1721, a Inocêncio XIII, *I giuochi olimpici celebrati dagli Arcadi nell'ingresso dell'Olimpiade DCXXV. In lode della santità di n. s. papa Innocenzo 13. e pubblicati da Gio. Mario Crescimbeni arciprete di S. Maria in Cosmedin e custode generale d'Arcadia*. Roma: Antonio de' Rossi, 1721. Para uma perspetiva geral, ver TATTI, Silvia - *I giuochi olimpici in Arcadia*. «Atti e Memorie dell'Arcadia», 1 (2012), p. 63-80.

[52] As modalidades olímpicas consistiam em quadrigas, dardo, disco, luta e salto. Correspondem-lhes a resposta à interrogação do oráculo, o canto bucólico e a disputa entre pastores, as provas de engenho, as transformações e, finalmente, as guirlandas da virtude. Crescimbeni explica-o na sua prolusão (*I giuochi olimpici celebrati dagli Arcadi per l'ingresso dell'olimpiade DCXXVI*. Ob. cit., p. 18-21).

língua italiana, ligam a poesia deste filão produzida em Portugal e em Itália[53].

Por conseguinte, é a própria Arcádia que, em Roma, celebra D. João V, com recurso aos mesmos códigos poéticos que enformavam a ação cultural promovida na cidade pontifícia pelos representantes do rei. A poesia em italiano apoiada pelo monarca, quer em Lisboa, quer em Roma, apesar da distância no mapa que separa as duas cidades, integra-se num filão poético coerente, perfeitamente integrado no sistema do Classicismo arcádico. O percurso completa-se.

10. Os dois filões poéticos analisados mantêm entre si relações por tantos aspetos discrepantes. A contradição básica das tantas antinomias que nessa máscara se escondem institui-se, com efeito, a partir da associação entre uma das valências literárias mais prestigiadas da alta cultura europeia do tempo, o Classicismo arcádico, e o resplandor de um barroco que o resto da Europa ia abandonando, mas que, em Portugal, continuava a renascer, como a fénix. O uso do italiano enquanto língua veicular, quer em Portugal, quer em Itália, ilumina os propósitos de uma cadeia que, para além dela, deixava um terreno poético exógeno.

Note-se que a peça *Cid*, de Corneille, que mereceu a condenação sumária de D. Francisco de Portugal, marquês de Valença e conde de Vimioso, um dos patrocinadores das duas edições *Fénix renascida*[54], foi a mesma a ser representada em Roma, a 14 de fevereiro de 1722, na famosa tradução de Filippo Merelli, para agradecer ao cardeal José Pereira de Lacerda o seu apoio ao Collegio Clementino, e o seu patrocínio da festa académica de 1721. Mas essas dissidências poderão ir bem mais longe. O mesmo monarca que doou à Arcádia romana 4 000 escudos, para a construção de uma sede estável, foi o que nunca favoreceu a criação, em Portugal, de uma instituição promotora da poesia, ou sequer de uma colónia da academia romana, num período em que Crescimbeni tanto se empenhava no alargamento dessa rede.

É certo que o filão poético em italiano, dotado de uma musicalidade bem construída, no quadro de um refinado classicismo de matriz arcádica, ora de modelo petrarquista, ora de matriz antiga, não foi estanque a compromissos quer com o artifício barroco, alimentado por uma performatividade opulenta, com a qual nenhuma outra potência europeia podia competir, quer com uma

[53] *Ib.*, p. 126. Não obstante, note-se que o soneto composto por José Leitão, sob título *Trasformazione in sonno*, se insere na secção das metamorfoses, a que de mais perto contemporiza com a arte dos conceitos.

[54] Recorde-se que D. Francisco de Portugal patrocinou o primeiro vol. das edições de 1716 e de 1746, e o seu primogénito, D. José de Portugal, o segundo vol. das edições com a mesma data. Os outros volumes da *Fénix* são dedicados a grandes personalidades do mesmo meio, como D. João de Almeida e Portugal, conde de Assumar, D. Francisco Xavier de Meneses, ou D. João de Mascarenhas, conde de Santa Cruz.

artificiosidade engenhosa.

Nessa medida, o espetáculo continuava a reificar a figura de circularidade que, para Gino Stefani, fica contida na síntese festiva barroca, subsumindo todas as contradições envolvidas pelo efetivo poder de *captatio* do espetáculo. A máscara da ficção arcádica prestava-se, em particular, à camuflagem de todos esses pontos de dissídio, para os absorver sob a encenação de Alnano Melleo e de todos os pastores arcádicos.

Apêndice 1. Libretos editados em Portugal (ordem cronológica)

Tergemina Austriacae Aquilae Corona, sive S. Leopoldus Austriacus Cupidinis, hostium, et sui ter victor triplici comicae actionis actu proclamatus in plausu nuptiali augustissimarum majestatum Joannis V. Portugalliae, et Algarbiorum, etc. regis, et Mariae-Annae Austriacae Leopoldi magni filiae, constata in debiti obsequii officina Patrũ Collegii D. Antonii Magni Societatis Jesu. Ulyssipone: apud Valentinum a' Costa Deslandes, serenissimi regis typographum, 1709.

Fabula de Acis, y Galatea, fiesta armonica con violines, violones, flautas, y ubues, à la celebridad de los felizes años del augustissimo señor D. Juan V. rey de Portugal, que en su aplauso le dedica la reyna nuestra señora D. Mariana de Austria, en 22. de Octubre de 1711. Lisboa: Imprenta Real Deslandesiana, 1711.

Fabula de Alfeo, y Aretusa fiesta harmoniosa con toda la variedad de instrumentos musicos con que la reyna nuestra señora D. Mariana de Austria celebrò el real nombre del rey nuestro señor D. Juan V. a 24. de Junio deste año de 1712. por Luis Calisto de Acosta, y Faria. Lisboa: Miguel Manescal, impressor del Santo Officio, y de la serenissima Casa de Bragança, 1712.

La comedia el poder de la armonia fiesta de zarzuela que a los felices años del rey nuestro señor Don Juan V. de Luis Calisto de Acosta y Faria compuso la musica Don Don Jayme de la Te y Sagau. Lisboa: Imprenta Real Deslandesiana, 1713.

Cantata pastorale, serenata da cantarsi nel giorno di S. Giovanni Evangelista, nel reggio palazzo di Giovanni Quinto rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva impressore di sua maestà, 1720.

Contesa delle stagioni, serenata da cantarsi nel felicissimo giorno natalizio della s. r. maestà di Marianna Gioseffa regina di Portogallo, nel regio palazzo. Lisbona

Occidentale: Pasquale da Sylva impressore di Sua Maestà, 1720.

Trionfo delle virtù, serenata da cantarsi nel felicissimo giorno natalizio della s. r. maestà di Giovanni Quinto rè di Portogallo nel regio palazzo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva impressore di sua maestà, 1720.

Aci, e Galatea. Serenata fatta cantare il di 27. di decembre 1721. Nel real palazzo di Lisbona, per la festività del nome della sacra real maestà di Giovanni Quinto rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva, 1721.

Il sacrifizio di Diana, componimento musicale, cantato nel real palazzo di Lisbona i di 26 di maggio dell'anno 1722 per la festività del nome della sacra real maestà di Marianna Gioseffa regina di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva, 1722.

Gl'amorosi avvenimenti. Serenata fatta cantare il di 24. giugno 1722. Nel real pallazzo di Lisbona per la festività del nome della sacra real maestà di Giovanni Quinto rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva stampatore di sua maestà, 1722.

Gl'amori di Cefilo e d'Endimione. Serenata fatta cantare il di 22. ottobre 1722. Nel real palazzo di Lisbona per la nascita della sagra real maestà di Giovanni Quinto rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva, stampatore di sua maestà, 1722.

Le nozze di Bacco, e d'Arianna serenata fatta cantare il di 27 decembre 1722. nel real pallazzo di Lisbona per la festività del nome della sacra real maestà di Giovanni Quinto rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva stampatore di sua maestà, 1722.

Le ninfe del Tago. Serenata fatta cantare il di 27. decembre 1723. nel real palazzo di Lisbona per il nome della sagra real maestà di Giovanni V. rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva stampatore di sua maestà, 1723.

Aci, e Galatea. Serenata fatta cantare il di 24. di giugno 1724. Nel real palazzo di Lisbona per la festività del nome della sacra real maestá di Giovanni Quinto rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Pasquale da Sylva impressore di sua maestà, 1724.

La constanza gradita serenata fatta cantare il di 22. ottobre 1725. Nel real palazzo per il natalizio della sacra real maestà di Giovanni V. rè di Portogallo.

Lisbona Occidentale: Gioseppe Antonio da Sylva, 1725.

Amor nasce da' un' sguardo. Serenata. Fatta cantare nel real palazzo il di 27. decembre 1725. per il nome della sacra real maestà di Giovanni V. rè di Portogallo. Lisbona Occidentale: Gioseppe Antonio da Sylva, 1725.

Dramma pastorale da cantarsi nel reggio palazzo il fortunato giorno trent'uno di marzo in cui annualmente si celebra l'inclita nascita della Signora infanta di Spagna D. Marianna Vittoria. Lisbona Occidentale: Gioseppe Antonio di Silva, 1726.

Andromeda serenata a cinque voci cantata nel real palazzo di Lisbona, il di 26. di luglio del presente anno 1726. per festeggiare il nome della sacra real maestà di Marianna regina di Portogallo. Lisbona Occidentale: Gioseffo Antonio di Silva, 1726.

Apêndice 2. Libretos editados em Itália, Áustria e Espanha (ordem cronológica)

Nelle felicissime nozze delle sacre reali maestà di D. Giovanni V. di Portogallo, di Algarve, etc. etc. etc. e di Maria Anna Arciduchessa d'Austria. Poesia per musica consegrata a s. e. il sig. D. Ferdinando Telles de Sylva, conte de Villamayor, ambasciadore straordinario di s. m. portoghese alla corte cesarea. Vienna: Gio. Petro Van-Ghelen, 1708.

Nuova aurea, e culta età dell'onore. Presagio festivo alla nascita del principe del Brasile da cantarsi nel palazzo dell'eccellentissimo signore marchese di Fontes ambasciatore straordinario del rè di Portogallo alla santità di nostro signore Clemente XI. Posto in musica dal sig. abbate Nicola Porpora mastro di cappella di sua eccellenza. [escudo português] Lucca: Girolamo Rabetti, 1713.

Applauso genetliaco alla reale altezza del signor infante di Portogallo, da cantarsi nel palazzo dell'eccelentissimo signore marchese di Fontes ambasciadore straordinario della maestà portoghese alla santità di n. s. papa Clemente XI, posto in musica dal signor Domenico Scarlatti mastro di cappella di sua eccellenza. [escudo português] Lucca: Girolamo Rabetti, 1714.

Fama in trionfo. Serenata da cantarsi nel Porto di Messina per la nascita del quinto real genito dell'ubbidientissimo alla sede apostolica D. Giovanni V. Per la

Dio grazia, rê di Portugallo, ed Algarbi di quà, e di là mare, ed Africa, signore di Chinè, e della conquistata navigazione, e commercio d'Etiopia, Arabia, Persia, ed India. E di D. Maria Anna d'Austria regina. Consegrata alle sue maiestà in rimarco della sua umile devozione dall'ubbidiente genio di Thomaso Theiscera Lial proveditòr generale di tutta l'armata in occasione della festa fatta nel sudetto porto delle navi di guerra portughesi per il detto gloriosissimo natale. Poesia dell'abb. Giovanne Ortolano dottore dell'una, e l'altra legge, e nella fisica, e specolativa filosofia laureato, musica del sig. D. Francesco Grillo musico della real cappella di Messina. Messina: D. Giuseppe Maffei, 1717.

Il valore coronato dalla gloria prologo plausivo al glorioso combattimento navale sostenuto dal generoso coraggio dell'eccelentiss. signore Dom Lope Furtado de Mendonça conde del Rio, grande generale delle squadre portughesi contro l'armata ottomana nel 1717. Al cui nome si dedica, e si consacra. Messina: Reggia e Camerale Stamparia di Amico, 1717.

Astianatte drama per musica da rappresentarsi nel famosissimo teatro Grimani di San Gio[ovanni] Grisostomo il carnovale dell'anno 1718. Del dot. Antonio Salvi fior. Dedicato all'illustriss. ed eccellentiss. sig. D. Rodrigo Annes de Saa Almeida, e Meneses […]. Venezia: Marino Rossetti, in Merceria all'insegna della Pace, 1718.

Althemenes tragoedia. Sub auspiciis e[minentissimii], ac r[everendissimi] principis nunnii s. r. e. cardinalis A' Cunha, totius Lusitaniae, regnorumque ipsi subjectorum supremi inquisitoris etc. habita a' Collegii Rom. Scolasticis in aulâ maximâ, cum eorum praestantissimi publico praemio donarentur. Romae: Typis Georgii Piachi, XIV, Kal. Octobris 1721.

La virtu' negl'amori. Componimento musicale fatto cantare dall'eccellenza del signor D. Andrea de Melo de Castro ambasciadore ordinario della maestà del re' di Portogallo in occasione di pubblica gioia per il solenne possesso preso dalla santità di n. s. papa Innocenzo decimoterzo nel giorno 16. di Novembre dell'anno 1721. Roma: Antonio de' Rossi, 1721.

La Circe in Italia drama per musica da recitarsi nel teatro vicino a S. Lucia della Tinta. Dedicato a sua eccellenza il signor D. Andrea di Mello di Castro de' conti di Galveas commentatore dell'ordine de Cristo, del consiglio del rè di Portogallo, e suo ambasciatore in Roma. Napoli: Nicola Monaco, 1721.

Festa accademica di lettere, e d'arme de'signori convittori del Collegio Clementino per l'anno MDCCXXI. consacrata all'eminentiss. e reverendiss. principe il sig. card.

di S. Susanna Gioseffo Pereira de la Cerda consigliere di stato della real maestà di Portogallo, vescova d'Algarve già vicerè di quel regno, già gran priore dell'ordine equestre di S. Iacopo della Spada, ecc. Roma: Stamperia di Galeazzo Chracas presso S. Marco al Corso, 1721.

La ninfa del Tago componimento musicale fatto cantare dall'eminentiss., e reverendiss. principe Nuno da Cunha cardinale di S. Chiesa, e generale inquisitore in tutti i dominii portoghesi per il giorno del felice nome della s. r. m. di Giovanni V. re' di Portogallo, Roma: Antonio de' Rossi, 1721.

La serva nobile dramma musicale da recitarsi nel teatro vicino a S. Lucia della Tinta. Dedicato a sua eccellenza il signor D. Andrea di Mello di Castro de' conti di Galveas, comendatore dell'ordine di Cristo, del consiglio del rè di Portogallo e suo ambasciatore in Roma. Roma: eredi del Corbelletti, 1721.

Arminio drama per musica da recitarsi nella sala dell'ill.mo sign. Federico Capranica nel carnevale dell'anno 1722. Dedicato all'em.mo e rev.mo principe, il sig. cardinale Nuno de Cunha inquisitore generale di tutti li regni di Portogallo. [leão veneziano] Roma: Stamperia del Bernabò, 1722.

Nino drama per musica da recitarsi nella sala dell'illmo Sign. Federico Capranica nel carnevale dell'anno 1722. Dedicato all'em.mo, e rev.mo principe, il sig. cardinale Nuno de Cunha inquisitore generale di tutti li regni del Portogallo. Roma: Stamperia del Bernabò, 1722.

Il pentimento di Davidde componimento sagro di Andrea Trabucco accademico ravvivato di Benevento, detto fra gli arcadi di Roma Albiro Mirtunziano; posto in musica dal sig. Francesco Antonio di Almeida portughese, e da cantarsi nella seconda domenica di quaresima, nella ven. chiesa di S. Gerolamo della Carità. Al reverendissimo padre D. Diogo Curado, della congregazione dell'Oratorio, consultore del tribunale del S. Ufizio ne' regni di Portogallo, etc. Roma: Antonio de' Rossi, 1722.

La Tigrena favola pastorale da cantarsi nel palazzo dell'eccellenza del signor Andrea de Mello de Castro conte das Galveas, ambasciadore ordinario della maestà del re' di Portogallo alla santità di n. s. papa Innocenzo XIII. nel giorno [2] gennaro dell'anno 1724. Roma: Antonio de' Rossi, [1724].

Letras que se cantaron el dia diez y seis de Junio, en la capilla nacional de S. Antonio de los portugueses, en la festiva solemnidad, quanto solemne fiesta, que se

consagra dicha nacion en nombre del muy alto, y muy poderoso señor Don Juan V. rey de Portugal, su venerado patrono, en el estreno de su dorado retablo, la mayor parte con limosnas de dicho augusto monarca, à quien se dedican, con un oratorio poetico, que se cantò por la tarde, en continuacion de tan reverentes cultos, etc. Puestos en musica por Don Joseph Magallanes, maestro de la capilla de la insigne iglesia colegial de señor San Salvador de esta ciudad de Sevilla. [Sevilla]: Imprenta Castellana, y Latina de Diego Lopez de Haro, 1726.

La Giuditta. Oratorio posto in musica dal Sig. Francesco Antonio d'Almeyda, e da cantarsi nell'Oratorio de' padri della Chiesa Nuova l'anno 1726, dedicato all'illustrissimo, ed eccelentissimo signore il sig. D. Andrea de Melo de Castro, ambasciatore ordinario della maestà del rè di Portogallo. Roma: Gaetano Zenobi, stampatore, e intagliatore di sua santità, 1726.

Triumpho, y error de los zelos, y el amor drama musical al estilo italiano puesta en musica por Antonio Duñi. Fiesta, que consagra a la celebridad de los años de la serenissima señora D. Maria Ana Victoria, infanta de Castilla, futura princesa de el Brasil, el excelentissimo señor Don Antonio Guedes Pereyra, imbiado extraordinario, plenipotenciario de su magestad portuguesa, en la corte de Madrid. Madrid: [s. ed.], 1726.

Artigo recebido em 25/02/2024
Artigo aceite para publicação em 01/04/2024

LA ESPIRITUALIDAD EN LOS SITIOS REALES DE LOS DIVERSOS REINOS DE LA MONARQUÍA HISPÁNICA DURANTE EL SIGLO XVII: CAPILLAS, PALACIOS, CONVENTOS Y MONASTERIOS REALES*

JOSÉ ELOY HORTAL MUÑOZ
UNIVERSIDAD REY JUAN CARLOS
joseeloy.hortal@urjc.es
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31v2

RESUMO: La cuestión de las prácticas religiosas resulta fundamental para el conocimiento de la Edad Moderna, no sólo asociada exclusivamente al ámbito de la religión, como se ha estudiado principalmente hasta ahora, sino como aspecto esencial para estudiar la justificación del poder, la preeminencia de las instituciones (eclesiásticas y temporales) y, en el caso de la Monarquía Hispánica, sus relaciones con la Santa Sede.

Los Sitios Reales de dicha Monarquía fueron importantes en este sentido, ya que formaron una red global, especialmente en el siglo XVII, cuando fueron centros de poder que contribuyeron a configurar política y socialmente el conjunto de la Monarquía Hispánica. Estos espacios bajo control real incluían, no sólo, los palacios y las capillas reales anejas a ellas, sino también conventos y monasterios pertenecientes a diversas órdenes religiosas, vinculados a la dinastía Habsburgo. Esta red se extendió por los diferentes reinos de la Península Ibérica y, más allá, a los territorios de Europa, América y Asia que en diversas épocas estuvieron bajo dominio hispano.

En este artículo mostramos nuevas vías de investigación desarrolladas en los últimos años, que analizan la imbricación de estos Sitios Reales con las diferentes tendencias religiosas y políticas del periodo, en especial en cuestiones relacionadas con las formas de religiosidad y piedad real, utilizando ejemplos de la mayoría de las cortes que conformaron la Monarquía Hispánica durante el siglo XVII.

PALAVRAS-CHAVE: Monarquía Hispánica; Monarquía de Cortes; Sitios Reales; Capillas Reales; Palacios Reales; Conventos Reales; Monasterios Reales.

ABSTRACT: The question of religious practices is crucial to the study of Early Modern times, not just exclusively associated with the field of religion, as it has been mainly studied so far, but as an essential aspect of studying the justification of power, the pre-eminence of (ecclesiastical and temporal) institutions and, in the case of the Spanish monarchy, its relations with the Holy See.

* Este trabajo ha sido posible gracias a la ayuda proveniente del Grupo de Investigación de Alto Rendimiento CINTER URJC.

The Royal Sites of the Spanish monarchy were relevant in this respect, since they formed a diverse global network, especially in the seventeenth century, when they were centers of power that helped to shape the Spanish monarchy politically and socially. Institutions under royal control included not only the king's royal palaces and the royal chapels attached to them, but also magnificent convents and individual monasteries belonging to specific religious orders with close affiliations to the Habsburg dinasty. This institutional network extended across the different kingdoms of the Iberian Peninsula and beyond to other territories in Europe, America and Asia that were at various times under Spanish rule.

This article provides new insights of research developed in recent years, which analyse the intertwining of these Royal Sites with the different religious and political trends of the period, especially in questions related to the forms of religiosity and royal piety, using examples from most of the courts that made up the Spanish monarchy during the 17th century.

KEYWORDS: Spanish monarchy; Monarchy of Courts; Royal Sites; Royal Chapels; Royal Palaces; Royal Convents; Royal Monasteries.

La cuestión de la espiritualidad resulta fundamental en los estudios de la Corte, no solo en el terreno religioso, sino en relación con la política y con los grupos sociales que sustentaban estas corrientes espirituales.[1] Al mismo tiempo, la espiritualidad era un aspecto crucial para la justificación del poder, la preeminencia de las instituciones, tanto eclesiásticas como temporales y, además, en el caso de la Monarquía Hispánica, sus relaciones con la Santa Sede, pues hay que recordar que este conglomerado territorial fue denominado como Monarquía Católica en determinados momentos de la Edad Moderna.

La formulación del concepto de Monarquía Católica fue el resultado de un largo proceso que tuvo lugar a lo largo de los siglos XVI y XVII y donde el papado tuvo una especial relevancia: gestaría sus raíces durante el reinado de Felipe II, cuajaría como concepto a lo largo del de Felipe III, su desarrollo, práctica y plenitud tendría lugar durante el de Felipe IV, y se vació de contenido político a lo largo del de Carlos II.[2] Conviene indicar, además, que dicho concepto fue

[1] Asunto estudiado en el monográfico MARTÍNEZ MILLÁN, José; HORTAL MUÑOZ, José Eloy, - *Espiritualidad e ideología política en los diferentes espacios cortesanos de la Monarquía Hispánica (siglo XVII)*. « Libros de la Corte », Monográfico 3 (2015), p. 1-234.

[2] Ver los trabajos de MARTÍNEZ MILLÁN, José - *El triunfo de Roma. Las relaciones entre el papado y la Monarquía católica durante el siglo XVII* -. In MARTÍNEZ MILLÁN, José; RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel (dirs.) - *Centros de poder italianos en la Monarquía hispánica (siglos XV-XVIII)*. Madrid: Polifemo, 2010, I, p. 549-681; - *La evaporación del concepto "Monarquía Católica": la instauración de los Borbones* -. In MARTÍNEZ MILLÁN, José; CAMARERO BULLÓN, Concepción; LUZZI TRAFICANTE, Marcelo (eds.) - *La Corte de los Borbones: Crisis del modelo cortesano.* Madrid: Polifemo, 2013, III, p. 2143-2196; así como los apartados referentes a la espiritualidad de la Monarquía y la Capilla en MARTINEZ MILLAN, José; HORTAL MUÑOZ, José Eloy (dirs.) - *La Corte*

una construcción política, y no solo confesional, y que únicamente se puede aplicar durante la primera mitad del siglo XVII y no durante toda la Edad Moderna.[3]

Al mismo tiempo, la Monarquía Hispánica tenía vocación de poder global, que buscaba hacer visible y presente el poder real en todos sus territorios, para lo cual necesitaba difundir una espiritualidad adecuada para los intereses de la Corona y, en algunos momentos, del Papado. Un elemento que se demostró fundamental para implementar y transmitir dicha espiritualidad en sus territorios fueron los Sitios Reales de los que dispusieron los Habsburgo hispanos en los diversos reinos que componían la Monarquía, comenzando por la Capilla Real del Alcázar de Madrid,[4] y siguiendo por las Capillas Reales que había en otros palacios de los diversos reinos que componían la Monarquía, así como con numerosos conventos, monasterios y otras instituciones religiosas.

En este artículo, pretendemos realizar un acercamiento de conjunto a este fenómeno, que hasta hace unos años apenas había sido estudiado desde un punto de vista global.[5]

Una "Monarquía de Cortes": Los Sitios Reales de la Monarquía Hispánica

Las tradicionales publicaciones sobre los Sitios Reales españoles, basadas principalmente en su patrimonio artístico, en especial el arquitectónico,[6] han dado paso hoy en día a trabajos realizados desde un análisis interdisciplinar,[7]

---

de Felipe IV (1621-1665). Reconfiguración de la Monarquía Católica. Madrid: Polifemo, 2015, 2 toms., 3 vols., I.

[3] MARTÍNEZ MILLÁN, José - *La gestación de la Monarquía Católica en la Europa del siglo XVII* -. In TORRES, Xavier (dir.) - *Moment maquiavel·lià o macabeu? Providencialisme i secularització a l'Europa moderna (segles XVI-XIX)*. Girona: Universidad, 2018, p. 53-70.

[4] Sobre esta función de la Capilla Real, ROBLEDO ESTAIRE, Luis; PIZARRO LLORENTE, Henar - *La capilla* -. In MARTÍNEZ MILLÁN; FERNÁNDEZ CONTI - *La monarquía de Felipe II*, I, p. 143-225.

[5] Un primer acercamiento desde un punto de vista holístico a esta cuestión fue el volumen HORTAL MUÑOZ, José Eloy (dir.)- *Politics and Piety at the Royal Sites of the Spanish Monarchy in the Seventeenth Century*. Turnhout: Brepols, 2021, al que haremos numerosas referencias a lo largo de este artículo.

[6] Entre otros muchos ejemplos, CERVERA VERA, Luis, - *Oficios burocráticos en las obras reales madrileñas (1540-1563)*. « Anales del Instituto de Estudios Madrileños ». 18 (1981), p. 99–118; MORAN TURINA, José Miguel; CHECA CREMADES, Fernando - *Las casas del rey. Casas de campo, cazaderos y jardines. Siglos XVI y XVII* - Madrid: El Viso, 1986; CHECA CREMADES, Fernando, - *Las construcciones del príncipe Felipe* ». In - *Ideas y diseño. La Arquitectura. IV Centenario del Monasterio de El Escorial* -. Madrid: Patrimonio Nacional, 1986, p. 23-45; o SANCHO GASPAR, José Luis - *La arquitectura de los Sitios Reales: catálogo histórico de los palacios, jardines y patronatos reales del Patrimonio Nacional*. Madrid: Patrimonio Nacional, 1995.

[7] Entre numerosas publicaciones, destacamos los capítulos dedicados a ello en MARTINEZ MILLAN; HORTAL MUÑOZ - *La Corte de Felipe IV*, III; CAMARERO BULLÓN, Concepción; LABRADOR ARROYO, Félix (dirs.) - *La extensión de la corte: los Sitios Reales.* Madrid: UAM, 2017; ECHEVARRIA ARSUAGA, Ana; HORTAL MUÑOZ, José Eloy; PAULINO MONTERO, Elena (coords.) - *El origen de los Sitios Reales en las Coronas*

algo que está ayudando a identificar el relevante papel que estos lugares jugaron en el desarrollo político, social, económico, cultural y religioso de la Monarquía Hispánica en su conjunto.

Gracias a estos últimos trabajos, podemos definir estos Sitios Reales como "propiedades que pertenecían a la dinastía reinante donde el soberano y otros miembros de la dinastía solían residir, o existía la expectativa de que pudieran hacerlo, así como otros lugares donde se llevaban a cabo actividades relacionadas con el funcionamiento de la Corte y de la monarquía". Por tanto, habría que incluir aquí aquellos monasterios y conventos reales fundados y/o sostenidos por la familia real y, por tanto, estrechamente ligados a la dinastía, a los que se adscribía un cuarto o panteón real, y en los que podían profesar algunos miembros, generalmente femeninos, de la dinastía; a estos últimos prestamos especial atención en este artículo.

En función de esta definición, podemos comprender que estos Sitios Reales no se referían únicamente a palacios o residencias reales, sino que eran espacios complejos que englobaban otros tipos de construcciones y espacios, incluyendo jardines y granjas anexos a las residencias, bosques reales, *wunderkammern*, caballerizas, bibliotecas, edificios religiosos, estructuras defensivas y militares, y fábricas reales y otros tipos de edificios que se utilizaban con fines económicos, como molinos, casas de peaje o casas de la moneda.[8]

Estos espacios cobraron una especial relevancia en un conglomerado territorial como el formado por la Monarquía Hispánica, compuesta, a partir de las decisiones tomadas por Carlos V, por diversos reinos en cada uno de los cuales existía una Corte y una o varias Casas Reales, pues algunos de estos reinos dispusieron de una Casa Real propia y operativa, como fue el caso de Navarra,[9]

Ibéricas (ss. XIV-XVI): de espacios cortesanos a redes de poder. « e-Spania [En ligne] », 47 | Février 2024, mis en ligne le 17 février 2024. https://doi.org/10.4000/e-spania.49109; así como HORTAL MUÑOZ, José Eloy - *La integración de los Sitios Reales en el sistema de Corte durante el reinado de Felipe IV.* « Libros de la Corte », 8 (2014), p. 27-47; HORTAL MUÑOZ, José Eloy - *Los Sitios Reales como elementos clave de las monarquías europeas de la Edad Moderna: una aproximación*. « Studia Historica. Historia Moderna », 42:2 (2020), p. 197-217; y HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety*.

[8] En virtud de ello, y también para que pueda ser comprendido en otros ámbitos historiográficos, se está trabajando en el concepto de Geografías Reales (o Principescas) (*Royal (Princely) Geographies*). Una aproximación, junto con la explicación de todos los tipos de Geografías Reales que existieron en el periodo, en HORTAL MUÑOZ, José Eloy - *Royal Properties to Maintain: the Royal (Princely) Geographies*. In HORTAL MUÑOZ, José Eloy; HURX, Merlijn; RINGOT, Benjamin (eds.) - *Maintaining the Presence of the Prince: Management of Royal Geographies (XIVth-XIXth Centuries)*. Brepols: Turnhout, 2025 (en prensa).

[9] Hay trabajos parciales sobre la Casa Real de algunos reyes navarros de la Baja Edad Media de autores como F. Serrano Larrayoz, Mª. Narbona Cárceles o F. de P. Cañas Gálvez.

Nápoles,[10] Sicilia,[11] o Portugal,[12] cuando formó parte de dicha Monarquía. Por supuesto, otras monarquías del momento tuvieron estructuras similares, pero fue la hispánica, sin duda, la que mejor refleja el tipo de organización política preponderante en la época, debido a la necesidad que tuvo de dotar de coherencia a tantos territorios y tan heterogéneos como los que aglutinó de los siglos XV al XVIII.

Posteriormente, durante la década de los 80 del siglo XVI, se llevaron a cabo una serie de reformas encaminadas a separar *gubernaculum* y *jurisdictio*, que hasta ese momento habían permanecido unidos, y que provocaron una serie de cambios estructurales que propiciaron un cambio en la relación de las diversas naciones con el conjunto de la Monarquía.[13] Así, los no castellanos residentes en la Corte de Madrid podían vivir en ella como si se encontraran en sus territorios de procedencia, teniendo sus instancias propias. Sin embargo, estos ya no pertenecían, en gran medida, a las élites territoriales, pues las Casas Reales habían dejado de ser lugar de integración de las mismas y se hizo necesario buscar nuevas formas de hacer llegar la gracia real a los diversos reinos.[14] Así, las casas de virreyes y gobernadores se convirtieron en el centro de grandes Cortes como espejo de la de Madrid, por lo que las élites locales buscaron acomodo en sus tierras de origen y ya no viajarían hasta la capital del Imperio o, como mucho, decidieron enviar allí a sus hijos a formarse cómo pajes, meninos, damas o costilleres.

Esta evolución nos indica claramente que las cortes de los reinos periféricos no quisieron nunca renunciar a su condición de Corte, pese a la ausencia continuada del Soberano. Para ello, y con el fin de hacer visible en ellas la presencia del monarca, todas estas cortes y sus capitales compartirían una serie de características morfológicas comunes, en especial a través de sus Sitios Reales,

[10] No existen trabajos de conjunto para el estudio de dicha Casa, aunque hay algunos trabajos institucionalistas clásicos como MANTELLI, Roberto - *Il publico impiego nell'economia del regno di Napoli: retribuzioni, reclutamento e ricambio sociale nell'epoca spagnuola (secc. XVI-XVII)*. Nápoles: Istituto italiano per gli studi filosofici, 1986, así como varios trabajos sobre su Capilla Real por COCOZZA, Valeria, como – « *Hombres de pecho y inteligencia en negocio de estado »: il cappellano maggiore di Napoli tra Cinque e Seicento*. « Dimensioni e problemi della ricerca storica », 2 (2015), p. 145-165.

[11] No hay estudios de conjunto sobre esta Casa Real para la Edad Moderna, y únicamente tenemos trabajos sobre las Casas de algún virrey como don Juan José de Austria, en TRÁPAGA MONCHET, Koldo – *La actividad política de don Juan [José] de Austria en el reinado de Felipe IV (1642-1665)*. Madrid: Polifemo, 2018, p. 289-311.

[12] LABRADOR ARROYO, Félix - *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*. Madrid: Polifemo, 2009.

[13] MARTÍNEZ MILLÁN, José - *La Corte de la Monarquia Hispanica. «* Studia Historica. Historia Moderna », 28 (2006), p. 51-57.

[14] RIVERO RODRIGUEZ, Manuel - *Una monarquía de casas reales y cortes virreinales*. In MARTINEZ MILLAN, José; VISCEGLIA, Maria Antonietta (dirs.) – *La Monarquía de Felipe III: la Casa del rey*. Madrid: Fundación Mapfre, 2008. 4 vols. IV, p. 31-60 y - *La edad de oro de los virreyes. El virreinato en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal, 2011, p. 133-174.

cuyos sistemas se potenciarían en los diversos reinos en este periodo.

Por desgracia, no existen demasiados estudios sobre los Sitios Reales de las cortes secundarias y los que hay atienden principalmente al estudio individual de algunos edificios desde un punto de vista de historia de la arquitectura o del arte, así como de aspectos espirituales para algunos conventos.[15] Lo que sí sabemos es que en esas cortes secundarias se reproduciría a pequeña escala el esquema organizativo de la Corte de Madrid, el cuál incluía tres círculos concéntricos de Sitios Reales:[16] uno principal que solía estar localizado en la capital y que albergaba en los meses de invierno, aunque no solo, la Casa y Corte del Soberano junto a un entorno más amplio que incluía reinas, herederos, príncipes, reinas viudas, infantas u otros miembros de la familia real y sus casas respectivas; unos secundarios, localizados en su mayor parte fuera de la capital y que solían alojar a los monarcas durante sus cambios estacionales de aposento; y de tercer nivel, que correspondían tanto a los Sitios Reales destinados específicamente a otros miembros de la familia real diferentes al soberano, caso de herederos, viudas, etc., como los destinados a gobernadores, virreyes u otras formas de poder delegado en cortes diferentes a la principal. En el caso de las cortes subsidiarias, habría únicamente un Sitio Real principal y otros secundarios, caso de conventos, cazaderos o palacios de Jornada, pero no del tercer nivel, ya que virreyes y gobernadores no tenían capacidad de delegar el poder en otras personas, potestad que solo poseía el monarca.[17]

Al igual que en Castilla, los diversos representantes del monarca en esas cortes utilizaron como Sitio Real principal palacios y residencias que habían sido construidos en la Edad Media, y que habían pertenecido a dinastías anteriores al periodo Habsburgo. De este modo, dichos emplazamientos se constituían en elementos clave para demostrar una continuidad dinástica que reforzaba la legitimidad de la dinastía sobre dichos territorios. En ellos se alojaban virreyes o gobernadores junto a su séquito y otros organismos de la administración de

[15] Algunas excepciones para el siglo XVII son, para Nápoles, ERNESTO DENUNZIO, Antonio *et alii* (dirs.) - *Dimore signorili a Napoli. Palazzo Zevallos Stigliano e il mecenatismo aristocratico dal XVI al XX secolo*. Nápoles: Intesa Sanpaolo, 2013. Por su parte, para Sicilia, tenemos LANZA TOMASI, Giochinno *et alii* - *Dimore di Sicilia*. Venecia: Arsenale Venezia, 1998. Sobre las instituciones que gestionaban esos lugares en algunos reinos que componían la Monarquía se ha trabajado en el volumen HORTAL MUÑOZ, José Eloy y HURX, Merlijn (eds.) - *Building the Presence of the Prince: The Institutions Responsible for the Construction and Management of the Buildings of European Courts (14th-17th centuries)*. Brepols: Turnhout, 2024; en concreto para Portugal (N. Senos y H. Santos), los Países Bajos (R. Stein, H. Mouillebouche y M. Hurx) o los virreinatos en América e Italia (M. Rivero Rodríguez).

[16] Dicho esquema está explicado en profundidad en HORTAL MUÑOZ, *Los Sitios Reales como elementos clave*, p. 204-207.

[17] En este sentido, resultan muy interesantes las diversas aportaciones en CANCILA, Rosario (dir.) - *Capitali senza re nella Monarchia spagnola. Identità, relazioni, immagini (secc. XVI-XVII).* Palermo: Mediterranea, 2020.

la Monarquía, certificando así la presencia simbólica del monarca, pese a su ausencia física. Así, en dichos palacios se encontraban Capillas Reales, Archivos del Reino, Audiencias Reales u otras instituciones judiciales, e incluso eran sede de la Inquisición, tal y como sucedía en la Aljafería en Zaragoza o en el Palacio Mayor de Barcelona.[18] En todos esos palacios existía la expectativa de que el monarca pudiera acudir a residir en algún momento, algo que sucedería efectivamente durante el siglo XVII en Valencia, Barcelona o Lisboa, pero no en los territorios que estaban fuera de la Península Ibérica, pues Felipe II fue el último monarca Habsburgo hispano que salió de la misma. Del mismo modo, se constituían en espacios de representación de la Monarquía,[19] con elementos distintivos como la celebración en sus dependencias de festividades relacionadas tanto con devociones propias de las dinastías anteriores como las nuevas implementadas por los Habsburgo, así como mediante la exhibición de galerías de retratos.[20]

Esta necesidad de continuidad hizo que se mantuvieran y reformaran edificios que difícilmente podían cubrir las nuevas necesidades espaciales que el sistema cortesano fue generando en el Renacimiento y, sobre todo, en el Barroco. Por supuesto, en las cortes secundarias de la Monarquía, virreyes y gobernadores también tuvieron que afrontar esas necesidades y llevaron a cabo sucesivas ampliaciones de los Sitios Reales de dichos territorios para eliminar las irregularidades propias de las construcciones de la Edad Media -tal y como sucedió en Bruselas, Valencia, Nápoles, o, en menor medida, Cerdeña-, así como introdujeron mejoras en los palacios virreinales construidos en el siglo XVI -caso de Lima o México-.[21] Del mismo modo, y al igual que sucedería en otras capitales europeas, se construyeron nuevos Sitios Reales secundarios para complementar al principal -caso de Barcelona o Cagliari-, al tiempo que se reformaron algunos ya existentes como Tervuren o Vilvorde en los Países

[18] Una reflexión sobre estos palacios en los territorios del Reino de Aragón en PARDO MOLERO, Juan Francisco - *Las capitales de la Corona de Aragón, o cómo ser cabeza de un reino con un rey ausente*. In CANCILA, *Capitalis senza re*, I, p. 14-18.

[19] Estas cuestiones se están trabajando con intensidad desde hace varias décadas, en especial tras la publicación de AUZEPY, Marie-France; CORNETTE, Jöel (eds.) - *Palais et pouvoir. De Constantinople à Versailles*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 2003.

[20] RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel - *"Ammirare il vostro dominio che fa ubbidirse dal passato": Galerías de virreyes y majestad en los virreinatos italianos y americanos.* « Anales del Museo de América », 25 (2017), p. 27-49; CARRIO INVERNIZZI, Diana - *Las galerías de retratos de virreyes de la Monarquía Hispánica, entre Italia y América (siglos XVI-XVII).* In AZNAR, Daniel; HANOTIN, Guillaume; MAY, Niels (dir.) - *À la place du roi*: *vice-rois, gouverneurs et ambassadeurs dans les monarchies française et espagnole (XVIe-XVIIIe siècles)*. Madrid: Casa Velázquez, 2014, p. 113-134.

[21] PANDURO SÁEZ, Iván – *Los reales palacios de México y Lima en la Edad Moderna.* Granada: Universidad, 2023.

Bajos.[22] Sin duda, los principales programas constructivos se llevarían a cabo cuando el propio monarca visitó dichas cortes: Valencia -1599, 1604, 1632 y 1645-, Barcelona -1599, 1626 y 1632-, y Lisboa -1581-83 y 1619-.

Además, hay que tener en cuenta que el ocultamiento de los gobernantes que se produjo por los cambios ceremoniales de finales del siglo XVI no obsta para que siguieran apareciendo en público por las ciudades en diversas ocasiones, aunque en menor medida que antaño. De hecho, muchas de las reformas urbanas que se llevaron a cabo serían justificadas precisamente por ser espacios destinados a las Fiestas y se crearon itinerarios festivos específicos.[23] Estos itinerarios finalizarían casi siempre en el Palacio Real, o en un espacio abierto delante del mismo donde también se solía ubicar la Catedral, como fue el caso de Valencia o Cerdeña. De este modo, parte de las reformas llevadas a cabo en esos palacios reales estarían destinadas a abrirse más a la ciudad, y a hacerse presentes en el calendario festivo y litúrgico anual de cada una de ellas, participando en fiestas encaminadas, por ejemplo, a honrar a santos locales -como es el caso de Valencia con la canonización de San Francisco de Borja-, o también para advocaciones propias del conjunto de la Monarquía Hispánica -como la Inmaculada Concepción-.[24] Por supuesto, eran también los lugares de celebración de justas, torneos, corridas de toros, juegos de cañas,[25] y otro tipo de celebraciones festivas para conmemorar ocasiones especiales, como las ya indicadas visitas de los monarcas o las de otros personajes relevantes, como fue el caso de Filiberto de Saboya a Cagliari en 1621. Con frecuencia, desde los balcones que daban desde el Palacio a la plaza, los monarcas, virreyes o gobernadores se mostraban al pueblo durante las visitas o al instalarse en el lugar. En este sentido, resulta muy interesante la unión que se daba entre la Sala que daba a dicho balcón y la Capilla Real del palacio, vinculación que resultaba común a la mayoría de los palacios europeos durante el siglo XVI, como era el caso de los franceses, borgoñones, el de Coudenberg en Bruselas, el Alcázar de Madrid o el Llano del Real en Valencia.

Del mismo modo, también habría un recorrido establecido para que virreyes

[22] Proceso estudiado en DE JONGE, Krista - *'t Hof van Brabant' als symbool van de Spaanse hofhouding in de Lage Landen*. « Bulletin KNOB », 98:5-6 (1999), p. 183-197. Así mismo, HORTAL MUÑOZ, José Eloy - *A Key Tool for a New Dynasty: The Use of Royal Sites in the Habsburg Netherlands by the Archdukes Albert and Isabella.* « The Court Historian », 23:1 (2018), p. 13-26.

[23] El de Madrid está descrito en CÁMARA MUÑOZ, Alicia - *El poder de la imagen y la imagen del poder: La fiesta en Madrid en el Renacimiento.* In *Madrid en el Renacimiento* de VVAA [Catálogo de exposición]. Alcalá de Henares: Comunidad de Madrid, 1986, p. 68–69.

[24] MÍNGUEZ CORNELLES, Víctor; RODRÍGUEZ MOYA, María Inmaculada (eds.) - *La piedad de la Casa de Austria. Arte, dinastía y devoción.* Gijón: Trea, 2018.

[25] Las diversas fiestas cortesanas vistas por un observador de la época, en DELEITO Y PIÑUELA, José - *El rey se divierte*. Madrid: Alianza editorial, 2019.

y gobernadores pudieran acudir desde el Palacio Real hasta las principales iglesias, conventos y monasterios de cada ciudad a atender a las ceremonias que en ellas se realizarían, relacionadas tanto con fiestas locales como las vinculadas con la Dinastía. En estas ceremonias jugarían un papel fundamental todos aquellos conventos y monasterios de esas cortes que podían ser considerados Sitios Reales en virtud de su vinculación con la dinastía reinante, que había sufragado su construcción y dotación, apoyando sus necesidades económicas y espirituales.

Veamos a continuación el papel que capillas, monasterios y conventos reales jugaron en todo este proceso.

Capillas Reales

En las monarquías de la Edad Moderna, las Capillas Reales tuvieron diversos objetivos.[26] En primer lugar, atender las necesidades litúrgicas y devocionales del rey y, por extensión, de la familia real y de los residentes en la Corte, además de imponer la conducta que debía seguirse en la misma. Sin duda, era el lugar idóneo para influir en la voluntad real o en el gobierno de la Monarquía a través de la predicación. Del mismo modo, era también la encargada de propagar y supervisar la espiritualidad apoyada por los Soberanos a todos los rincones de sus reinos. Asimismo, era uno de los espacios palatinos donde se constituía la imagen regia a través de los ritos y ceremonias que en ella se ejecutaban y que presentaban al reino la grandeza del monarca y de la dinastía reinante, así como su liberalidad y magnanimidad. Finalmente, era un espacio de integración de las élites, donde se generaban redes clientelares que ayudaban a conseguir una mayor cercanía con la persona del monarca, pues el personal de la Capilla debía proceder de las élites de los reinos que estaban comprometidos con la ideología religiosa que se intentaba propugnar. De este modo, se daba cabida en la misma a las principales instituciones eclesiásticas, ocasionando una identificación y respaldo por parte de la Iglesia al monarca, así como la integración social e ideológica de las elites, al tiempo que se generaba un consenso que debía regir toda la Monarquía.[27]

En un primer momento, las capillas cortesanas eran itinerantes, al igual que

[26] Existe numerosa bibliografía sobre las Capillas Reales europeas, entre la que podemos destacar BALDWIN, David - *The Chapel Royal. Ancient & Modern.* Londres: Duckworth, 1990; BILLOT, Claudine - *Les saintes chapelles royales et princières.* París: Éditions du Patrimoine, 1998.

[27] MARTÍNEZ MILLÁN, José; PIZARRO LLORENTE, Henar - *La capilla real: integración social y definición de la ortodoxia religiosa.* In MARTÍNEZ MILLÁN, José; FERNÁNDEZ CONTI, Santiago (dirs.) - *La Monarquía de Felipe II: la Casa del rey.* Madrid: Fundación Mapfre-Tavera, 2005, 2 vols. I, 517-544 (p. 524).

las cortes ambulantes de los monarcas, pero, cuando se fijó la residencia de las diversas cortes, se asentaron en ellas. De este modo, se reforzó la triple acepción del concepto Capilla, pues se referiría tanto a la sección de la Casa Real del monarca, como a las necesidades espirituales y las de su familia que atendía y al espacio físico donde se desarrolló su actividad.

En los últimos años se ha ido avanzando notablemente en el conocimiento de la Capilla Real principal de la Monarquía Hispánica, no solo, en lo referente al conjunto de sus oficiales y a cuestiones musicales, espirituales y de ceremonial, si no también desde un punto de vista político y social.[28]

Gracias a estos estudios sabemos que, al igual que sucedería en el resto de los departamentos de la Casa Real de los monarcas hispanos, la estructuración de su Capilla Real principal en el Alcázar de Madrid estuvo sometida a la configuración de la propia Monarquía Hispánica, cuyo origen, recordemos, provenía de un conglomerado de reinos en el que cada uno tenía su propia Casa Real que los vástagos de la dinastía Austria tuvieron que asumir y cuyo paraguas resultó ser la Casa de Borgoña.[29] En el caso de la Capilla, además de la de Borgoña tuvieron que asimilar la de Castilla, lo que provocó numerosos problemas derivados en su mayoría de la similitud de tareas de la jefatura de ambas, ejercida por el limosnero mayor (Borgoña) y el capellán mayor (Castilla). Esto dio lugar a controversias entre ambas Capillas, a lo que habría que añadir el hecho de que a ese conjunto también se tuvo que unir la de Aragón y se incorporaron varios usos de otras cortes, en especial la del Papado.

Sin embargo, hay que recordar aquí que hubo Capillas Reales en otros lugares pertenecientes al segundo y tercer círculo concéntrico de Sitios Reales

[28] ROBLEDO ESTAIRE, Luis; KNIGHTON, Tess; BORDAS IBÁÑEZ, Cristina; CARRERAS, Juan José - *Aspectos de la cultura musical en la Corte de Felipe II.* Madrid: Ediciones Alpuerto, 2000; CARRERAS, Juan José; GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. - *La Capilla Real de los Austrias. Música y ritual de corte en la Europa Moderna.* Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2001; ROBLEDO ESTAIRE; PIZARRO LLORENTE, *La capilla*; COSTA GOMES, Rita - *The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts and Influences*, « The Medieval History Journal », 12:1 (2009), p. 77-111; NOGALES RINCON, David - *La representación religiosa de la monarquía castellano-leonesa. La Capilla Real (1252-1504)*. Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 2009. Y a los que podemos añadir trabajos como los de NEGREDO DEL CERRO, Fernando - *Los Predicadores de Felipe IV. Corte, intrigas y religión en la España del Siglo de Oro*. Madrid: Actas, 2006; SÁNCHEZ BELÉN, Juan Antonio - *La Capilla Real de Palacio en la crisis del Antiguo Régimen*, « Cuadernos de historia moderna », 27 (2002), p. 99-130, y *La Capilla Real de Palacio en tiempos de valimiento de Don Luis de Haro (1643-1661).* In VALLADARES, Rafael (dir.) - *El mundo de un valido: Don Luis de Haro y su entorno, 1643-1661*, Madrid: Marcial Pons, 2016, p. 193-232; así como SAAVEDRA ZAPATER, Juan Carlos - *El primer reformismo borbónico en palacio: La Capilla Real (1700-1750)*. Madrid: UNED, 2005.

[29] Sobre la evolución de la Casa de Borgoña, HORTAL MUÑOZ, José Eloy; LABRADOR ARROYO, Félix - *La Casa de Borgoña. La Casa del rey de España.* Lovaina: Leuven University Press, 2019. En la segunda parte de dicho volumen se habla sobre las diversas secciones de la Casa, entre las que se encuentra la Capilla Real y sobre la que tratan diversos aspectos los capítulos de David Nogales Rincón, Tess Knighton, Paulino Capdepón Verdú y Esther Jiménez Pablo.

de la Monarquía Hispánica, no sólo en Castilla -donde encontramos capillas en Aranjuez, El Pardo, Sevilla, Córdoba o Granada-, si no en todos los diferentes territorios de la Monarquía; entre otros, los Países Bajos -Palacio de Coudenberg-, Portugal -Paço da Ribeira-, Nápoles -Palacio Real de Nápoles-, Sicilia -palacios reales de Palermo y Messina-, Perú –Palacio Real de Lima-, México –Palacio Real de México-, Aragón –Palacio Real de la Aljafería-, Cataluña -Palacio real Grande de Barcelona-, Valencia -Palacio Real de Valencia-, Cerdeña -Palacio Real de Cagliari-, o las remotas, y poco conocidas, Islas Filipinas -Capilla Real de Manila-. Entre todas ellas, debemos distinguir entre aquellas Capillas Reales derivadas de reinos que habían tenido Casa Real propia en la Edad Media, y la siguieron teniendo durante el periodo Habsburgo -caso de Aragón, Sicilia, Portugal, Nápoles o Países Bajos, esta última tras la creación de la *Maison Royale de Bruxelles*[30]-, de aquellas derivadas del servicio a los virreyes u otras formas delegadas de poder de la Monarquía Hispánica -caso de Valencia, Cataluña, México, Lima o Cerdeña, entre otras-. Alguna, incluso, tenía una condición superior como la de Palermo en Sicilia, pues representaba una suerte de catedral en miniatura del rey-papa hispano como patrón eclesiástico y legado papal.[31]

Hasta hace poco tiempo, no existían demasiados estudios dedicados a todas aquellas Capillas Reales que hubo en la Monarquía Hispánica durante la Edad Moderna fuera de la que acompañó a los monarcas Habsburgo en su corte principal.[32] Sin embargo, los trabajos contenidos en el volumen citado anteriormente, *Politics and Piety at the Royal Sites of the Spanish Monarchy in the Seventeenth Century*, nos permiten llevar a cabo un estudio comparativo para extraer algunas conclusiones.[33]

La primera y principal, es que todas ellas cobrarían un renovado esplendor desde finales del siglo XVI hasta mediados del XVII, al albur del incremento de la relevancia de las diversas cortes de la Monarquía Hispánica fuera de la

[30] HORTAL MUÑOZ, José Eloy; TRÁPAGA MONCHET, Koldo - *The Royal Households in the Habsburg Netherlands after the Departure of the House of Burgundy: From the Entourages of the Governors-General to the* Maison Royale de Bruxelles, « Dutch Crossing », 39:1 (2015), p. 3-25.

[31] D´AVENIA, Fabrizio - *The Display of Royal Ecclesiastical Power: The Palatine Chapel of Palermo (1586-1713)*. In HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety*, p. 75-98.

[32] La mayoría centradas en su vertiente musical, caso de CLERCX, Suzanne - *La chapelle royale de Bruxelles sous l´ancien régime.* « Annuaire du Conservatoire de musique de Bruxelles », 65 (1941), p. 159-179 o GALLEGO Y BURÍN, Antonio - *La Capilla Real de Granada.* Madrid: CSIC, 1952.

[33] En este volumen nos encontramos estudios relacionados con las Capillas Reales que moraban en el Alcázar de Madrid -J. Martínez Millán-, Palacio Real de Palermo -F. d´Avenia-, Gran Palacio Real de Barcelona -I. Fernández Terricabras-, Palacio Real de Valencia- E. Callado Estela-, y Palacio Real de Lima -G. Nieva y A. M. González-, además de algunas referencias a otras Capillas como las del Palacio Real de Nápoles, del de *Ribeira* de Lisboa, del de Coudenberg en Bruselas, o la Capilla Real de Manila. A raíz de este libro ha habido nuevos trabajos, caso de CALLADO ESTELA, Emilio - La Capilla del Palacio Real de Valencia. Entre Austrias y Borgones. Madrid: Sílex, 2024.

de Madrid durante ese periodo. En todas ellas se mantendría o aumentaría el número de capellanes y de integrantes de otros oficios menores, así como se impondría la residencia obligada de los principales cargos de la Capilla para poder atender servicios y celebraciones, como fue el caso del *Precentor* en Palermo o del Capellán Mayor en Valencia. Del mismo modo, se reformarían los edificios y se les dotaría de gran magnificencia, al tiempo que se proveían fondos para gastar en la prédica y en las rentas de los miembros de la Capilla, todo ello con el fin de prestigiar la condición y ceremonial de virreyes y gobernadores de cada territorio.

Muchas de estas nuevas necesidades ceremoniales tenían que ver, no solo, con la celebración ordinaria de misa -en Valencia, por ejemplo, se llegaron a celebrar 600 misas al año-, sino, sobre todo, y en especial, con la espiritualidad que el Papado consiguió introducir en la Capilla Real del Alcázar de Madrid. En efecto, las celebraciones relacionadas con la adoración a la Eucaristía y la celebración de las Cuarenta Horas requerían un elevado número de personal para llevarlas a cabo.[34]

En este sentido, las Capillas Reales de otros territorios debían servir para extender esa ideología religiosa y espiritual preponderante en la Capilla del Sitio Real principal a todos los rincones de la Monarquía. De este modo, ejercieron un relevante papel como articuladoras espirituales, religiosas y sociales de las diferentes comunidades vinculadas a esos Sitios Reales, tal y como el Concilio de Trento había exigido a las diversas parroquias. Aquí conviene recordar que la condición de parroquia de la Capilla Real dentro del palacio y de su entorno ya tuvo su origen en la Edad Media en todos los territorios de la Corona de Aragón, en especial Cataluña o Valencia, y durante el periodo que nos ocupa dicha condición sería defendida con uñas y dientes por parte de los capellanes reales. Esto provocaría numerosos conflictos jurisdiccionales con las autoridades eclesiásticas del lugar, en especial con los obispos. En todos esos conflictos, las aspiraciones de la Capilla Real consistían siempre en que pudiera decidir sobre ellos el monarca y su jurisdicción, más cercana y laxa, y no las autoridades eclesiásticas.

Estos conflictos con los obispos nos indican el problema generalizado que sufrió la Monarquía Hispánica en su relación con la Iglesia en lo referente a la jurisdicción eclesiástica; durante el reinado de Felipe II estos problemas

[34] La relevancia de este asunto en las relaciones Monarquía-Papado fue puesta de relieve por RODRIGUEZ, Pablo L. - *Música, devoción y esparcimiento en la capilla del Alcázar Real (siglo XVII): los villancicos y tonos al Santísimo Sacramento para Cuarenta Horas.* « Revista Portuguesa de Musicología », 8-9 (1997-1998), p. 31-45. Desarrollado en mayor detalle en MARTINEZ MILLAN, José; JIMENEZ PABLO, Esther - *La transformación ideológica de la Monarquía y su reflejo en la capilla real.* In MARTINEZ MILLÁN; HORTAL MUÑOZ - *La Corte de Felipe IV*, I, p. 700-764.

fueron constantes, para agravarse aún más durante la primera mitad del siglo XVII.[35] El empeoramiento de las relaciones en este momento, vino provocado principalmente por la estrategia que Olivares emprendió al inicio del reinado de Felipe IV de aumentar la relevancia de esas cortes secundarias, incrementando el poder y condición social de virreyes y gobernadores procurando que, en la medida de lo posible, fueran de sangre real;[36] este fue el caso de Isabel Clara Eugenia continuando como gobernadora en los Países Bajos tras fallecer el archiduque Alberto (1621-1633), del príncipe Filiberto de Saboya como virrey de Sicilia (1621-1624), del Cardenal Infante como sucesor de Isabel Clara Eugenia en los Países Bajos (1634-1641), o de las candidaturas del infante don Carlos como virrey de Portugal en 1631 o la de don Juan José de Austria para los Países Bajos en 1643.

Esta estrategia proponía una monarquía como complejo solidario regido por una red formada por linajes asociados, identificando los intereses de la aristocracia de todos los reinos con los de la Corona. Ante dicha estrategia, la Iglesia, que suponía un obstáculo, puso en jaque la política del valido y utilizaría la espiritualidad y piedad como arma contra la Monarquía. El problema se agudizó en las cortes virreinales, siendo el caso más conocido el del Tumulto de México de 1624 originado por los problemas con el arzobispo de dicha ciudad,[37] pero no fue el único.[38]

Estos conflictos y las relaciones Monarquía-Papado tendrían un impacto relevante en muchas ocasiones en la elección de todos aquellos personajes religiosos vinculados a las diversas Capillas Reales que nos ocupan, debido al

[35] Analizado en MARTÍNEZ MILLÁN, José - *La Monarquía Católica como entidad política*. In MARTÍNEZ MILLÁN, José; RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel - *La Corte de Felipe IV (1621-1665). Reconfiguración de la Monarquía Católica*. Madrid: Polifemo, 2018, 3 vols. III/1, p. 267-317.

[36] RIVERO RODRIGUEZ, *Ammirare il vostro dominio*.

[37] BALLONE, Angela - *The 1624 Tumult of Mexico in Perspective (c. 1620-1650).* Leiden: Brill, 2017.

[38] En HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety* se analizan algunos de estos conflictos, como cuando en Sicilia la década de los 80 del siglo XVI el *Precentor* intentó tener la jurisdicción sobre todos los miembros de la Capilla, lo que provocó enfrentamientos con el arzobispo de Palermo y con el juez de la *Regia Monarchia* (D´AVENIA – *The Diplay of Royal Political Power*, p. 87-89), En Barcelona hubo igualmente enfrentamientos jurisdiccionales entre el Capellán Mayor y las autoridades eclesiásticas locales, en especial el obispo (FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi - *No King for a Palace: Royal Palaces and Chapels in Barcelona in the Seventeenth Century*, p. 110-112), o, en menor medida en Lima (NIEVA OCAMPO, Guillermo; GONZÁLEZ FASANI, Ana Mónica - *Lima and the Ecclesiastical Entourage of the Viceroys (1600-50): The Royal Chapel*, p. 137-166). Existen otros casos como Nápoles donde, por ejemplo, el Capellán Mayor tuvo menos problemas pues sus prerrogativas jurisdiccionales desde la fundación de la Capilla Real en el periodo angevino fueron mucho mayores que las de otros territorios (COCOZZA, '"Hombres de pecho", p. 147–152). Como último ejemplo señalamos Filipinas donde, desde un principio, los arzobispos de Manila defendían que no hubo breve del papa ni licencia del rey que permitiese la fundación de una Capilla Real y abogaron por su desaparición durante todo el siglo XVII (GONZALEZ ALONSO, Nuria - *Sebastián Hurtado de Corcuera: Gobernador de Panamá y de Filipinas*. « Anales del Museo de América ». 20 (2012), p. 199-218 (206-208).

papel ya indicado que este personal tendría en la expansión de la religiosidad y espiritualidad requerida en los diversos reinos que componían la Monarquía.

Ya se ha estudiado en otros lugares los principales oficios que componían las capillas reales de los diversos reinos –capellán mayor, capellanes, predicadores y confesores-, así como la extracción social de sus miembros, sus funciones y la relevancia del monarca, virreyes y, en algunos casos, papas en su nombramiento.[39] Aquí, queremos abordar únicamente el oficio de maestro de ceremonias, debido a la cuestión ya señalada de que, durante el siglo XVII, el número de componentes de estas capillas se incrementó notablemente, debido tanto al aumento de relevancia de las cortes subsidiarias como al hecho de tener que oficiar misa todos los días y, sobre todo, a que estuvieran todos los componentes de las capillas presentes en las grandes celebraciones vinculadas a las ceremonias de las Cuarenta Horas y la adoración del Santísimo Sacramento que se fomentaron desde el Papado. Esta cuestión requería también una mayor institucionalización de las Capillas a través de la elaboración de documentos reglamentarios donde se hiciera una ordenación pormenorizada, tanto de la estructura como de la organización de cada Capilla Real, manifestando gajes, sueldos y funciones de cada uno de sus diferentes oficios, así como del conjunto de ceremonias relacionadas con la vida palaciega, cuestión donde tendría un papel fundamental el maestro de ceremonias.

Como se ha estudiado en otros lugares,[40] el proceso de codificación y fijación de las Ordenanzas, Etiquetas y Ceremonial de la Monarquía Hispánica fue largo y complejo, ya que estas no se fundamentaban solo en principios de orden estético y social sino también moral y político.[41] Para Carlos V y Felipe II, generar una Etiqueta y un ceremonial apropiado en la Capilla para representar el poder

[39] Ver los trabajos de HORTAL MUÑOZ, José Eloy. *La espiritualidad en palacio: los capellanes de Felipe IV*. In MARTÍNEZ MILLÁN, José; RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel; VERSTEEGEN, Gijs (coords.) - *La corte en Europa: política y religión (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Polifemo, 2012, I, p. 257-304; *Religión, política y sociedad: el personal religioso de los Sitios Reales en los territorios de la Monarquía Hispana durante el siglo XVII*. In VALLADARES, Rafael (ed.). *La Iglesia en Palacio. Los eclesiásticos en las cortes hispánicas (siglos XVI-XVII)*. Roma: Viella, 2019, p. 73-90; *Royal Chapels: Spirituality, Ceremonial and Integration of the Elites*. In HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety*, p. 44-54.

[40] Entre otros LABRADOR ARROYO, Félix - *La formación de las Etiquetas Generales de Palacio en tiempos de Felipe IV: la Junta de Etiquetas, reformas y cambios en la Casa Real.* In HORTAL MUÑOZ; LABRADOR ARROYO - *La Casa de Borgoña*, p. 99-128; HORTAL MUÑOZ, José Eloy; LABRADOR ARROYO, Félix - *Etiquetas y Ordenanzas de Felipe IV (1621-1665).* In MARTINEZ MILLAN; HORTAL MUÑOZ - *La Corte de Felipe IV*, II, p. 1-740; HORTAL MUÑOZ, José Eloy; LABRADOR ARROYO, Félix; BRAVO LOZANO, Jesús; ESPILDORA GARCIA, África - *La configuración de la imagen de la Monarquía Católica. El ceremonial de la Capilla Real de Manuel Ribeiro.* Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2020.

[41] VISCEGLIA, Maria Antonietta - *Il cerimoniale come linguaggio político.* In *Cérémoniel et ritual à Rome (XVIe-XIXe siècle)*, Roma: École Française de Rome, 1997, p. 117-176; VISCEGLIA, Maria Antonietta, *Etiqueta cardenalicia en la época barroca.* In ID. - *Guerra, Diplomacia y Etiqueta en la Corte de los Papas (siglos XVI y XVII),* Madrid: Polifemo, 2010, p. 135-169 (148).

de una de las monarquías más importantes del momento fue una tarea ardua, no sólo por la envergadura del desafío, sino también por la multiplicidad de Casas Reales de las que disponían y de influencias que convergían en dicho espacio. En lo referente a la Capilla, el influjo castellano no decayó y se dejaría notar con mayor fuerza en la configuración de la ideología religiosa en la Corte, sobre todo en lo referente a capellanes y predicadores. Por su parte, la influencia borgoñona se dejaría notar principalmente en los aspectos musicales y ceremoniales de la Capilla, en especial durante el siglo XVI. Pese a ello, hasta 1583 el aparato ceremonial de la Capilla Real de Madrid estaría confiado al sacristán mayor, oficio que provenía de la Casa de Castilla, y en su ausencia por el receptor de la capilla.[42] A partir de entonces, este aparato ceremonial se confirió a un nuevo cargo, el maestro de ceremonias, coincidiendo con la unificación de oficios de capellán y limosnero mayor en la persona de García de Loaysa. Este nuevo puesto prevenía al monarca de todo lo referente al ceremonial y la liturgia, de los oficios que se debían de rezar al día siguiente, de si había de ser la misa cantada o rezada, si había de haber sermón, la hora en que habían de empezar las celebraciones, qué reliquias se veneraban, si había de celebrarse de pontifical o con solemnidad ordinaria y todo lo demás que concernía a las cuestiones de liturgia y del ceremonial.[43]

Éste oficio ya existía en Portugal y, de hecho, fue Felipe II, tras su viaje a la corte lusitana, el que decidió implantarlo también en Madrid. Sin embargo, fue mucho más importante en este sentido la Jornada que Felipe III llevó a cabo a Portugal en 1619,[44] donde conoció al maestro de ceremonias de la Capilla Real de Lisboa, el portugués Manuel Ribeiro. Impresionado por la riqueza de los ritos de dicha capilla, Felipe III decidió nombrar como su maestro de ceremonias en Madrid al propio Ribeiro, el cual, además, debía redactar un ceremonial propio de la Capilla Real madrileña que implementara el ceremonial romano en el Alcázar de Madrid, como expresamente certificaban las Ordenaciones de la Capilla de 1623 dentro de las tareas del maestro de ceremonias.[45] La paulatina asimilación del catolicismo como justificación de la política de la Monarquía Hispánica la llevaría a una proximidad con Roma que se plasmaría también en seguir en el Alcázar el ceremonial romano,[46] fenómeno que no solo se daría en Madrid.

[42] Real Academia de la Historia (RAH), Madrid - *Jesuitas*, 9/3678 (tom. 105), núm. 69, fl. 2 r.

[43] RAH, Jesuitas, 9/3982.

[44] Sobre esta Jornada, LABRADOR ARROYO - *La Casa Real en Portugal*, p. 319-346.

[45] Todo esto analizado en detalle en el estudio introductorio de HORTAL MUÑOZ *et alii* - *La configuración de la imagen de la Monarquía Católica*, p. 10-47.

[46] MARTINEZ MILLAN, José - *La crisis del "partido castellano" y la transformación de la Monarquía Hispana en el cambio de reinado de Felipe II a Felipe III.* « Cuadernos de Historia Moderna », Anejo II (2003), p. 11-38;

En efecto, el oficio de maestro de ceremonias también existiría en otras cortes de la Monarquía Hispánica fuera de Lisboa o Madrid, y sus funciones también entroncarían, no solo, con la organización de las ceremonias donde estuviera presente la Capilla Real y organizar el espacio cortesano, si no con la implantación del ceremonial romano en ellas. En este sentido, el ceremonial de la Corte de Bruselas elaborado por Francisco Alonso Lozano a finales del siglo XVII indicaba claramente:

> '*Du maistre de ceremonie de la chapelle*
> *Lequel doit avoir soin que les offices divines se celebrent avec tout honeur et veneration, ordonner celuy qui doit celebrer les meses et principalement la messe chante, et les vespres et les admoneter a temps a celle fin qu'il ne survienent quelques confusions. Il doit aussi ordonner celuy qui doit precher, et quand. Pareillem[en]t havoir soin des ornemens, et de tous les ceremonies lesquels se doivent faire dans les festes solemneles (…) et sur tout que les ceremonies soient faictes celon le rubricque, brevier, misal, le pontificat et ceremonies romaines*'.[47]

Por su parte, en Nápoles fue muy famoso el maestro de ceremonias Jusepe Raneo, que ejerció el cargo de 1634-1637, periodo durante el cual elaboró el llamado *Libro de los Virreyes.*[48] Dicho ceremonial resulta muy interesante, pues estuvo influenciado, además de por Roma, por otros cinco tipos de tradiciones: castellana, borgoñona, francesa, Médici (de Florencia y Módena) y Farnesio (de Parma).[49]

Mientras, en las Capillas Reales de Valencia y de Sicilia el puesto surgiría a lo largo del siglo XVII. En esta última capilla, se decidió concederle 60 *scudi* como tercer cargo en relevancia tras el *Succentor* y el Maestro de Capilla, encargado

SARRIÓN MORA, Adelina - *Identificación de la dinastía con la confesión católica*. In MARTÍNEZ MILLÁN; VISCEGLIA- *La Monarquía de Felipe III*, I, p. 246-272.

[47] HORTAL MUÑOZ, José Eloy; ESPÍLDORA GARCÍA, África; PIRLET, Pierre-François - *El ceremonial en la Corte de Bruselas del siglo XVII. Los manuscritos de Francisco Alonso Lozano*. Bruselas : Commission Royale d´Histoire/Koninklijke Commisie voor Geschiedenis, 2018, p. 69. También se hace referencia en el Artículo Quinto, p. 192.

[48] Este libro fue editado y publicado por PAZ Y MELIA, Antonio - *Etiquetas de la Corte de Napoles.* « Revue Hispanique », 27 (1912), p. 1-284. En base al mismo, SOLA GARCÍA, Diego - *En la corte de los virreyes. Maestros de ceremonias y virreinato en el Napoles del "Seicento"*. « Tiempos Modernos », 31 (2015), p. 244-270. En los últimos años se está llevando a cabo un interesante proyecto sobre el ceremonial de la corte napolitana, denominado *progetto cerimoniali* (https://www.progettocerimoniali.org/), que ha dado lugar a cuatro volúmenes sobre dicha cuestión. Varios de los ceremoniales publicados hacen referencia a la Capilla y al maestro de ceremonias.

[49] Sobre dicho ceremonial y su aplicación práctica en el palacio real de Nápoles, PALOS PEÑAROYA, Joan Lluis - *Un escenario italiano para los gobernantes españoles. El nuevo palacio de los virreyes de Nápoles (1599-1653).* « Cuadernos de Historia Moderna », 30 (2005), p. 125-150.

de una importante *Cappella Musicorum* compuesta por 30 miembros. Pero, en 1606, se decidió nombrar otros dos maestros de ceremonias asistentes, pues el principal se encargaba de todos los eventos públicos del Virrey y no solo de los religiosos. De su relevancia nos da constancia el hecho de que fuera el único oficio que tuviera siempre un espacio propio asignado en la capilla palatina de Palermo, que era un banco con su cabecera cerca del altar después de los canónigos.[50]

Finalmente, indicar que, pese a la pérdida de relevancia de las cortes subsidiarias que componían la Monarquía a finales del siglo XVII, vinculada al cambio de condición de virreyes y gobernadores, que pasaron de ser *alter ego* del monarca a convertirse en meros oficios,[51] todos los territorios quisieron mantener las Capilla Reales que se habían potenciado a principios del siglo XVII. En virtud de ello, contribuyeron a su mantenimiento financiero incluso en momentos de decadencia económica, que se iniciaron primero en Barcelona, para luego extenderse a Valencia, Palermo o Lima. Este interés nos indica que estas instituciones sirvieron para prestigiar dichas Cortes a través del ceremonial y la integración de las élites, favoreciendo su comunicación con el centro de la Monarquía mediante las redes clientelares y la espiritualidad. Todo ello con el fin de hacer más presente en dichas tierras a un monarca ausente.

Conventos y Monasterios Reales

A continuación, abordamos el fundamental papel que jugaron en la espiritualidad y piedad desarrollada en los diversos territorios, así como en las ya indicadas relaciones del conjunto de la Monarquía Hispánica con el Papado, aquellos conventos y monasterios que podían ser considerados Sitios Reales en las diversas cortes de la Monarquía, en virtud de su vinculación con la dinastía reinante, que había sufragado su construcción y dotación, apoyando sus necesidades económicas y espirituales en todo momento.[52]

[50] D´AVENIA – *The Diplay of Royal Political Power*, p. 85-86.

[51] RIVERO RODRIGUEZ, Manuel - *La cour du roi et les cours des vice-rois: la crise du gouvernement de la monarchie espagnole au XVIIe siècle.* « Histoire, économie & société », 3 (2019), p. 33-49.

[52] En HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety* se presta atención especial a varios de ellos, como son las Descalzas Reales, la Encarnación y Santa Isabel en Madrid -en el trabajo de V. Mínguez Cornelles-, el convento de los capuchinos de Tervuren en los Países Bajos – H. Pizarro Llorente-, el convento de Cristo y el de Madre de Deus, así como los monasterios de San Vicente, Penhalonga y Pena en Portugal – J. P. Paiva-, el convento real de Santo Domingo y los monasterios de San Miguel de los Reyes y la Santísima Trinidad en Valencia – I. Rodríguez Moya -, o el monasterio de Clarisas de Oristrano y los conventos de Santo Domingo y de mercedarios de Madonna della Bonaria de Cagliari – N. Bazzano -; además de tratar en menor detalle otros muchos casos como los conventos de franciscanos en Lima o el Monasterio de San Lorenzo de El Escorial. Estos estudios, al igual que sucede con las Capillas Reales, nos permiten extraer una serie de conclusiones que resumimos en este apartado del artículo.

En primer lugar, es indudable resaltar la relevancia política y espiritual que dichos lugares tuvieron a la hora de configurar el armazón ideológico que definiría a la Monarquía Hispánica durante los más de dos siglos que duró su periodo de esplendor, y que ya hemos apuntado brevemente al inicio del artículo.

Ya esta unión de política y religión se daba en la Edad Media en toda Europa, siendo una de sus principales expresiones los palacios-convento y los cuartos reales en conventos que se construyeron en los reinos cristianos de la Península Ibérica.[53] En el caso de Castilla, los pocos palacios reales que se conocen de época medieval fueron luego convertidos en conventos reales, caso de Santa María la Real de Huelga en Burgos y Santa María la Real de Tordesillas. Éste último resulta especialmente interesante para la continuidad dinástica, pues en el siglo XVI, cuando ya se había convertido en el Monasterio de Santa Clara, estuvo ligado a la Corte de Juana I de Castilla durante la casi media centuria en que la reina estuvo recluida en un palacio de dicha villa. En Aragón nos encontramos también con varios casos, como fueron los monasterios de Santas Creus o Poblet, así como las Clarisas de la Santísima Trinidad o San Miguel de los Reyes en Valencia.

La tradición continuaría durante la Edad Moderna en la Monarquía Hispánica, con ejemplos como los de Aceca, los monasterios de las Descalzas, Encarnación o Jerónimos de Madrid, o incluso el convento de capuchinos de Tervuren en los Países Bajos, además de, por supuesto, el mejor ejemplo que fue el Monasterio de San Lorenzo de El Escorial.[54] Por su parte, el último convento que se construyó con cuarto real sería el de las Salesas Reales, fundado en Madrid por la reina Bárbara de Braganza a mediados del siglo XVIII, y que también ejercería como Panteón Real al albergar allí la sepultura de dicha reina y de su marido, Fernando VI.[55]

Sin duda, una de las principales funciones que cumplieron dichos conventos-palacios fue la de panteón real; es decir, se estrechaba aún más la vinculación de dichos lugares con la dinastía reinante, y los Habsburgo lo supieron aprovechar perfectamente para demostrar continuidad dinástica, al igual que sucedía con los palacios reales.

[53] CHUECA GOITIA, Fernando - *Casas reales en monasterios y conventos españoles.* Bilbao: Xarait ediciones, 1982.

[54] Sobre éste monumental Sitio Real sigue siendo referencia BUSTAMANTE GARCÍA, Agustín - *La octava maravilla del mundo. Estudio histórico sobre El Escorial de Felipe II*. Madrid: Alpuerto, 1994.

[55] Aún quedan muchas cuestiones por trabajar relativas a este convento, aunque podemos señalar AGUILO ALONSO, María Paz; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, Amelia; TARRAGA BALDO, María Luisa - *La Reina Bárbara de Braganza y la fundación del Monasterio de las Salesas Reales de Madrid*. In *La mujer en el arte español: actas de las VIII Jornadas de Arte Departamento de Historia del Arte "Diego Velázquez"*. Madrid: CSIC, 1997, pp. 229-238.

Durante la Edad Media, cada reino de la Península Ibérica tuvo sus propios panteones; así, en Castilla nos encontramos con el Monasterio de las Huelgas, el Panteón de San Isidoro de León, las Capillas Reales de Granada o Sevilla (y también los Monasterios de las Descalzas Reales y la Encarnación en la Edad Moderna); en Navarra con el monasterio benedictino de Leire; en la Corona de Aragón con los monasterios cistercienses de Poblet y Santes Creus, así como San Miguel de los Reyes y las Clarisas de la Santísima Trinidad en Valencia; o en Portugal el Monasterio de Batalha. Sin embargo, tras el advenimiento de los Habsburgo al frente de la Monarquía Hispánica y la acumulación en sus manos de todos esos territorios tan diversos, se hacía necesario buscar un panteón único que pudiera albergar a la nueva dinastía, aunque durante el reinado de Carlos V se mantuviera como tal la Capilla Real de Granada. Los Habsburgo ya habían promovido complejos funerarios monumentales para otras ramas de la familia -caso de la Hofkirche de Innsbruck impulsada por Maximiliano I o el Real Monasterio de Brou en Bourg-en-Bresse por Margarita de Austria-, pero aún no se había promovido un panteón específico para la rama Habsburgo hispana.[56]

Sería Felipe II quien impulsara la construcción de uno de los símbolos dinásticos por antonomasia de los Habsburgo hispanos, como fue el Monasterio de San Lorenzo de El Escorial; sitio en el que, entre las numerosas funciones que debía cumplir, destacaba como una de las principales la de ser lugar de entierro de los miembros de la dinastía, comenzando por Carlos V. En virtud de ello, a raíz de la construcción del Monasterio, el ceremonial vinculado a los funerales regios de la Monarquía Hispánica sufriría una serie de importantes modificaciones.[57] En especial, tras el traslado de los cuerpos de la familia real que se encontraban dispersos por la geografía hispana hacia la sierra madrileña, que tuvo lugar entre 1573 y 1586, y a raíz del cual, Felipe II pondría las bases de un ceremonial funerario que iba a durar cerca de tres siglos.[58] Eso sí, se vería ligeramente modificado durante la agonía de Felipe IV para dar el viático en público al monarca, pues el Santísimo salió de la Capilla Real el 14 de septiembre de 1665 rodeado de los principales cargos de la Corte, y paró entre dos hileras de guardas que bajaron las armas al suelo al pasar el viático, certificando la

[56] Sobre los panteones Habsburgo, MÍNGUEZ CORNELLES, Víctor; RODRÍGUEZ MOYA, Inmaculada - *El tiempo de los Habsburgo. La construcción de un linaje imperial en el Renacimiento.* Madrid: Marcial Pons, 2020, p. 375-426.

[57] En esta cuestión sigue siendo de obligada consulta VARELA, Javier - *La muerte del Rey. El ceremonial funerario de la Monarquía Española (1500-1885)*. Madrid: Turner, 1990.

[58] Aunque el Panteón Real definitivo que se puede admirar hoy en día no fue construido hasta el reinado de Felipe IV, BUSTAMANTE GARCÍA, Agustín - *El Panteón del Escorial. Papeletas para su historia.* « Anuario del departamento de Historia y Teoría del Arte UAM », 4 (1992), p. 161-215.

vinculación de la dinastía Habsburgo hispana con el Santísimo.[59]

Al mismo tiempo, se hizo necesario disponer de espacios adecuados en la Corte para las honras fúnebres de la familia real, así como se requirió el diseño de una etiqueta ceremonial y un modelo artístico para las mismas. Los escenarios luctuosos preferentes fueron los conventos reales madrileños, concretamente las iglesias del Monasterio de las Descalzas Reales, del Monasterio de la Encarnación y del Convento de San Jerónimo.[60] De todos modos, conviene recordar que, tras la muerte de cada rey y reina, se realizaban réplicas de las exequias llevadas a cabo en Madrid en todas y cada una del resto de cortes de la Monarquía, en las cuáles entraban en juego los diferentes espacios reales que ya hemos ido viendo a lo largo de estas páginas y que reforzaban los lazos con el rey ausente. Por supuesto, dichas réplicas no se circunscribirían únicamente a los fallecimientos, sino también al resto de eventos relacionados con su ciclo biológico -caso de nacimientos o matrimonios-.[61]

El interés de Felipe II por erigir panteones que sirvieran como lugar de reposo de los miembros de su dinastía no se detendría en El Escorial. Pocos años después, durante su estancia en Portugal, el monarca planificó la construcción allí de un nuevo panteón, con el fin de utilizarlo como herramienta para la integración de dicho reino en el conjunto de la Monarquía Hispánica.[62] Para ello, en 1582 impuso nuevos impuestos para financiar las obras y decidió que el entierro de reyes y príncipes se llevara a cabo en el coro y capilla principal del viejo monasterio medieval de San Vicente de la Orden Religiosa de los Canónigos de San Agustín. La imagen simbólica era muy potente, pues dicho edificio había sido mandado construir por el primer rey de Portugal, Afonso Henriques (1139-1185), lo que ayudaba a la legitimación de la nueva dinastía sugiriendo que perpetuaba un legado que se remontaba al del primer rey de Portugal. Del mismo modo, la advocación del conjunto al patrón de Lisboa, San Vicente, vinculaba el edificio al santo al que se dedicaba el Monasterio de El Escorial, pues tanto San Lorenzo como San Vicente eran santos mártires procedentes de Huesca. La influencia del *Opus Magnum* del "Rey Prudente" no quedaría ahí, pues la fachada de San Vicente recuerda claramente a la del Monasterio de San Lorenzo tras la intervención en los diseños del proyecto del mismo arquitecto,

[59] VARELA - *La muerte del Rey*, p. 74.

[60] MÍNGUEZ CORNELLES, Víctor - *Court Spaces and Dynastic Piety at the Royal Convents of Madrid (16th-17th Centuries).* In HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety*, p. 185-206.

[61] Sobre estas cuestiones y ejemplos de diversas cortes, la monumental obra GARCÍA BERNAL, José Jaime - *El fasto público en la España de los Austrias.* Sevilla: Universidad, 2006.

[62] PAIVA, Jose Pedro - *The Presiding Religious Influence of an Absent King: Philip II as King of Portugal (1580-98), Royal Palaces, Convents and Monasteries.* In HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety*, p. 227-242.

Juan de Herrera. Para cerrar el círculo de la continuidad dinástica, Felipe II (I de Portugal), decidió el traslado de los cuerpos de sus predecesores, los reyes Sebastián I y Enrique, al Monasterio de los Jerónimos en Belém; de nuevo, con claras implicaciones políticas al ser enterrados en la Capilla que en 1572 había preparado Catalina de Austria, reina consorte de Portugal y regente del reino, y que era tía del propio Felipe II, para ser panteón de Manuel I y de sus hijos.

Tras Felipe II, esa continuidad dinástica vinculada a panteones que estaban en conventos o monasterios reales encontró una estabilidad que perduraría hasta los reyes Borbones. Sin embargo, conviene destacar aquí el sepulcro que se realizó en Cerdeña para Martin I "el Joven". En principio, iba a ser enterrado en Poblet, pero falleció durante la exitosa conquista de Cerdeña y se decidió enterrarle en la catedral de Cagliari en el siglo XV, donde permaneció hasta que se decidió construirle su propio panteón en las décadas de 1670 y 1680, en una magnífica obra del escultor milanés Giulio Aprile. De nuevo, nos encontramos aquí una clara funcionalidad política, pues se decidió su construcción tras el asesinato del Virrey Camarasa en 1666 e indicaba a la población la continuidad dinástica de los Habsburgo con los reyes de Aragón.[63]

Tal y como se puede observar, gran parte de estos edificios dedicados a panteones reales se pusieron en manos de monjes de la orden jerónima, como es el caso del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, San Miguel de los Reyes en Valencia o el Monasterio de los Jerónimos de Belém, debido a la naturaleza de dicha orden, cuya labor estaba basada en la oración y aislamiento. Pero, el apoyo de los reyes Habsburgo a la orden no se ceñiría únicamente a panteones, y en este sentido hay que recordar la relevancia que tuvo el Monasterio de los Jerónimos de Madrid en rituales dinásticos como la jura de príncipes herederos,[64] el retiro que Carlos V realizó en el Monasterio de Yuste tras su abdicación en 1556, o las visitas y apoyo de Felipe II a los Monasterios de Penhalonga y Pena en Sintra (Portugal).

El origen de la orden jerónima en la Península Ibérica estuvo relacionado en gran medida con el fenómeno eremítico, de gran arraigo en el siglo XIV, por lo que los monasterios jerónimos se caracterizarían por su ubicación en lugares apartados. Para ello, tuvo que contar desde un principio con un fuerte apoyo de las dinastías reinantes en los reinos cristianos, en especial los Trastámara

[63] BAZZANO, Nicoletta - *Power, Politics and Religion: The Viceregal Court and the Royal Convents in the Kingdom of Sardinia (15th-17th Centuries).* In HORTAL MUÑOZ, *Politics and Piety*, p. 273-276.

[64] Tal y cómo se puede ver en la relación del *Juramento que hacen los Señores Príncipes de Asturias, sacado de las apuntaciones hechas en el que se ejecutó del Príncipe Baltasar el año de 1635* (Archivo General del Palacio Real de Madrid (AGP), Real Capilla (RC), caja 1/3, s. f.).

castellanos.[65] Éste apoyo se mantuvo por parte de los primeros monarcas Habsburgo, Carlos V y Felipe II, pues el tipo de religiosidad que se impuso en sus cortes estaría sustentada en una espiritualidad intelectual muy acorde a los principios de los Jerónimos, en especial a partir de 1530.[66] Otras órdenes que respondían a dicha espiritualidad, como los dominicos, también tendrían el apoyo de los monarcas, no solo en la Península Ibérica, si no en lugares como Cerdeña, donde los reyes concedieron relevantes donativos el convento real de Santo Domingo de Cagliari que había sido fundado en 1254.

Dichas órdenes fueron, sin duda, básicas en el proceso de Confesionalización que Felipe II potenció en sus territorios.[67] Esta revolución política e ideológica no finalizaría hasta pocos años antes de la muerte del monarca, y se basaba en la aplicación de un estricto sistema de creencias sociales. Para ello, fue necesario reformar y centralizar la administración favoreciendo la configuración de la instituciones que la componían, así como llevar a cabo una rígida articulación y control del estamento eclesiástico por la Corona, lo que implicaba la búsqueda de una reforma religiosa para evitar herejías en sus posesiones.[68] Este proyecto ocasionó numerosos conflictos políticos en diferentes territorios de la Monarquía, caso de los Países Bajos,[69] y originó una dura pugna con Roma, que consideraba su jurisdicción universal y no estaba dispuesta a ceder porciones de la misma fácilmente. Por supuesto, ambos poderes buscaban la aplicación práctica de los acuerdos del Concilio de Trento, pero discrepaban a la hora de ver quién debía tener el mando de las operaciones.

Para contar con aliados en dicha pugna, Felipe II requeriría del apoyo de las órdenes religiosas, para lo cual promovió durante su reinado la posibilidad de nombrar a los principales cargos en las mismas en sus territorios. Además, concedería especial relevancia a algunos de los conventos y monasterios reales, potenciando aún más esa vinculación entre el mundo cortesano y el de la devoción, y convirtiendo esos lugares en teatros de la Contrarreforma Habsburgo.

---

[65] RUIZ HERNANDO, José Antonio - *Los monasterios jerónimos españoles.* Segovia: Caja Segovia, 1997.

[66] MARTINEZ MILLAN, José - *Corrientes espirituales y facciones políticas en el servicio del emperador Carlos V*. In BLOCKMANS, Wim; MOUT, Nicolette (dirs.) - *The World of Emperor Charles V*, Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2004, p. 103-126.

[67] Para un estudio de este proceso, MARTÍNEZ MILLÁN, José; DE CARLOS MORALES, Carlos Javier (dirs.) - *Felipe II (1527-1598). La configuración de la monarquía hispánica*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998, p. 99-213.

[68] FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi - *Felipe II y el clero secular: La aplicación del Concilio de Trento.* Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000.

[69] HORTAL MUÑOZ, José Eloy - *L'influence de la Confessionnalisation dans les premiers moments de la révolte des Pays-Bas: Les luttes entre factions*, « Journal of Early Modern Christianity », 3:2 (2016), p. 271-292.

En este sentido, una de las principales contribuciones de dichos conventos, sobre todo en Madrid, sería la de convertirse en grandiosos relicarios. Los tres grandes conventos religiosos femeninos madrileños, como eran las Descalzas Reales, la Encarnación y Santa Isabel, así como por supuesto el Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, acumularon las principales colecciones de reliquias de la Cristiandad, pues Felipe II no escatimó recursos en dicha tarea en oposición a los luteranos que rechazaban firmemente dicha costumbre. Es cierto que durante la Edad Media ya existió en los diversos reinos cristianos la costumbre de recopilar reliquias,[70] pero sería tras la finalización del Concilio de Trento cuando el "Rey Prudente" llevara a cabo un verdadero plan para adquirir cuantas más reliquias mejor, uniendo la tradición medieval ibérica con la Habsburgo. Este programa fue seguido por su hijo Felipe III, por lo que relicarios como los de las Descalzas, la Encarnación y el Monasterio del Escorial se convirtieron en verdaderos *wunderkammern* y concitaron la atracción y devoción de todos los servidores de la Monarquía, así como de los visitantes de otros reinos.[71]

Esta afición por las reliquias no se circunscribiría únicamente a Castilla, pues en todos los reinos que componían la Monarquía vemos como las reliquias constituyeron una parte principal de la espiritualidad y piedad vinculada a esos monasterios y conventos reales. En el reino de Aragón, la tradición era muy relevante desde tiempos de Martín I "El Humano", con algunas reliquias tan famosas como las de Santa Ágata en la Capilla Real de Palermo, del mismo nombre, o las numerosas que había en las Capillas Reales de Barcelona y Valencia o en los conventos de Cagliari.[72] En Portugal, por su parte, el impulso que dio Felipe II al coleccionismo de reliquias en los conventos reales o en la Capilla Real del Paço da Ribeira sirvió para crear vínculos más estrechos con el reino vecino, con episodios tan destacados como la entrega de una de las manos de Santa Teresa al convento de las carmelitas descalzas fundado por el Cardenal Alberto en Lisboa.[73]

---

[70] FREEMAN, Charles - *Holy Bones, Holy Dust. How Relics Shaped the History of Medieval Europe*. New Haven--London: Yale University Press, 2011.

[71] MEDIAVILLA MARTÍN, Benito; RODRÍGUEZ DÍEZ, José - *Las reliquias del Real Monasterio de El Escorial: documentación hagiográfica*. San Lorenzo de El Escorial: Ediciones Escurialenses, 2005; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, María Leticia (ed.) - *El Relicario del Real Monasterio de la Encarnación de Madrid*. Madrid: Patrimonio Nacional, 2016; BOSCH MORENO, Victoria - *"Para que el pueblo vea y goce de este santo tesoro". Una aproximación al relicario de las Descalzas Reales de Madrid durante los siglos XVI y XVII.* In MINGUEZ CORNELLES; RODRIGUEZ MOYA - *La piedad de la Casa de Austria*, p. 185-202

[72] Ver bibliografía en los diversos capítulos que tratan sobre dichas Capillas en HORTAL MUÑOZ – *Politics and Piety*.

[73] Sobre éste fundamental personaje y su papel en la configuración de la espiritualidad de la dinastía en diversos territorios, DUERLOO, Luc - *Dynasty and Piety: Archduke Albert (1598-1621) and Habsburg Political Culture in an Age of Religious Wars*. Farnham: Ashgate, 2012.

Del mismo modo, los conventos reales fueron fundamentales en uno de los fenómenos que más proliferaron a lo largo de finales del siglo XVI y principios del siglo XVII en las distintas cortes de la Monarquía Hispánica, cual fue el de la aparición de cofradías y hermandades vinculados a estos entornos religiosos. Al igual que los relicarios, aunque ya algunas de estas cofradías se habían fundado en el tardomedievo -como es el caso de la Hermandad de Santa Ágata fundada por Fernando el Católico en la Capilla Real de Barcelona en 1501-, cuando estas fundaciones cobraron mayor relevancia fue a raíz de la celebración del Concilio de Trento, fomentando la solidaridad y piedad dentro de los diferentes colectivos, ya fueran mercaderes, cortesanos o nacionalidades, a través de un determinado tipo de espiritualidad.[74]

En Madrid, con el fin de ayudar en el proceso de integración de las diversas naciones en la capital, junto con los diversos hospitales que se fueron fundando en cascada -como el de San Pedro de los Italianos (1598), San Andrés de los Flamencos (1605), San Antonio de los Portugueses (1606), San Luis de los Franceses (1615), el Hospital Real de Nuestra Señora de Montserrat de los Aragoneses (1617) o el Hospital y Colegio de los Irlandeses (1629), se fundaron también cofradías como la de San Andrés de los Flamencos.[75] Dichas instituciones favorecían la integración de las diversas naciones en la vida de la Corte, así como la interrelación entre sus miembros al tener un punto de encuentro que solía estar localizado en la capilla de alguna iglesia. Del mismo modo, generaron un relevante sistema de previsión social al hacerse cargo de viudas, huérfanos, entierros, etc., tras el fallecimiento de alguno de sus miembros, así como mediante la concesión de préstamos a sus miembros necesitados. Sus fondos provenían de las cuotas de los diversos socios, así como de multas y de donaciones de notables de la Corte.

Sin duda, las más relevantes fueron las vinculadas a la Casa Real, en especial a las Guardas Reales debido a su carácter plurinacional. Sin embargo, aquí nos interesa en especial la Real Hermandad de Criados de los Reyes.[76] Esta se fundó en 1604 durante la estancia de la Corte en Valladolid y en la misma se decidió que únicamente se pudieran integrar miembros de la Casa Real. Como patrona tuvo a la Virgen María y estaría bajo la advocación del

[74] Acerca de éste fenómeno en la Monarquía Hispánica, ARIAS DE SAAVEDRA ALÍAS, Inmaculada; LÓPEZ GUADALUPE MUÑOZ, Miguel Luis - *Las cofradías españolas en la Edad Moderna desde una óptica social. Tres décadas de avance historiográfico*, « Cuadernos de estudios del siglo XVIII », 27 (2017), p. 11-50.

[75] VIDAL GALACHE, Florentina; VIDAL GALACHE, Benicia - *Fundación Carlos de Amberes: historia del Hospital de San Andrés de los Flamencos, 1594-1994*. Madrid: Nerea, 1996.

[76] Estudiada en SÁNCHEZ DOMINGO, Rafael - *La Real Hermandad de Criados de los Reyes de la Casa de Felipe III*. In GAMBRA GUTIÉRREZ, Andrés; LABRADOR ARROYO, Félix (Coords.) - *Evolución y Estructura de la Casa Real de Castilla*. Madrid, Polifemo, 2010, I, p. 263-295.

Misterio de la Encarnación del Hijo de Dios y de sus siervos San Hermenegildo y Santa Margarita. Tras la intermediación del duque de Lerma, estaría bajo la protección de los monarcas como patronos de la misma, habiéndose adscrito como hermanos desde su fundación los Príncipes de Asturias y los Infantes de España. La sede se estableció en el monasterio de San Agustín de Valladolid, y con el traslado de la Corte a Madrid en 1606 pasó a situarse en la Iglesia de los Padres Agustinos de San Felipe el Real, donde permanecería hasta que en 1618 fue trasladada al Monasterio de la Encarnación.

Fuera de Castilla, el impulso de las Cofradías llegaría a todos los rincones de la Monarquía, desde Lisboa, donde la cofradía de la *Misericórdia* contaría con el favor real, hasta Perú, donde la disputa entre las diversas cofradías de gremios que se formaron favorecerían la creación de conventos. Pero, sin duda, en el territorio donde adquirirían más relevancia sería en los Países Bajos, en el marco de la confrontación espiritual y religiosa que se estaba viviendo en dichas tierras con los calvinistas,[77] y donde los Archiduques Isabel Clara Eugenia y Alberto resultaron fundamentales. De hecho, el archiduque Alberto instauró en Bruselas la Hermandad y Cofradía de San Ildefonso, que había sido creada por él mismo en Lisboa en 1588 y que se instalaría en la iglesia de Santiago vecina al palacio de Coudenberg,[78] a lo que habría que unir la aprobación y apoyo expreso de Isabel a la Cofradía del Santo Sacramento o de las Cuarenta Horas de Tervuren fundada en 1626 por el enviado papal, el capuchino Jacinto de Casale Monferrato.[79] Dicha cofradía tendría su base en el Monasterio Real de Tervuren, y a la misma se incorporaron varias de las familias más relevantes de los Países Bajos, que aparecerían en público en la procesión anual celebrada por dicha cofradía apoyando sus preceptos espirituales, que eran muy cercanos a lo que propugnaba el Papado. Ambas cofradías, junto con la de Saint-Roch, fundada en la Iglesia de Coudenberg y que se asociaría en 1650 a la del mismo nombre

[77] En el marco de estos enfrentamientos resultaron fundamentales las actividades de la congregación de *Propaganda Fide*. Ver JIMÉNEZ PABLO, Esther; MARTÍNEZ MILLÁN, José - *Propaganda Fide frente a la hegemonía hispana: apoyos en las cortes de Madrid y de Bruselas a la creación de la congregación de cardenales*, « Philostrato. Revista de Historia y Arte », Número Extraordinario. *Las instituciones de los antiguos Países Bajos (siglos XVI-XVII)* (2018), p. 195-236.

[78] Analizada en HORTAL MUÑOZ, José Eloy - *La espiritualidad castellana en las diferentes Cortes de la Monarquía: La Hermandad y Cofradía de San Ildefonso de Lisboa, Madrid y Bruselas*, « Anales del Cincuentenario/ Annales du Cinquentenaire », 5 (2011-2012), p. 191-218.

[79] Documentación sobre esta cofradía en Archives de l'État d'Anderlecht, Bruselas, Bélgica (AEA), Archives Ecclesiastiques du Brabant (AEB), regs. 6922-6923. Su fundación y relevancia se analizan en SNAET, Joris - *La archiduquesa Isabel y el monasterio de los capuchinos de Tervuren.* In VAN WYHE, Cordula (dir.) - *Isabel Clara Eugenia. Soberanía femenina en las cortes de Madrid y Bruselas*, Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2011, p. 361 y ss.

en Roma,[80] fueron las principales cofradías de la Corte de los Países Bajos.

Sin duda, estas fundaciones de los Archiduques ilustran perfectamente la vinculación de los Habsburgo a la denominada *Pietas Austriaca*, que se había ido configurando a lo largo del tiempo y que alcanzaría su apogeo en el siglo XVII.[81] Esta particular devoción cristiana de la Casa de Austria incluía una amalgama de devociones marianas, hagiográficas y teológicas, incluida la defensa incuestionable de misterios católicos como la Eucaristía y la Inmaculada Concepción. Esto dio lugar a una concepción sacra de la política capaz de otorgar un significado mesiánico a los miembros de esta dinastía.

Fundamental en el desarrollo de esa *Pietas Austriaca* sería la fundación de una serie de conventos reales patrocinados por órdenes diferentes a las promovidas en tiempos de Carlos V y de Felipe II, proceso derivado del rechazo a la Confesionalización. En efecto, el sistema político-religioso impuesto por el "Rey Prudente" suscitó numerosas disensiones, tanto en el interior de la sociedad hispana como en los poderes políticos europeos, y si en las relaciones internacionales las discrepancias dieron por resultado las numerosas guerras en las que se implicó el Felipe II a lo largo de su reinado, en el campo religioso se manifestó en el surgimiento de una espiritualidad radical, denominada movimiento "descalzo". De esta manera, sin pretenderlo, la espiritualidad "descalza", discrepante de la religiosidad impuesta por Felipe II, fue asumida por las elites de los reinos que habían sido excluidas del gobierno central de la Monarquía por los letrados castellanos que habían impulsado la Confesionalización. Además, dichas órdenes recibirían un apoyo expreso del Papado, en su pugna contra el cesaropapismo de los monarcas hispanos.[82] Dentro de los discrepantes estaría, curiosamente, la hija de Felipe II, Isabel Clara Eugenia, que fue asimilando paulatinamente esta ideología religiosa a partir de las dos últimas décadas de la vida de su padre, manifestándose de manera clara durante su estancia en los Países Bajos.[83]

Sin duda, el patronazgo real de conventos femeninos de espiritualidad reformada no fue una peculiaridad de Isabel Clara Eugenia, si no de todas las ramas de las mujeres Habsburgo en general, y en todas las Cortes en las que

[80] Documentación sobre la misma podemos encontrarla en AEA, AEB, regs. 6917-6921.

[81] CORETH, Anne - *Pietas Austriaca. Österreichische Frömmigkeit im Barock,* Viena: Verlag für Geschichte und Politik, 1954; MÍNGUEZ CORNELLES; RODRÍGUEZ MOYA - *La piedad de la Casa de Austria.*

[82] MARTINEZ MILLAN, José - *La formación de la Monarquía Católica de Felipe III.* In MARTÍNEZ MILLÁN; VISCEGLIA- *La Monarquía de Felipe III*, I, p. 123-187.

[83] Analizado en MARTÍNEZ MILLÁN, José - *Isabel Clara Eugenia: ¿una infanta castellana?*. In LÓPEZ POZA, Sagrario; PENA SUEIRO, Nieves; DE LA CAMPA, Mariano; PÉREZ CUENCA, Isabel; BYRNE, Susan; VIDORRETA, Almudena (eds.) - *Docta y Sabia Atenea. Studia in honorem Lía Schwartz*, Universidade da Coruña: Servizo de Publicacións, 2019, p. 491-544.

estuvieron, como fue el caso de la emperatriz María en Viena o de Ana de Austria en París con Val-de-Grace.[84] En el caso de Castilla, dicha tradición se iniciaría con la fundación por parte de la princesa Juana del convento de las Descalzas Reales de Madrid y se consolidaría con la fdel Convento de la Encarnación por parte de Margarita de Austria-Estiria.

Curiosamente, el propio Felipe II también impulsaría algunas fundaciones de este tipo en Castilla y en Portugal.[85] Así, el primer convento portugués masculino de Carmelitas Descalzos se fundó en octubre de 1581 en honor a San Felipe por el patrocinio recibido por el monarca. Del mismo modo, el primer convento femenino de Carmelitas Descalzas fundado en Lisboa fue erigido en 1585 y fue conocido con el nombre de *Albertas*, en honor al apoyo prestado por el virrey archiduque Alberto en su fundación; cuestión inscrita dentro del efecto de emulación que las fundaciones del monarca tuvieron en el territorio luso, no solo con Alberto, sino también con parte de la nobleza portuguesa -como fue el caso de Duarte de Castelo Branco, Antonio de Castro o Pedro de Alcáçova Carneiro-, que se decidirían a fundar conventos de dichas órdenes en sus tierras. Es decir, que la espiritualidad emanada de esos conventos reales no iba a permanecer circunscrita únicamente al entorno de los soberanos y de los cortesanos que los rodeaban, si no que permearía a todas las capas de la sociedad.

Dicho efecto de emulación por parte de la nobleza en relación a conventos y monasterios reales englobaría también aspectos relativos a la acumulación de reliquias, a la construcción de panteones familiares y a la arquitectura.[86] En virtud de ello, la nobleza construiría y desarrollaría conjuntos arquitectónicos que emularían los Sitios Reales en su concepto global, y que en Castilla comenzaría ya a finales del reinado de Felipe II con ejemplos tan notables como los de la Huerta de la Ribera de Valladolid, que sería primero del duque de Lerma y luego del monarca,[87] o el Palacio de Buenavista en Toledo, del Cardenal Bernardo de Sandoval y Rojas.[88]

---

[84] Actividad que se describe en los diversos trabajos contenidos en CRUZ, Anne J.; GALLI STAMPINO, Maria (dirs.) - *Early Modern Habsburg Women. Transnational Contexts Cultural Conflicts, Dynastic Continuities*, Farnham: Ashgate, 2013; SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Leticia (ed.) - *Mujeres en la Corte de los Austrias. Una red social, cultural, religiosa y política*. Madrid: Polifemo, 2019.

[85] PAIVA - *The Presiding Religious Influence*, p. 231-241.

[86] Aspectos tratados en HORTAL MUÑOZ, José Eloy - *Reality or myth? The "domestication" of the nobility through the codification of space and ceremonial: Royal Sites and Palaces durign the reigns of Philip III and Philip IV of Spain (1598-1665)*, In DE JONGE, Krista; HOPPE, Stephan (dirs.) - *Court residences as places of exchange in late medieval and early modern Europe 1400-1700*, Turnhout: Brepols, 2025 (en prensa).

[87] PEREZ GIL, Javier - *Jardines y parques de la Huerta de Felipe III en Valladolid.* In DOMÍNGUEZ GARRIDO, Urbano; MUÑOZ DOMÍNGUEZ, José (dirs.) - *Cuartas Jornadas sobre "El Bosque" de Béjar y las villas de recreo en el Renacimiento*, Béjar: Grupo Cultural "San Gil", 2002, p. 179-198.

[88] CAVERO DE CARONDELET, Cloe - *Proyectos compartidos. Las fundaciones religiosas del Cardenal Bernardo*

Sin duda, los ejemplos más notables de emulación en Castilla serían el convento de monjas dominicas de San Blas y el Palacio en Lerma, del duque de Lerma,[89] y el Palacio-Monasterio de Loeches que llevó a cabo Olivares para su retiro, obra de Alonso Carbonell.[90] Este último era un convento de monjas dominicas adosado a un panteón para la Casa de Olivares y unido a un palacio, cuyos modelos fueron el monasterio de Yuste, el Cuarto Real de San Jerónimo en Madrid, San Lorenzo de El Escorial y, en la portada de la iglesia del convento, el convento de la Encarnación en Madrid. Tras la muerte de Olivares, el conjunto pasaría a manos de su sobrino, Luis Méndez de Haro, nuevo valido de Felipe IV.

En otros reinos también se produciría dicha emulación, comenzando por Portugal, donde el Sitio Real más influyente sería el Monasterio de San Lorenzo de El Escorial,[91] en lugares como el Convento de la Cartuxa de Evora, mandado construir por el Arzobispo Teotónio de Bragança en 1586, así como en la Iglesia de Nossa Senhora da Conceição en Leiria, impulsada su construcción en 1588 por el Obispo Pedro de Castilho, o el patrocinio por parte de Cristóbal de Moura de la capilla principal del monasterio benedictino de Lisboa con la intención de que fuera su propio panteón familiar. En otros lugares como Flandes, podemos destacar el plan de remodelación que llevó a cabo Charles de Croÿ, IV duque de Aerschot y I duque de Croÿ, de sus dominios, para conseguir una pequeña red con tres polos principales en los alrededores de Bruselas, que fueron su residencia urbana, una villa suburbana en Sint-Joost-ten-Node y el lugar de retiro más rural, el castillo de Heverlee (cerca de Lovaina). Vinculado a este último, encontramos el convento de los benedictinos patrocinado por los Croÿ, que hoy ocupa la biblioteca del Campus de Heverlee de la Universidad de Lovaina.[92]

Para finalizar, conviene indicar que todos estos aspectos vinculados a capillas, palacios, conventos y monasterios reales que hemos visto a lo largo de estas páginas, estuvieron ligados a grandes programas artísticos y arquitectónicos

de Sandoval y Rojas en el valimiento del duque de Lerma. In GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; RODRÍGUEZ REBOLLO, Ángel (dirs.) - *Apariencia y Razón. Las artes y la arquitectura en el reinado de Felipe III*, Madrid: Doce Calles, 2020, p. 67-92.

[89] CERVERA VERA, Luis - *El conjunto palacial de la villa de Lerma*, Valencia: Castalia, 1967: BANNER, Lisa A. - *The Religious Patronage of the Duke of Lerma, 1598-1621*, Farnham-Burlington: Ashgate, 2009, p. 109-168.

[90] PONCE DE LEÓN HERNÁNDEZ, Pedro - *La arquitectura del Palacio-Monasterio de Loeches: El sueño olvidado del Conde Duque de Olivares. La emulación de un Real Retiro*, Zaragoza: Pórtico, 2016.

[91] PAIVA - *The Presiding Religious Influence*, p. 238-239.

[92] MAEKELBERG, Sanne - *Intercambios entre la arquitectura de los Países Bajos y España durante el gobierno de los Archiduques. La impronta de la alta nobleza.* In GARCIA GARCIA; RODRÍGUEZ REBOLLO - *Apariencia y Razón*, p. 171-186.

desarrollados por los monarcas Habsburgo y sus virreyes y gobernadores en los diversos reinos de la Monarquía, que ya han sido estudiados suficientemente por los historiadores del arte. Sin duda, estos programas artísticos buscaban una implementación eficaz de esos requerimientos relacionados con la devoción, piedad y espiritualidad que pretendían los monarcas Habsburgo y el resto de los miembros de la dinastía.

Todo ello haría que capillas, palacios, conventos y residencias reales jugaran un papel fundamental en el entramado político-religioso de la Monarquía Hispánica de la Edad Moderna, en especial durante finales del siglo XVI y la primera mitad del siglo XVII. De este modo, contribuyeron a la pervivencia de un proyecto común que, sin embargo, procuró atender a las peculiaridades locales, tal y cómo hemos podido analizar en este artículo.

Artigo recebido em 18/03/2024
Artigo aceite para publicação em 30/09/2024

MORTE E SALVAÇÃO DA ALMA NOS TESTAMENTOS DOS PORTUGUESES DA VILA DE CACHOEIRA (BAHIA, SÉC. XVIII): NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

TÂNIA MARIA PINTO DE SANTANA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
tmpsant@ufrb.edu.br
https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31v3

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar as disposições pias dos moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e dos seus termos. As fontes sobre as quais nos debruçamos foram os seus testamentos, redigidos ao longo do século XVIII. Busca-se, através desta análise, compreender as práticas de bem morrer observadas nos testamentos – especificamente os legados pios (pedidos de mortalhas, procissões, missas fúnebres, sepulturas e sufrágios). Investigamos o registro das suas últimas vontades, relativas à salvação de suas almas e à abreviação do tempo de purgação delas no Purgatório. Através da análise dos legados pios, solicitados pelos moradores da vila e dos seus termos, também pretendemos analisar o papel desempenhado pela comunidade paroquial no processo de enquadramento religioso destas comunidades, destacando o papel ativo que os leigos, especificamente os colonos reinóis, tiveram dentro delas1.

PALAVRAS-CHAVE: Testamento; Legados pios; Morte; Catolicismo.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the pious dispositions of the residents of Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira and its terms. The sources we looked at were their wills, written throughout the 18th century. Through this analysis, we seek to understand the practices related to care for the salvation of the soul observed in the wills – specifically the pious legacies (requests for shrouds, processions, funeral masses, burials and suffrages). We investigated the record of their last wishes, relating to the salvation of their souls and the shortening of their time of purgation in Purgatory. Through the analysis of the pious legacies, requested by the village residents and their terms, we also intend to analyze the role played by the parish community in the process of religious framing of these communities, highlighting the active role that the laity, specifically the kingdom settlers, had within them.

KEYWORDS: Testament; Pious legacies; Death; Catholicism.

[1] Este artigo foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Brasil).

Introdução

Ao longo da história do Ocidente, as regras de sucessão e de herança foram definidas pelo direito sucessório que, progressivamente, diminuiu o poder dos defuntos sobre os seus bens, evitando a fragmentação do patrimônio familiar, através do direito de testar sobre parte dos seus bens, que lhe era facultado pela lei. Dentre as mudanças observadas, temos a definição de uma quota da qual o testador poderia dispor livremente, sem pôr em risco a sobrevivência dos vivos. Desde a Baixa Idade Média, os testamentos portugueses limitavam esta quota à terça parte dos bens, sendo denominada de terça[2]. Sob a influência da Igreja ela foi transformada "[...] num meio de assegurar o sufrágio eterno por alma [...]", através dos legados pios[3]. Estas crenças e práticas foram vinculadas na pastoral cristã ao "[...] viver de acordo com o fim para o qual cada homem foi criado: a bem-aventurança eterna"[4]. Viver bem, consistia, segundo a doutrina cristã dos Novíssimos – ou dos fins últimos -, em preparar a alma para o que estava previsto em seu destino, que compreendia: a morte, o juízo particular, os lugares para ela reservados (Purgatório, Inferno ou Paraíso). Os sufrágios pelas almas consistiram num conjunto de práticas relacionadas ao destino da alma no Além, que tinham o objetivo de abreviar a sua permanência no Purgatório, lugar de expiação dos pecados para os católicos[5]. A enunciação dos legados pios dividia-se em duas partes. A primeira remete aos ritos fúnebres do testador: mortalha, exposição, acompanhamento, cerimônia religiosa e enterro. A segunda remete as missas por intenções e devoções, esmolas a instituições ou pessoas[6].

No contexto moderno, diferentes textos eclesiásticos destacavam à importância dos legados pios e forneciam instruções que orientavam à sua prática, a exemplo dos manuais de "bem morrer". A crença cristã no julgamento da alma do fiel no momento da morte, e no Purgatório, impunha aos fiéis à

[2] VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura Portuguesa (1300-1500)*. Cascais: Redondo, 1995, p. 115-117.

[3] O legado é a parte da herança que o testador deixa para qualquer um que não seja seu herdeiro pelo testamento, mandando ao herdeiro que a dê ao legatário. A definição de pio remete a observância dos deveres da piedade religiosa. Ver: BLUTEAU, Padre Rafael – *Dicionário da língua portuguesa*. 2 tomos. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeu Ferreira, 1789, tomo 1, p. 639; tomo 2, p. 12, 204.

[4] TAVARES, Pedro Villa Boas – *Hora e imagens da morte na pastoral missionária: os brados do Bispo de Cabo Verde, D. Frei José de Santa Maria de Jesus (1731)*. In *Os «Últimos fins» na cultura ibérica (XV-XVIII)*. «Rev. Fac. Letras - Línguas e Literaturas». Anexo VIII – Porto, 1997, p. 234.

[5] Agradeço ao Doutor Pedro Clementino Vilas Boas Tavares (CITCEM/Universidade do Porto) pela cuidadosa leitura deste artigo, e por suas valiosas observações e esclarecimentos, especialmente, sobre a doutrina católica do Purgatório.

[6] CARDOSO, Cristiano – *Legado pio e esmola na testamentária da freguesia de Alvarenga (Lousada): 1745-1799*. «Revista do Município de Lousada» (Suplemento do Patrimônio). Lousada, Ano 11, nº 75, maio/ 2010, p. 2.

necessidade da preparação através dos sacramentos, orações e ritos realizados pela Igreja. Juntamente com os livros de horas e as imagens volantes, os manuais compuseram a *ars moriendi*, um gênero de literatura devocional, desenvolvido entre os séculos XIV e XV, destinado à divulgação das orações e dos passos a serem seguidos na busca pela "boa morte". A partir do século XVI - sob a influência do Concílio de Trento - os manuais de "bem morrer" tendem a insistir na necessidade da antecipação desta preparação, através de práticas realizadas ao longo da vida, dentre elas a redação de testamentos como forma de preparação da alma através da disposição dos bens em seu benefício[7].

Os manuais orientavam o registro, nos testamentos, de todas as informações relativas aos legados pios, como a escolha da mortalha que envolveria os seus corpos, a designação dos serviços pios religiosos a efetuar em benefício da alma, antes e depois do sepultamento, bem como o local onde este deveria ocorrer, cabendo aos testamenteiros, nomeados pelos testadores, à execução destas determinações[8]. Um dos manuais mais populares em Portugal foi o do Padre Estevão de Castro - *Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão* - que, segundo Ana Cristina Araújo, teve onze reedições entre 1621 e 1724, o que revela sua ampla aceitação e divulgação[9]. No capítulo 24, este padre jesuíta dedicou-se a orientar a forma e a ordem de se fazer o testamento, enfatizando os procedimentos relativos aos legados pios[10]. A redação de testamentos e instituição de legados pios foi praticada na América Portuguesa. Claudia Rodrigues estudou os testamentos de moradores das freguesias do Rio de Janeiro, no século XVIII, onde observou padrões de redação muito semelhantes aos propostos neste manual, assim como a constância na solicitação de legados pios, também observada nos testamentos estudados por William Martins[11]. Estudos desenvolvidos por Katia Mattoso, Inês de Oliveira e João José Reis identificaram a preservação da instituição de legados pios nos testamentos de Salvador, nas últimas décadas do século XVIII e no século XIX, em Salvador,

[7] RODRIGUES, Cláudia – *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 53-57.

[8] FERRAZ, Noberto Tiago Gonçalves – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento, 2014, p. 129.

[9] ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 164.

[10] CASTRO, Estevão – *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com recopilação das matérias de testamento e penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura sagrada e do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V*. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1627, p. 100-105.

[11] RODRIGUES, Cláudia – *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Ob. cit., p. 101; MARTINS, William de Souza – *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2009, p. 261-262.

inclusive nos redigidos por libertos[12].

No mundo português moderno, o testamento era um instrumento jurídico que atendia a demandas civis e religiosas. No que diz respeito à jurisdição civil, as *Ordenações Filipinas*, promulgadas em 1603, regulavam tais práticas no seu Livro IV, títulos LXXX ao CVI[13]. Do ponto de vista religioso as práticas eram orientadas pelas constituições diocesanas e arquidocesanas do reino. A partir do século XVIII, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, promulgadas em 1707 e publicadas em 1719, passaram a normatizá-las, em seu Livro IV, no Arcebispado da Bahia e demais dioceses luso-americanas[14]. No que diz respeito aos legados pios, a validade dos testamentos era atestada pelo cumprimento das solenidades requeridas no direito canônico, divulgadas através dos manuais de bem morrer, como o de Estevão de Castro. Neste artigo, analisaremos as disposições pias instituídas nos testamentos de moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e dos seus termos, redigidas ao longo do século XVIII. Pretendemos compreender, através desta análise, o papel desempenhado pela comunidade paroquial no processo de enquadramento religioso destas comunidades, destacando o papel ativo que os leigos, especificamente os portugueses reinóis, tiveram dentro delas.

Os legados pios de Cachoeira

Os testamentos analisados neste texto integraram o *corpus* principal da minha pesquisa de doutorado, na qual desenvolvi a análise de um conjunto de 93 testamentos de moradores da vila de Cachoeira e dos seus termos, redigidos entre 1701 e 1800, em sua maioria anexos a inventários *post mortem*, e pesquisados no Arquivos Público do Estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Municipal de Cachoeira (AMC)[15]. A região vinculada à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira compunha-se de oito freguesias ou paróquias,

[12] MATTOSO, Katia M. de Queirós – *Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades.* Publicação da UFBA: Salvador, 1979, p. 29; OLIVEIRA, Maria Inês Cortês – *O Liberto: seu mundo e os outros (SSA, 1790/1890).* Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1979; REIS, João José – *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 92.

[13] *Ordenações Filipinas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1935, p. 900-1016.

[14] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro IV. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza, Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 421-451.

[15] SANTANA, Tânia Maria Pinto de – *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2016. Tese de doutoramento. Esta tese foi parcialmente publicada. Ver: SANTANA, Tânia Maria Pinto de Santana – *Charitas et misericórdia: morte, caridade e salvação nos testamentos de Cachoeira – Bahia (século XVIII).* Salvador: EDUFBA, 2022.

e pertencia à capitania da Bahia. Um mapa demográfico da população da Vila de Cachoeira, realizado em 1775, informa que o seu centro urbano tinha 986 casas e 5.814 almas[16]. A vila pertencia à região denominada como Recôncavo, que estava situada ao redor da Baía de Todos os Santos, um grande braço de mar que adentra a linha costeira tropical, formando uma baía de cerca de oitenta quilômetros de comprimento.

A vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira era um importante entreposto do comércio inter-regional em meados do século XVIII. Boiadeiros vindos do sertão passavam por seus arredores a caminho de Salvador. Seu porto mantinha-se em intensa atividade. Navios e barcos atracados no Rio Paraguaçu recebiam cargas de açúcar, fumo, algodão, couro e ouro vindos de regiões mais distantes. Ali também descarregavam mercadorias vindas da Europa, como tecidos, ferramentas e outras manufaturas que os comerciantes da vila enviavam para o interior da região. A proximidade de Salvador, o mais importante centro do comércio colonial até o século XVIII - ponto de convergência e irradiação de rotas marítimas e terrestres do Atlântico Sul e sede do poder político na colônia até meados deste século - ampliou, ainda mais, o prestígio da Vila de Cachoeira. Na segunda metade do século XVIII a expansão do comércio de exportação do fumo favoreceu o desenvolvimento econômico da vila. Ali se produzia e embarcava o tabaco exportado para a Europa, especialmente Gibraltar, Lisboa, Porto, Marselha, Hamburgo e Liverpool e, principalmente, para a costa da África.

A Vila de Cachoeira pertencia à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (fundada em 1668). Os termos dessa vila[17] abrangiam as freguesias de São Tiago Maior do Iguape (séc. XVI), de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo (1682), de São Pedro do Monte da Muritiba (1705), de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira (1618), de São José das Itapororocas (1657), de Santa Ana do Camisão (1751) e de Santo Estevão do Jacuípe (1751)[18]. Nessas freguesias, essencialmente rurais, residia uma parte significativa da população livre e liberta, em diferentes unidades produtivas, com seus escravos e agregados[19]. A atividade agrária das freguesias, pertencentes ao

[16] AHU – Bahia, Castro e Almeida, cx. 47, doc. 8749.

[17] A palavra termo refere-se ao espaço que abrange a jurisdição dos juízes de uma cidade ou vila. Ver: BLUTEAU, Padre Rafael – *Dicionário da língua portuguesa*. Tomo 2. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeu Ferreira, 1789, p. 454.

[18] SILVA, Cândido da Costa e – *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Edufba, 2000, p. 67-73.

[19] BARICKMAN, B. J. – *Um contraponto baiano: açúcar, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 38.

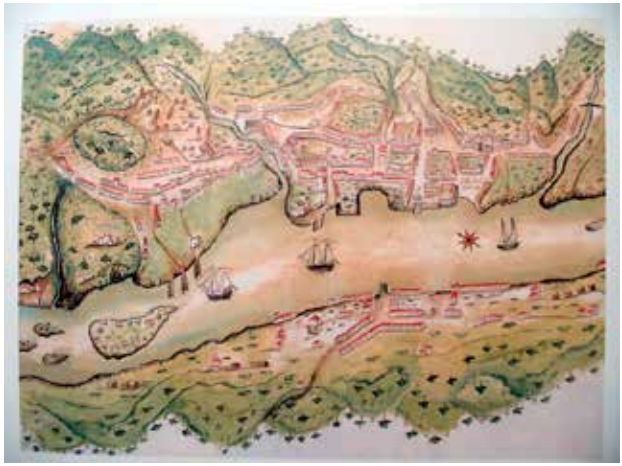


Fig. 1: "Mapa da Vila de Cachoeira". Autor não identificado. Final do sec. XVIII. Gravura aquarelada. Esta gravura ilustra a obra, de Joaquim de Amorim de Castro, publicada em 1792, *Memória sobre as Espécies de Tabaco que se cultivam no Brasil, com as Observações sobre a sua Cultura, Commercio, Artes, com a Descrição Botânica das Novas Espécies, Estampas Iluminadas e Mappa da Villa da Cachoeira*.

recôncavo, era voltada para três tipos de lavouras: cana – destinada à produção do açúcar em seus engenhos -, fumo e mandioca. Nas freguesias do sertão de baixo – as três últimas citadas acima - a pecuária foi atividade essencial[20].

A nossa amostra de testamentos contempla uma parcela pequena de moradores da região de Cachoeira, 93 no total, com o seguinte perfil: 78 eram portugueses – nascidos no reino ou na colônia -, 4 crioulos e 3 africanos, os demais não informaram o local de origem. No que diz respeito ao gênero temos 63 homens e 30 mulheres. A maioria dos testadores, 68 no total, tiveram filhos. Dentre os 93 testadores, 77 vivenciaram o sacramento do matrimônio, pois se declararam casados ou viúvos. Apenas 25 testadores eram moradores da vila de Cachoeira, os demais moravam nas comunidades rurais das diferentes freguesias que compunham a região, pertencentes, em sua maioria às camadas médias e pobres desta sociedade[21]. Um número significativo deles eram lavradores de tabaco e mandioca, mas identificamos outros ofícios como proprietários de

[20] BARICKMAN, B. J. – *Um contraponto baiano: açúcar, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Ob. cit., p. 40.

[21] SANTANA, Tânia Maria Pinto de – *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. Ob. cit., p. 113-114.



MAPA: O recôncavo baiano e as freguesias de Cachoeira (1751-1800) Mapa do Recôncavo Baiano, em destaque vemos a Vila de Cachoeira e os seus termos. Fonte: SANTANA, Tânia Maria Pinto de. *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2016. Tese de doutoramento, p. 25.

fazenda de gado e de cana, artesãos, comerciantes e clérigos. A posse de escravos foi comum entre estes testadores, sendo apenas 3 os que declararam não os possuírem, no momento da redação do testamento.

Os testamentos pesquisados em Cachoeira possuem uma estrutura muito semelhante à proposta pelos manuais de bem morrer, e a maioria, 78%, seguiu à apresentada pelo padre Estevão de Castro, no *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer*. Todos os testamentos trazem recomendações dos testadores relativas aos seus legados pios. A consulta aos autos de partilhas e outras fontes localizadas nos inventários *post mortem* dos testadores de Cachoeira, nos remetem ao cumprimento das determinações relativas aos seus legados pios em sua totalidade, ou parcialmente, quando os recursos e a legislação assim o permitiram. No geral, os testadores deixaram explicitas orientações sobre a mortalha, a procissão fúnebre, o local do sepultamento e à missas de corpo presente. Em seguida, os testadores dedicaram-se ao pedido de sufrágios, ou missas, por suas almas ou de outras pessoas - como pais, cônjuges, outros parentes, escravos e almas do purgatório. Os números encontrados apontam para um relativo sucesso do enquadramento religioso das comunidades locais, mais especificamente dos portugueses – que foram maioria em nossa amostra -, no que diz respeito às práticas ligadas ao bem morrer.

As paróquias tiveram um importante papel no enquadramento geográfico e religioso das comunidades do recôncavo baiano, região à qual pertencia Cachoeira, influenciando também na construção das relações sociais e culturais dos sujeitos que nelas habitavam. Elas também funcionaram como instrumentos de mediação da comunicação entre as autoridades eclesiásticas e civis e as comunidades locais, devido ao sistema de crenças que ajudaram a disseminar, à sua capacidade de penetração espacial e ao papel que exerceram no reforço à hierarquia e ao controle social, devido às relações estabelecidas entre Igreja e Estado Português, através do padroado régio[22]. O pároco, juntamente com os seus auxiliares, encarregou-se da catequese, da administração dos sacramentos, dos sermões, do cumprimento das obrigações das missas pelos mortos e do apoio às confrarias de leigos das suas comunidades. Estas autoridades paroquiais orientavam a vida cotidiana dos sujeitos, normatizando a sua rotina desde o seu nascimento, com o batismo cristão, até a sua morte, com o sacramento da extrema unção e o ritual de sepultamento do seu corpo, bem como os ritos fúnebres em torno desta prática e posteriores a ela, como os sufrágios pelas almas. Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* caberia ao pároco encomendar, acompanhar e enterrar o defunto, sob pena de pagarem multa de 1000 réis, quando não o fizessem ou não nomeassem outro sacerdote para fazê-lo, em caso de legítimo impedimento[23].

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* recomendavam a imediata notificação ao pároco sobre o falecimento de alguém da comunidade. Este, deveria informar-se se o defunto fez testamento e "aonde se manda enterrar, e se deixa alguns legados pios ou obrigações de missas [...] para com brevidade se fazer cumprir"[24]. Na sequência, o pároco deveria proceder a encomendação da alma do defunto. Na procissão para a igreja onde o defunto seria sepultado, a cruz da freguesia deste deveria preceder às demais, exceto a da Sé. A disposição das irmandades nesta procissão seguiria os critérios da antiguidade, à exceção da Irmandade da Misericórdia, que precederia as demais. Os clérigos, escolhidos para acompanhar o defunto, deveriam levar as velas e as terem acessas durante a procissão e o enterro, assistindo até que este estivesse enterrado, "sob pena de perderem a esmola do acompanhamento"[25]. Os párocos, e os seus coadjutores,

[22] PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império 1495-1777.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 172.

[23] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ob. cit., Livro IV, Título XLVI, n. 823, p. 435.

[24] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ob. cit. Livro IV, Título XLV, n. 812, p. 433.

[25] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ob. cit., Livro IV, Título XLVI, n. 821-824, p. 435.

seriam remunerados por todos os serviços fúnebres prestados aos seus fiéis. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estabeleceram o valor de $240 para essas celebrações, e recomendavam que para as missas e ofícios de corpo presente "se pagasse conforme o costume[26]. Cada pároco recebia côngruas de 50$000 réis anuais e o coadjutor, 25$000. Marcelo Leite aponta para a insuficiência do valor determinado para as côngruas anuais dos párocos, principalmente, quando comparada aos rendimentos de outras categorias profissionais do século XVIII, conforme já denunciava o Arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1712[27]. Em decorrência disso, as esmolas das missas ditas pelo pároco em festas, enterros e ofícios dos defuntos se constituíram em importante fonte de rendimentos extras para os párocos.

Os dados relativos aos rituais fúnebres nos testamentos que pesquisamos indicam que, no geral, os testadores buscaram integrar-se às suas respectivas comunidades paroquiais, cumprindo a legislação canônica em seus ritos fúnebres, inclusive pagando o que era devido ao clero responsável por ele. A igreja matriz foi escolhida como local da sepultura por 41 testadores e outros 19 optaram por capelas filiais de suas freguesias, totalizando 60 testadores (65%). Dos 93 testadores, 16 (17,2%) deixaram esta tarefa ao encargo dos seus testamenteiros. Um total de 21 testadores (22,6%,) optaram pelo ritual fúnebre e sepultura em templos confraternais e conventuais, como o da Ordem Terceira do Carmo, construído ao lado da ordem primeira da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, que também foi escolhido por testadores. Além destes, identificamos o Seminário de Belém, dos jesuítas, e o Convento de São Francisco do Paraguaçu[28]. Muitos testadores solicitaram a presença de religiosos regulares em seus cortejos fúnebres, em especial dos freis carmelitas. Entre os testadores da nossa amostra, 82 deles (88%) solicitaram missas e ofícios de corpo presente, e mais da metade solicitaram a presença dos párocos em seus cortejos fúnebres, sendo que 86 (80,4%) solicitaram também a presença de outros sacerdotes[29]. Entre os tipos de mortalhas escolhidas para vestir os testadores predominaram o Hábito de São Francisco, 56 testadores, e o de Nossa Senhora do Carmo, 21

[26] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ob. cit., Livro IV, Título L, n. 835, p. 439.

[27] SILVA, Marcelo Pereira Leite da – *O preço da salvação: rendimentos paroquiais na Bahia colonial*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2016. Dissertação de mestrado, p. 75; SILVA, Cândido da Costa e – *Notícias do Arcebispado da Bahia*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2001, p. 53.

[28] SANTANA, Tânia Maria Pinto de – *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. Ob. cit., p. 96.

[29] SANTANA, Tânia Maria Pinto de – *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. Ob. cit., p. 98.

testadores, sinalizando para a influência das ordens religiosas mendicantes sobre as práticas do bem morrer em território português[30]. Suzana Costa observou, por exemplo, a predominância da mortalha franciscana entre os testadores da Ilha de São Miguel, nos Açores, Ana Cristina a identificou entre os de Lisboa e Norberto Tiago Ferraz a observou em Braga[31].

Os portugueses reinóis na Cachoeira setecentista e a salvação da alma

Como informado anteriormente, os portugueses formaram a maioria dos testadores da nossa amostra, predominando os de origem reinol. Dos 78 testadores identificados como portugueses, 42 eram naturais do reino. Isabel dos Guimarães Sá destaca que a emigração portuguesa, no contexto da expansão oceânica, foi preferencialmente masculina, em sua maioria formada por homens solteiros[32]. Segunda essa autora

Se no Oriente se registrou a presença de nobres e fidalgos idos do Reino, a América portuguesa constitui uma oportunidade para um espectro social bem mais alargado. A brevidade da viagem (em comparação com a rota do Cabo), aliada às hipóteses de fixação mais estável, potenciadas por atividades agropecuárias, ou de extração, em detrimento do comércio, a atividade dominante no Estado da Índia, fizeram do Brasil o destino de muitos [...][33].

Os portugueses reinóis que viveram na América integraram instituições, práticas e crenças religiosas amplamente popularizadas no reino, dentre elas às relativas ao bem morrer. A despeito das transformações promovidas pela legislação pombalina de 1766 a 1769, que limitaram os recursos destinados aos legados pios e o direito de testar em favor da alma – cujos impactos foram lentos e tardios nesta sociedade -, Noberto Tiago Ferraz identificou uma intensa preocupação dos moradores da cidade de Braga com o bem morrer, destacando o importante impacto da questão da vivência da morte e da salvação da alma, nesta sociedade no século XVIII[34]. Este autor se dedicou, em sua tese de

[30] SANTANA, Tânia Maria Pinto de – *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. Ob. cit., p. 92.

[31] COSTA, Suzana Goulart – *Viver e morrer religiosamente: Ilha de São Miguel, século XVIII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007, p. 403; ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Ob. cit., p. 310-311; FERRAZ, Noberto Tiago Gonçalves – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentist*a. Ob. cit., p. 135.

[32] SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos*: *os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: ICS, 2018, p. 277.

[33] SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos*: *os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Ob. cit., p. 221.

[34] FERRAZ, Noberto Tiago Gonçalves – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. Ob. cit., p. 548.

doutoramento, ao estudo dos legados pios solicitados nos testamentos destes moradores ao longo do século XVIII, analisando os vários elementos que os compunham – a escolha das mortalhas e dos locais de sepulturas, as procissões fúnebres, e as solicitações de missas em favor de suas almas. Manuela Rodrigues identificou a mesma preocupação com o bem morrer nos legados pios dos testadores do Porto, redigidos entre 1650 e 1749, ao analisar os pedidos de missas em favor das suas almas, intensificadas na viragem para o século XVIII[35].

A maior parte dos portugueses reinóis que integraram a nossa amostra de testadores de Cachoeira era originária da região norte de Portugal – Minho, Douro e Trás-os-Montes. Foram 35 testadores no total (83%) -, predominando o Minho[36]. Num estudo sobre o deslocamento de portugueses para a região das Minas Gerais, na América Portuguesa, Donald Ramos destaca a tendência de deslocamento dos homens desta região em direção às colônias portuguesas no ultramar[37]. Marta de Araújo aponta distintas razões para esse deslocamento, como a pressão demográfica e a busca por oportunidades para os não contemplados pela herança familiar, que buscavam alternativas às situações que lhes eram desfavoráveis. Essa autora destaca que, "Foi do Minho que partiu o maior contingente de migrantes para a colônia sul-americana (...)"[38]. Segundo Araújo, a capitania da Bahia foi um importante local de destino desses portugueses:

> [...] o Brasil surge como a terra promissora. No século XVII, o açúcar desempenhou um papel fundamental na economia brasileira, dinamizando principalmente a região do Nordeste. Não apenas a cultura da cana, mas também a criação de gado ganharam espaço numa economia em crescimento. [...] Esse crescimento econômico e o bem-estar social alcançados por alguns fazendeiros materializaram-se nos lugares de vereações, mas também nas Ordens Terceiras e nas Misericórdias, de que a Bahia é um bom exemplo.[39].

---

[35] RODRIGUES, Manuela Martins – *Entre o temor e a confiança: o medo da agonia e a presença do Purgatório nos discursos testamentários portuenses 1650-1749*. «Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literatura». Universidade do Porto, Anexo VIII, 1997, p. 94-95; 101.

[36] Pesquisas mais recentes, que estamos desenvolvendo, em três livros de registros de testamentos do século XVIII, que juntos reúnem centenas de testamentos, têm confirmado a predominância dos portugueses do norte do reino, entre os que se estabeleceram nas freguesias de Cachoeira. APEB / Judiciário / Livros de Registro de Testamentos de Cachoeira, números 3, 5 e 6.

[37] RAMOS, Donald – *Do Minho a Minas*. «Revista do Arquivo Público Mineiro». Belo Horizonte, vol. 44, jan. / jun. 2008, p. 134.

[38] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII)*. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal/Brasil (séculos XVII-XVIII).* Cuiabá, MT: Carlini e Caniato, 2009, p. 229.

[39] ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII).* Ob. cit., p.

As Ordens Terceira, assim como as confrarias e irmandades e as Misericórdias foram espaços importantes da vivência do bem morrer nos dois lados do Atlântico. Os testamentos de portugueses reinóis residentes na Vila de Cachoeira e nos seus termos, ao longo do século XVIII, remetem à participação nessas instituições, assim como a preocupações semelhantes relativas ao bem morrer. Maria Alvares Passos, viúva de Manoel de Lima Viera, foi a única mulher natural do reino que integrou a nossa amostra. Ela era natural da Vila de Caminha, Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, Arcebispado de Braga e residia na vila de Cachoeira. Em seu testamento, redigido por José Pinto Pereira, em 07 de abril de 1759, ela pediu para ser sepultada na Ordem 3ª do Monte do Carmo, solicitando também que a mesa diretora da ordem autorizasse que o seu corpo fosse colocado na mesma sepultura do marido. Além disso, as determinações para o seu cortejo fúnebre incluíam o acompanhamento do vigário e de todos os sacerdotes que se acharem presentes, os religiosos do Convento do Carmo e de todas as irmandades da freguesia, tanto as que era irmã quanto as que não era. Ela solicitou que todos os religiosos lhe dissessem missa de corpo presente com esmola costumada[40]. Outras missas também foram solicitadas por Maria, em sufrágio pela sua alma e pelas de terceiros, assim como o foram pelos demais testadores pesquisados[41].

Assim como Maria Alves Passos, que pediu para ser sepultada na Ordem Terceira do Carmo e junto ao seu marido, outros testadores demonstraram particular preocupação com o local da sua sepultura. Manoel Rodrigues do Rego era natural de Barcelos, no Arcebispado de Braga, e morador da Freguesia de São José das Itapororocas. Casado com Josefa Maria das Neves, com quem teve três filhos, ele redigiu seu testamento em 31 de maio de 1751. Ele pediu para ser enterrado na capela filial de Nossa Senhora dos Humildes, amortalhado no hábito de São Francisco, na entrada da porta principal da parte de dentro da capela. As missas de sufrágio pela sua alma deveriam ser celebradas em templos distintos, distribuídos por várias localidades da capitania da Bahia. Uma capela de missas a São José na matriz da sua freguesia, outra capela de missas a São João Batista, dita na capela da Senhora da Ajuda ou dos Humildes, outra Anjo da sua guarda no Convento do Carmo da Vila de Cachoeira. Ele ainda solicitou que fossem celebradas missas nos conventos da cidade de Salvador - Santa Tereza, São Francisco, Piedade e Carmo. Estas últimas deveriam ser celebradas

232.

[40] AMC, caixa 23, doc. 231. Inventário *post mortem* de Maria Alvares Passos, com testamento anexo.

[41] AMC, caixa 23, doc. 231. Inventário *post mortem* de Maria Alvares Passos, com testamento anexo.

com o remanescente dos seus bens[42]. Outro testador, Manoel Almeida Coelho, também natural do Arcebispado de Braga, cujo testamento foi redigido em 23 de junho de 1744, pediu para ser sepultado na igreja matriz da Freguesia de São Gonçalo dos Campos, onde residia, especificando o local exato da capela onde seu corpo seria depositado, "[...] das grades para dentro do altar de Santo Antonio bem junto a parede [...]"[43].

Manoel da Silva Teixeira, morador na freguesia de São Pedro da Muritiba[44], era natural da Comarca de Guimarães, no Arcebispado de Braga. Em seu testamento, redigido em 29 de março de 1772, Manoel da Silva Teixeira manifestou o desejo de ser sepultado no convento franciscano de Santo Antônio do Paraguaçu, distante quatro léguas da vila[45]. Manoel da Silva Teixeira justificou a sua opção pelo convento como o local da última morada do seu corpo por o lugar "onde sempre teve devoção por sempre lidar com os religiosos", por isso queria que ali fosse a sua última morada[46]. Seu corpo deveria ser conduzido em uma rede, por quatro escravos, até o Porto de São Félix, onde seria posto numa embarcação que o conduziria, pelas águas do Paraguaçu, até o convento, acompanhado por quatro pobres, que receberiam esmolas de quatro patacas cada um. Ele deixou ordens expressas para que todos os ritos fossem conduzidos e celebrados pelo guardião do convento, juntamente com os demais freis, que deveriam receber o seu corpo em sua chegada, celebrar por sua alma missas de corpo presente, e sepultá-lo junto ao cruzeiro, devendo os religiosos celebrarem um ofício de corpo presente no dia de sua morte. Manoel destinou 70$000 réis ao convento, e mais 10$000 réis, para que o padre guardião repartisse entre os religiosos que assistissem o seu funeral e o oficio, e que celebrassem missa no oitavario de sua morte[47].

Continuando a leitura do testamento de Manoel da Silva Teixeira nos deparamos com uma determinação muito incomum nos testamentos analisados: ele solicita ao testamenteiro que pague ao vigário os seus direitos paroquianos, pedindo-lhe licença para que seu corpo seja sepultado no convento franciscano do Paraguaçu[48]. A ausência da solicitação da presença do pároco nos ritos

[42] APEB, Judiciário, doc. 02/649/1106/03. Testamento de Manoel Rodrigues Rego, anexo ao seu inventário *post mortem*.

[43] AMC, caixa 66, doc. 620. Testamento de Manoel Almeida Coelho, anexo ao seu inventário *post mortem*.

[44] Alguns aspectos da trajetória deste testador foram discutidos no capítulo II da minha tese de doutorado, onde eu analiso as motivações e os interesses dos testadores em torno da partilha dos seus bens.

[45] AMC, caixa 59, doc. 562. Testamento Manoel da Silva Teixeira anexo ao seu inventário *post mortem*.

[46] AMC, caixa 59, doc. 562. Testamento Manoel da Silva Teixeira anexo ao seu inventário *post mortem*.

[47] AMC, caixa 59, doc. 562. Testamento Manoel da Silva Teixeira anexo ao seu inventário *post mortem*.

[48] AMC, caixa 59, doc. 562. Testamento Manoel da Silva Teixeira anexo ao seu inventário *post mortem*.

fúnebres em testamentos de portugueses não era incomum. Segundo Noberto Ferraz, apenas 45% dos testadores de Braga entre 1701 e 1780, demandaram essa presença do pároco em seus ritos fúnebres[49]. Em nossa amostra, relativa aos moradores de Cachoeira, 54% dos testadores demandaram essa presença[50]. O que se destaca nas determinações de Manoel Teixeira é a enfática exigência para que o seu pároco não recuse a licença para o sepultamento no convento franciscano, local que também foi por ele escolhido para a realização das missas em sufrágio pela sua alma. Ele chega a ameaçar uma retaliação à decisão do pároco, caso fosse contrária aos seus interesses

> [...] no caso que duvide se conduzira meo corpo por dois negros e posto a porta da Igreja de sua matriz sepultado no adro sem acompanhamento nem do Reverendo vigário nem de pessoa alguma isto se entendendo impedir ele o fazer se meu enterro no referido convento do Paraguaçu aonde he a minha ultima vontade e donde tive devosao por sempre lidar com os religiosos [...][51].

O desejo de Manoel Teixeira foi integralmente atendido, embora fosse contrário às regras prescritas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* que determinam que "nenhum defunto pode ser enterrado sem primeiro ser encomendado pelo pároco ou outro sacerdote de seu mandato"[52]. As palavras de Manoel sugerem uma indiferença em relação ao papel desempenhado pelo clero paroquial nos ritos fúnebres de seus fregueses. O convento franciscano também foi escolhido como o local de realização das missas de sufrágios pela sua alma. No auto de partilha do inventário *post mortem* de Manoel Teixeira, onde se discrimina os gastos com legados pios, há registro com os ritos fúnebres por ele solicitados: os gastos com os pobres, as naus que conduziram os acompanhantes e o seu corpo ao Convento de São Francisco do Paraguaçu e com os religiosos dele[53]. O desejo de Manoel foi integralmente atendido. O êxito da sua solicitação se deu, provavelmente, por ele não se isentar de pagar ao pároco pelos serviços, não lhe impondo, portanto, nenhum prejuízo pecuniário. Consta no seu inventário *post mortem* uma declaração do pároco Ignácio Rodrigues do

[49] FERRAZ, Noberto Tiago Gonçalves. *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista.* Ob. cit., p. 163.

[50] SANTANA, Tânia Maria Pinto de – *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. Ob. cit., p. 93.

[51] AMC, caixa 59, doc. 562. Testamento Manoel da Silva Teixeira anexo ao seu inventário *post mortem*.

[52] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ob. cit., Livro IV, Título XLV, n. 812, p. 432.

[53] AMC, caixa 59, doc. 562. Inventário *post mortem* de Manoel da Silva Teixeira com testamento anexo.

Vale, referente ao pagamento dos direitos paroquiais – encomendação, estola, acompanhamento do pároco, e do sacristão, assim como os referentes aos custos com ceras e celebração de missa de corpo presente e com a fábrica da cruz, tumba e cova[54].

Os registros de pagamento dos custos dos direitos paroquiais também puderam ser identificados no inventário *post mortem* de outro testador reinol que optou por não ser sepultado na igreja matriz da sua freguesia. Manoel Rodrigues da Silveira, optou pela sepultura numa igreja confraternal, a da Ordem Terceira do Carmo da Vila de Cachoeira, da qual era irmão. Este comerciante português, que redigiu o testamento em 12 de abril de 1733, era natural da Freguesia de São Lourenço, no Arcebispado de Lisboa, e morador na vila de Cachoeira. O seu inventário *post mortem* registra o pagamento de 15$040 réis pelo esquife, cruz e acompanhamento do vigário e sacristão da matriz da vila, além dos doze sacerdotes que celebraram missas de corpo presente, conforme a sua solicitação. Outros custos estão associados aos religiosos do Convento do Carmo da vila de Cachoeira, aos quais foram pagos pelo testamenteiro 19$920 réis, referente ao acompanhamento do corpo, as seis missas de corpo presente e ao hábito e capa com a qual o defunto foi sepultado na Ordem Terceira do Carmo, conforme seu desejo[55].

Como vimos acima, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, no, asseguravam o direito de sepultamento dos fiéis em sua respectiva freguesia, acompanhado do seu pároco, assim como os demais rituais que compunham este ato, como as missas e ofícios de corpo presente[56]. Segundo as *Constituições*, mesmo em caso de sepultamento em outra igreja que não fosse da sua freguesia ou em mosteiro religioso, caberia ao pároco fazer o ofício de encomendação, como os demais de acompanhamento do corpo[57]. O episódio protagonizado por Manoel Teixeira nos permite refletir sobre a influência dos leigos, ou fregueses, na dinâmica das comunidades paroquias. Embora demonstre ter conhecimento sobre a instituição dos legados pios, Manoel Teixeira busca adaptar o prescrito à suas expectativas pessoais.

Os portugueses reinóis, cujos testamentos selecionamos, demonstraram conhecimento sobre a instituição dos legados pios, buscando, porém, adaptá-los à suas expectativas pessoais. Ao se deslocarem para além-mar, eles trouxeram

[54] AMC, caixa 59, doc. 562. Inventário *post mortem* de Manoel da Silva Teixeira com testamento anexo.

[55] AMC, caixa 33, doc. 323. Inventário *post mortem* de Manoel Rodrigues da Silveira, com testamento anexo.

[56] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ob. cit., Livro IV, Título XLVI, n. 823, p. 432-433.

[57] VIDE, Sebastião Monteiro da Vide – *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ob. cit., Livro IV, Título XLV, n. 812, p. 435.

consigo crenças e práticas, reafirmadas nos territórios onde se fixaram, nas comunidades paroquiais às quais estes sujeitos foram integrados, aqui destacando-se as crenças e práticas relativas ao bem morrer e à salvação da alma.

Conclusão

As paróquias se constituíram em importantes espaços de organização dos núcleos populacionais nas sociedades coloniais, ampliando as possibilidades de integração dos diferentes sujeitos, inclusive dos colonos, através da participação nos ritos sacramentais, devocionais e nas irmandades. Elas foram espaços importantes para a integração destes sujeitos, nas sociedades coloniais, pois lhes permitiram constituir vínculos matrimoniais, de compadrios, confraternais, dentre outros, que ampliaram suas relações interpessoais e sociais, fundamentais para a sua fixação em território colonial. Por outro lado, é preciso destacar o papel desempenhado por tais sujeitos na dinâmica paroquial, fundamental para o seu pleno funcionamento. Aqui, remetemos, em especial, aos portugueses reinóis que trouxeram consigo um amplo repertório de conhecimentos em relação à doutrina e as práticas do catolicismo.

A participação da Igreja no projeto imperial português trouxe impactos significativos sobre as sociedades que se formaram no contexto da colonização. Ela permitiu a circulação de crenças e práticas relativas à vivência do catolicismo, dentre elas às relativas ao bem morrer, como a redação de testamento e instituição de legados pios. Os dados apresentados neste breve texto nos levam a concluir que, a disseminação da doutrina da salvação da alma e das práticas relacionadas ao bem morrer na América Portuguesa não resultou apenas das ações empreendidas pelo clero secular e regular. Os portugueses reinóis parecem ter desempenhado um importante papel neste processo. Os conhecimentos que estes detinham em relação à doutrina e aos rituais católicos, adquiridos no reino, foram fundamentais para a manutenção delas no contexto das comunidades paroquiais coloniais, como observamos nas paróquias da região de Cachoeira. Estes sujeitos contribuíram na dinâmica paroquial de diferentes formas: ao proporcionarem aos párocos, e aos seus assistentes, parte dos recursos humanos e financeiros necessários para a manutenção de suas atividades, e revelarem um interesse individual nestas tradições religiosas, o que favoreceu à sua disseminação. Sendo assim, eles podem ser vistos como importantes aliados do clero e da Coroa portuguesa no processo de cristianização da América Portuguesa. Mas, é necessário relativizar esta conclusão. O episódio protagonizado por Manoel da Silva Teixeira na redação do seu testamento - exigindo que o seu pároco concedesse licença ao seu testamenteiro para o seu sepultamento em local fora

da sua freguesia, ameaçando constrangê-lo caso o seu desejo não fosse atendido - nos leva a propor que, muitas vezes, para ser reconhecida a Igreja precisou adaptar as regras institucionais às expectativas e demandas pessoais dos sujeitos que integravam às comunidades que a formavam.

Artigo recebido em 04/10/2024
Artigo aceite para publicação em 18/10/2024

RECENSÕES

BAÑOS VALLEJO, Fernando (ed.) – ***Hispanic Hagiography un the Critical Context of the Reformation.*** Turnhout: Brepols, 2022, 267 pp., ISBN 978-2-503-60212-7.

O século XVI constituiu um período de mudança na moldura religiosa, espiritual e cultural europeia que se reflectiu na produção hagiográfica dos territórios católicos. Deste modo, valerá a pena lembrar que esta moldura resultava e se encontrava na confluência das encruzilhadas que marcaram a moldura das reformas, acentuadas nos finais da Idade Média, e da Reforma protestante que, fracturando a cristandade europeia, acentuou irremediavelmente o fosso e as clivagens entre as manifestações de práticas e de cultos. Com efeito, uma das dimensões que, desde os finais da Idade Média, foi suscitando várias críticas e reservas foi, justamente, a hagiografia, nomeadamente a extrema valorização que os autores concediam ao «maravilhoso» - especialmente os milagres – que se revestia de uma importância fundamental em muitos relatos, como aqueles que compunham a *Legenda Aurea* de Jacopo de Voragine. Em todo o caso, ainda antes do eco das primeiras críticas dos humanistas ou dos reformados, registaram-se algumas tentativas de renovação no âmbito da escrita hagiográfica, como, por exemplo, aquela que foi levada a cabo por Bonino Mombrizio, com a edição do seu *Sanctuarium*, publicado em dois volumes, por volta de 1478, ou da *Viola Sanctorum*, uma pequena obra que conhece várias edições, a partir de 1482. As propostas, no sentido de uma «renovação» da escrita de «Vidas» de santos, potenciadas pela redescoberta da biografia clássica nos círculos eruditos do Humanismo, pela crescente preocupação filológica e historiográfica, direcionada para uma investigação rigorosa das fontes, no sentido de conferir aos relatos uma maior historicidade, tiveram em Erasmo um dos principais defensores, como mostram as suas obras *Enchiridion militis christiani* (1503) e *Vita Hieronymi* (1516). Em 1523, Lutero rejeitou o papel mediador dos santos, marcando, desta forma, uma profunda viragem na moldura da santidade que terá um forte impacto na Cúria romana: bastará lembrar que é justamente neste ano que tem lugar a canonização de Santo Antonino de Florença, à qual se seguirá um longo período de sessenta e cinco anos, durante o qual não se assistirá a qualquer canonização. No que diz respeito à produção hagiográfica, os contributos de Georg Witzel, Luigi Lippomano, Laurentius Surius, Herybert Rosweyde, dos bolandistas e dos beneditinos de Saint-Maur serão fundamentais, na medida em que exerceram um papel significativo na depuração dos relatos, no sentido de acentuar a sua historicidade.

Por outro lado, nos tempos pós-Trento, assistiu-se ao desenvolvimento de uma estratégia que visava o disciplinamento de todas as esferas da sociedade– que havia já tido início com a reorganização do culto dos santos, que se traduziu na criação da Congregação dos Ritos Sacros e das Cerimónias, em 1588, e se reflectiu também no âmbito dos processos de beatificação e de canonização, que passou, necessariamente, por um maior controlo e vigilância em seu torno – estimulou a proliferação de «Vidas» de santos, beatos, veneráveis e varões e mulheres «ilustres em virtude», de pendor exemplar e normativo, de recolhas hagiográficas e de imagens.

A comemoração do 500º aniversário da Reforma constituiu o 'leitmotif' para a publicação de vários estudos polarizados em torno da figura de Lutero e do lastro da expansão das igrejas protestantes. Todavia, essas focalizações não têm privilegiado a repercussão que a Reforma teve em várias dimensões conotadas o mundo católico. Como justamente sublinha o coordenador do volume, Fernando Baños Vallejo, o impacto da Reforma na hagiografia hispânica constitui uma dimensão que tem sido ignorada. Nesse sentido, esta colectânea de estudos pretende colmatar essa lacuna, mostrando como a santidade continuou a constituir um referente de prestígio nos territórios católicos e que a literatura hagiográfica – declinada em tipologias textuais diversas, que vão da prosa ou da poesia até ao teatro – foi um importante suporte da cristalização de devoções e cultos e da difusão de modelos de santidade.

María José Vega, no seu estudo «Mediator Unus: The intercession of Saints in the Expurgated Bibles of the Censura Generalis (1554)» (pp. 21-48), analisa a controvérsia acentuada pela Reforma e polarizada em torno da intercessão dos santos e o seu impacto na leitura e na interpretação da Bíblia. A autora mostra como a 'quaestio de sanctis' se reveste de uma significativa importância na primeira fase do controversalismo católico, em Espanha, no contexto da renovação teológica da Escola de Salamanca e da actividade censória do Santo Ofício. A tensa ambiência que enforma esta moldura contribuirá para que vários teólogos católicos almejem construir um repositório de passagens da Bíblia relacionadas com os santos, de molde a refutar o argumento 'ex silentio scriptura' evocado pelos protestantes e a legitimar o culto dos santos. María José Vega realça também a actividade censória desenvolvida pelas Universidades de Lovaina, Paris, Salamanca e Alcalá, que teve como alvo as Bíblias impressas (*Censura generalis*, 1554), tendo como propósito expurgar interpretações de cariz luterano, no que diz respeito à intercessão dos santos, que pudessem estar presentes em sumários ou nas margens.

O estudo intitulado «Villegas' Deviation in the Compositional Criteria of his Flos Sanctorum» (pp. 49-73) de Fernando Baños Vallejo aborda a temática da produção hagiográfica nos tempos pós-Trento, analisando a consistência e solidez dos critérios adoptados nesta colectânea hagiográfica. O autor destaca os casos de «santos extravagantes», ou seja, de «varões e mulheres ilustres em virtude», que o hagiógrafo inclui na «terceira parte» do florilégio: deste modo, esta opção parece, efectivamente, reflectir um desvio face aos critérios, baseados nas escolhas de Lippomano e Surius, que Villegas tinha indicado no primeiro volume. Um dos exemplos mais curiosos é o de Balthasar Gérard, um soldado que assassinou Guilherme I, Príncipe de Orange, e que neste catálogo hagiográfico integra a galeria dos mártires e dos «varões ilustres em virtude». Em todo o caso, Alonso de Villegas inclui outros exemplos de figuras que não tinham sido canonizadas, mas que tinham falecido em «odor de santidade» e que, em alguns casos, tinham sido percionadas como «santos vivos» pelos seus contemporâneos, como Soror Maria da Visitação. O autor conclui que, pese embora o facto de Alonso de Villegas ter seguido orientações um pouco diferentes daquelas que havia fixado no primeiro volume, os casos que selecionou espelham vários modelos de «santidade» ou, pelo menos, de virtude, que poderiam constituir pautas de comportamento propostas à imitação dos fiéis.

José Aragüés Aldaz, no seu estudo «Holy Folly and Simplicitas during the Counter-Reformation: A Context for Lope de Veja's El rústico del cielo» (pp. 75-99), analisa esta peça teatral que tem como protagonista o carmelita Fr. Francisco del Niño Jésus. O autor mostra como a peça constitui um instrumento importante na moldura do programa contrarreformista que, visando o disciplinamento da sociedade, valorizava e exaltava as virtudes da obediência e auto-humilhação e os mistérios da fé.

O capítulo «Hagiographical Theater and Counter-Reformation: Between Baroque Aesthetics and Arte Nuevo» (pp. 101-126) de Natalia Fernández Rodríguez estuda algumas peças que se inscrevem no filão da «comedia de santos», na medida em que articulam os aspectos da «comedia nueva» com a ideologia dos tempos pós-Trento. Desta mescla resultam uma original representação icónica dos santos e uma incorporação de tópicos profanos, de molde a ir ao encontro das expectativas do público, estimulando uma dimensão sensorial.

Alicia Mayer e Marcos Cortés Guadarrama analisam o lastro da controvérsia entre católicos e reformados no Novo Mundo. O estudo de Alicia Mayer, intitulado «Delendus est Lutherus: The Triumph of the Saints and the Virgin

Mary over Heresy in New Spain's Imagery» (pp. 127-161) realça os moldes em que a figura de Lutero foi percecionada no México: com efeito, foi sendo construída uma imagem do reformador que o associava à heresia e ao mal, contrastando com a exaltação do culto da Virgem Maria e dos santos. A exportação destes modelos europeus foi fundamental, no sentido da cristianização do México, mas o seu sucesso deveu-se também ao facto de aqueles terem sido adaptados à moldura americana.

O estudo de Marcos Cortés Guadarrama, «The Evolution of the Figure of St Michael the Archangel: From Medieval Flos Sanctorum to New Spain's Hagiography (c. 1480-1692)» (pp. 163-187), destaca as várias dimensões de que se foi revestindo a devoção a este arcanjo. Como mostra o autor, no contexto europeu, S. Miguel foi exaltado como defensor contra a Reforma, enquanto que, no Novo Mundo, a sua faceta de guerreiro é mitigada, na medida em que a sua importância se faz sentir, sobretudo, no domínio da intercessão em milagres locais, como o mostra a Narración de la maravillosa aparición que hizo el arcángel san Miguel a Diego Lázaro de San Francisco (1692) de Francisco de Florencia (S.J.).

Os estudos de Carme Arronis e de Cristina Sobral centram a sua atenção em recolhas hagiográficas produzidas na Catalunha e em Portugal, após o Concílio de Trento. Carme Arronis Llopis, em «Catalan Lives of Saints after Trent (1575-1602) (pp. 189-214). A autora analisa três florilégios hagiográficos – a última edição do *Flos sanctorum romançat* (1575), *Vides de sants de Cataluny de Pere Gil* (S.J.) e *Historia general de los santos y varones ilustres en santidad del Principado de Cataluña* (1602) de Antoni Vicenç Domènec (O.P.), destacando as estratégias seguidas pelos autores, de molde a sintonizar as obras com as orientações tridentinas, tendo, sobretudo, em vista a legitimação de devoções polarizadas em torno de santos locais.

Cristina Sobral elege como objecto de estudo a primeira recolha hagiográfica editada em Portugal após o Concílio de Trento. No seu estudo, intitulado «*Nota, pio leitor*… The Hagiographical Critical Discourse in 1567» (pp. 215-250), a autora sublinha as linhas orientadoras que nortearam a escrita da obra, no sentido de conferir às narrativas uma dimensão de historicidade. De acordo com Cristina Sobral, uma das principais novidades que a recolha hagiográfica organizada por Fr. Diogo do Rosário comporta, se comparada com a hagiografia ibérica medieval, reside na reescrita de alguns relatos, de molde a destacar o zelo pastoral e o exercício das virtudes «corporizados» pelos santos.

Esta obra constitui um inegável contributo para o conhecimento mais vasto

e para a revalorização de uma dimensão que tem sido ignorada no campo dos estudos polarizados em torno da hagiografia na Época Moderna. Problematizando questões que se prendem com posições teológicas e sua projecção na literatura, o investimento em estratégias disciplinadoras, o recurso a critérios renovados que nortearam a escrita hagiográfica, a legitimação de devoções locais, no sentido da promoção e exaltação de uma «santidade territorial», os estudos reunidos neste volume mostram várias dimensões relacionada com o impacto da Reforma na hagiografia, constituindo, assim, um instrumento fundamental para o conhecimento da configuração da história da cultura nos territórios católicos nos tempos pós-Trento.

Paula Almeida Mendes
CITCEM – Universidade do Porto

BELTRÁN, Vicenç (coord.) - ***Crónica del Famoso Cavallero Cid Ruy Díez Campeador. Crónica Particular del Cid.*** México: Frente de Afirmación Hispanista, A. C., 2024, 754 p.

A *Crónica del famoso cavallero Ruy Díez Campeador* ocupa-se, como o título o indica, da vida e feitos de Rodrigo Díaz de Vivar, el Cid (século XI), certamente a mais famosa personagem da Idade Média ibérica. Foi impressa pela primeira vez em 1512, a instâncias do mosteiro de San Pedro de Cardeña (cenóbio em que repousam os restos mortais do Campeador e por essa razão vinha estando há muito envolvido na preservação da sua memória) e da própria instituição monárquica, nomeadamente através do infante D. Fernando e do seu avô Fernando, o Católico, rei de Aragão e pai de Juana, rainha de Castela, aliás descendentes do Cid. O editor, isto é, o responsável pelo trabalho textual, foi Juan de Velorado, abade de Cardeña, e o impressor foi o alemão Fadrique de Basileia. A obra vinha acompanhada de um apêndice com outros textos (por exemplo, uma antiga genealogia do Cid) e teve um sucesso assinalável, de que dão conta duas novas impressões no mesmo século XVI: Medina de Campo, 1552 e Burgos, 1593. Boa parte do que o Siglo de Oro soube, criou ou recriou acerca do Cid e da sua época teve nela a sua origem. Depois, veio uma aparente obscuridade, incluindo críticas várias ao seu conteúdo e certo esquecimento, interrompido, e com estrondo, pelo romantismo: V. A. Huber publicou-a novamente em 1844, em Marburg, com um impressionante aparato editorial (estudo, comentários, publicação de excertos de outros textos relacionados com a crónica). Sabe-se como esta foi uma época propícia a usos, imitações e recriações (também invenções) da Idade Média. Em boa medida por via desta edição oitocentista, o Cid tornou-se figura literária, cultural, popular, até, mais tarde, "pop". Seguiu-se, em 1903, uma edição fac-símile da *princpes*, levada a cabo pelo conhecido bibliófilo e mecenas A. H. Huntington e, entre os finais do século XX e inícios do XXI, três outras edições, por vezes já em formato digital. A edição aqui recenseada acaba de surgir. Tem coordenação de Vicenç Beltran, estudo prévio de Francisco Bautista e edição de Almudena Izquierdo Andreu, além de reproduzir várias outras peças em apêndice, assim se irmanando de algum modo com o espírito da *editio princeps*, naturalmente com base em outros métodos, propósitos e indagações. A chancela é da Frente de Afirmación Hispanista, A. C. (México), que tem levado a cabo um notável labor de publicação de textos e estudos sobre o passado hispânico (entre outras

temáticas), de que é exemplo o também recente livro de Vicenç Beltrán sobre Inês de Castro na história e na Literatura, estudo esse de leitura mais do que obrigatória para quem se interesse por este mito e não queira permanecer atolado em leituras e visões de há 30 anos ou mais.

Estamos perante um magnífico trabalho, uma edição absolutamente modelar de um texto antigo, com uma densidade, clareza, precisão e rigor como raramente se vê entre nós (diga-se, com mágoa). É muito mais do que "só" uma edição da *Crónica del Cid* (como a chamarei, simplificadamente). Basta ver o seguinte: o volume conta cerca de 755 páginas, das quais 420 têm a Crónica, 325 têm o estudo e outros materiais. O livro tem um aspeto elegantemente sóbrio, da capa (mole) ao grafismo. Sinal, diria, de um equilíbrio difícil, mas plenamente cumprido: quer os especialistas, quer os interessados encontram aqui matéria de interesse e reflexão. Quem não souber nada sobre estes assuntos fica a saber muito, mas mesmo os especialistas encontrarão novidades e, decerto, bastantes motivos para reflexão, acaso também para discordâncias.

O texto que Velorado publicou em 1512 (sabe-se há muito) não é mais do que uma secção da chamada *Crónica de Castilla*, uma das várias crónicas produzidas entre os finais do século XIII e a primeira metade do XIV na sequência da *Estoria de España* do rei Afonso X. Subsiste, inclusivamente, o manuscrito da *Crónica de Castilla* de que Velorado se socorreu, o qual é um traslado do século XV presentemente na Biblioteca Nacional de França com a cota *Espagnol 326* (Philobiblon BETA Manid 1264). Estas circunstâncias ajudam a explicar que o estudo introdutório que acompanha esta edição tenha uma larga abrangência e constitua, mais do que apenas um estudo sobre o texto publicado pela primeira vez em 1512, uma notável lição-síntese acerca da evolução de uma parte da historiografia (sobretudo), mas também da memória literária e histórica de Castela e Leão entre os séculos XIII e XVI. O autor deste estudo introdutório, Francisco Bautista, é o mais destacado representante da que poderá considerar-se "terceira geração" de estudiosos destas temáticas de algum modo devedores do labor pioneiro de D. Ramón Menéndez Pidal, depois da geração de Diego Catalán (neto de Menéndez Pidal, como é sabido) e Lindley Cintra e da geração dos discípulos ou sucessores de Catalán (Inés Fernández-Ordóñez e Mariano de la Campa, entre outros). Almudena Izquierdo Andreu, um pouco mais jovem, é talvez o sinal de que uma "quarta geração" estará já em cena ou em formação.

Antes do estudo introdutório propriamente dito, uma nota preliminar intitulada "El Cid en la galaxia Gutenberg" fornece, ao longo de dez páginas, um excelente resumo das principais teses que depois serão desenvolvidas. Destaco,

por um lado, o finca-pé no papel da instituição monárquica (em colaboração com outros agentes), quer na feitura da *Crónica de Castilla* (obra produzida nas "cercanías de la corte regia", diz Bautista), quer no patrocínio da edição de 1512, assim como a chamada de atenção para as continuidades que marcam a passagem da Idade Média para o Renascimento, por constituírem ideias polémicas ou ainda não devidamente integradas no "estado dos conhecimentos" atual sobre estas matérias.

O estudo introdutório propriamente dito reparte-se por três capítulos. O primeiro é intitulado "De Alfonso X a la *Crónica Particular del Cid*" e é uma excelente síntese da evolução da historiografia castelhana desde meados do século XIII até ao XVI. Bautista começa pela revolução historiográfica instituída por Afonso X, mostrando como e em quê o seu projeto difere da antecedente historiografia leonesa e castelhana em língua latina (a qual foi, não obstante, uma das principais fontes dos redatores ao serviço do rei Sábio) e fornecendo, ao mesmo tempo, um notável resumo acerca das caraterísticas da muito complexa tradição manuscrita conhecida da *Estoria de España*. Tal como sucede ao longo de todo este estudo introdutório, as referências bibliográficas são reduzidas ao mínimo indispensável, ou quase. Haverá sempre tal ou tal estudo relevante que tenha escapado a esse critério, mas compreende-se a opção, tendo em conta não apenas o objetivo de divulgação elevada que parece estar subjacente a esta edição, mas também a sua extensão, que por si só desaconselharia a inserção de muito numerosas referências bibliográficas. E embora Bautista adote sempre um modo de exposição elegantemente diplomático, não deixa de mencionar a existência de visões contraditórias entre a crítica (por exemplo, acerca da matéria épica em torno de Sancho II e do cerco de Zamora, na nota de rodapé 21). Uma ou outra afirmação mereceriam, ainda assim, um pouco mais de desenvolvimento. Falando da conhecida *Crónica Geral de Espanha de 1344*, por exemplo, afirma Bautista (p. 54) que "una primera traducción al castellano debió realizarse en la segunda mitad del siglo XIV (de la que se conserva un único testimonio, lamentablemente incompleto)". Tendo presente que esse testemunho manuscrito é de finais do século XV, e que nada obrigaria a que a versão original de uma crónica fosse traduzida antes de uma sua refundição, tal afirmação necessitaria de algum complemento. Como era de esperar, a *Crónica de Castilla* (um excerto da qual é objeto central desta edição) merece especial atenção neste capítulo, sendo considerada "la obra post-alfonsí más importante en la configuración historiográfica del mito cidiano y en su difusión" (p. 51). Bautista, curiosamente, pouco parece inovar neste segmento, desenvolvendo

uma leitura global desta crónica em geral herdada de Catalán mesmo quando algum desconforto parece insinuar-se nas suas palavras. Veja-se, nomeadamente, a maneira como repete a ideia de Catalán acerca do papel inovador da *Crónica de Castilla* no uso de processos de ficcionalização, mas, ao mesmo tempo, matiza bastante essa suposta inovação falando em "radicalización o culminación de algunos rasgos literários que apuntan ya en la Interpolacion cidiana", isto é, numa secção das crónicas dedicada ao Cid que foi escrita pouco antes da *Crónica de Castilla* e contém já vários (senão todos) dos processos literários presentes nesta. Novidades, há-as, ainda assim, ainda que possam passar despercebidas. É o caso do que diz acerca da possibilidade de a Crónica de Castilla ter sido citada numa crónica castelhana (ou ramo de uma crónica, as distinções neste universo são complexas) pouco posterior, tradicionalmente designada *Crónica de Veinte Reyes* (p. 52). Não menos destaque merece, claro, a própria *Crónica del Cid*, portanto o excerto da *Crónica de Castilla* publicado por Velorado em 1512. São especialmente relevantes as considerações em torno da associação, subtilmente defendida por Velorado nos paratextos, entre San Pedro de Cardeña e a credibilidade dos relatos sobre o Cid, que levam Bautista, entre outros aspetos e na senda de Juan Manuel Cacho Blecua, a entender a publicação da *Crónica del Cid* também enquanto "respuesta comercial, editorial e ideológica" (p. 62) às chamadas histórias populares do Cid, impressas a partir de finais do século XV mas que não gozariam da mesma credibilidade que a obra publicada com a chancela de Cardeña, que se via e construía a si mesmo enquanto local privilegiado do legado da memória do Cid. Prosseguindo esta via, Bautista constata que a Crónica popular contou 17 impressões anteriores a 1600, contra as 3 da *Crónica del Cid*, mas avança argumentos pertinentes para contrariar que a partir destes dados "pueda calificarse estrictamente de un fracasso el segundo libro". São páginas modélicas enquanto consideração de um produto textual simultaneamente enquanto artefacto verbal e artefacto histórico-cultural ("comercial, editorial e ideológico").

Esta via é aprofundada no capítulo 2 do estudo introdutório, sugestivamente chamado "un díptico historiográfico: estratigrafia de la *Crónica Particular del Cid*". Munido das informações constantes do capítulo anterior, o leitor seguirá aqui um fascinante percurso de estratigrafia, ou, metaforicamente, de escavação arqueológica, apreendendo os séculos de escritas e reescritas que subjazem ao texto impresso em 1512. São páginas densas, me mais difícil acompanhamento por parte de leitores não especializados, diria. Em contrapartida, o especialista verá aqui o atrativo de ter acesso a uma suculenta síntese do estado atual

dos conhecimentos nesta área, com resumos de ideias expostas em trabalhos recentes e nem sempre de fácil acesso, como sucede com alguns trabalhos do próprio Bautista ou de M . Hijano Villegas, outro dos mais destacados especialistas nesta área dos últimos 15 anos. Vamos assistindo, por um lado, à elucidação das complexas relações de escrita e reescrita entre crónicas (ou entre famílias de manuscritos da mesma crónica) e, por outro, Bautista procede a uma interessante análise interna, de tipo mais propriamente literário, da matéria cidiana da *Crónica de Castilla*, não ficando esquecidas, claro, as aliás ainda polémicas relações entre esta crónica e a versão do poema das *Mocedades de Rodrigo* atualmente conhecida, pois que "la comparación entre la crónica y su fuente viene dificultada por el carácter tardio del poema conservado", diz Bautista (p. 85), numa afirmação talvez ambígua e polémica, na medida em que deixa margem para uma (excessiva?) identificação entre o testemunho conhecido das *Mocedades*, de inícios do século XV, e "o poema" aí copiado. Que o assunto é polémico, vê-se bem da ponderada e pertinente apreciação das diferentes posturas da crítica que Bautista vai desenvolvendo e comentando – e o mesmo fará com a relação (embora, neste caso, sobretudo indireta) entre esta Crónica e o *Cantar de Mio Cid*. Também sobre a edição de Velorado uma ampla análise é fornecida (pp. 137-146), focando, uma vez mais de forma modelar, quer o manuscrito por ele utilizado, quer o trabalho editorial por ele realizado (o qual é genericamente qualificado como "escasas intervenciones" que "se concentran en las secciones que tratan del linaje del Cid" (p. 143).

É, com efeito, sobretudo nos paratextos e nos apêndices que o projeto editorial do abade de Cardeña se revela. E a Bautista cabe o mérito de, já desde há alguns anos, atentar no grande interesse desses materiais, em si e enquanto reveladores do projeto de Cardeña, assim aprofundando uma via aberta, creio, por A. Montaner. É este o tema do capítulo 3 do estudo introdutório: "Cardeña y el Cid: los apêndices impresos". Estes apêndices são quatro e bastará a sua enumeração para mostrar a interrelação Cid-Cardeña que o conjunto constrói, e Bautista detalhadamente analisa. São eles: 1) Uma genealogia do Cid (sobre a qual já em estudo anterior Bautista defendera origens remotas); 2) Origens do mosteiro de São Pedro de Cardeña; 3) Lista de figuras ilustres enterradas em Cardeña; 4) Três epitáfios do Cid. É mérito de Bautista, uma vez mais, saber adotar diferentes planos de análise, focando ora cada uma destas peças em si, ora o seu conjunto enquanto elemento importante para o projeto editorial de Velorado. E como isto, ressalta o destacado papel de uma instituição religiosa no processo de difusão e reelaboração de crónicas profanas no início da época

moderna, aspeto a merecer ainda ponderados aprofundamentos. Estas páginas do estudo de Bautista são, com efeito, um exemplo eloquente de que, em potência, nada é irrelevante nas edições antigas. Tudo está nos inquéritos que sobre elas levamos a cabo e na amplitude de visão em que as insiramos.

Por último (aparte os anexos que acima referi), a edição propriamente dita, da responsabilidade de Almudena Izquierdo Andreu, feita com base na *editio princeps* conservada na Biblioteca Nacional de Espanha com a cota R/897, o qual está acessível em linha. Uma edição que, tanto quanto os meus conhecimentos mo permitem aferir, feita com todo o rigor e de total confiança. O tratamento linguístico é moderadamente interventivo, desde logo do ponto de vista ortográfico, facto que, em conjunto com outras opções editoriais (introdução de parágrafos e sinais de pontuação, por exemplo) a torna também atrativa ou, pelo menos, não assustadora para o tal "público interessado" mais alargado que, cremos e esperemos, tem tudo para a disfrutar.

Filipe Alves Moreira
Universidade Aberta e IF/Universidade do Porto

https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31r2 | VS 31 (2024), p. 235 - 238

CAVALCANTI, Maria Lecticia Monteiro – ***A mesa de Deus. Os alimentos da Bíblia.*** Lisboa: Quetzal Editores, 2023, 335 pp.

Santa Teresa de Jesus, no seu *Libro de las Fundaciones*, afirmava que «[…] si e sen la cocina, entre los pucheros anda el Señor ayudándoos en lo interior y exterior» (cap. 5, ponto 8. Edição de Ottger Steggink e Efren de la Madre de Dios, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos,1986). Por esta lógica, o Senhor estaria sempre presente durante a execução das repetitivas tarefas culinárias, afirmando assim a sua omnipresença, também, o espaço da cozinha. Cabe perguntar-se agora o que é que se cozinhava nesses «pucheros» (púcaros)? Indo ainda mais longe ou, melhor dizendo, aproximando-nos mais da época de Cristo, o que é que se cozinhava nos tempos Bíblicos? Quais os alimentos predominantes referidos nos 78 livros que compõem a Bíblia?

A autora da obra aqui recenseada, Maria Lectícia Monteiro Cavalcanti (investigadora gastronómica, colunista e jornalista nessa área) leva-nos, precisamente, por um percurso gastronómico pouco explorado, «entrando na Bíblia pela porta da cozinha», como afirma o Cardeal José Tolentino Mendonça, na eloquente apresentação que precede a obra. Logo, à partida, este trabalho merece uma palavra de louvor, pelo tempo e a paciência investidos na recolha e posterior seleção da informação. Um trabalho lento e moroso, tendo em conta a envergadura do Livro dos livros, ao qual a autora dedicou dez anos de investigação.

Um outro problema surge no momento de decidir qual será a forma mais coerente de organizar todos os dados recolhidos, assim como a opção de um fio condutor adequado. Neste sentido, Monteiro Cavalcanti deixa em evidência, ao longo da obra, uma grande habilidade na sequência narrativa, que resulta fluente e de leitura agradável, inserindo as citações/ideias com grande precisão, evitando assim qualquer quebra textual. A escolha dos inúmeros exemplos ilustrativos resulta também muito pertinente, revelando um excelente encadeamento das referências bíblicas relativas ao objeto/assunto tratado. O resultado deixa em evidência uma excelente organização do conteúdo, por grupos temáticos, destacando depois cada um dos elementos mais importantes dentro desses mesmos grupos. Com cada alimento/objeto, Cavalcanti utiliza o mesmo esquema, percorrendo e revisitando, quando necessário, os diversos contextos em que é usado, refletindo depois, em torno da importância desses contextos, considerando, no fim, o sentido figurado e o simbolismo de cada um.

A mesa de Deus está estruturada em sete capítulos, precedidos pela já referida

https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31r2 | VS 31 (2024), p. 235 - 238

apresentação do Cardeal José Tolentino Mendonça, por uma nota inicial e pela necessária introdução. Nestas páginas preambulares, a mesa é vista como «um instrumento de humanização» (p. 12), um poderoso sistema simbólico e um «observatório de práticas essenciais de sentido» (p. 14). A introdução começa por fazer referência à história da Bíblia, como livro propriamente dito, por um percurso bem esclarecido das edições que foram surgindo ao longo dos tempos. Seguidamente, a autora faz uma útil introdução histórica - especialmente para aqueles menos versados nestas matérias, que contextualiza as personagens e os lugares bíblicos.

O primeiro capítulo, "Os alimentos da Bíblia", está dividido em dois subcapítulos: Alimentos do corpo; Alimentos da alma. Ao longo destas páginas, o leitor apercebe-se, por exemplo, da diferença entre os alimentos permitidos e os proibidos, sendo que «as restrições alimentares impostas pela lei não decorriam de considerações nutritivas nem medicinais ou gastronómicas; eram apenas éticas ou religiosas» (p. 31). Outros aspetos de interesse neste capítulo inicial prendem-se com os rigores da dieta hebraica, com as parábolas como alimento da alma, com a simbologia da semente ou com a utilização de excrementos como combustível.

O segundo capítulo, que resulta especialmente apelativo, está dedicado aos principais alimentos: o pão, que marca uma fortíssima presença na mesa do povo de Deus, desde os livros mais antigos até ao Apocalipse (p. 72); o vinho, mencionado na Bíblia 230 vezes, assim como a videira, que «foi sempre um bem precioso, herança de gerações» (p. 83); o vinagre, transformado na popular *posca*, ligeiramente picante, na Roma antiga e consumida pelos soldados do império; o azeite, o mel, o leite e os seus derivados e a agua.

Os animais, que na Bíblia são referidos 3594 vezes (p. 140), são os protagonistas do capítulo três, onde destaca o subcapítulo dedicado aos animais destinados ao sacrifício, «a forma mais antiga de ato religioso? (p. 166). O capítulo seguinte, dedicado às plantas, é bastante ilustrativo, em parte, devido a abundante descrição das espécies referidas. Resulta algo monótono, especialmente quando a autora entre em pormenores botânicos algo técnicos, o que, por sua vez, evidencia uma pesquisa minuciosa em torno desta matéria. Resulta especialmente interessante o subcapítulo dedicado ao açafrão (p. 185), que na Galileia Antiga, por exemplo, servia como tintura para o cabelo. De modo geral, a medida que progredimos na leitura desta obra, tomamos consciência da simplicidade dos alimentos e da preparação pouco elaborada que a maioria deles tinha, o que contribui para valorizar esses mesmos alimentos, no

https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi31r2 | VS 31 (2024), p. 235 - 238

meio da abundância, por vezes excessiva e demasiado processada, dos alimentos que consumimos nos nossos dias.

O capítulo cinco tem um caráter mais prático, abordando a preparação dos alimentos e os utensílios utilizados para o efeito, sem esquecer a importância dos cozinheiros (p. 244). É aqui que (re)descobrimos, entre outras coisas, a origem da palavra gastronomia (p. 245), a importância do fogo ou o nome da Deusa romana do forno: Fornax, «que fazia parte das *deae matres*, as divindades maternais. (p. 239). Monteiro Cavalcanti faz questão de ilustrar os temas tratados com exemplos bíblicos, como não podia deixar de ser. Exemplos que muitas vezes são reaproveitados, embora em contextos diferentes. Consegue assim uma adequada coesão textual, facilitando ao mesmo tempo a melhor compreensão do leitor, que aqui é obrigado a olhar para a Bíblia «desconstruindo o automatismo das leituras abstratas e gnósticas que olham para a Bíblia como um livro de verdades» (p. 15), segundo pontualiza o Cardeal José Tolentino Mendonça.

O capítulo sexto, dedicado inteiramente às refeições, está estruturado em oito subcapítulos, dedicados, por sua vez às regras de etiqueta; aos horários da refeições; a mesa dos homens comuns, onde tomamos conhecimento, por exemplo, da origem dos talheres; a mesa dos nómadas, com a distinção dos diferentes tipos de comensais; a mesa dos poderosos; aos banquetes gregos e romanos ou ao costume de «durante o banquete, na Palestina, as portas permanecerem abertas ao olhar dos passantes e curiosos» (p. 268); aos banquetes da Bíblia e, por último, à importância que o vinho tinha nestes festins. Este último subcapítulo, embora breve, resulta particularmente rico.

Finalmente, o capítulo sete: À mesa com Jesus. A autora começa por traçar uma retrospetiva da vida de Jesus Cristo, assim como do contexto social em que viveu, destacando o seu labor pedagógico, em que «percorria toda a Galileia, ensinando nas Sinagogas e pregando o Evangelho do Reino (p. 286). No subcapítulo dedicado ao ministério de Jesus destaca, particularmente, a importância das parábolas, que Ele raras vezes interpretava. Utilizava-as para que «por mais que olhem, não vejam; por mais que escutem, não entendam, deixando que o ouvinte conferisse sentido às suas palavras» (p.293). Outro ponto relevante é a importância que as mulheres tiveram na ideologia de Jesus, que deu início «a uma nova forma de tratá-las, em igualdade com os homens, defendendo-as dos poderosos, enfrentando a estrutura patriarcal, perdoando adúlteras» (p. 295).

Segundo Eça de Queirós, «a mesa constituiu sempre um dos fortes, se não o mais forte, alicerce das sociedades humanas. Constitui a melhor e a mais

solene cerimónia que os homens acharam para consagrar todos os seus grandes atos, imprimindo-lhe um caráter de união e de comunhão» (p. 298). Jesus foi consciente deste facto, sentando-se à mesa com todos, rompendo tabus sociais, preparando, em suma, «uma refeição igualitária para a multidão díspar», nas palavras de José Tolentino Mendonça (p. 299). A última refeição de Jesus encerra eta excelente obra de Maria Lectícia Monteiro Cavalcanti, que inclui também uma breve bibliografia de referência, assim como uma bibliografia de caráter geral, algo escassa, mas bastante equilibrada, num trabalho que merece ser lido, refletido e degustado e que poderá vir a reconsiderar a nossa relação com os alimentos.

Rosa María Sánchez
CITCEM – Universidade do Porto

CRÓNICA – 2024

O grupo «Sociabilidades e práticas religiosas», integrado no CITCEM, desenvolveu as suas atividades de acordo com as seguintes linhas e temas de investigação:

1.Organização do Seminário Permanente 2024/2025: «Santuários e devoções»

Estas reuniões tiveram a participação de investigadores e especialistas do CITCEM e de outras unidades de investigação, no quadro de uma colaboração científica e pedagógica com a FLUP para a formação de estudantes de pós-graduação. Promovendo uma abordagem interdisciplinar, esta atividade permitiu focar a temática em causa a partir de diferentes ângulos de análise, contribuindo para diversificar e enriquecer a formação dos estudantes de pós-graduação e para obter um conhecimento mais completo e preciso do objeto de estudo.

Os seminários tiveram uma periodicidade mensal e foram distribuídos da seguinte forma:

- Renata Cristina Nascimento (UEG/UFJ/ PUC-Go/CNPQ): «Santa Dulce dos Pobres, o Anjo Bom do Brasil: Devoções, Narrativas e Hagiografias» (23/09/2024);

- Jorge Barbosa (CITCEM/FLUP): «Maria, Uma presença inigualável na História de Portugal» (21/10/2024);

- Raquel Torres-Jimenez (Facultad de Letras de Ciudad Real – Universidad de Castilla-La Mancha): «Cultos y devociones en iglesias de la Orden Militar de Calatrava en Castilla al final de la Edad Media» (22/11/2022);

- Inês Afonso Lopes (FBAUP): «Performance, sensorialidade e imagens: a devoção às almas do Purgatório» (06/12/2024).

2.Organização de Colóquios, Encontros Científicos e Seminários Abertos

- No dia 21 de maio de 2024, realizou-se, na FLUP, a Jornada de Estudos «Arcádias e Academias. Homenagem a Maria Lucília Gonçalves Pires», que contou com a participação de Isabel Almeida (FLUL), Paulo Silva Pereira (FLUC) e Micaela Rámon Moreira (UMinho). Nesta sessão teve também lugar a apresentação da obra Éclogas de Rodrigues Lobo (edição, introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires, Porto, CIUHE, 2023), por José Adriano de Freitas

Carvalho (CITCEM-FLUP) e Luís Fardilha (CITCEM-FLUP).

- No âmbito das Comemorações Camonianas (2024-2025), o CITCEM, em parceria com o Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, o Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa e o Centro de Linguística da Universidade do Porto, organizou um ciclo de sessões, que teve início a 9 de outubro de 2024. Neste dia realizou-se, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma mesa-redonda, subordinada ao tema «Os Lusíadas e os seus primeiros comentários. A propósito da edição dos "Piscos" (1584)», em exposição na Biblioteca da FLUP», e na qual participaram Maria de Lurdes Fernandes (Universidade do Porto – Instituto de Filosofia), José Meirinhos ((Universidade do Porto – Instituto de Filosofia), Luís Fardilha (Universidade do Porto- CITCEM), Zulmira Santos (Universidade do Porto- CITCEM) – Organização da Biblioteca da FLUP, do Instituto de Filosofia e do CITCEM.

No dia 14 de novembro de 2024, realizou-se, no âmbito destas comemorações, uma sessão intitulada «Camões e a "tentação biográfica"», na qual participaram Maria Vitalina Leal de Matos (FLUL) e Isabel Rio Novo (ISMAI).

No dia 12 de dezembro de 2024, teve lugar, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma jornada subordinada ao tema «A edição de 1572 de Os Lusíadas», que contou com a participação de Rita Marnoto (FLUC).

NORMAS

NORMAS PARA OS COLABORADORES DE *VIA SPIRITUS*

I. Via Spiritus é uma revista universitária, publicada pelo CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», e o seu âmbito científico é a História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso.

II. A estrutura da revista comporta: artigos, recensões e notícias. Cada volume procura uma unidade, cronológica e/ou temática, apresentando-se a revista como, de preferência, monográfica desde o primeiro número.

III. Segundo o tema de cada volume, a redacção da Via Spiritus solicita artigos e aceita propostas de textos, desde que inéditos, com validade científica e cumprindo os requisitos temáticos da revista: versarem sobre temas de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso ou temas literários e culturais na área da Literatura e História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso.

IV. Os originais propostos serão examinados pela Direcção da revista que, caso os considere pertinentes, os submeterá ao parecer de especialistas (referees). Os autores serão oportunamente informados acerca da decisão da Direcção em publicar ou não o respectivo texto, ou ainda da conveniência de o alterarem ou reformularem de acordo com as indicações dadas pelos especialistas, que serão então comunicadas ao autor. O processo é anónimo.

V. Os artigos propostos devem:
– ter uma extensão máxima de 100.000 caracteres;
– vir acompanhado por um resumo na língua em que está redigido o artigo e em inglês;
– ser entregues impressos em papel e em suporte electrónico (e-mail), processados em word ou compatível. Caso sejam utilizadas fontes ou símbolos especiais, estes devem ser identificados e enviados anexos ao artigo;
– incluir uma página referindo o título do artigo, o nome do autor, a instituição académica ou profissional a que está ligado, a direcção postal e electrónica, e o telefone.

VI. O autor terá acesso às primeiras provas tipográficas para correcção. Contudo, não são permitidas alterações significativas à estrutura e dimensão do texto.

VII. Aos autores serão disponibilizados 3 exemplares da revista.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A. Estilo:
1. O corpo do texto deverá ser em letra Times New Roman, corpo 12, a espaço e

meio de entrelinha, com margens de 2,5 cm. Não são aceites sublinhados.

2. O título do artigo deve ser alinhado à esquerda, em tamanho 14, negrito, e ocupar a primeira linha.

3. O nome do(s) autor(es) deve(m) figurar na linha imediatamente a seguir ao título, alinhado à direita, em tamanho 12, seguida da instituição a que pertence e do correio electrónico institucional ou pessoal.

4. As notas de rodapé (em letra Times New Roman, corpo 10, com espaço simples de entrelinha) deverão ser reduzidas ao essencial. Desaconselha-se, igualmente, a utilização de um número excessivo de quadros e imagens. A bibliografia final, caso exista, deverá conter as obras referenciadas no texto ou em notas e ordenadas alfabeticamente.

B. Citações

1. Citações de excertos de textos:

a) Caso se trate de citações de pequena dimensão, integradas no corpo do texto, devem ficar entre aspas, sem itálicos.

Ex:

texto proposto, texto proposto «texto citado, texto citado» texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto

b) Caso se trate de excertos de maiores dimensões, deverão ser citados em parágrafo(s) distintos, sem aspas, com entrada de 1 cm do lado esquerdo, de tamanho e entrelinhamento iguais aos das notas de rodapé (letra Times New Roman, corpo 10), em itálico.

Ex:

texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto proposto, texto proposto

texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado texto citado, texto citado

texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto proposto, texto proposto

2. Na citação e referenciação documental e bibliográfica, os artigos deverão respeitar as seguintes normas, adaptadas da NP 405-1:

a) Citações em texto:

i) citação de documentos: as citações documentais, em notas de rodapé, deverão integrar, embora de forma abreviada ou com siglas (a desenvolver no final do texto, junto à bibliografia), todos os elementos necessários à identificação da espécie. A identificação de fundo ou colecção documental deve ser feita em itálico (ex: IAN/TT – *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, cx. 37, mç. 7, s.n.).

b) Citações em bibliografia final:

i) Monografias:

Ex: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, 2 vols.

SARAIVA, Arnaldo (org. e introd.) – *O personagem na obra de José Marmelo e Silva*. Porto: Campo das Letras, 2009a.

SARAIVA, Arnaldo – *Guilherme IX de Aquitânia, Poesia*. Campinas: Unicamp, 2009b.

TORRES, Carlos Manitto – *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.], 1936.

ii) Publicações periódicas:

Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón – *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9 (2008), p. 337-356.

iii) Capítulos de obras colectivas:

Ex: PIRES, Ana Paula – *A economia de guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, p. 319-347.

iv) Teses:

Ex: AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Tese de doutoramento.

vi) Monografias em suporte electrónico:

Ex: AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

vii) Analíticos em suporte electrónico:

Ex: AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9 (2007), p. 337-356. Disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

3. Citação de fontes:

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo embora a abreviaturas ou siglas. Estas deverão ser desenvolvidas no final do artigo, após a bibliografia. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex: AN/TT – *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89

VIA SPIRITUS

ASSINATURA (ANUAL):

Portugal e outros países da zona Euro - € 20.00
Outros países - €35.00 (USD)

Nota: a assinatura inclui portes de envio

VENDAS E ASSINATURAS:

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto (Portugal)

Tel: (+351) 226077177 | Fax: (+351) 226091610 | email: citcem@letras.up.pt

Biblioteca Central - Serviços de Publicações
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto (Portugal)

Tel: (+351) 226077130 | email: apsoares@letras.up.pt